



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Raphaela de Almeida Santos

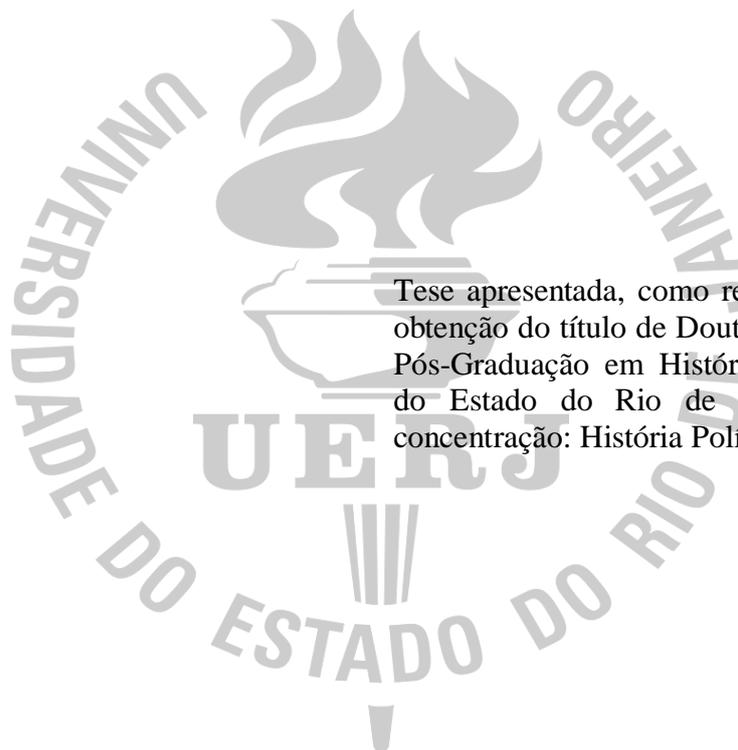
**CGT - Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil:  
movimento sindical e luta política (1960-1964)**

Rio de Janeiro

2017

Raphaela de Almeida Santos

**CGT - Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil:  
movimento sindical e luta política (1960-1964)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes.

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

S237 Santos, Raphaela de Almeida.  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil:  
movimento sindical e luta política (1960-1964) / Raphaela de  
Almeida Santos. – 2017.  
188 f.

Orientador: Ricardo Antonio Souza Mendes.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia.

1. Movimento operário – Brasil – Teses. 2. Comando Geral  
dos Trabalhadores (Brasil) – Teses. 3. Memória – Teses. 4.  
Cultura política – Teses. I. Mendes, Ricardo Antonio Souza. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 331.88(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Raphaela de Almeida Santos

**CGT - Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil:  
movimento sindical e luta política (1960-1964)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 15 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Alexandre Fortes  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Angela Maria Roberti Martins  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade Grande Rio – UNIGRANRIO

---

Prof. Dr. Paulo Fontes  
Fundação Getúlio Vargas – FGV

---

Prof. Dr. Marcos Dezemone  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro

2017

## **DEDICATÓRIA**

Dedico aos meus pais Aylton e Ademild: trabalhadores que me criaram e se empenharam na  
minha educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às pessoas mais importantes da minha vida: meus pais. Ademild, costureira há 42 anos e Aylton, rodoviário também há mais de 40 anos. A eles dedico este trabalho que é o resultado de uma vida de luta e muito sacrifício em torno da minha criação e da minha (boa) educação. Cresci ouvindo que a educação seria a melhor herança que eles poderiam me deixar e, ao finalizar o meu doutorado, sinto-me muito feliz de ver o quanto esta herança está rendendo.

Ao meu orientador, Ricardo Antonio Souza Mendes, que desde 2010 está comigo nesta longa caminhada iniciada ainda no Mestrado, agradeço não apenas pelo auxílio inestimável para o crescimento deste trabalho, mas principalmente por sua participação tão especial na minha vida acadêmica ao longo desses anos.

São mais de sete anos de trabalho juntos. E tanto tempo assim é o suficiente para que eu possa dizer que ele não foi apenas orientador, mas fez parte da minha trajetória como pós-graduanda como conselheiro e ouvinte sempre muito compreensivo com todas as dificuldades vividas por uma professora do ensino básico, que no Brasil enfrenta dramas diversos que vão desde o pouco retorno financeiro, passando ainda pelos ataques dos governos que em nada contribuem para o avanço na área.

Que bom que compartilhamos o sonho de ver um ensino público, gratuito e de qualidade. Que bom ter um orientador capaz de compreender as dificuldades de uma professora que não encontrou no âmbito do seu trabalho o apoio necessário para um passo tão importante na sua qualificação profissional. Mas lutamos e vencemos.

Aos membros da Banca, os professores Alexandre Fortes, Angela Roberti, Marcus Dezemone e Paulo Fontes, agradeço por aceitarem o convite e pela disponibilidade em ler este trabalho, além de, certamente, trazer grande colaboração para o enriquecimento destas linhas que se seguem.

Às minhas amigas tão amadas, Thamy Antunes, Iléia Valle, Giselle Mendes e Priscilla Caldelas, agradeço por todo apoio, carinho e amor. Tanto juntas na nossa saudosa República quanto agora separadas pela vida adulta a importância delas na minha caminhada não pode ser expressa em palavras. À companheira Iléia Valle, dedico ainda um agradecimento especial pela revisão do resumo em inglês deste trabalho.

À minha prima-irmã, Aline Rodrigues, nem sei o que dizer. Agradecer, certamente não é o bastante. Desde o dia em que ela nasceu (e eu estava lá) ela nunca saiu do meu lado. Em todos

esses anos a frase “você consegue” foi repetida por ela tantas vezes, que hoje mesmo morando em outra cidade, ainda escuto este som ecoando nos meus ouvidos.

Essa força que encontro nela não se resume ao amparo, ao colo e ao ouvido que ela me deu nos momentos academicamente dramáticos. Ela se estende para a vida de companheirismo, amor e relação familiar verdadeira. Muito obrigada por traduzir o resumo para o inglês, por existir, por me amar e por tudo.

A minha família tão amada, que nunca compreendeu minha necessidade de me ausentar ao longo destes anos, que jamais cogitou a ideia de que eu pudesse não estar presente em qualquer evento e que nem sequer abriu mão das minhas rotineiras idas (a cada 15 dias) a Petrópolis, agradeço e digo que nisso estavam muito certos, porque nesses momentos em que pude desfrutar deste enorme afeto, é que recarregava as energias e acreditava ter ainda forças para continuar.

A todos aqueles que não foram citados aqui, espero que saibam que tenho por eles a mais profunda consideração e os guardo comigo sempre na lembrança e no coração. Todos aqueles que amo foram, sem dúvida, parte mais do que importante na conquista de mais esta etapa.

Ao meu amado Leandro Ferraz, reservo um agradecimento todo especial por todo apoio, compreensão e ajuda. Ele que esteve ao meu lado durante todos esses anos como amigo, mas que neste último ano se tornou meu companheiro, talvez não saiba o valor de todos os abraços, do carinho, da paciência, do amparo, do auxílio com os afazeres domésticos, da comida fresquinha pronta e das conversas nas noites de insônia. Ele que me ajudou a sobreviver aos últimos (críticos) meses da elaboração desta tese e merece toda a minha gratidão e o meu amor. Muito obrigada por ser luz e por trazer a Sofia para a minha vida.

## RESUMO

SANTOS, Raphaela de Almeida. **CGT – Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil:** movimento sindical e luta política (1960-1964). 2017. 188 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho tem por objetivo elaborar uma análise sobre o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, nos anos 1960, além de dialogar com a memória que se construiu acerca da atuação dos trabalhadores brasileiros neste período. Isso será feito através da análise de fontes impressas sobre a atuação do CGT e de discursos de lideranças desta entidade. Os que foram chamados de “velhos” sindicalistas nos anos 1980 contam uma história de luta contra os quadros impostos pelo Ministério do Trabalho nas direções dos sindicatos e das confederações, de mobilização e luta contra a estrutura sindical e pelo direito de construir uma entidade que organizasse a luta de todos os trabalhadores de todas as categorias. Além disso, este trabalho pretende mostrar como a atuação do CGT teve grande relevância para o cenário político nacional, sobretudo ao longo do governo João Goulart. As relações entre sindicato e governo, as mobilizações pelas reformas de base e o acirramento das contradições políticas entre as direitas e as esquerdas, que levaram ao golpe civil-militar de 1964, também fazem parte desta análise. É importante frisar que a principal obra já existente sobre esta entidade, elaborada por Lucilia Neves Delgado, não foi produzida conforme as abordagens teóricas adotadas nesta pesquisa, que levam em conta as proposições da Nova História Política, da Cultura Política e dos estudos sobre memórias sociais. Além disso, Delgado conclui sua obra afirmando que o CGT, apesar da grande força política, sucumbira às questões de cúpula e não estabeleceu uma relação sólida com suas bases, visão com a qual esta tese pretende se confrontar.

Palavras-chave: Movimento operário. Memória. Cultura política.

## ABSTRACT

SANTOS, Raphaela de Almeida. **CGT – Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil: union movement and political struggle (1960-1964)**. 2017. 188 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work aims to analyse the trajectory of Comando Geral dos Trabalhadores, the CGT, in the sixties, dialoguing with the memory that has been built about the performance of Brazilian workers in this period. This will be done through printed sources' investigation on CGT actions and on speeches from its leadership. Once called "old" syndicalists in the eighties, they tell a story of fighting against tables imposed by the Ministry of Works on the union leadership and confederations and stories of mobilization and fighting against the syndical structure for the right of building an entity that represented the struggle of all workers despite their categories. Moreover, this thesis aims to demonstrate that the CGT actions had great relevance in the national political scenery, especially during João Goulart's government. The union-government relations, the mobilization for a grassroots reform and the worsening of political contradictions between the right and left parties that led to the 1974 civil-military coup, also make part of this analysis

Keywords: Labor movement. Memory. Political culture.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>BALANÇO HISTORIOGRÁFICO.....</b>	<b>24</b>
1.1	As análises sobre o movimento operário no Brasil: a teoria da modernização.....	26
1.2	As análises sobre o movimento operário no Brasil: a perspectiva histórico- estrutural.....	30
1.3	As críticas ao conceito de populismo.....	39
1.4	O sindicalismo e o golpe de 1964.....	47
1.5	Considerações Finais.....	51
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO POLÍTICO E A ORIGEM DO CGT.....</b>	<b>55</b>
2.1	A luta pelas Reformas e a atuação do trabalhadores.....	58
2.2	A estrutura sindical corporativa.....	61
2.3	As tentativas de unificar o movimento operário.....	69
2.4	Uma breve história do CGT.....	71
2.5	O “velho” sindicalismo entre memória e história.....	80
2.6	Considerações Finais.....	82
<b>3</b>	<b>O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL.....</b>	<b>86</b>
3.1	O IV Encontro Nacional Sindical e a formação do CGT.....	93
3.2	O CGT e sua base.....	99
3.3	Memórias sindicais.....	103
3.4	Considerações Finais.....	112
<b>4</b>	<b>CLASSE OPERÁRIA, SINDICATO E ESTADO: HARMONIA E CONFLITO.....</b>	<b>115</b>
4.1	O governo Jango e o CGT.....	126
4.2	A ditadura e o movimento operário.....	134
4.3	Considerações Finais.....	141
<b>5</b>	<b>O CGT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ESQUERDA.....</b>	<b>143</b>
5.1	“Nacionalistas” VS “pelegos”: a luta pela liberdade de filiação internacional.....	147
5.2	O CGT e os movimentos sociais urbanos.....	152
5.3	O CGT e o Congresso Pró-Cuba.....	160
5.4	O CGT e os movimentos sociais rurais.....	164
5.5	Considerações Finais.....	170

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

Analisar a história do movimento operário significa enveredar pelo campo da História Política e da História do Trabalho. As contribuições destes dois campos de conhecimento para a História nos últimos anos são extremamente significativas.

O estudo da classe operária no Brasil foi despertado ainda na década de 1950 e esteve relacionado às mudanças econômicas e sociais que ocorreram no país nesse período. Com o crescimento da industrialização e o aumento da intensidade do movimento operário, a classe trabalhadora foi vista como um dos principais agentes das mudanças que se pensavam necessárias para o país.

No entanto, a partir dos anos 1980 as pesquisas sobre a questão social no Brasil passaram por um processo de revisão historiográfica que alterou substancialmente certa linha de pensamento sobre as relações de poder e dominação, propondo uma nova interpretação da dinâmica política existente no interior das mesmas<sup>1</sup>.

Os novos estudos sobre a questão social no Brasil se propõem a avaliar as relações entre senhores e escravos e as formas de pensar as relações entre classe trabalhadora, Estado e patronato em uma sociedade que, no final do século XIX e início do século XX, torna-se cada vez mais urbana e industrial. De um lado, temos os estudos que analisam a crise do trabalho escravo e a formação de uma classe trabalhadora livre no campo e na cidade nas décadas de 1870 e 1880. De outro, temos os trabalhos que se dedicam às lutas pela regulamentação do mercado de trabalho assalariado e que se debruçam, especialmente, sobre o período entre 1910 e 1940.

É fato que esses novos estudos estão ligados a uma transformação em âmbito internacional dos referenciais teóricos e metodológicos da historiografia do período. Algumas contribuições teóricas, como as de E. P. Thompson, são fundamentais para compreender essa transformação. Este autor marxista, que questionou a lógica de subordinação do social e do político ao econômico, passou a dar centralidade em suas pesquisas aos valores, comportamentos, práticas e experiências compartilhados por um grupo e influenciando sobremaneira o desenvolvimento de pesquisas no campo da história social do trabalho no final do século XX.

No caso do Brasil, o contexto de abertura política vivido no final da década de 1970 foi propício para que nos programas de pós-graduação se multiplicassem os trabalhos

---

<sup>1</sup> GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-198: notas para um debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

voltados para uma história social do trabalho, protagonizados por escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos e assalariados.<sup>2</sup>

Pode-se dizer que a história social do trabalho no Brasil do final do século XX recusava a predominância de um enfoque socioeconômico e estruturalista e passava a valorizar abordagens que destacavam as variáveis políticas e culturais para uma compreensão mais ampla das questões sociais. A história do trabalho passou a rejeitar as interpretações fundamentadas em variáveis externas aos processos históricos e baseadas em fatores definidos *a priori* e alheios aos processos estudados.

Com isso, as análises dos processos sociais se abrem à intervenção dos atores neles presentes, sendo muito importante para isso o abandono das perspectivas teóricas que enxergavam as relações de poder e dominação pressupondo a possibilidade de uma dominação total. Com os referenciais da nova história cultural, foi possível partir da ideia de que o dominante não é capaz de anular o dominando, tornando-o um mero reflexo de si mesmo. Essa perspectiva evidencia o fato de que entre seres humanos não existem controles absolutos e muito menos coisificação de pessoas.

Sendo assim, a história passa a trabalhar com a premissa de que no âmbito das relações sociais do trabalho, todos os trabalhadores – inclusive os escravos – são sujeitos de sua própria história.<sup>3</sup>

Apesar do crescimento vivido pela história do trabalho nos anos 1980, a década seguinte foi crítica para esse campo de estudos, com muitos estudiosos chegando a anunciar sua morte certa.

Não obstante, no início do século XXI a história do trabalho volta a crescer devido a uma sensível mudança de enfoque. Enquanto os estudos realizados nos anos 1980 procuravam compreender os elementos que uniam os trabalhadores, as pesquisas mais recentes, sem abandonar esta dimensão, estão cada vez mais atentas àquilo que os divide (origem étnica, diferença de ganho e de *status* social, crenças etc.). Alguns aspectos dicotomizados das análises que prevaleceram em outros períodos como as oposições entre trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não organizados, passaram a ter pouco espaço<sup>4</sup>.

Uma questão crucial para o crescimento deste campo de análise no Brasil é a alteração de um ponto de vista cronológico. Até os anos 1990, havia uma divisão informal do trabalho

---

<sup>2</sup> Idem. p. 159.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*. p. 160.

<sup>4</sup> BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n.23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

entre historiadores e cientistas sociais, na qual os primeiros deixavam a cargo dos segundos as análises sobre praticamente tudo o que estivesse situado no pós-1945.

Além disso, os recortes habituais que identificavam o surto de industrialização da década de 1930 como o marco inicial legítimo para a compreensão da história do trabalho brasileira vêm sendo cada vez mais criticados. As análises sobre os períodos que fogem do período de transição para o trabalho assalariado e do início da República começam a se multiplicar.

Segundo Cláudio Batalha, um processo de afirmação da história do trabalho deve passar pela habilidade que seus pesquisadores terão que desenvolver de detectar falhas e deficiências nos procedimentos e abordagens utilizados. Como uma geração de historiadores, que se baseiam nas análises thompsonianas, podem não questionar se escravizados e livres são uma única classe ou se compõem classes distintas.

Ao recorrer às ideias de Thompson, os historiadores não podem esquecer que os trabalhos deste historiador utilizaram a análise de um período que antecede o processo de formação da classe operária com o propósito de compreender uma sociedade em que as classes não se concebiam como tais.<sup>5</sup>

Esses questionamentos fazem Cláudio Batalha concluir que, apesar de todo o crescimento e renovação vividos pela história do trabalho nas últimas décadas, ela ainda está muito aquém do que poderia ser, se for levado em conta a pluralidade e a qualidade dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos.

Pode-se dizer que a mesma renovação teórica, que atingiu a história do trabalho, possibilitou uma renovação da perspectiva de história política ainda no final do século XX.

Novas leituras deram outro sentido à história política, que deixou de ser considerada mera consequência do econômico, permitindo que se pensasse nos indivíduos como seres não determinados, demonstrando que suas escolhas políticas estão relacionadas a outras realidades de ordem imaterial como tradições culturais e educação<sup>6</sup>.

No século XIX, a história política gozou de um prestígio inigualável e exerceu uma grande e duradoura hegemonia sobre a disciplina. No entanto, a revolução, que nos anos 1930 marcou a historiografia francesa, privilegiou a história econômica e social e ao mesmo tempo, desmereceu a história política.

A história política passou a ser denunciada como um contra exemplo por ser possuidora dos defeitos dos quais os historiadores da escola dos *Annales* desejavam se afastar.

---

<sup>5</sup> Idem, p. 92.

<sup>6</sup> In: RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p.7-19.

A história política foi vista como a antítese de uma proposta de análise que se voltava para as estruturas. Ao privilegiar o nacional, o particular e o episódico, a história política se mostrava incapaz de produzir generalizações e sínteses que dariam ao historiador sua dimensão científica. Era uma história dita *événementielle*<sup>7</sup>.

Não obstante, as décadas de 1960 e 1970 assistiram ao fracasso desses paradigmas estruturalistas, possibilitando uma renovação dos campos de análise da realidade social. O surgimento de inúmeros movimentos sociais ocorridos nesse período, segundo Maria Helena Capelato, desnorteou os parâmetros intelectuais das esquerdas e das direitas. As análises acadêmicas que acreditaram que nada aconteceria se não surgisse uma classe operária forte e organizada, mostraram-se inadequadas para a compreensão de novos fenômenos, como a atuação de uma sociedade civil polissêmica e imprevisível<sup>8</sup>.

Esses acontecimentos foram cruciais para que, no Brasil, se repensasse o processo democrático, desvinculando-o da atuação de uma suposta classe operária consciente de seus “reais interesses”. Neste aspecto, a nova história cultural e a nova história política se apresentaram como os caminhos de análise que podiam trazer luz aos novos acontecimentos<sup>9</sup>.

Acontecimentos marcantes na história contemporânea tiveram importante papel para o renascimento do político: a ocorrência das duas guerras, por exemplo, não pode ser explicada através das estruturas socioeconômicas e a pressão cada vez maior exercida pelas relações internacionais nos Estados são fatos que lembram como a política tem uma consistência própria, dispondo de certa autonomia diante de outros setores da realidade social.

Além disso, as crises que abalaram o funcionamento das trocas e desregularam a economia liberal deram ao Estado um papel central, por promoverem políticas de intervenção na economia. Isso permitiu a percepção de que a relação entre o político e o econômico não é uma via de mão única<sup>10</sup>.

A renovação da História Política está intrinsecamente relacionada com as trocas conceituais realizadas entre a história e outras ciências sociais. Para Rosanvallon, o que a nova política tem de mais marcante é a tentativa de reinterpretar o passado em relação ao presente, ou mesmo do futuro tal como é imaginado. É essa inversão nos termos de

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

<sup>8</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História Política*. Texto apresentado na mesa-redonda “Perspectiva metodológicas da produção de pós-graduação em história política” do XVII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995, em Recife.

<sup>9</sup> Idem, p. 163.

<sup>10</sup> Idem, p. 23.

compreensão da realidade que diferencia a nova história política daquela que era produzida no final do século XIX<sup>11</sup>.

É inegável que a renovação das abordagens conceituais ocorrida na década de 1980 teve uma influência crucial sobre a produção acadêmica sobre a história do trabalho o Brasil.

Meu interesse pela história do trabalho começou ainda na Graduação quando, na minha monografia, busquei fazer uma breve história da fundação da Central Única dos Trabalhadores, central sindical que surgiu no início da década de 1980 durante um período de intensas manifestações sociais contrárias à ditadura militar. No âmbito do surgimento dessa central consideraram-se também algumas questões sobre a história do movimento sindical, bem como sobre a trajetória do movimento operário brasileiro. Procurei fazer um estudo sobre o tema que tomasse por base as considerações da nova história política, dialogando também com estudos que consideram a existência de uma cultura política operária, para analisar tanto a estrutura sindical iniciada pela CUT quanto a estrutura vigente anteriormente ao seu surgimento.

Na sequência, trabalhei ainda utilizando a CUT como objeto de pesquisa na minha dissertação de Mestrado, na qual procurei dar conta do seu surgimento inserida em um contexto de ascensão das pressões exercidas pelos movimentos sociais por uma abertura política, com as mobilizações do movimento operário brasileiro assumindo maior volume e tendo atuação destacada no processo de democratização brasileira. Foi em meio ao clima de euforia criado pelas greves do ABC Paulista, movimento que conferiu grande expressividade às ações do movimento operário brasileiro<sup>12</sup>.

Os sindicalistas ligados às greves do ABC Paulista se apresentavam como combativos, autênticos e opositores. Tratava-se de lideranças políticas ligadas ao recém-criado Partido dos Trabalhadores, o PT. Um dos objetivos do novo partido era o de combater as práticas sindicais desenvolvidas pelo que eles identificaram como um sindicalismo “pelego atrelado ao Estado e com práticas fundamentadas na barganha com líderes governistas”<sup>13</sup>.

A construção de uma memória do sindicalismo brasileiro elaborada pela CUT na década de 1980 se baseava na depreciação das ações sindicais empreendidas no período situado entre 1930 e 1964. Para os cutistas, foi nesse último período que o proletariado brasileiro teria sucumbido às ingerências do Estado Vargasista, tratando-se, portanto, de um

---

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p. 18.

<sup>12</sup> Sobre o assunto, ver SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.41. ANPOCS, 1999. e MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>13</sup> Idem, p. 3.

momento em que a ação sindical não foi compatível com os verdadeiros e autênticos anseios da classe trabalhadora<sup>14</sup>.

Portanto, o “velho” sindicalismo seria um produto da aliança entre o Estado Populista e a incipiente burguesia que apostava na legislação social como forma de controlar as massas. Dessa forma, a classe trabalhadora teria trocado sua liberdade de atuação pelos “agrados” conferidos pelo Estado, devotando-lhe obediência política<sup>15</sup>.

O trabalhismo foi compreendido pelos “novos” sindicalistas como uma tradição inventada pela classe política interessada em submeter e controlar o movimento operário. O governo Vargas, com todas as suas ingerências sobre a classe operária – criação da legislação social e do Ministério do Trabalho –, fora, portanto, um período que representou a brusca interrupção do processo de formação de uma legítima identidade operária.

Partindo dessa premissa, de que a estrutura sindical inaugurada nos anos 1930 era totalmente inadequada e que teria gerado um sindicalismo que estava mais preocupado em buscar uma conciliação com os representantes da burguesia do que em representar de forma legítima os interesses dos trabalhadores, a CUT partiu para a construção dessa memória negativa sobre o movimento sindical nos anos situados entre 1930 e 1964.

No presente trabalho, questiono até que ponto a noção de que o chamado “velho” sindicalismo foi desmobilizador, pouco identificado com os interesses reais da classe trabalhadora, mais ligado à conciliação com os patrões e governantes pode se sustentar? Como ele pôde mobilizar tantas greves, especialmente na década de 1960?<sup>16</sup>

É em torno desse questionamento que procurei analisar a trajetória da entidade que é o objeto deste trabalho: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Surgido em meio ao conturbado governo de João Goulart que apresentara um contexto político-social de ampla mobilização política das classes sociais tanto populares quanto médias e empresariais, somado ao crescimento do movimento sindical operário e camponês o que teria causado um inédito acirramento dos antagonismos classistas no Brasil.

---

<sup>14</sup> Essas considerações fazem parte da minha monografia de final de curso, intitulada “A Central Única dos Trabalhadores: do ‘novo’ sindicalismo à política de ‘negociação conflitiva’”, apresentada na Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em História, em Julho de 2009.

<sup>15</sup> As aspas são para mostrar que esta ideia de que as ações do Governo Vargas constituíram-se como agrados, fazem parte do discurso cutista e não da autora deste texto.

<sup>16</sup> Com relação a esse questionamento podemos citar o artigo de Thomas Jordan que contesta a ideia de que a CLT tenha impedido os sindicatos de atuarem como defensores genuínos de seus associados e se empenhavam em atrair novos quadros através de serviços assistenciais, mas procuraram também usar a lei para expandir a jurisdição do sindicato, promovendo uma redefinição do sindicalismo corporativo ao dar espaço para discussões educacionais e culturais, além das de cunho fabril. In: JORDAN, Thomas. Redefinindo o sindicalismo corporativo nos anos 50: o caso do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Cad. AEL*. v.11, n. 20/21, 2004.

O Comando Geral dos Trabalhadores era um organismo centralizador dos sindicatos que surgiu em agosto de 1962, e reunia sindicatos, federações, confederações e intersindicais (CNTI e CONTEC)<sup>17</sup> sob sua liderança. A criação desse organismo pode ser considerada uma das muitas tentativas que o movimento sindical fez de superar a estrutura oficial corporativista imposta pela CLT na década de 1940.<sup>18</sup>

O surgimento do CGT ocorreu em meio a uma conjuntura de intensas mobilizações populares, de alto índice de politização das lutas trabalhistas, além da atuação dos trabalhadores em seus locais de trabalho. A organização operava na defesa do nacionalismo e principalmente das Reformas de Base, uma bandeira que se transformou na principal marca do governo de João Goulart. A entidade apoiava ainda a presença do Estado na economia, nas empresas estatais, o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros ao exterior.<sup>19</sup>

A fundação do CGT não foi a primeira tentativa de se criar um órgão centralizador das lutas operárias. Lucilia de Almeida Neves Delgado mostra que, desde a década de 1940, quando sob a liderança do PCB foi criado o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), os trabalhadores enfrentam algumas disposições da estrutura sindical oficial. A tentativa de regulamentação do MUT foi acompanhada de uma série de reivindicações, dentre as quais vale destacar o direito de posse das diretorias eleitas sem aprovação do Ministério do Trabalho e a autonomia na aplicação dos fundos do sindicato.

Autora de umas das obras acadêmicas mais relevantes sobre o CGT, Lucilia Delgado acredita que faltaria ao CGT uma política de base consistente capaz de sustentar o movimento na ausência de suas lideranças. Esta teria sido, segundo ela, a principal causa do esfacelamento da entidade após o golpe civil-militar de abril de 1964.

No entanto, esta ideia da pouca aproximação entre as lideranças e as bases fica prejudicada se considerarmos que mobilizações grandiosas foram levadas a efeito sob o comando do CGT. Como lideranças tão distantes de suas bases poderiam realizar tal feito?

Procurou demonstrar aqui que a questão central está na compreensão de que o corporativismo das lideranças não chega a ser um elemento de desqualificação desse sindicalismo nem muito menos pode ser considerado um fator que possa delimitar sua capacidade de mobilização. Dessa forma, avalio que é importante destacar os avanços que

---

<sup>17</sup> Trata-se da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

<sup>18</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis. Editora Vozes, 1986. p. 36.

<sup>19</sup> In: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº47, p. 181-212 - 2004.

essa atuação sindical trouxe e enxergá-la como parte da trajetória do movimento operário brasileiro.

Chamado de República Populista por muito estudiosos, esse período da história brasileira passou a ser analisado como um momento marcado pela colaboração estabelecida entre as lideranças sindicais, “pelegas”, os dirigentes “reformistas” do PBC e as lideranças governistas, “populistas”.

A despeito dessa interpretação, que toma o trabalhador como um sujeito passivo e subordinado aos desígnios do líder populista e carismático, vemos a trajetória do CGT e a sua independência em relação ao então presidente da república, João Goulart.

Apoiando em determinados momentos e se colocando contra o presidente Jango em outros, as lideranças ligadas ao CGT se engajaram nas manifestações de apoio aos pontos mais populares do seu programa de governo. Diante do aprofundamento da crise política, o CGT passa a assumir posições cada vez mais radicalizadas, o que certamente explica o seu desmantelamento após o golpe de 1964.

A intensificação do número de greves no período do governo João Goulart, a destacada participação do movimento operário – sob a liderança do CGT – no cenário político brasileiro e a ideia de que o presidente era um aliado daqueles que pretendiam levar o país na direção da instalação de uma república sindicalista são elementos que estão diretamente relacionados com a articulação do golpe efetivada pelos setores de direita.

Não são poucos os trabalhos que demonstram a importância do sindicalismo pré-1964 e das tradições construídas pela classe operária brasileira ao longo de sua trajetória. Os novos estudos lançam um novo olhar para a atuação das lideranças que representaram as aspirações dos trabalhadores.

A desqualificação da atuação sindical no período democrático muito possivelmente explica o pouco interesse dos estudiosos em pesquisarem o antigo CGT. Esta entidade que desafiou o modelo sindical de sua época e que teve grande importância devido a sua atuação política ao longo do conturbado governo de João Goulart, praticamente não foi contemplada pelo meio acadêmico. A relevância deste trabalho, portanto, está na possibilidade de contribuir com os estudos no campo do sindicalismo do período de 1946 a 1964, focando a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores.

Com este objetivo, apresento no primeiro capítulo um debate historiográfico relativo ao conceito de populismo que ainda ocupa espaço importante nas análises sobre a história contemporânea da América Latina, uma vez que as muitas críticas a este conceito não têm longo alcance fora da Academia.

Entendo que a temática do populismo é de suma importância para a análise que procuro fazer nesta tese, pois procuro elaborar um estudo sobre o CGT que possa avaliar sua atuação sem enquadrá-lo na lógica de interpretação que considera as amarras criadas pelos mecanismos de manipulação presentes na teoria do populismo.

Este capítulo apresenta uma análise densa dos principais autores ligados à construção e à desconstrução da teoria do populismo, apresentando um ponto crucial para a linha teórica empregada neste trabalho, pois considero ser de extrema importância partir da ideia de que as ações dos atores sociais não podem partir de um modelo preestabelecido que limite as análises sobre sua trajetória.

No Capítulo II, intitulado *O Contexto político e a origem do CGT* procurei analisar o cenário político no qual surgiu o CGT, entendendo que a crise política iniciada com a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros deu início a um período politicamente muito relevante da história recente do nosso país. Contexto esse que considero muito profícuo para o surgimento de uma entidade politicamente tão relevante quanto o CGT.

Neste capítulo a proposta é fazer um resgate dessa conjuntura política dos anos 1960 e dos embates dentro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a CNTI, desde a eleição de Clodsmidt Riani para a presidência desta entidade, fato que pode ser considerado um dos primeiros passos para a fundação do CGT.

Além disso, procurei aprofundar a análise do período vivido pelo país tentando mostrar também a relação que o movimento operário estabelecia com os eventos políticos que estavam em curso naquela época.

Procurei apresentar uma perspectiva da fundação do CGT que ressalta o fato de sua criação ser um ato de confronto com a legislação sindical vigente na época, o que não deixa de ser uma demonstração de que os quadros do sindicalismo pós-1930 não ficaram totalmente subservientes à legislação estatal e ao Ministério do Trabalho.

No Capítulo III, intitulado *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil*, direciono minha análise para a apresentação da estrutura e do funcionamento do CGT, buscando resgatar as relações entre o mesmo e as entidades sindicais de várias partes do país a ele filiadas.

Outra questão que este capítulo procura abordar é a atuação das diferentes categorias profissionais nas manifestações lideradas pelo CGT, além de tentar resgatar uma visão que suas lideranças tinham de seu relacionamento com as bases.

Por fim, o capítulo busca estabelecer uma conexão entre a memória construída nos anos 1980 e a trajetória do Comando Geral dos Trabalhadores no período de sua atuação no

início dos anos 1960, fazendo também uma ponte com suas relações com o governo Goulart, questão aprofundada no capítulo seguinte.

No Capítulo IV, *Classe operária, sindicato e Estado: harmonia e conflito*, busquei analisar o CGT e sua relação com o governo/Estado, as benesses e os confrontos.

Nesse capítulo procurei mostrar como era a relação do CGT com o governo de João Goulart. Muitas análises sobre o movimento sindical no período que vai de 1930 a 1964 entendem que sua atuação esteve sempre subordinada à manipulação do Estado.

Assim, procurei mostrar que existia, ao mesmo tempo, um governo que encarava a causa operária de uma maneira específica, não necessariamente manipulando, mas com uma postura de abertura ao diálogo e um movimento operário que apoiava as propostas do governo, mas que também concordava com todas as suas posturas e propostas. A atuação do movimento sindical pode ter afinidades políticas com o governo sem, no entanto, ser manipulado por este como simples massa de manobra.

Finalmente, o Capítulo V, *O CGT e os movimentos sociais de esquerda*, traça um paralelo entre a atuação do CGT e a atuação de outros movimentos sociais que compartilharam suas reivindicações, às vésperas do golpe de 1964.

O capítulo contém uma apresentação básica dos movimentos sociais que se manifestaram a favor das Reformas de Base e está dividido em quatro seções que abordam as reivindicações dos grupos “nacionalistas” acerca de uma série de questões.

Dentre tais questões, temos o direito de filiação internacional; as relações entre o CGT e movimentos sociais urbanos como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE), além de seu engajamento na Frente de Mobilização Popular (FMP).

Também foi analisado o engajamento do CGT e de outras entidades sindicais na realização de um congresso de apoio ao povo cubano, frente às investidas dos EUA na ilha após a revolução liderada por Fidel Castro; e por fim, porém não menos importante, as relações entre o CGT e os trabalhadores rurais que, no mesmo período de atuação do CGT, lutavam pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo, além do direito de sindicalização que culminou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, a CONTAG.

Neste trabalho, vou procurar analisar a trajetória do Comando Geral dos Trabalhadores, unidade sindical surgida no início dos anos 1960 e que foi construída por quadros que, dentro do CNTI, faziam oposição a grupos ministerialistas, em uma atitude de enfrentamento político que torna a ideia de que os sindicalistas que atuaram durante o período democrático eram apáticos e manipulados, no mínimo, curiosa.

O livro de Lucilia de Almeida Neves Delgado, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, é uma obra importante para os estudos sobre a atuação da classe operária que explora a história da fundação do CGT, entidade que teve destacada atuação política ao longo do governo João Goulart especialmente no que se refere à mobilização dos trabalhadores em torno da proposta das Reformas de Base.<sup>20</sup>

Delgado fez um estudo pioneiro sobre a história da fundação do CGT e sua estrutura de atuação que desafiava o modelo de sindicalismo permitido pela CLT, mostrando como a partir da CNTI, formou-se o CGT.

Em sua análise do movimento sindical, a autora indica que não se poderia fugir de questões como autonomia e liberdade (ou a falta de autonomia e liberdade) no aprofundamento das relações entre as classes trabalhadoras e o Estado. Além disso, ela destaca também a relação entre os sindicatos e as bases que estariam limitadas pela legislação que regulamentava esta interação.

Na leitura da autora, o Comando Geral dos Trabalhadores, por um lado representava uma ruptura com esta legislação limitadora da atuação sindical, mas por outro, teria funcionado como organismo sindical corporativista.<sup>21</sup>

O CGT não teria conseguido realizar um trabalho de penetração efetiva nos conselhos e comitês de fábrica ou nas empresas. Não havia uma ligação concreta entre os anseios e necessidades dos trabalhadores e a atuação das lideranças desta entidade. Delgado afirma que, desde a década de 1930, o Estado procurava, através do corporativismo, substituir a luta sindical pela conciliação de classes<sup>22</sup>.

Nesta obra, a autora afirma que a lei por si só não chegou a impedir a intensa mobilização social e admite que existiram correntes sindicais que procuravam romper com a “participação sindical dentro dos limites do aparato do Estado”, o que teria ocorrido, no seu entender, apenas em parte.

A partir dos anos 1930, estabeleceu-se uma estrutura de organização sindical que era vertical que deveria ser distribuída entre sindicatos, federações e confederações. As Confederações só poderiam reunir federações de uma mesma categoria, sendo vedada pela legislação a criação de um organismo que reunisse todas as categorias trabalhistas.

O CGT lutava pela revisão da legislação trabalhista e elaboração de um código de trabalho, já que a CLT estava superada em vários pontos e fora moldada na *Carta Del Lavoro*

---

<sup>20</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p.14-15.

<sup>21</sup> Idem. p. 84.

<sup>22</sup> Idem, Ibidem. p. 85.

de Mussolini. Exigia também a extinção do imposto sindical, acompanhado da plena autonomia sindical além da total liberdade de organização<sup>23</sup>.

A autora não chega a aprofundar uma discussão sobre os limites da concepção de que não havia ligações profundas entre as lideranças sindicais e as bases, concluindo que o êxito dos moimentos grevistas organizados pela entidade no período de sua atuação estaria associado ao contexto de crise do populismo. Sendo assim, o CGT representaria, segundo esta autora, uma dupla faceta: o fortalecimento da classe trabalhadora, expresso na criação de uma entidade nacional; e sua debilidade pela ausência de “organizações entranhadas no seio da classe trabalhadora”.<sup>24</sup>

Na concepção de Delgado, a proposta de criação do CGT no III Congresso Nacional dos Trabalhadores, em 1963, não pressupunha uma estrutura que confrontasse a estrutura oficial: ela apenas propunha a horizontalização da organização<sup>25</sup>. Tratar-se-ia de uma proposta que não se opunha à legislação em vigor, mas sim de uma tentativa de “democratização pelo alto da estrutura sindical”.

Delgado recorre às ideias de Kenneth Erickson que considera a existência de pactos intersindicais como uma associação entre a dominação pelega e o que chama de “prática populista clássica”, ao passo que o surgimento de entidades como o CGT e o PUA enquadrar-se-iam em uma “prática populista radical”<sup>26</sup>.

A autora da obra em questão pondera que o conceito de “prática populista radical” tem suas limitações, mas que “expressa bem o que ocorria no sindicalismo nos anos 1960”, pois mesmo que as propostas do CGT fizessem oposição ao conservadorismo sindical, sua prática não se distanciou do corporativismo.

A despeito dessa leitura, o que as pesquisas recentes vêm mostrando é que existe uma cultura política própria entre os trabalhadores brasileiros. A História do Trabalho e os estudos sobre a construção da cidadania no Brasil ajudam a compreender a lógica dessa cultura política e a avaliar historicamente a trajetória da classe operária brasileira. Esta é, sem dúvida, a perspectiva teórica que este trabalho procurará desenvolver.

Essa leitura negativa sobre a trajetória do movimento operário brasileiro está associada também ao surgimento, nos anos 1980, surgia uma central sindical que se apresentava como a legítima representante dos interesses dos trabalhadores uma vez que rompia, justamente, com as amarras do corporativismo.

---

<sup>23</sup> Idem, Ibidem. p.91.

<sup>24</sup> Idem, Ibidem. p. 206.

<sup>25</sup> Idem, Ibidem. p. 96.

<sup>26</sup> Os grifos são do autor. Idem, Ibidem. p.99.

Com esse discurso, a Central Única dos Trabalhadores foi fundada e se firmou através da construção de uma memória extremamente negativa sobre a atuação sindical entre os anos de 1930 e 1964, que estaria subordinada aos interesses de cúpula e seria subserviente em relação à legislação imposta pelo Estado populista.

No entanto, uma análise apurada das reivindicações das duas entidades (o CGT e a CUT) revela que suas reivindicações são muito semelhantes, sobretudo no tocante às críticas às limitações impostas pela CLT à organização sindical.

Neste trabalho, tomarei como objetivo estabelecer um rompimento entre a história do que passou a ser identificado como “velho” sindicalismo com a teoria do populismo e também com a noção de que as limitações estabelecidas por esta atuação política teriam possibilitado o surgimento de uma classe operária apática e lideranças sindicais pelegas que não efetivaram uma prática capaz de emancipar a classe trabalhadora.

Faz-se necessário apresentar, de maneira breve, um parecer sobre o uso das diferentes fontes utilizadas neste trabalho. Foram utilizados vários tipos de fontes, tais como: os periódicos *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Novos Rumos*, disponíveis na seção de periódicos da Biblioteca Nacional e também na sua hemeroteca digital, relatos orais e artigos das principais lideranças do movimento operário nos anos 1960, oriundos do Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e dos anais dos departamentos de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cartas dirigidas à classe operária, redigidas por João Goulart quando ministro do trabalho, assim como cartas de outros ministros da mesma pasta disponíveis no Centro de Documentação e Memória da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e documentos do Departamento de Polícia Política e Social (Fundo DPS), disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Com relação aos periódicos, a ideia, a princípio, era não utilizar o *Correio da Manhã* e nem o *Última Hora*, que foram amplamente explorados no trabalho sobre o CGT feito por Lucília de Almeida Neves Delgado. Ainda em um primeiro momento, procurou-se utilizar o jornal *O Globo*, para ter a perspectiva da grande mídia sobre o CGT e sua atuação.

No entanto, durante o trabalho de pesquisa ficou claro que o espaço dado ao CGT por este jornal era muito pequeno. Não haveria material suficiente para a construção da tese.

Passou-se então para a análise do *Jornal do Brasil* que claramente dava muito mais espaço às ações do CGT, sua relação com o governo de João Goulart, os movimentos grevistas nos quais a entidade atual, bem como seu posicionamento em relação às questões políticas e econômicas vividas pelo país na época. Isso explica a intensa utilização das notícias e manchetes deste jornal como fonte.

No caso do periódico *Novos Rumos*, a ideia original era não utilizá-lo por se tratar de um periódico de posições políticas claras e que apoiava as demandas dos diversos movimentos sociais da época. No entanto, diante das poucas opções de fontes acerca de alguns episódios como o IV Encontro Nacional Sindical que foi muito pouco veiculado pela grande mídia, tornou-se imprescindível o uso das reportagens deste jornal por se caracterizarem como mais claras e dispostas a dar cobertura ampla a estas questões.

Os relatos orais têm um papel muito relevante na construção deste trabalho, visto que se buscou dar a dimensão de como os atores ligados à construção do CGT percebem sua atuação, destacando o papel da memória na elaboração de seus relatos e avaliações das decisões tomadas e as posições escolhidas.

As fontes encontradas no CPDOC/FGV se tornaram uma dificuldade considerável ao longo do processo de elaboração da tese, visto que este arquivo ficou fechado ao público por um tempo considerável. A ideia de analisar as cartas e discursos dos ministros do trabalho, como o próprio João Goulart, era fazer uma apresentação da percepção que os agentes do Estado tinham sobre a legislação trabalhista e da sua relação com a classe trabalhadora.

Por fim, utilizei as fontes encontradas no APERJ, sobretudo as do Fundo DPS que contêm uma série de relatos da polícia política sobre as atividades de entidades de esquerda como o CGT e o PUA, no período analisado, bem como relatórios sobre as principais lideranças dessas entidades e suas atividades políticas, como participação em greves, piquetes e reuniões de todo tipo.

Outras fontes possíveis estavam disponíveis no arquivo pessoal de Clodsmidt Riani, na cidade de Juiz de Fora e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Porém, o fato de se localizarem em outros estados inviabilizaram o meu acesso, visto que desenvolvi este trabalho sem bolsa ou auxílio financeiro de qualquer tipo e concomitantemente com minhas atividades laborais, das quais não tinha possibilidade de me afastar.

## 1 BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

É consenso para vários estudiosos que trabalham com o movimento operário, que o golpe de 1964 exerce uma grande influência nos estudos sobre este tema. Esta ocorrência frustrou as esperanças de quem acreditava no projeto nacionalista e abalou a convicção daqueles que acreditavam em uma via de mudanças mais radical, impulsionada pelos movimentos sociais.

Em grande medida, os estudos sobre a classe operária passaram a buscar as causas que explicassem o sucesso do golpe e o porquê ele não fora detido pela atuação popular. Basicamente, procura-se entender porque a classe operaria não foi eficaz em definir perspectivas autônomas e sua, suposta, inabilidade de atuar de forma independente na luta contra as classes dominantes e também contra o Estado<sup>27</sup>.

São muitas as análises acerca da história política do Brasil Republicano, mas esses estudos acabaram convergindo em um ponto fundamental: a ideia de que a esquerda, assim como a classe operária, teriam fracassado devido a características da política brasileira que começaram a se desenhar nas relações entre o Estado e a sociedade a partir dos anos 1945, para alguns ou 1930, para outros.

O preço que a América Latina e o Brasil pagariam pela existência de um Estado forte e interventor seria uma sociedade civil frágil e uma democracia debilitada. A vitória dos setores de direita em 1964 serviria como a prova incontestável de que a subordinação do movimento operário às práticas populistas teria selado o seu destino<sup>28</sup>. Não são poucos os autores que contribuem para a explicação do golpe de 1964 através da ideia de que este representava o esgotamento da capacidade de manipulação dos líderes carismáticos, o que deflagraria o colapso do populismo.

Sendo assim, as pesquisas que têm como objeto de estudo a classe operária brasileira ganharam espaço relevante no meio acadêmico na década de 1950, mas se aprofundaram de maneira significativa em meados dos anos 1970<sup>29</sup>. Esse interesse se justifica devido ao processo de redemocratização da América Latina que trouxe à tona discussões sobre a construção de uma cidadania plena e de uma democracia sólida nessa região, o que

<sup>27</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio; FONTES, Paulo (organizadores). *Na luta por direitos*. Estudos recentes em história Social do Trabalho. São Paulo. Editora da Unicamp, 1999. p. 53.

<sup>28</sup> Idem. p. 53.

<sup>29</sup> Os estudos sobre a trajetória da classe operária brasileira ganham amplo espaço na década de 1950, mas são intensificados em momentos posteriores. A partir dos anos 1960 até pelo menos meados da década de 1970 existe um foco na análise dos golpes militares que se multiplicaram na América Latina e a partir de então a abordagem passa a se debruçar sobre os processos de redemocratização.

obrigatoriamente deveria passar pela destruição de um legado autoritário característico do nosso continente<sup>30</sup>.

Esse legado teria começado a ser construído nos anos 1930, quando os Estados latino-americanos teriam criado mecanismos de controle social, como resposta à crise do liberalismo que suscitou a construção de Estados fortes que se apresentaram como promotores da legislação social e mediadores dos conflitos de classe. Essa legislação fazia parte de um novo projeto político, mas também tinha o intuito de estabelecer o controle do Estado sobre o trabalhador.

De fato, o antiliberalismo ganhara terreno a partir da década de 1930 e com isso a integração política das massas passou a ser entendida como única forma de evitar a revolução popular. Para muitos estudiosos do tema, nem as classes dirigentes tradicionais (no Brasil, chamadas de oligarquias) nem a burguesia nacional estavam em condições de assumir o controle político e por isso esta tarefa teria ficado a cargo de um líder carismático capaz de estabelecer um diálogo direto e eloquente com as massas. Esse fenômeno político foi interpretado por muitos autores como o Populismo<sup>31</sup>.

Os trabalhos que se dedicaram à análise do movimento operário brasileiro podem ser divididos em dois tipos: os que reforçavam a ideia de que a classe operária brasileira era determinada estruturalmente no processo de sua formação, o que justificava comportamentos e ações inadequados para a prática revolucionária; e àqueles que começaram a criticar essa interpretação, apresentando leitura alternativa para a história do movimento operário brasileiro. O que esses estudiosos têm em comum é a adoção de um paradigma no qual a classe operária aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria de ação advinda de suas práticas, enfim, um sujeito determinado por condições exteriores a sua existência.<sup>32</sup>

Os trabalhos acadêmicos que surgiram neste período estavam relacionados a uma preocupação em relação à modernização econômica do Brasil. Este processo os levava a pensar nas condições em que esta modernidade estava sendo implantada e nos processos que levariam as populações a se adaptarem a ela.<sup>33</sup>

A preocupação fez crescer o interesse nas forças sociais emergentes neste acelerado processo de modernização brasileira, ou seja, as classes que pudessem fazer parte de uma transformação das bases políticas e sociais do país. Os estudos procuraram uma base empírica

---

<sup>30</sup> In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (organizador) *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 127.

<sup>31</sup> Idem. p. 131.

<sup>32</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder e TELLES Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos a imaginário acadêmico. In: *Revista Brasileira de História*, n. 6. São Paulo, ANPUH, 1983.

<sup>33</sup> Idem. p. 134.

de explicação, o que levou a uma comparação com os países de industrialização clássica – em particular, o caso europeu. Essa comparação fez surgir perguntas sobre as peculiaridades do operariado brasileiro e sobre o lugar que ele ocuparia nesta transformação<sup>34</sup>. A resposta encontrada foi o fenômeno do populismo.

### 1.1. As análises sobre o movimento operário no Brasil: a teoria da modernização

Quase todos os autores que elaboraram representações acadêmicas sobre a classe operária brasileira, na tradição sociológica então existente, utilizaram-se desta perspectiva marxista.<sup>35</sup>

O primeiro a tecer uma análise ligada à teoria do populismo foi Gino Germani que procurou justamente explicá-lo como um fenômeno decorrente do processo de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade desenvolvida. Para ele e Torquato Di Tella, os processos de transição são momentos de tensão estrutural que levam à emergência deste tipo de fenômeno político. Essa tensão coloca em evidencia dois seguimentos sociais: as massas, que têm atenção especial de Germani, e as elites, que atraem maior atenção de Di Tella.

Essa linha de análise é compartilhada também por Steve Stein, para quem o populismo teria se constituído na principal fórmula de controle social na América Latina, sendo um produto de uma “cultura política patrimonialista” herança da cultura ibérica<sup>36</sup>.

Dentre os estudos que adotam essa perspectiva marxista sobre o estudo da classe operária, podemos destacar os de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues que desenvolveram trabalhos amparados na teoria da modernização, além dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e Francisco Weffort, que se utilizaram da perspectiva histórico-estrutural.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> Na coletânea *Populismo e Neopopulismo em America Latina*, Mackinnon e Petrone colocam que existem duas grandes correntes explicativas sobre o populismo. A primeira, que eles chamam de teoria da modernização, ressalta a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana e industrial e a outra, que eles chamam de histórico-estrutural, que considera o populismo como uma fase do desenvolvimento do capitalismo latino-americano. In: MACKINNON, Maria Moreira; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo e Neopopulismo em America Latina. El problema de la encienista*. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 21.

<sup>35</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES Vera da Silva. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos a imaginário acadêmico*. Op. Cit. p. 135.

<sup>36</sup> Segundo os autores da coletânea *Populismo e neopopulismo em America Latina*, muitos estudiosos sustentam a tese de que as incoerências da análise populista estariam ligadas ao conflito entre suas distintas perspectivas. A primeira linha de análise seria a que foca no papel dos camponeses como atores políticos e a segunda dá destaque às tensões entre o povo e a elite. In: MACKINNON, Maria Moreira; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo e Neopopulismo em America Latina. El problema de la encienista*. Op. Cit. p. 25.

<sup>37</sup> Dentre as obras desses autores, podemos destacar os seguintes. LOPES, Juarez Brandão. Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, Bertram (organizador). *Trabalho e mobilidade*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960; CARDOSO, Fernando

Juarez Brandão procurou, em seus estudos, o trabalhador na fábrica. Ou seja, ele queria conhecer as formas como esses trabalhadores se ajustavam às relações de trabalho. E o que ele encontrou não foi exatamente um operariado fabril, mas sim migrantes da zona rural, urbanizados e com uma precária vinculação com o ambiente industrial. Os trabalhadores encontrados nas pesquisas deste autor eram na verdade pessoas que mudavam constantemente de ocupação e que não valorizavam a ocupação nas fábricas mais do que qualquer outra ocupação na zona urbana.

As análises de Juarez Brandão foram responsáveis por introduzir uma perspectiva negativa nos estudos classe operária brasileira. Ele pode ser apontado como o responsável pela inserção do fator origem nos estudos sobre os trabalhadores brasileiros, acreditando que o interesse deveria ser o trabalhador de origem rural.

O fluxo de mobilidade examinado é o de indivíduos que realizavam muitas vezes uma mudança radical de ambiente, transpondo literalmente em poucos dias várias épocas de evolução socioeconômica. Para o estudo sociológico deste processo de mudança e ajustamento, é necessário analisar antes a motivação e a conduta econômica em sociedades tradicionais e na urbano-industrial<sup>38</sup>.

Segundo Lopes, o comportamento no trabalho é parte de uma composição social que compreende um sistema de papéis sociais, uma estrutura de autoridade e de direitos que deriva de um corpo de normas que sustentam o comportamento do homem no trabalho.

A motivação para o trabalho seria a mesma em qualquer sociedade: satisfação da necessidade e desejos, além de reconhecimento social. O reconhecimento social é obtido pela obediência às normas tradicionais que prescrevem como deve ser realizado o trabalho<sup>39</sup>.

No caso das sociedades tradicionais, o trabalho não está associado à expectativa do indivíduo em obter satisfação material, mas sim a uma prescrição moral. O indivíduo, neste caso, sente-se obrigado a obedecer a determinadas normas.

Lopes avalia que a classe operária paulista, nos anos 1960, formou-se com a imigração, mas, principalmente, com a migração de pessoas oriundas de sociedades tradicionais e que passaram a integrar uma economia racional de mercado<sup>40</sup>.

---

Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. In: *Sociologia do Trabalho*, 1961, nº 4, pp. 50-65; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo. Difel, 1966; OLIVEIRA, Francisco. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". In: *Seleções CEBRAP 1*, São Paulo: Brasiliense, 1975; WEFFORT, Francisco. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)". Estudos CEBRAP, n.4. São Paulo, 1973.

<sup>38</sup> In: LOPES, Juarez Rubens Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e Trabalho*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960. p. 361.

<sup>39</sup> Idem. p. 363.

<sup>40</sup> Idem. Ibidem. p. 367.

Na leitura de Lopes, a fábrica era ainda o campo, com sua tradicionalidade, seu paternalismo, seu fatalismo e seus padrões de solidariedade afetiva. O problema dessa classe estaria justamente na sobrevivência de uma mentalidade rural nas cidades.

A origem do trabalhador estaria ligada também ao seu nível de qualificação. Lopes divide o operariado paulista entre os não qualificados, oriundos do interior de São Paulo, e os qualificados, imigrantes europeus provenientes de famílias de operários também qualificados e de pequenos artesãos<sup>41</sup>.

A origem basicamente rural do trabalhador brasileiro teria levado a uma ausência de padrões de ação coletiva, o que tornaria esta classe operária mais suscetível à legislação trabalhista implantada pelo Estado brasileiro na Era Vargas.

Na sua visão, o sindicato não penetrava fundo o bastante nas oficinas de fábrica para poder influenciar o comportamento deste sujeito que reproduz sua visão tradicionalista e rural no ambiente fabril o que propiciava que este indivíduo o utilizasse como meio para fins econômicos e individuais, tais como aumento de salários, indenizações, aviso prévio etc. A maioria dos trabalhadores entrava no sindicato quando precisava dele, sobretudo para serviços de advocacia<sup>42</sup>. Para o trabalhador, o sindicato não era uma coisa feita por ele, mas para ele.

Leôncio Martins Rodrigues segue a mesma linha de Juarez Brandão ao considerar que a classe operária brasileira sofreu enorme influência de seu ambiente de origem: o campo. Ao conservar os modos de sentir, pensar e agir tradicionais, a classe interpretava a realidade fabril, comparando-a com os modos de vida e trabalho nas zonas não industriais.

Segundo a análise de Rodrigues, o camponês brasileiro se diferencia do europeu em uma questão fundamental: a industrialização brasileira não se deu à custa da expropriação sistemática no meio rural, fato que ocorreu na Europa e empurrou os camponeses para as zonas urbanas. Ou seja, o trabalhador urbano egresso do campo fora espoliado desde sempre e

---

<sup>41</sup> Na minha Dissertação de mestrado cheguei a avaliar essa consideração acerca da distinção entre o trabalhador rural de origem brasileira e o de origem estrangeira. Existem estudos que o imigrante tinha uma origem, também rural. Essa diferenciação entre o pensamento mais avançado do estrangeiro em relação ao tradicionalismo do homem do campo brasileiro não chega a se sustentar. Ver: BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (organizadores) *O Brasil Republicano vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006; e SANTOS, Raphaela de Almeida. *A CUT, o "novo" sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>42</sup> In: LOPES, Juarez Rubens Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e Trabalho*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1960. p. 399.

por isso sempre estivera à margem da vida política nacional. Essa situação não se altera com sua chegada aos centros urbanos<sup>43</sup>.

Nesse caso, nem o trabalho industrial e nem a condição operária são positivamente valorizados. O que os trabalhadores valorizavam era um bom emprego em uma boa empresa. O que ocorria era que a perspectiva de classe desaparecia, dando lugar a uma visão individualista. O baixo nível de solidariedade profissional decorreu de uma individualização do sindicato, da empresa e da própria sociedade industrial.<sup>44</sup>

A ausência de solidariedade operária não se explicaria, no entanto, exclusivamente pela permanência de uma mentalidade tradicional camponesa. Faltava a esta classe operária que se formou no Brasil uma familiaridade com a civilização urbana e uma tradição operária, ou mesmo um relacionamento mais profundo com a condição operária<sup>45</sup>.

Esta situação teria sido agravada pela inexistência de um “partido operário”<sup>46</sup> suficientemente expressivo. O PTB não pode ser, na opinião de Rodrigues, comparado aos partidos trabalhistas europeus. Isso porque a ascensão da classe operária no cenário político nacional ocorreu sob a égide do populismo. Nas palavras do autor:

“(…) orientadas não por ideologias negadoras do sistema social mas por aspirações de integração a sociedade urbana e moderna, sob lideranças de tipo paternalista originárias das classes superiores. O internacionalismo proletário, presente nos primórdios do movimento europeu, foi substituído por uma ideologia nacionalista nem sempre claramente formulada”<sup>47</sup>.

Essa situação perdurou graças à atuação do Estado que passou a interferir gradualmente na questão operária através da influência na vida sindical até assumir o controle total dos sindicatos. A existência destes passou a depender da anuência do Ministério do Trabalho, criado em 1930, a pluralidade sindical foi destruída, as greves foram proibidas e consideradas um recurso antissocial e, além disso, as diretorias eleitas deveriam ser reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, o que expressava a imposição de um “atestado ideológico”, que impedia a ação de qualquer grupo antigovernista no interior dos sindicatos<sup>48</sup>.

<sup>43</sup> In: RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicato no Brasil. In: Idem. (organizador). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 349.

<sup>44</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES Vera da Silva. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos a imaginário acadêmico*. Op. Cit. p. 139.

<sup>45</sup> In: RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicato no Brasil. In: Idem. (organizador). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 350. Interessante esta consideração de Leôncio Martins Rodrigues, visto que ele introduz o referido artigo anunciando que faria um estudo da classe operária brasileira colocando-a em comparação com a classe operária europeia. A construção da tradição operária desta última não chega a ser um tema apreciado por este autor, o que deixa uma impressão de que, na Europa, a integração do camponês com a civilização urbana fora imediata.

<sup>46</sup> Grifo do autor. Idem. p. 342.

<sup>47</sup> Idem. Ibidem. p. 342.

<sup>48</sup> Idem. Ibidem. p. 348.

## 1.2. **As análises sobre o movimento operário no Brasil: a perspectiva histórico-estrutural**

Nas décadas de 1960 e 1970, outros estudos sobre a classe operária brasileira surgiram, baseando-se em novos pressupostos. Basicamente, nessas novas leituras o foco da análise deixava de ser o fator origem do trabalhador e passava a ser as condições do desenvolvimento político da classe operária. Surgia a chamada interpretação sociológica que, segundo Luiz Werneck Vianna, não estaria associada às leituras acadêmicas predominantes na década de 1960, que identificaram na origem do trabalhador (oriundo do campo) o principal fator de sua subordinação ao pacto populista.

Nesse sentido, a interpretação política representaria uma superação da análise do “fator origem” na medida em que considera que as causas da fraqueza da classe operária brasileira deveriam ser buscadas não na sua origem ou composição, mas sim nas orientações de suas lideranças.<sup>49</sup>

Um estudioso, cujo trabalho contribuiu para a negativização da classe operária brasileira, foi Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário de Juarez Brandão, este autor buscou compreender o operário longe do ambiente fabril, tentando analisar a classe trabalhadora através de uma teoria da história, inserindo-a na abstrata noção de consciência de classe.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto partem da ideia de que o processo de desenvolvimento econômico é social, pois mesmo os seus aspectos meramente econômicos deixam transparecer as relações sociais subjacentes a ele<sup>50</sup>. A noção de passagem de uma sociedade tradicional agrária para uma sociedade moderna e industrial também é considerada no trabalho desses autores, que analisam esse processo de desenvolvimento que ocorreria na América Latina no início do século XX.

Tal processo teria formado um padrão híbrido de sociedade que seria a característica principal dos países, considerados pelos autores como países em desenvolvimento. Não se chegava ao ponto de imaginar que a América Latina no início do século XX estava como a Europa do século XIX. Havia diferenças estruturais significativas entre esses dois momentos e lugares, porém, para esses autores, ficava claro que havia, entre o continente americano e o europeu, certo descompasso no andamento do desenvolvimento urbano-industrial<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.41. ANPOCS, 1999.

<sup>50</sup> In: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1975. p. 17.

<sup>51</sup> Idem. p. 19.

Na América Latina, segundo esses dois autores, a urbanização acelerada e desgovernada precedeu cronologicamente o processo de industrialização, o que teria propiciado as aspirações políticas que favoreceriam a participação das massas na política, antes que se observasse um crescimento autônomo das economias nacionais.

Utilizando-se de uma noção modelar de classe, Fernando Henrique Cardoso procurou explicar por que a classe operária brasileira não possuía formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável sua condição de proletariado. A origem do problema estaria, segundo ele, na Primeira República, onde faltou uma industrialização poderosa capaz de homogeneizar as relações sociais e dotar os operários do período de práticas condizentes com sua situação de classe.

O modelo de desenvolvimento econômico limitaria a ação política na avaliação desses dois sociólogos. Nesse processo de desenvolvimento, os setores agroexportador e médio urbano disputam a hegemonia no campo político. No centro dessa disputa, aparecem os setores populares que figurariam ora como objeto de dominação, ora como base de sustentação política<sup>52</sup>.

O populismo aparece nesta análise como um projeto de desenvolvimento que procurava conciliar os interesses antagônicos da classe industrial – que buscava ampliar seu poder de acumulação – e os das massas trabalhadoras que visavam a melhorar suas condições de vida.

Nesse aspecto, o assim denominado pelos autores “populismo desenvolvimentista” tentaria conectar a ampliação do consumo, a participação estatal no desenvolvimento e o fortalecimento dos setores urbanos e industriais. Partindo deste propósito, o populismo teria duas tarefas que se faziam fundamentais: criar possibilidades de distribuir renda, mesmo que de forma moderada, para permitir a incorporação das massas na vida política e social e consolidar uma liderança política capaz de se impor sobre esses interesses contraditórios, obtendo a conciliação entre os grupos em conflito em prol do interesse nacional<sup>53</sup>.

Em outras palavras, o que Faletto e Cardoso concluem é que a dinâmica da política populista obedece a uma lógica simples, que prevê a criação de benefícios efetivos para as massas, contanto que isso não prejudique os interesses das classes dominantes, tanto tradicionais quanto “modernas”.

Em suas considerações sobre a política populista, os autores defendem a tese de que esta se relaciona com a debilidade das burguesias nacionais latino-americanas combinada com

---

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*. p. 93.

<sup>53</sup> Idem, *Ibidem*. p. 94/5.

a falência política dos setores agroexportadores tradicionais. Fazia-se necessária a intervenção de um Estado que desse conta das aspirações das massas.

Esse modelo de desenvolvimento, baseado na conciliação de interesses antagônicos, só foi possível devido a um dinamismo econômico que permitira a transformação do camponês em assalariado, precipitando sua incorporação na política através da batuta do Estado que controlava sua atuação<sup>54</sup>.

Nas palavras dos autores:

No Brasil o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratara de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular e urbano<sup>55</sup>.

Um ponto de consenso entre as teorias sobre o populismo seria a atuação ineficiente dos sindicatos que tiveram de lidar, ao mesmo tempo, na análise de Fernando Henrique Cardoso, com um Estado centralizador e com uma classe trabalhadora que se constituiria antes como classe empregada do que como massa oprimida.

Em uma comparação clara com a trajetória da classe operária europeia, Fernando Henrique Cardoso compreende a classe operária brasileira como vazia no sentido de que a heterogeneidade de sua inserção no ambiente industrial, o controle estatal das organizações sindicais e sua composição recente a colocava em contraposição a uma classe operária consciente de seus interesses, isto sim, segundo ele, uma classe plena.

Uma vez que esse modelo de desenvolvimento se amparava na conciliação entre interesses de grupos antagônicos chegaria o momento em que seria necessário escolher entre os interesses de um ou de outro. E teria sido a tentativa de expandir os direitos concedidos aos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, feita por João Goulart, que levaria à ruptura da aliança entre os grupos dominantes e o Estado populista. Dava-se o colapso do populismo, já que este não serviria mais de base de sustentação do poder desses grupos dominantes<sup>56</sup>.

Mas o trabalho que muito contribuiu para reforçar esta visão, bem como para consolidar a teoria do populismo, foi o de Francisco Weffort. No início da década de 1970, inauguraram uma profunda revisão da natureza e dos limites do chamado “sindicalismo

---

<sup>54</sup> Idem. Ibidem. p. 101.

<sup>55</sup> Idem, Ibidem. p. 103.

<sup>56</sup> Idem. Ibidem. p. 106.

populista” e das orientações políticas vigentes neste período e mudaram o enfoque, ressaltando a questão política na configuração da classe trabalhadora brasileira.

Para Weffort, o golpe de 1964 teria possibilitado um repensar teórico e político sobre a classe trabalhadora e sua participação na política brasileira. Ao analisar o sindicalismo pré-1964, este autor destaca a atuação dos comunistas, entendida como agente fundamental na constituição do que ele chama de “sindicalismo populista”.<sup>57</sup>

Os questionamentos sobre o golpe de 1964 só poderiam ser respondidos se remontássemos o contexto político e social do Brasil em que a classe operária passou a ter mais visibilidade, ou seja, a Era Vargas (1930-1945) e o Período Democrático (1945-1964), recorte que o autor identifica como o surgimento do estado de massas no Brasil.

O ponto de partida seria, segundo Weffort, a revolução de 1930. A partir dela, o Estado oligárquico controlado pelos cafeicultores e alicerçado na grande propriedade agrária foi seriamente abalado e deu lugar afirmação de um Estado democrático apoiado nas grandes massas urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização<sup>58</sup>.

Quando a política baseada nos velhos setores tradicionais agrários deixou de ser viável, devido à decadência da economia de exportação como reflexo de estímulos externos, tornou-se possível a renovação da cúpula dirigente que passou a se vincular a setores agrários menos atrelados à economia de exportação<sup>59</sup>.

No entanto, a crise do setor oligárquico não chegou a produzir condições para que a classe média – situação que o autor ressalta comum a todos os países da América Latina – pudesse assumir uma ação política autônoma<sup>60</sup>.

Surgia, assim, uma situação em que nenhum dos grupos (classe média, setor cafeeiro e setores agrários menos vinculados à exportação) conseguiria conquistar a supremacia política. Esta seria a conjuntura favorável para o aparecimento do líder carismático.

Depois de 1930, contudo, estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontravam vinculados aos centros básicos da economia.

<sup>57</sup> Idem.p. 4.

<sup>58</sup> In: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. p. 45.

<sup>59</sup> Weffort identifica esses “setores agrários menos vinculados à exportação” com os políticos oriundos do Rio Grande do Sul.

<sup>60</sup> Idem. p. 48.

Weffort considera que é nesse cenário que surge um novo personagem na história do Brasil: as massas populares urbanas que se tornariam a única fonte de legitimidade para o novo Estado brasileiro. Surgira o fantasma do povo, que fora soberbamente manipulado por Getúlio Vargas durante 15 anos. Foi através de Vargas que o Estado criaria uma estrutura sindical que trataria de controlar durante as décadas posteriores e “doaria” uma legislação trabalhista para as cidades, manipulando as massas urbanas sem ferir os interesses do latifúndio<sup>61</sup>.

O sindicalismo populista na leitura de Weffort se ajustou ao reformismo nacionalista, se engajou no projeto estatal de controle das massas e privilegiou o Estado, não a sociedade civil, como espaço de intervenção.

O populismo teria sido a forma encontrada pelas elites de submeter os trabalhadores, controlando-os e integrando-os à sociedade capitalista exploradora burguesa. As práticas populistas afastaram o trabalhador das atividades políticas, como partidos, sindicatos ou qualquer outra forma de organização da sociedade civil. O populismo acabou sendo visto como uma política de massa que prejudicou o pleno amadurecimento da classe operária brasileira, que só não teria alcançado o estágio de consciência esperado pelos intelectuais, devido à manipulação exercida pelo Estado, que a impediu de endossar um projeto global de transformação da sociedade.

A manipulação da classe operária, segundo essa leitura, teria se baseado na dobradinha Estado assistencialista e controle sindical. O líder populista, portador de um discurso demagógico que previa a equalização dos interesses dos diferentes grupos sociais, teria deixado as “massas” apáticas e seria a única explicação para a falta de ânimo em defender as instituições democráticas, demonstrada pela classe trabalhadora brasileira.

Seguindo esse viés de análise sociológica, Francisco de Oliveira procurou dar atenção para os mecanismos internos de dominação e acumulação capitalista, mudando o enfoque dos estudos sobre classe trabalhadora para as formas de exploração da força de trabalho.

Assim como Weffort, Oliveira identifica os anos 1930 como o divisor de águas para a história do capitalismo brasileiro, marcando o fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva urbano-industrial<sup>62</sup>. Essa mudança estrutural começa a acontecer a partir de 1930, quando houve a substituição das classes proprietárias

---

<sup>61</sup> Idem. *Ibidem*. p. 51.

<sup>62</sup> O autor considera a existência de um primeiro ciclo de industrialização durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, que ele identifica como substituição de importações. No entanto, ele avalia que, apesar de esse ciclo ter viabilizado o início de um crescimento industrial, ele não fora suficiente para alterar a estrutura socioeconômica do Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções Cebrap1*. Brasiliense, 1975.

rurais na cúpula do poder pelas novas classes burguesas empresariais e industriais. As classes trabalhadoras estavam alijadas desse processo que se caracterizou na alternância das classes dominantes<sup>63</sup>.

Nessa perspectiva, o operariado ganhou um novo tratamento e passou a ser entendido como uma classe dotada de singularidades. Como desdobramento dessa nova forma de encarar o trabalhador, chegou-se a uma compreensão que percebia o capitalismo brasileiro como um sistema que só podia se desenvolver através de uma feroz exploração da força de trabalho.

A expansão capitalista no Brasil contou com a tutela do Estado, já que teria se baseado no modelo de política populista que tratou de conciliar o arcaico com o moderno, através da renovação das relações entre o capital e o trabalho. Na visão de Oliveira, a legislação trabalhista permitirá, em última análise, uma maior e mais rápida expansão do capitalismo explorador.

Nesse sentido, a estrutura sindical vigente e a legislação trabalhista possuíam o único propósito de assegurar o controle e o disciplinamento do operariado brasileiro e o pacto populista vigente no período situado entre 1945 e 1964 era uma forma política de viabilizar um capitalismo excludente e segregador, já que nenhum dos setores dominantes tinha condições de impor diretamente seu domínio sobre as classes populares.<sup>64</sup>

Sabemos que as análises sobre o movimento operário consideram que a classe operária brasileira, após 1930, perdeu sua capacidade de formular seus projetos e de se representar como classe, deixando de estabelecer práticas que estivessem fora dos parâmetros definidos pelo Estado que a controlava.

O movimento operário no período que vai de 1930 a 1964, a “era populista”, é definido pela historiografia sobre o movimento operário como cupulista sendo moldado pela ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas verticais paralelas, a distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida do trabalhador, a recusa em romper com o atrelamento entre sindicato e Estado<sup>65</sup>.

Além daqueles que definem as relações entre classe operária e o Estado como fruto do pacto populista, em uma leitura acadêmica que teve grande repercussão entre os anos 1950 e

---

<sup>63</sup> Idem. p. 30.

<sup>64</sup> Idem, Ibdem. p. 145.

<sup>65</sup> COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo. (1943-1953). In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1999. p. 90.

1970, a historiografia dos anos 1980 também reforçava essa visão sobre a história do movimento operário brasileiro.

Muitos trabalhos acadêmicos se destacaram em relação ao debate sobre o surgimento de um “novo sindicalismo”, a partir das greves do ABC Paulista no final da década de 1970. Dentre eles, os mais relevantes foram os de Maria Hermínia Tavares de Almeida, Ricardo Antunes, Leôncio Martins Rodrigues, Armando Boito Jr. e Marcelo Badaró Mattos.

Grosso modo, esses estudiosos defendem a ideia de que o sindicalismo brasileiro apresentou certa fragilidade, especialmente, a partir de 1930. No entanto, ao longo do período da República Democrática, apesar da incorporação das massas à vida política, através do populismo, o movimento sindical teria ganhado um lugar de destaque na cena política brasileira, transformando-se em uma peça de grande importância no jogo do poder.

O surgimento, nos anos 1980, da Central Única dos Trabalhadores trouxe outro elemento a esta linha de análise, visto que as grandes greves do final da década de 1970 que desembocaram na construção da nova central sindical foram associadas ao surgimento de um “novo” sindicalismo.

A construção da identidade da CUT esteve estreitamente ligada aos trabalhos acadêmicos que consideravam uma diferenciação entre o “velho” (1930-1946) e o “novo” sindicalismo (surgido no final da década de 1970, com as greves do ABC Paulista e endossado pela criação da CUT).

A construção de uma memória do sindicalismo brasileiro segue caminhos bem complexos. A nova Central fez emergir dois tipos de considerações sobre o passado do movimento operário: a de que as ações operárias no início do século XX eram mais conscientes e autênticas, por se basearem na ação direta do trabalhador na reivindicação por seus direitos; e as que se baseiam na depreciação das ações sindicais empreendidas no período situado entre 1930 e 1964. Segundo esta perspectiva, foi neste último período que o proletariado brasileiro teria sucumbido às ingerências do Estado Vargasista. Tratava-se, evidentemente – para os cutistas –, de um momento em que a ação sindical não foi compatível com os verdadeiros anseios da classe trabalhadora<sup>66</sup>.

A perspectiva adotada era a de que a burguesia, aliada ao Estado Populista, teria conseguido criar amarras nas quais o operariado ficou preso por muito tempo. Sem uma

---

<sup>66</sup> Essas considerações fazem parte da minha monografia de final de curso, intitulada *A Central Única dos Trabalhadores: do “novo” sindicalismo à política de “negociação conflitiva”*, apresentada na Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em História, em Julho de 2009.

representação genuína e sem nenhuma impulsão própria<sup>67</sup>, os trabalhadores sucumbiram aos “agrados”<sup>68</sup> que o Estado lhes oferecia em troca de obediência política.

O sindicalismo cupulista teria sido fruto da derrota sofrida pelo movimento operário em várias partes do mundo, considerando-se o avanço dos governos fascistas, quando, na década de 1930, a burguesia, com o apoio de Getúlio Vargas, pôde impor à classe operária o controle estatal sobre os sindicatos. Com isso, teria surgido uma poderosa burocracia ligada ao Ministério do Trabalho que seria o principal sustentáculo do PTB, um partido nacionalista, burguês, de manipulação de massas e coluna vertebral do regime populista. Na década de 1930, o stalinismo teria também suplantado o trotskismo e o anarquismo como vertentes principais da organização sindical, o que teria facilitado a transformação dos sindicatos em instrumentos de controle da classe trabalhadora<sup>69</sup>.

As organizações de cúpula (sindicatos atrelados ao Estado) seriam responsáveis pela “politização” sindical e as entidades verticais criadas no período dito populista, mas não teriam apresentado uma alternativa irreduzível e oposta em relação ao corporativismo. Em última análise, as organizações sindicais teriam cumprido a finalidade para a qual foram criadas: aproximar os trabalhadores do Estado<sup>70</sup>.

Nesse sentido, observamos que a visão acerca do sindicalismo do período democrático está associada ao surgimento do “novo” sindicalismo no início dos anos 1980 e também às análises sobre o Estado populista. Este movimento afirmou sua identidade política nos anos 1980, através de uma forte referência à atuação dos sindicatos liderados por quadros do PCB e do PTB. Ou pelo menos uma forte referência a sua leitura desta atuação, colaborando para a depreciação das linhas de atuação do sindicalismo pré-1964.

Uma identidade social não se faz sem referência a uma noção de passado comum a um grupo de indivíduos, ou seja, a uma memória coletiva. Se a memória é um elemento constitutivo da identidade social, esta, por sua vez, é essencial para a elaboração de projetos políticos.

---

<sup>67</sup> In: *Cadernos Democracia Socialista*. Vol. II. Teses Sindicais. Outubro de 1987. São Paulo. Editora Aparte. Amorj.

<sup>68</sup> As aspas são para mostrar que esta ideia de que as ações do Governo Vargas se constituíram como agrados, fazem parte do discurso cutista e não da autora deste texto.

<sup>69</sup> *Cadernos Democracia Socialista*. Vol. II. Teses Sindicais. São Paulo, 1987. É importante esclarecer que esse material foi produzido por uma das alas mais radicais da CUT que era a tendência da democracia socialista. No entanto, o conteúdo do material se aproxima das análises historiográficas do período sobre a trajetória do movimento operário, como tive a oportunidade de demonstrar na minha dissertação de Mestrado, intitulada *A CUT, o “novo” sindicalismo e as reconstruções da memória do Movimento Operário Brasileiro (1983-1990)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2012.

<sup>70</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no Porto de Santos”. In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio da e FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 56.

Segundo Mendes, tentativas de reconstruir o passado podem ser consideradas como memórias coletivas, quando existe nesse exercício uma intenção clara de construir um passado que dê coerência à existência de um grupo, visando à preservação e/ou à construção de sua identidade, o que leva à necessidade de construção de um passado que se adéque a este determinado propósito<sup>71</sup>.

O movimento sindical autointitulado “novo” sindicalismo colaborou para que se reforçasse a visão de que o sindicalismo entre os anos 1930 e 1964 perdeu sua efetividade na defesa dos interesses dos trabalhadores.

No caso do “novo” sindicalismo, a relação de contradição entre as suas práticas e aquelas que eles identificaram como as velhas práticas trouxe a marca da necessidade de legitimidade e da euforia trazidas pelo clima de mobilização operária que também se misturava com um contexto de intensas lutas pela redemocratização do país. Naquele momento de grande mobilização operária, a combatividade e a “ação” eram quase que necessidades imperativas.

Identificar como um grupo político percebe sua realidade é de suma importância para compreendermos a formação de sua imagem e também a formação de uma cultura política. Estas percepções que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos são partes da sua organização conceitual do mundo, tratando-se de uma componente fundamental da sua realidade social. Realidade esta, a partir da qual um grupo delimita sua identidade social<sup>72</sup>.

Essas representações ajudam na identificação das questões e problemas que devem ser priorizados para que se construa uma estratégia definida de superação das dificuldades e o empreendimento das práticas que levaram à realização de um objetivo determinado<sup>73</sup>.

O “velho sindicalismo” era visto como conciliador colaboracionista e um péssimo representante dos interesses da classe trabalhadora. O “novo” sindicalismo aparecia como o substituto de uma tradição equivocada.

O conceito de Populismo gera enorme polêmica no meio acadêmico. Não são poucos os cientistas sociais que lhe negam o *status* de conceito científico, alegando que não existe um

---

<sup>71</sup> MENDES, Ricardo A S.. Memória, história e novas identidades: representações dos regimes civil-militares na América Latina. In: *Revista Maracanã*, Ano V, n. 5. Rio de Janeiro, jan/dez 2009, p.7. Com relação à questão da construção de uma memória como alicerce de uma identidade social, as considerações deste autor não se distanciam da definição estabelecida por Michael Pollak para quem “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.”. In: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2. n.3, 1989.

<sup>72</sup> MENDES, Ricardo. Cultura Política. *NEARCO. Revista Eletrônica de Antiguidade*. Vol. 1. Ano IV. N. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2011. p. 197.

<sup>73</sup> Idem, p. 198.

fundamento que justifique a existência de uma categoria analítica como o populismo, visto que suas definições não se aplicam às realidades econômicas, políticas e sociais das quais o termo pretende dar conta<sup>74</sup>.

Na avaliação de Petrone e Mackinnon, o conceito de populismo está ligado a uma análise que tem como foco não ações da classe trabalhadora urbana, dando a entender que quando as opiniões políticas das pessoas comuns destoam da compreensão política dos intelectuais é preciso se criar um conceito que justifique sua posição, bem como explique sua incapacidade política de avaliar a sua situação<sup>75</sup>.

Esses autores questionam se o populismo seria um fenômeno histórico singular que se manifestou em um tempo e um espaço determinados, que representa uma etapa particular do desenvolvimento capitalista na América Latina, ou uma categoria analítica mais ampla que pode se aplicar a outros fenômenos ocorridos em sociedades distintas ou um fenômeno histórico e uma categoria analítica, ao mesmo tempo<sup>76</sup>.

O problema com a teoria do populismo seria, então, a falta de equilíbrio entre a generalização da análise e a especificação dos aspectos particulares a cada fenômeno político que procura elucidar. Quanta falta de nitidez em um determinado paradigma é necessária para justificar seu abandono?

### 1.3. As críticas ao conceito de Populismo

Com toda uma geração de historiadores, cientistas políticos e sociólogos propensos a reconsiderar as teorias tradicionais sobre o movimento operário, um número significativo de trabalhos que conseguiram empreender uma leitura sobre o movimento operário no período democrático utilizando-se das ideias thompsonianas começou a aparecer<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> In: MACKINNON, Maria Moreira; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo e Neopopulismo em America Latina. El problema de la enciclopedia*. Op. Cit. p. 12.

<sup>75</sup> Idem. p. 13.

<sup>76</sup> Idem. Ibidem. p. 37/38.

<sup>77</sup> O historiador britânico E. P. Thompson investiga a importância dos costumes e das tradições culturais, além do folclore para a compreensão dos fenômenos e dos contextos históricos. O autor também elabora uma contundente crítica à interpretação das questões sociais feita por Karl Marx apontando para suas limitações ao se basearem na relação entre as categorias de base e infraestrutura. Para Thompson, o problema antropológico fundamental para o historiador é a visualização de novos problemas através da identificação de velhos problemas e novas formas. Além disso, deve-se dar ênfase à importante função dos sistemas de valores e rituais, chamando a atenção para as expressões simbólicas da autoridade, do controle e da hegemonia. Desta maneira, Thompson abandona o conceito estático base/superestrutura, no qual a base se identifica como o econômico, afirmando uma prioridade das necessidades econômicas frente às normas e sistemas de valores. Para ele, as normas e a cultura são conceitos decisivos para a organização de um modo de produção e, se partirmos do esboço estrutura/superestrutura, não haveria espaço para os costumes hereditários que passam de maneiras não econômicas de uma geração para outra. Para Thompson, os reducionismos econômicos se distanciam do

Os trabalhos do autor neomarxista E. P. Thompson tiveram uma grande repercussão no meio acadêmico, pois apresentam uma análise crítica do viés de análise marxista. Sua contribuição para os novos estudos sobre os movimentos sociais, assim como para o estudo do movimento operário são enormes.

Com relação à obra deste autor, é interessante ressaltar sua concepção de classe. Segundo Thompson, “classe” é uma categoria histórica e, portanto, deriva de processos sociais através do tempo. Nossa experiência no conhecimento daquilo que entendemos como classe nos leva a formular um padrão teórico de análise, assim como a determinar traços passíveis de uma análise global. Ou seja, acaba-se procurando uma teoria geral das classes e de sua formação e supõe-se que é certo encontrar regularidades e “estágios”<sup>78</sup> de desenvolvimento das mesmas.

Este modo de pensar a classe sociologicamente como uma categoria estática é extremamente problemático. Esta análise é fruto de uma tradição sociológica comum que reduz a ideia de classe a uma medida quantitativa, “tantas pessoas nesta ou naquela determinada relação com os meios de produção”<sup>79</sup>.

Este é o tipo de interpretação que serve como base para a crítica do conceito marxista clássico de classe, pois permite pensar que uma determinada classe, em geral a operária, não se comportou de forma condizente com sua condição de classe. Trata-se, portanto, de uma fórmula comum, geralmente de viés leninista, em que considera a existência de uma “vanguarda” que saberia mais do que a própria classe.

As concepções de Thompson acerca da ideia de classe problematizam o enfoque marxista que enxerga a classe como elemento estático que pode ser observado e cujas ações podem ser categorizadas, como próprias, impróprias, efetivas, não efetivas, genuínas ou não genuínas etc. De acordo com ele:

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e parte para a batalha. Ao contrário, para mim as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois, a fazer descoberta da sua consciência de classe. Classe e

---

pensamento de Marx, pois “sem produção na história” e “sem cultura não há produção”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (organizadores). Editora da Unicamp. São Paulo, 2010.

<sup>78</sup> Grifo do autor. THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (organizadores). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas. Editora da Unicamp, 2010. p. 270.

<sup>79</sup> THOMPSON, E. P. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. Op. Cit. p. 271.

consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real<sup>80</sup>.

Não se trata de supor que a formação de uma classe independe de determinantes objetivas, mas fica claro que o exame destas determinações não pode levar a uma conclusão simplista do que seja a classe e, muito menos, a consciência de classe. Afinal, a classe se delinea de acordo com a maneira como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo suas “experiências de situações determinadas no interior do conjunto de suas relações sociais”<sup>81</sup>. Ou seja, nenhum modelo pode nos dar aquilo que deveria ser a “verdadeira”<sup>82</sup> formação de classe ou o estágio apropriado do seu processo de desenvolvimento, tampouco o que seria sua verdadeira ou sua falsa consciência.

Diante desta contribuição teórica tão impactante seria mesmo difícil que os cientistas sociais continuassem se debruçando sobre um conceito tão metódico quanto o de populismo. Manipulação de classe, desenvolvimento correto ou incorreto da classe operária, consciência verdadeira ou falsa vão dar lugar a pesquisas que sugerem uma explicação para o comportamento e a trajetória da classe operária através de uma linha de análise focada em suas experiências, tradições e também na construção de sua cultura política própria.

Os primeiros trabalhos que começaram a criticar a teoria do populismo foram os de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Werneck Vianna. Esses autores defendem um ponto de vista que reconhece os limites da atuação comunista no sindicalismo, mas também considera o cerceamento imposto a ela pela correlação de forças no interior da sociedade. O que essas leituras passam a ponderar é em que medida, mesmo com suas restrições, a atuação das lideranças comunistas significaram um avanço político e organizativo da classe operária brasileira.<sup>83</sup>

Mas foi o trabalho pioneiro de Angela de Castro Gomes que trouxe uma contribuição crucial para esse campo de pesquisas que rejeita a ideia de populismo. Foi em *A Invenção do Trabalhismo* que essa autora apresentou uma análise sobre os trabalhadores no Brasil que rompia totalmente com a ideia de populismo.

Neste trabalho, a autora desenvolve a ideia de que o trabalhismo, tradição política criada nas relações mantidas entre o Estado e a classe trabalhadora durante o governo de Getúlio Vargas, possuía ideias, valores e crenças que já circulavam entre os próprios

---

<sup>80</sup> Idem. p. 274.

<sup>81</sup> Idem, Ibidem. p.277.

<sup>82</sup> Grifo do autor.

<sup>83</sup> PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES Vera da Silva. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos a imaginário acadêmico*. Op. Cit. p.5.

trabalhadores muito antes de 1930. Além disso, a obra destaca que o sucesso do trabalhismo está diretamente relacionado com sua capacidade de estabelecer uma ponte com esses valores.

Angela de Castro Gomes propõe uma problematização dessa leitura que considera que o estreitamento das relações entre o sindicato e o Estado teria produzido uma identidade alheia à classe operária, gerando ainda uma classe trabalhadora com uma atuação política condenada a vínculos com lideranças externas a ela.

Esse fenômeno teria resultado na subordinação da classe trabalhadora a interesses que não os seus, impossibilitando, ainda, sua impulsão própria. Para criticar tal ideia, a autora recorre a autores no campo da História Política, da Sociologia e da Antropologia que consideram que uma classe existe quando um grupo de homens compartilha experiências comuns, apreendendo essas experiências em termos políticos e culturais e as materializando em tradições e sistemas de valores. É através desse processo que se constrói uma identidade coletiva que leva uma classe a se distinguir de outra, de acordo com seus interesses.<sup>84</sup>

Outro historiador, cujas pesquisas são fundamentais para a consolidação de uma crítica à ideia de populismo, é Jorge Ferreira que já chamou a atenção para os problemas dessa abordagem conceitual ligada ao conceito do populismo. Em sua obra, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, ele afirma ser necessário abandonar a ideia de que o movimento operário a partir do governo Vargas se caracterizava pela dominação exercida pelo projeto político-ideológico varguista sobre as mentes das pessoas, o que as impediria de manifestar uma avaliação crítica acerca de sua realidade social. As ponderações sobre a oposição entre a espontaneidade popular e a coerção das instituições são demasiadamente simplistas, sendo preciso reconhecer o papel das classes subalternas na conquista dos seus direitos, pois elas lutam.<sup>85</sup>

Em *O populismo e sua história: debate e crítica*, outra obra muito relevante para a historiografia sobre o tema, Jorge Ferreira, em seu artigo na coletânea organizada por ele, avalia que a dificuldade dos teóricos do populismo é compreender o trabalhismo como um fenômeno histórico. Não se trata de negar a atuação repressiva do Estado, mas sim de perceber que os atores sociais sofrem influência dos contextos históricos, políticos, sociais e ideológicos que vivem. No Brasil após 1930, como em diversas partes do mundo, vivia-se uma conjuntura em que o Estado e a sociedade identificaram interesses comuns. Por isso, se

---

<sup>84</sup> GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª edição. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 2005.p.24.

<sup>85</sup> In: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-45)*. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 1997.

compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe legítima, porque histórica.<sup>86</sup>

O projeto trabalhista para ser compreendido e aceito pela classe trabalhadora não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso de tal projeto político frente à classe trabalhadora não pode ser atribuído ao seu caráter arbitrário e também não é válido acreditar que foi imposto pela propaganda ou pela repressão policial. Não é por acaso que o PTB se constituiu como a organização política mais popular do período entre 1945 e 1964.

Na mencionada coletânea, diversos autores elaboram críticas à noção de populismo e dentre eles está Daniel Aarão Reis que, em seu artigo *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*, analisa e critica a noção de populismo, considerando que o golpe de 1964 exerce um impacto significativo para as análises sobre a trajetória da classe operária no período que vai de 1945 a 1964. Basicamente, os estudiosos, ao tentarem compreender o sucesso do projeto autoritário, acabaram encontrando explicações baseadas em ideias como “desvios” na formação da classe operária brasileira e equívocos de suas lideranças. O populismo, portanto, seria um fenômeno que decorreria de tais questões.

No entanto, o autor enfatiza que só será possível começar a compreender a importância do período democrático quando se admitir que entre as classes populares havia duas fortes tradições: a trabalhista e a comunista. A relação estabelecida entre as duas é, sem dúvida, um objeto complexo, mas isso não significa que sua afirmação tenha ocorrido devido a manobras maquiavélicas dos detentores do poder.

Seu sucesso não é obra do acaso nem dos equívocos ou ilusões de uma classe trabalhadora manipulada. Essas tradições se afirmaram porque foram escolhidas e construídas pela própria classe trabalhadora de forma consciente e gerou avanços políticos e sociais, consideradas as circunstâncias históricas em que se estabeleceram.<sup>87</sup>

Outros trabalhos buscaram romper com a ideia de uma classe operária brasileira ingênua, manipulada e tutelada pelo Estado, ou mesmo por lideranças sindicais pelegas que foram produzidas no meio acadêmico. Esses novos trabalhos deram foco ao trabalhador em seu ambiente de trabalho e analisaram a realidade da luta dos trabalhadores na fábrica.

Nesta perspectiva que estão inseridos os trabalhos de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes. Os organizadores da obra

---

<sup>86</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Idem (organizador). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Op. Cit. p. 103.

<sup>87</sup> REIS, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge. (organizador). Op. Cit. p. 374.

*Na luta por direitos* questionam as interpretações que marcaram as produções acadêmicas sobre o movimento operário até a década de 1980, criando a noção de “sindicalismo populista”.

O trabalho parte de uma investigação que se preocupa em mostrar o trabalhador em seus locais de trabalho, enfatizando sua vontade e sua capacidade de luta, a confiança em suas lideranças e a noção precisa dos seus interesses. Trata-se de uma leitura que em muito se distancia da perspectiva tradicional que enxerga os trabalhadores como massa de manobra de um sindicato pelego, de cúpula, afastado de suas bases que corrobora para a implementação de um projeto de modernização elaborado pelo Estado e nada tem a ver com os reais interesses do trabalhador<sup>88</sup>.

Para Fernando Teixeira da Silva, trabalhos recentes sobre história social do trabalho vêm questionando cada vez mais a validade das teses a respeito da capacidade de cooptação estatal sobre as bases operárias através das lideranças sindicais. Critica-se, cada vez mais, a noção de que o sindicalismo, ligado ao PTB e ao PCB, teria dominado em vez de organizar os trabalhadores, como uma maneira de compensar o fato de não ter (no caso dos comunistas) seu radicalismo abraçado pelas bases<sup>89</sup>.

A eficiência do sindicalismo nacionalista<sup>90</sup> em adquirir benefícios sociais e materiais para a classe operária através de sua capacidade de negociação e barganha com as esferas do poder não pode ser desprezada e desconsiderada como estratégia que funcionava na sua sustentação, conferindo-lhes o reconhecimento das bases.

Segundo o autor, ainda é preciso ultrapassar as barreiras dessas explicações materialistas que focam em elementos econômicos para tentar compreender as lealdades ideológicas e associativas. Faz-se necessário empreender uma análise pautada nos elementos extraeconômicos, assim como sugerem os estudos de Thompson, que explicam o sucesso do sindicalismo petebista-comunista.

Hélio Costa critica as análises sobre a vitória dos militares em 1964, que se voltam para a noção de cooptação da classe operária pelo Estado. Ser cooptado exclui uma noção de

---

<sup>88</sup> FONTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da e FONTES, Paulo. *Na luta por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit.

<sup>89</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio; FONTES, Paulo (organizadores). *Na luta por direitos. Estudos recentes em história Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 57.

<sup>90</sup> Expressão utilizada pelo autor. In: Idem. p. 58.

troca, transformando o sujeito cooptado em alguém sem qualquer poder, incluindo o de escolha, e em um objeto<sup>91</sup>.

Ainda para Hélio Costa, esse julgamento denota um processo de enquadramento da memória dos trabalhadores no período anterior a 1964, pois quando não se ressalta a ideia de cooptação da classe trabalhadora pelo Estado, aponta-se para seus equívocos, desvios e a sua incapacidade de exercer sua função de classe consciente da sua tarefa emancipadora.

Esse julgamento ignora as lutas dos trabalhadores nos bairros, nas fábricas e também o que pensam as lideranças sobre seus patrões. Deixando de lado sua experiência concreta, essas interpretações reduzem a atuação da classe operária à teoria do populismo<sup>92</sup>.

Alexandre Fortes considera que, já no final da década de 1970, a vertente historiográfica que sustenta a ideia de existência de um Estado manipulador já começava a ser seriamente criticada. Ocorreria, desta forma, uma importante mudança de enfoque nos estudos sobre a questão operária: ao invés de salientar a interferência do Estado, passou-se a valorizar o posicionamento político da classe operária que a partir de então seria vista como sujeito autônomo e capaz de realizar suas escolhas.

A resistência à opressão e à luta espontânea, muitas vezes alheias às orientações de suas lideranças de sindicatos e partidos, passaram a ser objeto de análise. O corporativismo, por sua vez, deixou de ser visto como uma mera imposição do Estado e passou a ser encarado como o resultado das contradições internas do próprio movimento operário, na maioria das vezes representando discordância entre os anseios operários e a ideologia expressa por sua direção sindical<sup>93</sup>.

Sobre a questão do populismo, Alexandre Fortes faz ainda uma discussão sobre o uso das ideias de Thompson e a forma como elas são aplicadas pelos historiadores que se dedicaram a criticar a teoria do populismo, analisando como o termo “populismo” aparece na obra deste autor, cujas ideias são consideradas como uma das principais bases teóricas para a crítica ao populismo como categoria de análise<sup>94</sup>.

Segundo o autor, a interpretação da noção de hegemonia de Thompson pode ser usada para repensar o populismo sem, no entanto, descartar o uso do conceito. Essa análise estaria

---

<sup>91</sup> COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira e FONTES, Paulo (organizadores). *Na luta por direitos. Estudos recentes em história Social do Trabalho*. Op. Cit. p.90.

<sup>92</sup> Idem. p. 91.

<sup>93</sup> FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: Idem, COSTA, Hélio, NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira; FONTES, Paulo (organizadores). *Na luta por direitos. Estudos recentes em história Social do Trabalho*. Op.Cit. p.21.

<sup>94</sup> FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

presente nas análises de Hélio Costa e Fernando Teixeira da Silva. Para esses autores, ajuda a perceber como o trabalhador retira da ideologia paternalista formal os instrumentos necessários para estabelecer suas demandas e suas lutas<sup>95</sup>.

Fortes concorda com a análise de Angela de Castro Gomes, para quem a perspectiva teleológica presente na análise marxista é uma característica marcante nas análises da história social brasileira. As ideias de Thompson ajudam a romper com esse enfoque nas análises e contribuem para que se transfira o foco para uma leitura do trabalhador como um sujeito ativo.

No entanto, ele assinala o perigo de que se substitua uma teleologia das análises anteriores por uma leitura essencialista. Isso seria abandonar a ideia do que a classe “deveria ser”, limitando-se a celebrar o que ela “é”, caindo na armadilha de uma abordagem também teleológica que não problematiza a ideia do “vir a ser”, que estaria mais aberta aos conflitos e aos resultados indeterminados que são inerentes ao processo histórico. Nesse sentido, o autor refuta a ideia, presente sobretudo nas análises de Jorge Ferreira, de que o trabalhismo teria sido a principal expressão da consciência da classe operária brasileira no período democrático<sup>96</sup>.

Fato é que a leitura de Thompson contribuiu para o surgimento de amplas análises que abandonaram uma visão do trabalhador como agente passivo no processo político e também na trajetória sindical. Não foram poucos os estudos que contribuíram para que se rompesse com a ideia de passividade do movimento operário frente às maquinações de um Estado manipulador. Basicamente, questionou-se a noção de que o Estado era o único sujeito dessa relação e, sendo assim, capaz de impor o corporativismo aos trabalhadores.

A trajetória do movimento operário no final da década de 1980 colaborava para isso. Enquanto alguns pensam no chamado “novo” sindicalismo como um movimento que rompia com a estrutura corporativista e inaugurava, a partir dali, uma nova era de autonomia na atuação operária, agora organizada pelas bases, muitos questionam essa interpretação, considerando que o surgimento de um modelo totalmente novo de sindicalismo, absolutamente desconectado com o passado e com a trajetória do movimento operário, não seria possível.

O desenrolar dos fatos, ligados à ascensão de lideranças sindicais que se colocavam como defensores da ruptura radical com o modelo corporativista, contribuiu para a última análise demonstrada acima. Na medida em que o “novo” sindicalismo tentava avançar no

---

<sup>95</sup> Idem. p. 176.

<sup>96</sup> Idem. p. 177.

caminho da ruptura com a antiga estrutura sindical, esbarrava-se nos hábitos e concepções arraigados nas rotinas dos trabalhadores<sup>97</sup>.

Persistiria entre os trabalhadores uma concepção acerca da natureza e do papel do sindicato que remontavam a características institucionais consagradas pela CLT: unicidade, fornecimento de assistência, sustentação por meio do imposto sindical etc. Na medida em que essas contradições vinham à tona, tornava-se necessária uma reavaliação sobre os limites e as possibilidades de implantação deste projeto de ruptura com o chamado “velho” sindicalismo<sup>98</sup>.

#### 1.4. O sindicalismo e o golpe de 1964

Dentro do campo da historiografia, muitos são os estudiosos que tentam dar conta das circunstâncias que possibilitaram o golpe de 1964. Essas avaliações acerca deste acontecimento político seguem múltiplas linhas teóricas e dialogam com as diversas leituras sociais sobre o ocorrido. Não obstante, a diversidade de leituras sobre o golpe, todas elas tecem algum tipo de consideração sobre o governo Goulart e colocam a crise política que se desencadeou em seu governo, bem como as próprias atitudes do presidente, como o ponto principal de análise.

De acordo com Ferreira, para os direitistas e correligionários do golpe, Goulart era um demagogo, corrupto, dotado de profunda incapacidade administrativa e influenciado por comunistas. Esse perfil se configuraria como um motivo mais do que necessário para que seu governo fosse derrubado<sup>99</sup>.

Na avaliação das esquerdas radicais, Goulart não passava de uma liderança burguesa de massa, e suas origens de classe teriam determinado seu comportamento ambíguo e vacilante, sendo, ainda, um elemento fundamental para que o golpe ocorresse. Tratava-se de uma liderança que não possuía elos reais com a classe trabalhadora, mas tinha uma tendência inequívoca de traí-la. Na avaliação de muitos historiadores, tratava-se, antes de mais nada, de um populista<sup>100</sup>.

Essa visão esquerdista estaria ligada à interpretação mais difundida sobre a ocorrência do golpe: tratava-se do colapso do populismo. Essa análise, que se tornou clássica,

<sup>97</sup> Idem. p. 22.

<sup>98</sup> Idem, Ibdem. p. 22/23.

<sup>99</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Idem; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização) *O Brasil Republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

<sup>100</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p.345.

compreende o golpe como um resultado da contradição entre o modelo agroexportador, que seria a estrutura da economia brasileira, e o modelo de modernização nacionalista ligado às empresas estrangeiras. Essa interpretação estruturalista ganhou grande espaço entre os estudiosos do tema<sup>101</sup>. Se o populismo se caracterizaria por uma forma de política em que o líder carismático se dirigia às massas para manipular suas intenções políticas a favor das elites dominantes<sup>102</sup>, uma vez que o dito líder não consegue conciliar os interesses das elites e os das massas, essa forma de política entra em colapso.

Na interpretação de autores como Toledo e Boito Jr., a aproximação de Goulart com as classes operárias denota a sua postura populista, e o esgotamento desse modelo pode ser encarado como um fator a se considerar na análise das circunstâncias que levaram ao Golpe. Além disso, ele defende a ideia de que a inércia da classe trabalhadora diante do movimento de direita fora decisiva, uma vez que o movimento operário não teria oferecido resistência ao golpe<sup>103</sup>.

No entanto, essa visão que explica o golpe pela incapacidade administrativa de Goulart e pela inércia das esquerdas diante das movimentações golpistas não consegue dar conta das contradições políticas ligadas ao evento<sup>104</sup>.

As interpretações estruturalistas e de viés economicista têm caído em desuso. Para Ferreira, “a tese que sustenta a inevitabilidade do golpe militar com base nas mudanças no padrão de acumulação de capital que ocorreram ainda no governo Juscelino está hoje desacreditada”<sup>105</sup>. Essa visão seria oriunda de uma leitura marxista que despreza a atuação dos atores coletivos e dos movimentos sociais, desconsiderando ainda sua autonomia política e as contradições existentes entre suas aspirações.

Outras interpretações se voltariam ainda para a grande conspiração que estaria ocorrendo entre os setores reacionários, a julgar a Igreja Católica, o Exército, os latifundiários, os empresários e a CIA. Esse tipo de análise se propõe a enxergar o golpe militar como um resultado das ingerências dos interesses externos, ligados ao anticomunismo

---

<sup>101</sup> Idem, p. 346.

<sup>102</sup> In: FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Idem (organizador). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

<sup>103</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24. N. 47. São Paulo, 2004. p. 10.

<sup>104</sup> Algumas interpretações marxistas chegam a avaliar que uma análise negativista da classe operária brasileira não leva em consideração a concretização da Greve Geral convocada pelo CGT para o dia do golpe que, segundo Marcelo Badaró, efetivamente ocorreu. No entanto, tal movimento não foi suficiente para conter o golpe, pois os trabalhadores, segundo Batistinha, um dos principais líderes do sindicalismo, aguardavam uma resistência militar que não aconteceu. Essa leitura não deixa de ser problemática, pois coloca os trabalhadores como atores sociais que fracassaram em executar a resistência ao golpe como se esta fosse a sua tarefa natural.

<sup>105</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 346.

norte-americano. O golpe, dessa forma, teria sido fruto de interesses externos e de limitados setores da sociedade brasileira unidos.

Esse tipo de leitura que vitimiza a sociedade diante dos processos políticos também é amplamente criticada por muitos historiadores. Segundo Ferreira, a teoria do totalitarismo se baseia em classificações estáticas com fortes tendências a abstrações atemporais. Ao dar excessiva importância às técnicas de terror utilizadas pelos detentores do poder, a teoria do totalitarismo desvia a atenção dos estudiosos da colaboração da própria sociedade ao regime, da cumplicidade que se estabeleceu entre o Estado e a sociedade<sup>106</sup>.

Analisando as circunstâncias políticas que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964, observamos um grande antagonismo entre instituições e grupos que defendiam, individualmente, seu projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Explicar os acontecimentos da década de 1960 como um produto do colapso de uma política de “manipulação das massas” parece uma visão reducionista.

A falta de consenso sobre o encaminhamento da reforma agrária se aprofundou. A esquerda alegava ser preciso alterar a Constituição do país, que previa indenizações para os proprietários das terras expropriadas. Desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar pessedista, adotaram como estratégia a pressão popular sobre o governo, promovendo a mobilização dos trabalhadores nas ruas. Seu crescente processo de radicalização decorria da certeza de sua superioridade sobre as direitas, sem descartar a possibilidade de confronto com elas<sup>107</sup>. Sobre este assunto, o ex-dirigente do CGT, Hércules Corrêa, afirmou em entrevista:

(...) Agora, nós não fizemos o suficiente, nós colocamos o carro na frente dos bois, colocamos questões muito avançadas e que o movimento sindical não tinha força na fábrica ainda para sustentar. Mesmo a questão da reforma de base (...) na proporção em que nós colocávamos, era muito avançado para a força que existia. (...) ele [o movimento sindical]<sup>108</sup> não tinha força para uma palavra de ordem como aquela que surgiu no Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte, de “reforma agrária na lei ou na marra” (...) não tinha força para agüentar um discurso por exemplo do Pellacani como aquele em que ele disse o “se o Congresso não der nós fazemos uma greve para, se o Congresso não fizer a mudança na lei, nós paramos, nós fazemos uma greve contra o Congresso” (...) foi um erro de avaliação de relações de forças terrível naquela época.(...)”<sup>109</sup>

<sup>106</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Idem (organizador). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

<sup>107</sup> Essa ideia é trabalhada por Jorge Ferreira em seu artigo *Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*, publicado na coletânea *As Esquerdas no Brasil vol. 2*, organizado por ele e por Daniel Aarão Reis e, ainda, pelo próprio Daniel Aarão em seu artigo *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*, publicado na coletânea *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*, obra já citada acima.

<sup>108</sup> Grifo meu.

<sup>109</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Op. Cit. p.20.

Ao mesmo tempo, os grupos políticos empresariais e militares de direita se organizavam contra o governo. Com o respaldo da histeria anticomunista<sup>110</sup>, esses grupos convenciam setores significativos da sociedade de que os trabalhadores e Goulart queriam transformar o Brasil em um país comunista.

Durante o processo, um grupo político do PTB e de outros partidos formou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, que denominaram esquerda positiva e que se contrapunha à esquerda negativa – a FMP de Brizola. Esse grupo defendia que as reformas de base deveriam ser feitas sem desrespeitar as regras da Constituição, visando, dessa maneira, a isolar a esquerda radical e a direita golpista, atraindo o apoio do centro e da esquerda moderada.

O desgaste da atitude conciliadora de Goulart, no entanto, era evidente. Essa situação se agravou quando a esquerda radical começou a atacá-lo politicamente no Congresso Nacional. Para Brizola – sempre em consonância com as ideias das esquerdas –, o povo e o governo, através da mobilização, conseguiram a posse de Jango e a vitória no plebiscito contra o parlamentarismo e, sendo assim, era claro que governo e povo unidos conseguiriam realizar as reformas necessárias à transformação das estruturas sociais. Porém, o governo que começara com apoio popular gerava insatisfação devido a uma política de “acomodação” adotada.

A crise econômica agravava o quadro político e a esquerda apostava suas fichas na política do confronto. A direita não pensava diferente. Com medo da radicalização, o PSD pendia cada vez mais para o lado da UDN.

Os antagonismos entre a esquerda e a direita eram crescentes. Jorge Ferreira acredita que a conciliação não lograra êxito, não pela inaptidão do presidente, mas sim pela falta de disposição das partes em entrarem em comum acordo.

Não obstante, João Goulart continuava firme no propósito de conciliar o PTB e o PSD, e não foram raras as ocasiões em que o presidente tentara reforçar essa já desgastada relação partidária. Porém, suas habilidades de negociação não encontravam respaldo nos grupos que tentava reunir. Nem os grupos conservadores do governo estavam dispostos a aceitar a aproximação entre o presidente e a “esquerda comunista” e nem as esquerdas estavam

---

<sup>110</sup> Não podemos deixar de enfatizar que no período em que tais acontecimentos políticos se desenrolam viviam-se os tempos da Guerra Fria, em que as disputas ideológicas entre EUA e URSS influenciavam a radicalização política extremamente polarizada em várias partes do mundo.

dispostas a apoiar uma política conciliadora, sendo que a palavra conciliação naquele momento era interpretada como sinônimo de acovardamento<sup>111</sup>.

### 1.5. Considerações Finais

Neste capítulo foi feito um balanço historiográfico que procura apresentar as principais análises acadêmicas sobre a trajetória da classe operária brasileira. Vale salientar que esse levantamento é muito importante para esta tese, mostrando em quais conceitos teóricos ela está amparada.

Muitas análises sobre a história do movimento operário brasileiro se relacionam com as tentativas de explicar o golpe civil-militar de 1964. Desta maneira, construíram-se teorias que procuravam compreender a ação dos trabalhadores diante deste evento político, ou a não ação.

A interpretação que ganhou terreno, sobretudo nos anos 1970, é a que está vinculada à teoria do populismo. Mais precisamente ao colapso do populismo, já que, para muitos estudiosos o golpe em 1964, teria sido o resultado do desgaste da política de manipulação e controle sobre o trabalhador, adotada pelo Estado, nos anos 1930.

Tal conceito sobre as práticas do Estado não se restringem ao Brasil. Quando se trata da história da América Latina é interessante observar que as teorias formuladas para explicar as políticas sociais voltadas para o trabalhador são quase sempre vistas como algo dotado de estranheza, perspectiva que sempre se forma em contraposição às trajetórias observadas no primeiro mundo.

Nos anos 1930, o liberalismo estava em baixa em todo o mundo. Na Europa, governos fascistas ascendiam no cenário político do continente e, mesmo nos Estados Unidos, a salvação da economia veio através das práticas intervencionistas adotadas por Roosevelt.

Na América Latina, o fenômeno da ascensão do Estado forte e interventor ganhou um nome: era o Populismo que surgia como um acontecimento político que se explica não só pela intervenção do Estado na economia, mas também por sua ingerência na trajetória operária. Controlar o trabalhador era sua principal tarefa.

---

<sup>111</sup> Em artigo publicado no terceiro volume da coletânea *O Brasil Republicano*, Jorge Ferreira analisa o posicionamento da esquerda brasileira à época do governo João Goulart. Sob a liderança de Leonel Brizola os movimentos de esquerda rechaçavam, veementemente, qualquer proposta de aliança com os grupos conservadores do PSD para que o processo de implementação das Reformas de Base se legitimasse através de uma votação no Congresso. Os movimentos de esquerda não estavam dispostos a ceder ou a conceder e por conta de sua paixão combativa, viam qualquer ação dirigida a uma tentativa de conciliação como um ato de retrocesso e de acovardamento. Era como se o entendimento democrático fosse uma demonstração de pouca força política. In: FERREIRA, Jorge. *O governo João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964*.

Uma vez que o controle das oligarquias latino-americanas se via abalado pela crise econômica e as burguesias nacionais não tinham condições de conduzir um processo de industrialização proeminente, entraria em cena a figura do líder carismático, que assumiria o controle político para dar conta de garantir o desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, a manutenção do controle sobre o trabalhador comum.

Desta maneira, as teorias que procuram dar conta de explicar o comportamento do trabalhador diante deste fenômeno estão divididas em duas: a teoria da modernização, pautada no marxismo e que procura explicar a política latino-americana através da ideia de que a tensão entre as oligarquias e as massas gerou o populismo; e a histórico-estrutural, que volta sua atenção para a análise das relações entre os trabalhadores e suas lideranças.

Os trabalhos acadêmicos que melhor representam a teoria da modernização no Brasil são os de Juarez Brandão e Leôncio Martins Rodrigues. Em seu trabalho, Juarez Brandão procurou o trabalhador na fábrica. Ele queria conhecer as formas como ele se ajustava às relações de trabalho e o que ele viu não foi uma classe trabalhadora urbana, mas sim um trabalhador oriundo do meio rural e que estabelecia uma relação muito próxima com seu antigo ambiente.

Lopes dá ênfase ao fator origem do trabalhador. O operário brasileiro era o migrante camponês que formaram sua mentalidade nas sociedades tradicionais do campo e foram abruptamente inseridos na realidade industrial e urbana.

O fator origem também tem lugar de destaque na produção de Leôncio Martins Rodrigues que considera a enorme influência que o operário brasileiro ainda sofria de seu local de origem, ou seja, o campo. De acordo com ele, o trabalhador mantinha seu pensar e agir tradicionais e interpretava sua realidade industrial através desta mentalidade, que seria de cunho individualista.

Já nos anos 1960 e 1970, outras leituras, como as de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, ganhariam espaço no meio acadêmico superando as interpretações focadas na análise da origem do trabalhador e trazendo à tona discussões sobre as orientações das lideranças sindicais.

Esses autores consideravam, em primeiro lugar, o processo de urbanização acelerada que precedeu a industrialização no Brasil, fato que teria propiciado as aspirações políticas que favoreciam a participação política das massas.

Para Fernando Henrique Cardoso, a classe operária brasileira não possuía formas de comportamento e consciência que pudessem defini-la como proletariado. Para ele, a origem do problema estaria no período da Primeira República, quando faltou uma industrialização

suficientemente forte para dotar o proletariado brasileiro de práticas condizentes com sua posição de classe.

Mas o trabalho que consolidou o Populismo como teoria foi o de Francisco Weffort, que se voltou para a atuação do chamado sindicalismo populista, cuja atuação se ajustou ao projeto nacionalista e reformista de controle de massas, privilegiando os interesses do Estado em detrimento do das massas e colaborando com a mudança do enfoque da ação do trabalhador. Tal atuação teria sido decisiva para a configuração da classe operária brasileira.

Já no final dos anos 1980, começaram a surgir as críticas mais contundentes à teoria do populismo. Inspirados nos trabalhos de Thompson, historiadores deste período procuraram explicações alternativas para a concepção de manipulação da classe trabalhadora e romperam com a perspectiva de que existia um comportamento específico, ou uma trajetória definida que esta deveria seguir.

Em seus estudos, Thompson problematiza o enfoque marxista de que a classe é um elemento estático, cujas ações podem ser categorizadas como apropriadas ou não, além de se desfazer do viés essencialmente econômico de análise do comportamento humano.

O autor leva em consideração aspectos como a tradição e a cultura, o que possibilitou novas abordagens nos trabalhos sobre a história operária brasileira.

A autora que preconizou as críticas ao populismo foi Angela de Castro Gomes que problematizou a ideia de que a classe trabalhadora no Brasil tenha sido manipulada por lideranças que influenciaram a produção de uma identidade alheia a ela.

Segundo ela, o conceito de classe está ligado a um grupo de homens que compartilha experiências comuns e apreende tais experiências em termos políticos, culturais, materializando-as em tradições e sistemas de valores.

Jorge Ferreira é outro autor que busca uma análise que foge às explicações ligadas ao Populismo, considerando que o movimento operário após o primeiro governo Vargas não estava subjugado ao poder político e ideológico que o Estado possuía.

Incorporando as concepções de Rogér Chartier às suas análises, Ferreira considera não apenas o discurso veiculado pelo Estado com a intenção de cooptar a classe trabalhadora, mas também a forma como este discurso foi recebido e ressignificado pelo trabalhador.

Finalmente, no final do capítulo chegamos à apresentação do objeto desta tese que é o Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, fundado em 1962 por sindicalistas que disputavam terreno com lideranças consideradas ministerialistas, ou seja, impostas pelo Ministério do Trabalho às Confederações como a CNTI.

A vitória das lideranças ligadas à aliança comunista-trabalhista no seio das confederações mais relevantes para a vida sindical do país é uma demonstração de que os aspectos da manipulação de classe empreendida pelo Estado não chegam a ser determinantes na atuação do movimento operário brasileiro.

## 2 O CONTEXTO POLÍTICO E A ORIGEM DO CGT

Ao assumir a presidência, Jânio Quadros fez um pronunciamento nas cadeias de rádio e comunicou à população que a situação econômica do país era terrível. O presidente denunciava o excesso de gastos do governo anterior e o aumento do endividamento do país, anunciando um período de crise financeira e econômica<sup>112</sup>. Ao atacar diretamente JK, Jânio atacava por tabela seu vice-presidente, João Goulart.

Seu governo fora tão curto quanto impactante: formou um ministério de perfil estritamente conservador<sup>113</sup>, proibiu o uso de biquíni em concursos de beleza transmitidos em programas de TV, proibiu corridas de cavalo em dias de semana e as brigas de galo.

De relevante, posicionou-se frente ao Congresso sobre a Lei antitruste, apoiou o disciplinamento das remessas de lucros para o exterior e adotou medidas de combate ao contrabando<sup>114</sup>.

Mas foi na política externa que suas ações se destacaram: procurando seguir uma linha independente em relação à Guerra Fria, Jânio encontrou simpatia nas esquerdas e a violenta oposição de setores conservadores quando, por exemplo, retomou relações comerciais com os países socialistas.

O que consagrou o isolamento do presidente frente ao Congresso Nacional, no entanto, foi a criação de comissões de sindicância para averiguar as gestões de diversos órgãos públicos. Sua intenção era honesta, mas sua personalidade não ajudava: Jânio não negociava, não conciliava e não fazia acordos.

Logo nos primeiros meses do seu governo, o PTB marcou terreno como partido de oposição, afinando-se com movimentos sindicais. Com o apoio de Goulart e de Brizola, o partido voltou sua atuação para as classes populares<sup>115</sup>.

<sup>112</sup> In: FERREIRA, Jorge. João Goulart. *Uma biografia. Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>113</sup> Para citar as principais pastas, foram nomeados, em 31 de Janeiro de 1961, Brígido Fernandes Tinoco para a Educação, Edward Catete Pinheiro para a Saúde e Afonso Arinos para o Ministério das Relações Exteriores. O advogado e jornalista Francisco Carlos de Castro Neves para a pasta do Trabalho e Emprego. Em janeiro de 1961, o jornal *Novos Rumos* noticiava “os trabalhadores fixam posição ante o governo Jânio Quadros”, enfatizando a insatisfação da categoria com o que chamou de “atuação antiquada do Ministério do Trabalho”. Para o Ministério da Fazenda foram nomeados o advogado Hamilton Prisco Paraíso e Clemente Mariani, banqueiro e empresário, filiado ao PSD que defendia uma política de redução de despesas, limitação de crédito e estímulos às exportações. Para os ministérios da Aeronáutica, Marinha e Guerra foram nomeados, respectivamente, Gabriel Grün Moss, Silvio Heck e Odílio Denys. Esses três ministros formariam a junta militar que tentaria impedir a posse de João Goulart na presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto daquele ano.

<sup>114</sup> In: FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Op. Cit. p 220.

<sup>115</sup> Idem. p. 223.

No Congresso, a situação não era boa. Partidos como o PTB, o PSD e o PSP contavam com quase 200 parlamentares, enquanto a bancada situacionista formada por UDN, PR e PDC não contava com 100 integrantes. A UDN, segundo Jorge Ferreira, atuava como cúmplice da oposição, o que aumentava ainda mais o isolamento do presidente. O governo de Jânio Quadros conseguia desagradar até os setores que o elegeram.

Diante disso, foi com muita desconfiança que o vice-presidente João Goulart recebeu o convite de Afonso Arinos<sup>116</sup> para integrar uma comitiva que partiria em visita à China comunista. E foi justamente durante a viagem do vice-presidente que o Brasil ficou chocado com a notícia de que o presidente Jânio da Silva Quadros havia renunciado à presidência da República<sup>117</sup>.

A renúncia de Jânio Quadros, após breves oito meses de governo, desencadeou uma grave crise política no Brasil. O vice-presidente João Goulart era visto com desconfiança pelos setores mais conservadores da política brasileira. No momento da renúncia estava em visita à China, nada mais conveniente para os que insistiam em associar sua imagem ao comunismo, devido à sua proximidade com as classes trabalhadoras.

A posse de João Goulart não era vista como solução para a crise pelos setores de direita. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, assumiu o poder e comunicou o Congresso Nacional o fato de que os ministros militares haviam classificado o retorno de João Goulart ao Brasil como “inconveniente”<sup>118</sup>.

Iniciavam-se, assim, articulações para impedir a posse do sucessor de assumir o cargo que lhe era de direito. Um golpe contra as instituições legais e democráticas estava se articulando a reboque da crise política iniciada com a renúncia de Jânio.

No entanto, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, iniciou uma importante campanha pela manutenção da legalidade. Resistindo a todo tipo de pressão militar, Brizola transmitia mensagens através do rádio conclamando a população a reagir contra a tentativa de impedir João Goulart de assumir a presidência.

Atendendo aos apelos de Brizola e contra a oposição dos militares à posse de João Goulart, levantaram-se vários setores da sociedade, dentre os quais podemos citar o movimento estudantil, militares nacionalistas e constitucionalistas e diversas associações de

<sup>116</sup> Afonso Arinos era um político mineiro que participou da elaboração do *Manifesto dos Mineiros* que exigia o fim do Estado Novo. Foi líder da UDN (União Democrática Nacional) até o ano de 1956. Liderou o bloco de oposição ao governo JK, até 1958. Em Janeiro de 1961, foi nomeado ministro das Relações Exteriores do governo de Jânio Quadros.

<sup>117</sup> In: FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia, Op. Cit. p. 227.

<sup>118</sup> In: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: Idem; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (organizadores) *O Brasil Republicano*. Vol. 3. O tempo da Democracia. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 329.

classe como servidores públicos, médicos, bem como sindicatos das mais variadas categorias profissionais<sup>119</sup>.

A greve nacional deflagrada em defesa da legalidade logo unificou várias categorias profissionais no mesmo movimento, dando origem a um grupo de líderes organizados em torno do Comando Geral de Greve, o CGG, cuja liderança mais tarde assumiria a direção do Comando Geral dos Trabalhadores o CGT<sup>120</sup>.

Em vários lugares do país, diversos setores da sociedade se colocaram contra a tentativa de golpe contra a democracia e a legalidade. No Rio de Janeiro, trabalhadores dos transportes, das salinas, dos estaleiros, da construção civil, ferroviários, metalúrgicos e vidreiros desencadearam uma greve em apoio a Goulart<sup>121</sup>. Em São Paulo, mais de quatro mil estudantes universitários entraram em greve e os funcionários da Estrada de Ferro Sorocaba decidiram paralisar os transportes caso o golpe se concretizasse. Em Minas Gerais, a Juventude Operária católica reafirmou a defesa da Constituição. A OAB, a CNBB e a UNE exigiam respeito à ordem constitucional e à democracia<sup>122</sup>.

O apoio a Goulart era evidente em vários setores sociais, mas é inegável que os trabalhadores, assim como as lideranças sindicais, tiveram um papel de destaque na defesa de sua posse, desencadeando manifestações que, visivelmente, repudiavam a postura dos ministros militares.

Após delicada negociação com os militares e os setores conservadores, João Goulart assumiu a presidência com seus poderes presidenciais castrados por uma emenda parlamentar, fato que trouxe grande decepção àqueles que se manifestaram a favor de sua posse.

O movimento sindical e o movimento estudantil tentaram deflagrar uma greve em protesto contra a iniciativa parlamentarista que foi utilizada para que Goulart assumisse a presidência. Não obstante, a decepção com a forma como Goulart chegou ao governo, era evidente que a garantia da sua posse significaria a garantia da liberdade sindical bem como da organização trabalhista<sup>123</sup>.

As visões políticas sobre o presidente João Goulart na época eram variadas. De um lado, havia o olhar dos grupos liberais direitistas que julgavam ser aquele um momento de

---

<sup>119</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Editora Vozes. Petrópolis, 1986.

<sup>120</sup> Idem. p. 182.

<sup>121</sup> In: FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1964 e 1968*. Op. Cit. p. 33.

<sup>122</sup> Idem. p. 334.

<sup>123</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p. 185.

“crise de autoridade” e de “caos administrativo”, em que a inflação e a recessão seriam os auxiliares do governo para promover a subversão da ordem e a comunização do país. De outro, estavam os vários olhares da esquerda, que concordavam apenas com o fato de ser aquele um período de avanço na dinâmica da luta de classes no Brasil.

De acordo com Toledo, diante de uma conjuntura política de crise econômico-financeira, em que as greves e as tensões sociais só cresciam, era de se esperar que surgissem projetos político-sociais diversos e, muitas vezes, antagônicos entre si no cenário político. A posição do presidente Goulart não poderia ser mais difícil, já que tinha de dar conta da satisfação de nacionalistas, conservadores, reformistas e socialistas, dentre outros<sup>124</sup>.

Não há como negar que a crise política foi a tônica do governo de João Goulart. O presidente assumiu um país crescentemente dividido pelo radicalismo dos grupos de direita e de esquerda e, percebendo claramente a fragilidade da aliança em que se apoiava, tentaria manobrar com ela a política brasileira<sup>125</sup>, procurando retomar a conciliação entre a esquerda petebista e o centro pessedista que dera estabilidade ao governo de Juscelino Kubitschek.

Tentava conciliar o inconciliável, uma vez que a radicalização política afastava o PSD. Quanto mais se acirravam as disputas entre essas duas facções, mais distante o presidente Goulart ficava de efetivar uma aliança no Congresso que pudesse lhe garantir uma governabilidade mínima.

As tentativas de evitar o caos político-administrativo levaram o governo a levantar de forma mais efusiva a bandeira das Reformas de Base.

## 2.1. A luta pelas Reformas e a atuação dos trabalhadores

A dificuldade de governar o país através dos acordos de cunho parlamentar empurraram o presidente para a órbita dos movimentos de esquerda, que ofereciam apoio ao seu programa de Reformas de Base. Essa situação agravaria a crise política que, de certa maneira, se arrastava desde 1961. Tratava-se de uma bandeira histórica para as esquerdas, além de terem sido defendidas por ele mesmo, ao longo de sua carreira política<sup>126</sup>.

As esquerdas apoiavam João Goulart, mas exigiam seu posicionamento claro e seu apoio a um projeto radical, que implicava no abandono das negociações com os setores

<sup>124</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. ANPUH. São Paulo. vol. 2, n. 47, jan-jun, 2004.

<sup>125</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade. As reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a Ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Edusc. São Paulo, 2004.

<sup>126</sup> In: FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Op. Cit. p. 278.

conservadores do Congresso e exigiam ainda que ele se voltasse para articulações políticas com os movimentos sociais que o apoiavam. O presidente procurava seguir uma linha de moderação e conciliação entre as aspirações da esquerda e da direita.

No início do governo Goulart, as esquerdas formariam o que foi chamado de “coalizão radical pró-reformas”. Basicamente, as reformas de base englobariam uma reforma bancária, administrativa, fiscal, urbana, agrária e universitária. Propunha-se também a extensão do voto aos analfabetos, aos oficiais não graduados das forças armadas e a legalização do PCB<sup>127</sup>.

O ponto que mais gerava controvérsias e que inflamaria a crise política no governo Goulart era a Reforma Agrária. Enquanto os setores conservadores não aceitavam negociar os termos constitucionais que regulamentariam a desapropriação de terras, a esquerda não aceitava fazer concessões e exigiam uma Reforma Agrária em linhas radicais. A palavra de ordem das esquerdas passou a ser “Reforma Agrária na Lei ou na marra”<sup>128</sup>.

O projeto da “coalizão radical pró-reformas”<sup>129</sup> encontrava ressonância entre vários movimentos sociais, dentre os quais podemos citar o PCB, a UNE, os Centros Populares de Cultura, as Ligas Camponesas, os subalternos das forças armadas e os trabalhadores, representados pelo CGT.

A respeito do apoio do CGT às Reformas de Base, Hércules Corrêa, militante comunista e dirigente da entidade, declarou:

(...) nosso empenho pelas reformas de base estava em função dessa dificuldade que nós encontramos diante da sociedade. Quer dizer, na solução dos problemas, das reivindicações dos trabalhadores, porque todas as questões, todas as reivindicações sociais eram, no nosso caso, em toda economia capitalista, mas no nosso caso, na própria forma como o capitalismo se desenvolveu e se desenvolve no Brasil, elas estão diretamente vinculadas à questão econômica, à política econômica. A passagem é quase automática, não existe muita intermediação<sup>130</sup>.

Nota-se que, para este futuro dirigente do CGT, a defesa das reformas de base era explicada por uma perspectiva mais ampla do que a simples afinidade ideológica com o governo Goulart. Os trabalhadores enxergavam no presidente um legítimo representante das reivindicações da categoria.

<sup>127</sup> Idem. p. 278.

<sup>128</sup> É importante ressaltar que a esquerda brasileira não era um bloco homogêneo. Este posicionamento está associado àqueles que, liderados por Brizola, acreditavam na incapacidade dos setores mais conservadores do Congresso de apoiar qualquer projeto que beneficiasse o povo brasileiro. Defendiam, portanto, o abandono das negociações e atitudes radicais. A despeito disso, existia um grupo de esquerda mais moderado que apoiava a tentativa de João Goulart de procurar uma solução para este impasse dentro das vias legais. Vide a tentativa de Sn Tiago Dantas de formar uma esquerda positiva que defendia posicionamentos bem mais moderados.

<sup>129</sup> O termo é utilizado por Angelina Figueiredo e citado por Jorge Ferreira. In: FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Op. Cit. p. 278.

<sup>130</sup> Depoimento de Hércules Corrêa. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais.

Não obstante, com um crescimento econômico pequeno e inflação descontrolada, era praticamente impossível evitar as manifestações oriundas, inclusive, do próprio movimento operário. A corrosão dos salários promovida pela inflação levava à ocorrência de inúmeras greves, principalmente em época de dissídios coletivos<sup>131</sup>. Algumas categorias reivindicavam ganhos junto ao Ministério do Trabalho com sucesso, mas com o clima de elevada polarização política que se instalavam no país, as greves se tornaram muito frequentes.

O movimento grevista acabava desgastando o governo. Apesar do apoio político que as classes trabalhadoras davam ao presidente, não deixaram de se mobilizar na luta por seus direitos. Em entrevista, Hercules Corrêa declarou:

Estávamos envolvidos com Jango pela proposta política, mas tínhamos que fazer greve uma atrás da outra – o que atrapalhava o governo. Para defendê-lo, tínhamos que ter naquele momento menos greve e outros encaminhamentos políticos que não aqueles confrontos. (...) <sup>132</sup>.

Lucilia Delgado apresenta um quadro geral dos movimentos grevistas que ocorreram durante o governo João Goulart. Dentre os principais, podemos destacar a greve nacional convocada pelo CGG em oposição à nomeação de Auro de Moura Andrade como primeiro ministro, em julho de 1962; a greve nacional com duração de 24 horas para apoiar o plebiscito, em 16 de setembro de 1962; e a ameaça de greve do CGT em repúdio à proposta de decretação de estado de sítio feita por João Goulart entre os dias 4 e 7 de outubro de 1963<sup>133</sup>.

Nota-se que, em meio à crise que se arrastava no governo Goulart, o movimento operário adotou posições independentes. Frente à indicação do nome de Brizola<sup>134</sup> para o

---

<sup>131</sup> De acordo com Jorge Ferreira o crescimento do PIB era de 1%, enquanto que a inflação era de 73%. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2014. p. 211.

<sup>132</sup> Depoimento de Hércules Corrêa. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. É importante frisar que esta colocação de Hércules Corrêa foi feita na década de 1980 e, portanto, trata-se uma visão posterior ao calor dos acontecimentos feita por este líder do CGT.

<sup>133</sup> Outros movimentos apresentados que merecem ser destacados são a greve dos metalúrgicos de Santa Matilde em Minas Gerais, entre 11 e 22 de janeiro de 1962; a greve dos metalúrgicos de São Paulo, entre 6 e 10 de novembro de 1962; a greve nacional dos bancários, entre 17 e 30 de setembro de 1963; a greve dos metalúrgicos da Usiminas entre 7 e 10 de outubro de 1963; a greve dos 700 mil em São Paulo, entre 29 de outubro e 3 de novembro de 1963, por decisão da diretoria de 78 federações, sindicatos, do PAC, da CNTI e do CGT. Os outros movimentos citados também contaram com a participação do CGG ou do CGT. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Editora Vozes. Petrópolis, 1986. p. 207 a 215.

<sup>134</sup> Brizola criticava duramente o ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, e sua linha de controle da inflação e do déficit público através da contenção salarial. A FMP, o PCB, a FPN, a UNE e, a princípio, o CGT apoiavam a indicação de Brizola para o cargo. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Op. Cit. p. 213.

Ministério da Fazenda, o próprio Hércules Corrêa, na época membro do CGT<sup>135</sup>, foi contra, entendendo que isso acirraria ainda mais a crise política no país.

Não se pode deixar de destacar o fato de que quanto maior era o avanço das mobilizações operárias maior era a instabilidade política e econômica que assolava o governo Jango. A atuação dos trabalhadores demonstrava sua clara adesão ideológica às propostas políticas do presidente, no entanto, sua atuação nem sempre contribuiu para a efetivação deste projeto. Pelo menos, não nas linhas adotadas por João Goulart.

Foi em meio a este clima de radicalização e polarização política que surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores, uma entidade que visava a unificar o movimento sindical, rompendo com a determinação da CLT que exigia que as federações se organizassem conforme as categorias trabalhistas.

## 2.2. A estrutura sindical corporativa

Durante alguns anos, sobretudo após a década de 1980, houve um consenso nas leituras sobre a história do movimento operário brasileiro de que a mesma estaria dividida em três fases: a primeira marcada por um período glorioso de lutas e reivindicações repletas de uma profunda consciência de classe, na Primeira República; a segunda iniciada nos anos 1930, quando o Estado entrou em cena para impor seu modelo de organização sindical, acabando com a legitimidade e a espontaneidade da classe operária brasileira; e um terceiro momento em que essa legitimidade e autonomia teriam sido resgatadas, em uma ascensão triunfante da classe operária, organizada através de suas bases, e mobilizada em um movimento social de relevância inquestionável para o período em que ocorreu. Tratava-se das greves do ABC Paulista no fim da década de 1970.

A despeito das discussões que essas leituras podem suscitar, é importante que atentemos para o fato de que os anos 1930 são, de fato, um momento de mudança na condução da questão trabalhista no Brasil, sendo justamente nesta década que as leis referentes ao mundo do trabalho, na sua maioria, foram elaboradas e colocadas em prática no Brasil<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> Como mostra um relatório da Divisão de Polícia Política e Social, Hércules Corrêa já era membro do CGT, apesar de não atuar na direção desta entidade. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>136</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional*. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado em Tulane University, New Orleans/Louisiana, em março de 2008.

No ano de 1930, através do Decreto 19.443, foi criado o Ministério do Trabalho que ocuparia um lugar de destaque na estratégia do Governo Provisório relativa à modernização da estrutura burocrática do Estado, visando a colocar em prática uma política social de viés “autoritário-corporativo”<sup>137</sup>.

No ano seguinte, estipulou-se que os sindicatos só poderiam funcionar se fossem reconhecidos pelo poder público, através do Decreto 19.770. Através deste Decreto, o Estado conferia a ele mesmo a tarefa de acompanhar o funcionamento dos sindicatos e também de outorgar sua legitimidade.

Este Decreto, segundo muitos estudiosos do tema, teria representado o fim da autonomia da organização operária no Brasil. Os sindicatos passariam a funcionar como agências do governo, organismos de colaboração desprovidos de qualquer posicionamento político e ideológico<sup>138</sup>.

Segundo leituras tradicionais sobre a trajetória do movimento operário, teria surgido, assim, o “velho” sindicalismo no momento em que a burguesia, aliada ao Estado Populista, teria conseguido criar amarras nas quais o operariado ficou preso por muito tempo. Desprovidos de uma representação genuína e sem nenhuma impulsão própria<sup>139</sup>, os trabalhadores sucumbiram aos “agrados” que o Estado lhes oferecia em troca de obediência política.

Essa situação não teria sido, de forma alguma, compreendida pelos operários graças à atuação das lideranças sindicais, na época, ligadas a partidos que tradicionalmente se vinculavam aos sindicatos, o PCB e o PTB. Ambos os partidos estariam de acordo com a barganha que se estabeleceria entre o governo e os sindicatos, com a intenção de deixar as classes dominantes satisfeitas com a docilidade dos trabalhadores.

Essa interpretação está vinculada a estudos que procuravam explicar a ocorrência do Golpe Militar de 1964. Sobre tudo na década de 1980, este evento passou a ser visto como o ponto de atuação limite do “velho” sindicalismo. Este teria sido seu ponto final e que

---

<sup>137</sup> A expressão é utilizada pelo autor. OLIVEIRA, Luis Eduardo. A gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho e os trabalhadores: diálogo e reconhecimento da “questão social” em tempos difíceis. In: FERREIRA, Jorge. *O Rio de Janeiro nos Jornais. Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. 7 letras. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>138</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional*. Op. Cit. p. 5.

<sup>139</sup> In: *Cadernos Democracia Socialista*. Vol. II. Teses Sindicais. Outubro de 1987. São Paulo. Editora Aparte. Amorj.

denotava o fracasso da classe trabalhadora em impor suas demandas progressistas à sociedade.<sup>140</sup>

Foi através desta premissa, de que a estrutura sindical inaugurada nos anos 1930 era totalmente inadequada e que teria gerado um sindicalismo que estava mais preocupado em buscar uma conciliação com os representantes da burguesia do que em representar de forma legítima os interesses dos trabalhadores, que se construiu a memória negativa sobre o movimento sindical nos anos situados entre 1930 e 1964.

É, de certo, problemática esta interpretação que considera sindicalismo do período que vai de 1945 a 1964 como um movimento totalmente submetido aos desígnios do Estado Populista e manipulador, como se não houvesse limites para a intervenção do Estado na estrutura sindical e inexistissem brechas que poderiam ser utilizadas por seus quadros para escapar de suas ingerências.

Sem ignorar as finalidades controladoras dos organismos que instituíram as normas de organização do sindicalismo brasileiro, é preciso que se adote uma perspectiva mais ampla de análise para compreendermos a história do movimento operário brasileiro.

Em primeiro lugar, é necessário que se tenha em vista que a ascensão de Vargas ao poder, bem como a criação de um Ministério do Trabalho, inicia uma nova fase nas relações entre o Estado e a classe operária. Abandonou-se a ideia de que a questão social era um problema de polícia e se adotou um discurso que desassociava o trabalho da herança degradante da escravidão e ressaltava seus aspectos positivos<sup>141</sup>.

Em segundo lugar, se de um lado não se pode negar que as ações controladoras foram levadas a efeito e que foram eficazes no sentido de afastar as correntes ideológicas que defendiam um sindicalismo independente, de outro não podemos afirmar, sem reservas, que estas correntes ideológicas representavam a classe trabalhadora de maneira hegemônica<sup>142</sup>.

Em carta encaminhada a Alexandre Marcondes Filho, na época em que ele era Ministro do Trabalho, o presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, CTOS, argumentava:

---

<sup>140</sup> Na minha dissertação de Mestrado, onde analisei a criação da Central Única dos Trabalhadores, procurei demonstrar como este evento foi encarado, dentro de uma perspectiva de memória, construída nos anos 1980, como um desfecho relacionado às ações pouco conscientes do operariado brasileiro, guiado por lideranças externas aos próprios trabalhadores. Para os cutistas, era necessário, portanto, romper com a estrutura sindical, cuja prática tinha impossibilitado a formação de uma classe operária forte o suficiente para impedir a ocorrência de um golpe de Estado, como o que ocorreu em 1964. A CUT atribui tal “derrota” à atuação de “direções sindicais vacilantes e pelegas”.

<sup>141</sup> OLIVEIRA, Luis Eduardo. *A gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho e os trabalhadores: diálogo e reconhecimento da “questão social” em tempos difíceis*. Op. Cit. p. 59.

<sup>142</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional*. Op. Cit. p. 8.

O rumo tomado pelo sindicalismo por causa dos acontecimentos políticos aconselha, sem dúvida, uma reestruturação da Comissão Técnica de Orientação Sindical, que tem, agora, de desempenhar suas atribuições sem que paire dúvidas sobre a intenção de colaboração com as entidades trabalhistas e não, como alguns supõem, de dirigi-las<sup>143</sup>.

Os estudos acadêmicos acabaram por criar uma noção negativa do sindicalismo brasileiro, organizado segundo a lógica estatal a partir dos anos 1930. Baseados na teoria do populismo, esses estudiosos condenaram a ação dos líderes que atenderam de forma positiva ao chamado do Ministério do Trabalho, encaminhando suas reivindicações e organizando sua atuação através das novas bases legais, estipuladas pelo Estado. Para muitos, essa ação representara a perda da autonomia possibilitada pela ausência de uma legítima consciência de classe por parte dessas lideranças<sup>144</sup>.

Ainda é preciso que se atente para o fato de que essa interlocução entre o Estado e a classe operária não foi marcada pela passividade. Ela foi difícil e, muitas vezes, conflituosa.

Essa leitura negativa se dirige, principalmente, à influência que partidos, como o PTB e o PCB, tiveram dentro do movimento sindical. As críticas à atuação dessas legendas nas entidades sindicais são inúmeras e, via de regra, consideradas ilegítimas por se tratar de uma atuação mais voltada à cooptação da classe operária para o projeto de controle empreendido pelo Estado brasileiro.

Segundo Marco Aurélio Santana, em nenhum outro momento da história a trajetória desses partidos foi tão articulada a ponto de se tornar impossível falar de um sem se referir ao outro, no tocante às análises sobre o movimento sindical do período 1945-1964<sup>145</sup>.

As leituras sobre os resultados são variadas, mas, em sua maioria, ressaltam seus pontos negativos, chegando a negar cegamente todos os seus pontos positivos. A atuação sindical liderada pela aliança trabalhista-comunista passou a representar uma espécie de maldição para a história do movimento operário, sobretudo, a partir da década de 1980<sup>146</sup>.

O desprezo pela aliança entre essas agremiações no seio da atuação sindical não deixa de ser herança do desprezo reservado à trajetória dessas agremiações também no âmbito da história política brasileira. O próprio PTB, como afirma Marco Aurélio Santana, foi

<sup>143</sup> Carta do presidente da CTOS a Alexandre Marcondes Filhos. Arquivo Pessoal de Alexandre Marcondes Filho. CPDOC – FGV, 1940. p. 1.

<sup>144</sup> OLIVEIRA, Luis Eduardo. *A gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho e os trabalhadores: diálogo e reconhecimento da 'questão social' em tempos difíceis*. Op. Cit. p. 71.

<sup>145</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (organizadores). *As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>146</sup> Idem. p. 241.

desmerecido pela literatura geral sobre o tema, sendo tratado como mera “criação” ou mero “apêndice” da política varguista.

De fato, não se pode negar que o PTB foi uma realização de Getúlio Vargas. Segundo Maria Celina D’Araujo, o partido representou uma proposta de organização partidária voltada para a incorporação dos dirigentes sindicais. Ficou sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo.

Sua importância no cenário da atuação sindical era frágil, já que a força que o movia era o carisma de seu criador. O partido pretendia se alimentar do sindicalismo estadonovista e passou a conviver com um processo de disputas entre dirigentes de pouca ou nenhuma representatividade frente aos trabalhadores. Em carta a Alexandre Marcondes Filho, Segadas Viana escreveu:

(...) e quando lhe levamos o projeto de manifesto para o lançamento do PTB foi sua a frase que nele incluímos: “será um divisor de águas entre a extrema esquerda e a extrema direita”. E realmente o Partido Trabalhista conseguiu arregimentar a massa proletária, impedindo que os comunistas aparecessem no cenário político como uma força assustadora<sup>147</sup>.

Nesse sentido, não se deve esquecer que o PTB foi criado com o objetivo de propiciar uma alternativa partidária que pudesse afastar os trabalhadores do PCB. Uma visão, segundo Araujo, lugar comum, mas que não pode deixar de ser considerada, já que no pós-guerra o comunismo estava em expansão. Além do mais, o apoio de Quadros, do PCB, a Getúlio Vargas na campanha queremista, em 1945, contribuiu para desmitificar a ideia negativa que se tinha sobre o comunismo, ainda que temporariamente<sup>148</sup>.

De acordo com Ernesto Bohoslavsky, o medo do comunismo era desmedido, mas também é verdade que o comunismo teve um crescimento eleitoral significativo após 1945, no Brasil. O PCB ampliou sua bancada com a eleição de 15 deputados na Câmara e de seu líder, Luis Carlos Prestes, como senador. Na avaliação de militantes ligados ao trabalhismo, o avanço eleitoral do PCB estava associado à falta de uma postura mais incisiva da liderança de outras legendas diante das mazelas sofridas pelo povo<sup>149</sup>.

<sup>147</sup> Carta de Segadas Viana a Alexandre Marcondes Filho. Arquivo Pessoal de Alexandre Marcondes Filho. CPDOC – FGV, 1944. p. 1.

<sup>148</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. Marco Zero. São Paulo, 1989. p. 42.

<sup>149</sup> BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). *VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, vol. 30, n. 52. p. 51-66. jan/abr 2014.

A estratégia não chegou a ser bem-sucedida, visto que, além de o PCB ter continuado a ter um papel extremamente relevante na organização sindical, acabou se tornando um aliado do PTB na luta pelos direitos trabalhistas<sup>150</sup>.

A legalização do PCB, em 1945, foi um fator de grande importância. O desempenho marcante deste partido nas eleições daquele ano trouxe grande destaque para esta legenda. O partido alegava contar com mais 180 mil membros, o que lhe tornava, de longe, o maior partido comunista de toda a América Latina, segundo Leslie Bethell.

O PCB se tornou o maior partido isolado eleito para a Câmara do Distrito Federal, conquistando dezoito das cinquenta cadeiras. Onze comunistas, incluindo o historiador Caio Prado Júnior, tinham cadeiras na Assembleia Paulista e nove na de Pernambuco. O PCB também tinha uma representação expressiva em assembleias estaduais, como a de Recife.<sup>151</sup>

Se o partido contava mesmo com 180 mil membros fica difícil mensurar. Mas sua importância política no período é inegável. Fato que se comprova pelo expressivo apoio que obteve nas urnas. Por conta disso, e também por conta do contexto da Guerra Fria, em que o governo Dutra se alinhava aos EUA, contra a expansão da União Soviética, o partido foi colocado na ilegalidade no início do ano de 1947.

A decisão não foi impensada, pois desde março de 1946 já circulavam rumores de que o presidente Dutra tomaria esta atitude. A polícia política já acompanhava de perto os membros do partido. Os comunistas passaram a ser afastados da liderança dos sindicatos e até mesmo de cargos públicos federais e estaduais<sup>152</sup>.

O PTB foi, de fato, uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque havia uma massa disponível a aderir a sua proposta de atuação. Para Delgado, o PTB seria a outra vertente do continuísmo na transformação, representando os quadros de trabalhadores urbanos assalariados vinculados aos sindicatos e ao programa trabalhista de Vargas<sup>153</sup>.

Esse partido teria surgido com o objetivo de agrupar os trabalhadores em torno de uma legenda partidária forte e capaz de defender os interesses dos trabalhadores. Ainda segundo Delgado, os primeiros anos de existência do partido estariam, indiscutivelmente, amparados no personalismo de Getúlio Vargas que teve destacada atuação na fundação da agremiação<sup>154</sup>.

---

<sup>150</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*. O PTB de 1945-1964. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 1996.

<sup>151</sup> In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. (organizadores). *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Paz e Terra. São Paulo, 1996. p. 99.

<sup>152</sup> Idem. p. 98.

<sup>153</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. Op. Cit. p. 30.

<sup>154</sup> Idem. p. 32.

Vargas entendia que uma legenda trabalhista poderia contribuir para a manutenção da mística getulista de reprodução da rede de poderes construída por ele durante o Estado Novo<sup>155</sup>.

Ao longo do tempo, o partido ganhou consistência e, apesar de ter se apoiado no getulismo durante algum tempo – vide a importância do apoio de Vargas à candidatura de Dutra, em 1945<sup>156</sup> –, o PTB construiu seu perfil de atuação política e sindical, transformando-se em um representante legítimo das demandas operárias e das aspirações de grupo esquerdistas. Ainda em sua carta a Alexandre Marcondes Filho, Segadas Viana afirmava:

(...) Pela vivência que tive com meu querido amigo posso dar testemunhos de muita coisa que ainda não foi revelada e que a História um dia deverá registrar para que se faça completa justiça a sua atuação, não apenas na garantia de paz social, com a sã orientação decorrente das palestras dos “Trabalhadores do Brasil”, mas também e de uma maneira muito especial, na ajuda e nos ensinamentos quando o país voltava à normalidade política e a massa, desorientada, poderia se deixar arrastar pelas promessas contidas nos manifestos do Partido Comunista já em formação<sup>157</sup>.

O Partido Comunista do Brasil, o PCB, também teve enorme inserção na organização sindical brasileira neste período. A história do comunismo e a história do movimento operário são, certamente, distintas, mas é patente que existe uma intrínseca relação entre ambas.

No final da ditadura varguista, o PCB adotaria uma postura voltada para a “União Nacional”, procurando apoiar o processo de redemocratização que se desenrolava. A orientação colaboracionista partia dos sindicatos que pediam aos trabalhadores que apertassem os cintos, pois, nas palavras de Prestes, “era preferível apertar a barriga e passar fome do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos só interessa ao fascismo”.<sup>158</sup>

Foi justamente com o propósito de trilhar este caminho e apoiar sua atuação na organização sindical que o PCB criou o MUT. Entre 1945 e 1947, o Movimento Unificador dos Trabalhadores se tornou uma arma imprescindível na campanha pela legalização do PCB e também na implementação da proposta de aliança com a burguesia nacional como estratégia de luta contra o imperialismo.

Tratava-se ainda de uma estratégia de inserção no movimento sindical e de reforço dos laços com os trabalhadores, através de uma “disputa por dentro” contra Vargas, apesar de seu

<sup>155</sup> Idem, *Ibidem*, p. 32.

<sup>156</sup> D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder. O PTB de 1945-1964*. Op. Cit. p. 33.

<sup>157</sup> Carta de Segadas Viana a Alexandre Marcondes Filho. Arquivo Pessoal de Alexandre Marcondes Filho. CPDOC – FGV, 1944. p. 1

<sup>158</sup> SANTANA, Marco Aurelio; SILVA, Fernando Teixeira. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (organizadores). *As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Op. Cit. 106.

apoio ao ditador. Era um casamento de conveniência, já que a base política do comunismo e do varguismo seria comum, ou seja, os trabalhadores<sup>159</sup>.

A proposta de criação do MUT se vinculava a uma luta pela democratização sindical. Seus objetivos eram: a reforma e a revitalização da estrutura sindical, a autonomia sindical, a livre negociação coletiva, direito de greve, melhoria dos sistemas de assistência social, extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores do campo, sindicalização maciça dos trabalhadores e a criação de organizações sindicais horizontais<sup>160</sup>.

No início do período democrático o PCB estava longe do poder, mas cada vez mais próximo do movimento sindical. Prova disso foram os esforços pela criação de uma central sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, a CGTB.<sup>161</sup> Em documento do PCB sobre a CTB, apreendido pela Divisão de Polícia Política e Social, lemos:

A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, apesar das suas debilidades dos seus dirigentes e da subestimação ainda existente sobre o seu importante papel, tem desempenhado grande tarefa de orientadora do movimento sindical, tem tomado a iniciativa de promover reuniões e conferências entre os sindicatos. O objetivo da C.T.B. tem sido fundamentalmente unir e organizar o proletariado nas suas lutas (...) <sup>162</sup>.

Não obstante, o PCB seguia a tese de que a revolução brasileira passava pela fase democrático-burguesa e enquanto tentava se manter fiel a esta linha, o partido tinha dificuldades de lidar com as crescentes demandas operárias. Manter seus militantes nessa linha foi o principal desafio desta agremiação. Hércules Corrêa chegou a declarar: “(...) nós que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara – o PCB não era, nem nunca foi, apenas a sua direção” <sup>163</sup>.

Isso nos dá uma perspectiva mais ampla quanto à análise da atuação desse sindicalismo, que enxergava o Estado corporativista como uma peça na engrenagem para a articulação do movimento operário. Convivia com ele e buscava construir o movimento sindical, utilizando-se dos subterfúgios oferecidos por este. O que não significou uma submissão completa aos seus desígnios.

<sup>159</sup> Idem. p. 106.

<sup>160</sup> In: BETHHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. (organizadores) *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Op. Cit. p. 81.

<sup>161</sup> SANTANA, Marco Aurelio; SILVA, Fernando Teixeira. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (organizadores). *As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Op. Cit. 107.

<sup>162</sup> Fragmentos de documentação do PCB apreendida pela Divisão de Polícia Política e Social – DPS. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>163</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais.

### 2.3. As tentativas de unificar o movimento operário

Lucilia de Almeida Neves Delgado mostra que, desde a década de 1940, quando sob a liderança do PCB foi criado o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), os trabalhadores enfrentam algumas disposições da estrutura sindical oficial<sup>164</sup>. A tentativa de regulamentação do MUT vinha acompanhada de uma série de reivindicações, dentre as quais vale destacar o direito de posse das diretorias eleitas sem aprovação do Ministério do Trabalho e a autonomia na aplicação dos fundos do sindicato.<sup>165</sup>

Ainda segundo esta autora, já nessa década, é possível identificar duas correntes distintas dentro do sindicalismo brasileiro: uma ligada ao Ministério do Trabalho, chamada de ala ministerialista e outra ligada ao PCB, que passa a ser denominada Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB. Ainda no ano de 1946, o governo criou a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), fato que é considerado uma estratégia para esvaziar a CTB.<sup>166</sup>

A CNTI era uma associação sindical de trabalhadores de abrangência nacional, fundada em 19 de julho de 1946, no Rio de Janeiro, para ser uma entidade coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores da indústria, conforme o disposto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).<sup>167</sup>

A fundação da CNTI por parte do governo expressa a preocupação das instituições de poder com a expansão da CTB, que além de não se vincular ao Ministério do Trabalho, atrelava-se a uma corrente ligada ao PCB.

Apesar das ações do governo no sentido de esvaziar a iniciativa de criação da CTB, ela continuaria existindo até o PCB ser posto na ilegalidade em 1947. Enquanto isso, os líderes das federações sindicais vinculadas ao Ministério do Trabalho continuaram a se reunir, estabelecendo as bases para a criação das três maiores confederações nacionais de trabalhadores: as da indústria, do comércio e dos transportes. Assim, no mês de outubro de

<sup>164</sup> A estrutura oficial de organização, conforme o artigo 534 da CLT “é facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação”. Sendo assim, organismos como o MUT, e mesmo o CGT, que reuniriam quaisquer categorias de trabalhadores em um mesmo órgão não se enquadrariam nesta disposição da lei.

<sup>165</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. Cit. p. 37.

<sup>166</sup> Para uma leitura mais detalhada das correntes políticas no interior dos sindicatos brasileiros ver DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. Op. Cit. Especificamente no capítulo IV a autora faz uma análise detalhada dessas correntes sindicais no sindicalismo do período.

<sup>167</sup> Verbete: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-dos-trabalhadores-na-industria-cnti>>.

1946, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria foi finalmente reconhecida pelo novo ministro do Trabalho, o industrial paulista Morvan Dias Figueiredo.

Até o final do mandato de Eurico Dutra (1950), as eleições sindicais foram suspensas e cerca de quatrocentos sindicatos sofreram intervenção, acusados de, sob o controle dos comunistas, desenvolverem atividade política e propaganda ideológica, itens que a lei sindical em vigor proibia<sup>168</sup>.

No final da década de 1950, foi fundada a Comissão Permanente das Organizações Sindicais, a CPOS e o Pacto de Unidade e Ação, o PUA. Ambas as organizações tiveram uma importante atuação nas mobilizações operárias da década de 1960, pois se propunham a ser entidades intersindicais que reuniriam diferentes categorias profissionais e não apenas operários de um mesmo ramo produtivo.

A existência, desde a década de 1940, de uma linha política que se opõe a determinados pontos da estrutura oficial corrobora para a ideia de que o sindicalismo pré-1964 não agiu somente dentro da estrutura imposta pelo governo, ou mesmo da legislação trabalhista, mas demonstra que houve conflitos e embates que geraram um sindicalismo que deve ser analisado também pela sua capacidade de extrapolar os limites impostos pela legislação.<sup>169</sup> Hércules Corrêa, em entrevista, declarou:

Muita gente não consegue entender isso, tudo que nós fizemos, foi exatamente o combate à lei, a luta pelo avanço da democracia no país, o avanço da democracia sindical, a criação dos, das [sic] entidades sindicais de caráter horizontal (...) tinha CGT nos municípios, CGT nos estados (...) isso foi toda uma estrutura que se criou por cima da lei. É como os operários estão fazendo hoje, fazendo greve por cima de uma lei anti-greve, foi o que nós fizemos, entendeu?<sup>170</sup>

O relato de Hércules Corrêa é interessante, pois procura passar a ideia de que os líderes sindicais do pré-1964 não se curvavam às imposições da legislação trabalhista, apesar de terem atuado em conjunto com ela durante um longo tempo. Os sindicalistas aproveitavam o que a legislação tinha de positivo e atuavam no sentido de fazê-la avançar conforme os

<sup>168</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. Op. Cit.

<sup>169</sup> Sobre a ideia de que após 1945 teria surgido uma segunda geração de petebistas, não mais totalmente ligados ao varguismo ver: HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de ClodsmidtRiani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil militar de 1964*. Juiz de Fora. UFJF, 2007. Dissertação de Mestrado.

<sup>170</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, 1986. O hoje ao qual Hércules Corrêa se refere na entrevista relaciona-se às greves do ABC Paulista, quanto surgiu o que foi chamado de “novo” sindicalismo, ligado à formação da Central Única dos Trabalhadores. Os “novos” sindicalistas forjaram sua identidade através da condenação do sindicalismo dominado pela aliança comunista-trabalhismo, acusando-o de pelego, corporativista e submisso às imposições da CLT e do Ministério do Trabalho. Na concepção dos fundadores da CUT aos quais se refere Hércules Corrêa: “A implantação de cinquenta anos de estrutura oficial deixou marcas profundas, que no início foram minimizadas através da simples caracterização de um ‘corporativismo fascista’, que deveria ser superado. (...)”

interesses da classe trabalhadora. A prova disso está nas tentativas de formar uma organização de cunho horizontal desde a década de 1940, que culminaram na criação do CGT, em 1962, organização que não foi reconhecida pelo Estado brasileiro, justamente por se tratar de um movimento que contrariava as disposições da CLT.

#### 2.4. Uma breve história do CGT

O Comando Geral dos Trabalhadores foi um organismo centralizador dos sindicatos surgido em agosto de 1962, e reunia sindicatos, federações, confederações – como a CNTI e a CONTEC<sup>171</sup> - sob sua liderança. A criação desse organismo pode ser considerada uma das muitas tentativas que o movimento sindical fez de superar a estrutura oficial corporativista imposta pela CLT na década de 1940.<sup>172</sup>

O surgimento do CGT ocorreu em meio a uma conjuntura de intensas mobilizações populares, de alto índice de politização das lutas trabalhistas, além da atuação dos trabalhadores em seus locais de trabalho. A organização atuava na defesa do nacionalismo e, principalmente, das Reformas de Base, uma bandeira que se transformou na principal marca do governo de João Goulart. A entidade apoiava ainda a presença do Estado na economia, nas empresas estatais, o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros ao exterior.<sup>173</sup>

A fundação do CGT começou dentro da CNTI que, até a década de 1960, era presidida por Diocleciano de Holanda Cavalcante<sup>174</sup>, representante da linha ministerialista. A insatisfação com a gestão do mencionado presidente ganhou força quando, durante a reunião do Conselho de Representantes da entidade, foi decidida a criação de uma comissão de inquérito para apurar supostas irregularidades de sua administração, fato que leva o presidente a encerrar o encontro antes de seu fim.<sup>175</sup>

<sup>171</sup> Trata-se da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

<sup>172</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis. Editora Vozes, 1986. p. 36.

<sup>173</sup> In: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.47, p. 181-212 - 2004.

<sup>174</sup> Após a instauração do Estado Novo em 1937, passou a articular nos meios político e sindical as bases da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), finalmente constituída em julho de 1946. Em setembro desse ano, participou do congresso sindical nacional realizado no Rio de Janeiro, em que foi debatida a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), central intersindical que fugia às determinações da legislação vigente. Seguindo a orientação do Ministério do Trabalho, Deocleciano recusou-se a participar da CTB, conseguindo então que a CNTI fosse reconhecida em outubro, tornando-se seu primeiro presidente. In:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-deocleciano-holanda>>.

<sup>175</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O CGT no Brasil...* Op. Cit. p. 52.

Em meio ao descontentamento dos dirigentes das federações presentes na reunião estavam os quadros da histórica oposição aos ministerialistas que formaram uma chapa de oposição para as eleições que ocorreriam em 1961, para a presidência da CNTI. A criação dessa chapa foi orientada segundo a aliança PCB-PTB e foi encabeçada por Clodsmidt Riani, membro do PTB<sup>176</sup>. Em relatório sobre as eleições na CNTI a DPS considerava:

A infiltração comunista no meio sindical do país atingiu os primeiros órgãos de sindicalização, inclusive a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, esta última reconhecida sob influência política, após um ano de resistência do Ministério do Trabalho, que em todas as sessões, por onde transitou o processo recebeu pareceres contrários. (...) os comunistas trataram de criar o Conselho Consultivo Regional nas Confederações, dominando, rapidamente, a CNTI, através de tal experiência (...)<sup>177</sup>.

É importante frisar que, mesmo existindo uma forte aproximação entre o PTB e as instituições de poder, a atuação dos quadros deste partido no interior da CNTI era de oposição aos dirigentes ligados ao Ministério do Trabalho. Essa é uma questão relevante, pois reforça a ideia assinalada acima de que a atuação sindical, no período analisado aqui, pode ser caracterizada pela independência de seus atores, não se tratando de uma atuação ligada, exclusivamente, às ingerências do Ministério do Trabalho, muitas vezes identificado como organismo voltado para tarefa de manipular os trabalhadores e cooptá-los para os projetos políticos de interesse dos governos populistas.

Para Marco Aurélio Santana, foi a aliança comunista-trabalhista que, atuando no interior da parcela mais militante do sindicalismo, propiciou essa entrada pujante de quadros do PTB e do PCB no seio da estrutura sindical oficial.<sup>178</sup>

A manchete do jornal *Novos Rumos* de 15 a 21 de dezembro de 1961 dizia: “Caiu o império dos pelegos: trabalhadores conquistam a CNTI”<sup>179</sup>. A derrota dos ministerialistas foi importante, pois estava relacionada à força que o grupo de oposição vinha ganhando dentro da CNTI desde a greve geral de 1961, em defesa da posse de João Goulart, fato que demarcou uma posição nacionalista e reformista do movimento sindical brasileiro.

A ascensão dos trabalhistas à direção da CNTI lhes dava maior capacidade de liderança sobre o movimento sindical devido à infraestrutura da entidade que reunia muitas federações e sindicatos de todo o país.<sup>180</sup> Além disso, com a chegada dos anos 1960, o

---

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Relatório da Divisão de Polícia Política e Social – DPS sobre as eleições na CNTI. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>178</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros...* Op. Cit. p. 263.

<sup>179</sup> *Novos Rumos*. 15-21 de dezembro de 1961.

<sup>180</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. Cit. p. 53.

movimento sindical pôde mostrar todo o seu vigor e, após a fundação do CGT, passou a participar ativamente dos debates sobre os destinos da sociedade brasileira.<sup>181</sup>

A edição de 19 a 25 de janeiro de 1962, o *Jornal Novos Rumos* noticiava:

O presidente da República, Sr. João Goulart, o primeiro ministro, Sr. Tancredo Neves, ministros de Estado e autoridades federais estiveram presentes a solenidade de posse da nova diretoria da CNTI. O presidente Goulart falou, destacando em seu discurso a participação efetiva dos trabalhadores na luta em defesa da liberdade e da democracia e em defesa das soluções nacionalistas para os problemas brasileiros (...)<sup>182</sup>.

É possível dizer que havia uma boa relação dos trabalhadores com o presidente João Goulart, bem como seu apoio ao governo. Em entrevista ao jornal *Panfleto*, Oswaldo Pacheco, que se tornaria secretário geral do CGT, afirmava:

(...) o movimento sindical brasileiro é um dos fatores que determinaram o impulso e a mobilização popular em torno da luta pela conquista das reformas. Somos, com toda a honra, mobilizadores e convocadores do povo para essa grande luta que inclui reivindicações específicas dos trabalhadores da cidade e do campo (...)<sup>183</sup>.

Nessa entrevista, Oswaldo Pacheco disse ainda que as lideranças sindicais estavam dispostas a dar todo o apoio que João Goulart precisasse para tomar as decisões pertinentes à implementação das reformas de base, inclusive conclamando as massas para a luta.

É interessante reforçar o fato de que a relação entre os representantes do movimento sindical e o governo é complexa. Principalmente durante o governo de João Goulart, podemos observar o apoio do movimento operário às propostas políticas do presidente. É notório que a trajetória política de Goulart o colocara em uma posição de grande proximidade em relação às lideranças sindicais.

No entanto, este apoio político não limitava a capacidade desses atores de estabelecerem um posicionamento crítico frente à estrutura sindical oficial. A eleição da chapa de oposição aos ministerialistas na CNTI e a posterior criação do Comando Geral dos Trabalhadores expressam uma atitude de enfrentamento das lideranças sindicais com estrutura sindical oficial estabelecida pela CLT e fiscalizada pelo Ministério do Trabalho, o que não significa uma postura de enfrentamento com o governo em si.

Em agosto de 1962, ocorreu o IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores na cidade de São Paulo. O encontro contou com a presença de 3.500 delegados de 586 sindicatos, associações e federações representando inúmeras categorias profissionais. O evento foi precedido por intensa mobilização de sindicalistas de todo o país com a realização

<sup>181</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros...* Op. Cit. 264.

<sup>182</sup> Novos Rumos, 19-25 de Janeiro de 1965.

<sup>183</sup> *Panfleto*, o jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1962. p. 6.

de congressos regionais e conferências. Na edição de 19 de fevereiro a 1º de março de 1962, do *Jornal Novos Rumos*, Roberto Morena afirmava:

O IV Congresso Sindical nacional será convocado, dirigido e organizado pelas maiores organizações sindicais nacionais, principalmente pela mais poderosa entidade que é a CNTI. O IV congresso será uma confluência de todos os movimentos operários e sindicais, tanto da cidade quanto do campo. O que urge é a sua imediata convocação, o estabelecimento de seus objetivos, o plano de ação para que o IV Congresso seja discutido nos locais de trabalho e nas organizações sindicais. Romper na prática com as restrições e estreitezas da estrutura sindical atual, elevando a organização sindical à altura das tarefas políticas que desempenham os trabalhadores<sup>184</sup>.

Na edição da semana de 17 a 23 de agosto de 1962, o *Jornal Novos Rumos* noticiava: “São Paulo reúne líderes de todo o Brasil no IV Encontro Sindical Nacional” e atentava ainda para o fato de que mais de três mil representantes de trabalhadores de todas as categorias profissionais de todo o país estavam reunidos entre os dias 17 e 19 de agosto de 1962 em São Paulo<sup>185</sup>.

A convocação do encontro foi assinada por dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara (CPOS), Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Federação Nacional dos Estivadores, Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Federação Nacional dos Trabalhadores em empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas, Federação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias Urbanas, Federação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias Gráficas, Federação nacional dos Empregados no Comércio Armazenador, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Trabalhadores no Grupo de Máquinas na Marinha Mercante, Federação Nacional dos Radialistas, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, União dos Portuários do Brasil, Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo<sup>186</sup>.

O *Jornal Novos Rumos* noticiou também que, em sua fase de preparação, o IV Encontro Nacional Sindical atingiu centenas de milhares de trabalhadores com a realização de congressos e conferências regionais, reunindo inúmeros setores e categorias profissionais.

<sup>184</sup> *Novos Rumos*, 19 de fevereiro a 1º de março de 1962. p. 2.

<sup>185</sup> *Novos Rumos*, 17 a 23 de agosto de 1962.

<sup>186</sup> Idem.

A pauta do IV Encontro Sindical Nacional procurava deliberar as questões pertinentes da época, como fixar a posição do movimento operário brasileiro em relação à autonomia e à liberdade sindical, a legalidade democrática, a defesa de um governo nacionalista e democrático, consolidação de uma campanha salarial, defesa da normalização do abastecimento de gêneros, o combate a carestia e a luta pela realização das reformas de base.<sup>187</sup>

Com relação às manifestações operárias e à quebra da hegemonia dos quadros ligados ao Ministério do Trabalho nas entidades sindicais, a imprensa não foi unânime. O *Jornal o Globo*, em sua edição de 20 de agosto de 1962, anunciava em sua manchete de capa: “União dos trabalhadores brasileiros contra minoria comunista nos sindicatos”.

De acordo com a reportagem que apresenta dados do II Encontro Interestadual Sindical, os trabalhadores reunidos em São Paulo não representariam nem 5% dos trabalhadores brasileiros. Tentava-se com isso, minimizar a repercussão e a representatividade que os quadros que antagonizavam com os representantes do Ministério nos sindicatos. Na reportagem lê-se ainda:

(...) é a nossa omissão que faz com que esses sindicalistas dominem a CNTI e a CONTEC. Temos certeza de que 95% do operariado brasileiro condenam a nova greve que se articula e que não resolverá os nossos problemas. Temos certeza de que se as autoridades saírem de sua complacência e permitirem o funcionamento dos transportes, a greve não passará de uma inútil tentativa<sup>188</sup>.

A despeito da variedade de interpretações da imprensa sobre a ascensão de lideranças sindicais opositoras, o fato é que no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores o Comando Geral de Greve, o CGG, transformou-se no Comando Geral dos Trabalhadores, congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a CNTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, a CONTEC e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, a CNTTMFA. Nos arquivos da Polícia Política encontram-se as seguintes considerações sobre o surgimento do CGT:

Por ocasião da greve política de setembro 1961, em face da oportunidade que lhe apareceu, o COMANDO GERAL DE GREVE desdobrou-se em dois organismos

<sup>187</sup> *Novos Rumos*, 17-23 de agosto de 1962. Existe um detalhe interessante nesta pauta do IV Encontro Sindical Nacional que é a reivindicação de autonomia e liberdade sindical, visto que uma das críticas mais incisivas à atuação das lideranças sindicais que atuaram antes de golpe de 1964 relaciona-se a ideia de que estas lideranças se acomodaram a estrutura oficial, voltando-se para as negociações e conciliações de cúpula e não buscavam uma prática de confronto com os pontos da legislação trabalhista considerados negativos. Esse tipo de reivindicação refuta a ideia de que as lideranças sindicais do período que vai de 1945-1964 eram inertes nesse sentido.

<sup>188</sup> O Globo, 20 de Agosto de 1962, p. 5.

distintos, constituindo um o CGT e o outro o PACTO DE UNIDADE E AÇÃO que, atualmente, lidera todos os movimentos reivindicatórios e grevistas no seio dos trabalhadores Marítimos, Portuários, Estivadores, Ferroviários e Aeroviários<sup>189</sup>.

O CGT contaria também com o apoio de organizações sindicais ligadas aos comunistas como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais, a CPOS, o Pacto de Unidade e Ação, PUA e o Fórum Social de Debates, o FSD.

“(...) superlotado com representantes de centenas de sindicatos, Federações e Confederações, que formavam um plenário atento e entusiasmado, cuja vibração traduzia os anseios de milhões de trabalhadores, e várias comissões, cujos membros eleitos, trabalhavam arduamente para coordenar as muitas propostas (...)”<sup>190</sup>

Dias antes do início do IV Encontro Sindical Nacional líderes sindicais do estado de São Paulo, reunidos na sede do sindicato dos metalúrgicos, decidiram deflagrar uma greve em apoio ao programa econômico anunciado pelo primeiro-ministro Brochado da Rocha. O encontro contou com a presença de Roberto Morena, membro do CGT e dirigente do PUA, e o manifesto lançado na ocasião contava com a adesão de 24 sindicatos, três federações e uma associação, além do Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo<sup>191</sup>.

As ações dos sindicalistas engajados com a construção do CGT estavam atentas com os eventos políticos do período. O apoio dado pelo movimento sindical ao presidente João Goulart acabava servindo de munição para seus opositores que intencionavam taxá-lo de comunista. Na ocasião, o *Jornal O Globo* noticiava que estava “em marcha plano comunista para dominar os sindicatos” e completava:

Indiscrições de um dos membros da comissão executiva do Pacto de Ação Intersindical revelam, em parte, um ambicioso plano de domínio dos sindicatos pelo comunismo e os verdadeiros objetivos da entidade. O plano prevê a incrementação de órgãos esquerdistas já existentes e, em fase mais adiantada, a sua reunião numa Central Sindical com poderes legislativos. ‘a idéia de uma central sindical terroriza os trabalhadores nas atuais circunstâncias’ – revelou Genésio de Almeida<sup>192</sup>.

Nota-se um discurso de demonização do plano de construção de uma central sindical, como se esta não fosse uma demanda legítima do movimento operário. Tratava-se de uma tentativa de depreciar uma das principais bases de apoio do governo João Goulart: o movimento operário, que estava sendo apresentado como dominado por comunistas e golpistas.

<sup>189</sup> Relatório da Divisão de Polícia Política e Social – DPS. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>190</sup> *Novos Rumos*, 24 a 30 de agosto de 1962.

<sup>191</sup> *Novos Rumos*, 17-23 de agosto de 1962.

<sup>192</sup> *O Globo*, 21 de agosto de 1962.

Há de se levar em consideração o fato de que *o Jornal O Globo* representava a grande imprensa que era declaradamente contra as propostas do governo João Goulart. Essa perspectiva acerca do movimento operário, apresentada na matéria acima, relaciona-se com o posicionamento midiático da época que fazia coro com as expectativas dos grandes empresários e com o interesse do capital estrangeiro.

Além disso, o contexto da Guerra Fria facilitava a propagação de ideias políticas exacerbadas. O radicalismo da esquerda era, muitas vezes, classificado como tentativa de golpe comunista e o próprio presidente João Goulart acusado de conspirar com aqueles que queriam instalar o comunismo no Brasil.

Ernesto Bohoslavsky considera que surgiram no Brasil fortes correntes de opinião na imprensa e nos partidos de direita voltados para a condenação da expansão do comunismo, independente desta expansão ser efetiva ou apenas uma avaliação equivocada. No período pós 1945, chegou-se a aprovar leis destinadas a reduzir a participação dos comunistas na vida política nacional com cancelamento de mandatos de membros do PCB e suspensão de seus direitos políticos<sup>193</sup>, situação que não se restringiu ao Brasil.

A história do CGT acabou se interligando com a história do governo Goulart, uma vez que a entidade apoiava as reformas de base, embora muitas vezes tenha entrado em conflito com o presidente exigindo a implementação imediata das reformas, sobretudo a Reforma Agrária.

Este apoio, como já foi dito, era notório no campo político, mas nem sempre significou uma aceitação pura e simples da estrutura sindical oficial. Além do mais, mesmo no campo do posicionamento político e ideológico, as ações do presidente não deixaram de passar pelo crivo do movimento sindical.

Podemos exemplificar com as manifestações do CGT contra a nomeação de Auro de Moura Andrade como primeiro ministro, a demora em manifestar um posicionamento favorável, ainda que a contra gosto, ao Plano Trienal e a negativa da entidade em apoiar o pedido de estado de sítio feito pelo presidente ao Congresso Nacional.

Evidentemente, essa proximidade do governo com lideranças sindicais desagradava os setores mais conservadores da política brasileira. A atuação operária, sobretudo a dirigida pelo CGT, foi alvo de severas críticas da grande mídia.

O Comando Geral dos Trabalhadores tem esta peculiaridade: é um organismo inexistente, sob o ponto de vista legal. Quer dizer, de acordo com as normas legais e

---

<sup>193</sup> BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950)*. Op. Cit. p. 3.

regulamentares da Consolidação das Leis do Trabalho, não tem validade um organismo desse tipo e nem nesse complexo jurídico tem cabimento a instituição que pretende, no momento, ser o porta-voz dos trabalhadores dos trabalhadores industriais do país. Mas, a peculiaridade do Comando não pára por aí: mesmo inexistente quer ter força de atuação de fato (...). Os seus líderes acabam de ampliar essa legitimidade básica, ao telegrafarem ao Primeiro Ministro e ao Presidente da República condenando a indicação do Sr. Rubem Berta para o cargo de Ministro Sem Pasta, recentemente criado pela Câmara dos Deputados.<sup>194</sup>

O movimento operário tinha um espaço significativo no governo João Goulart. O presidente havia construído uma sólida carreira política como membro do PTB e amparado na proximidade com as reivindicações trabalhistas. Sua atuação como ministro do Trabalho no governo Vargas e também a sua atuação como vice-presidente no governo JK foram marcadas pela intermediação com as lideranças sindicais.

Essa ideia da enorme influência que os setores operários tinham sobre o governo Goulart pode ser uma questão bastante espinhosa. É fato que João Goulart construiu sua carreira política baseado em uma imagem de apoio às causas trabalhistas, mas também é fato que sua primeira estratégia de governo fora buscar uma conciliação entre os projetos políticos conservadores do centro e radicais da esquerda. Prova disso é a sua resistência às pressões para que Leonel Brizola fosse escolhido ministro do trabalho. A escolha do presidente seguiu na linha contrária à das aspirações das esquerdas e a nomeação de Nei Galvão teria desapontado até os menos radicais dos trabalhistas.

De um lado, a grande mídia exagerava ao considerar o papel dos sindicalistas no governo, chegando a considerá-lo o quarto poder. De outro, setores da imprensa operária denunciavam as indisposições entre os líderes do CGT e o governo Goulart. Segundo reportagem do *Jornal Política Operária*:

Apenas cinco dias depois de seu rompimento com o presidente João Goulart, apontado como responsável pela derrota do Sr. Dante Pellacani no DNPS, o CGT voltou a comprometer-se com o governo, em troca da reeleição do deputado Clodsmidt Riani para a residência da CNTL. A vitória do Sr. Riani, a princípio tida como incerta – devido á influência do Sr. Crockat de Sá, que coordenou a chapa de oposição – foi assegurada em cima da hora. (...) Informa-se que o Sr. Gilberto Crockat de Sá – assessor sindical do presidente – já havia convencido vários delegados eleitores a votar na chapa de oposição quando recebeu ordens do Sr. João Goulart no sentido de suspender as articulações.<sup>195</sup>

Trata-se de uma leitura de oposição à política de apoio do CGT ao governo Goulart, mas com relação a isso devemos ponderar duas coisas: em primeiro lugar, as posições da esquerda na época não eram homogêneas e, em segundo lugar, a reportagem também mostra que o movimento operário não tinha essa enorme influência sobre as ações do governo.

<sup>194</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Ilegível.

<sup>195</sup> *Jornal Política Operária*. Ano III. São Paulo, 15 a 21 de janeiro de 1964. p. 7.

A despeito do histórico de discordâncias entre a política conciliadora de Goulart e as posições mais radicais das esquerdas, fato é que o CGT, assim como outros movimentos de esquerda apoiavam o projeto político do presidente, mas discordavam do caminho defendido por Jango para implementá-lo. Além disso, nos momentos finais de seu mandato, o presidente se voltou para o movimento operário e procurou, como última cartada, governar com seu apoio.

Às vésperas do golpe que destituiu João Goulart da presidência da República, o CGT lançou uma nota aos trabalhadores, em que dizia:

(...) O esquema do golpe está sendo articulado pelos Governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. (...) O Comando Geral dos Trabalhadores neste momento, que pode ser decisivo para os destinos da Pátria, consciente da posição da classe trabalhadora nesta emergência, concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a manterem-se preparados para desfechar a greve geral em todo o território nacional na defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que o golpeamento do mandato e autoridade do Presidente João Goulart seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho.<sup>196</sup>

Apesar de tudo, segundo Lucilia Delgado, as grandes mobilizações estariam mais ligadas à ação de lideranças sindicais expressivas. Faltaria ao CGT uma política de base consistente capaz de sustentar o movimento na ausência de suas lideranças. Esta teria sido a principal causa do esfacelamento da entidade após o golpe civil-militar de abril de 1964.

No entanto, esta ideia da pouca aproximação entre as lideranças e as bases fica prejudicada se considerarmos que mobilizações grandiosas foram levadas a efeito sob o comando do CGT. A própria greve geral decretada pela entidade no dia do golpe é exemplo disso. Como lideranças tão distantes de suas bases poderiam encabeçar movimentos desta magnitude?<sup>197</sup>

A questão é compreender que o corporativismo, ao qual as lideranças permaneceram agarradas, não chega a ser um elemento de desqualificação desse sindicalismo nem muito menos pode ser considerado um fator que tenha tolhido sua capacidade de mobilização. O mais produtivo seria tentar compreender os avanços que essa atuação sindical trouxe e enxergá-la como parte da trajetória do movimento operário brasileiro.

<sup>196</sup> Nota do Comando Geral dos Trabalhadores. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964. p.13.

<sup>197</sup> Daniel Aarão Reis considera que diante do inicial sucesso do movimento golpista iniciado nas Forças Armadas para derrubar João Goulart da presidência, os sindicalistas usaram a sua famosa arma da greve geral. Esta greve teria atingido, sobretudo os portos e os meios de transporte público paralisando trens, bondes e ônibus. As categorias citadas, como ferroviários, trabalhadores marítimos e estivadores, já foram mencionadas como muito atuantes nas manifestações operárias levadas a efeito pelo CGT. O autor acaba considerando que o sucesso da greve geral teria sido um fracasso visto que impossibilitou o deslocamento daqueles manifestantes contrários ao golpe que estava ocorrendo. REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (organizador). Op. Cit. p. 323.

## 2.5. O “velho” sindicalismo entre memória e história

A despeito das leituras de passado que o movimento iniciado com as greves do ABC Paulista no final da década de 1970 possa ter suscitado, a questão é que muitos estudiosos vêm criticando essa leitura de que a história do sindicalismo após 1930 estaria marcada pela submissão das lideranças aos interesses governistas, e de que as mobilizações operárias no período foram parcas e a atuação do trabalhador inconsciente e manipulada.<sup>198</sup>

Muitos estudos trazem uma interpretação diferente, tentando compreender as ações da classe operária brasileira fora de um padrão preestabelecido para aquilo que se deve compreender como mobilização de classe e demonstram que não são apenas nas agitações, nas greves e nos protestos que os sujeitos demonstram sua indignação com o governo, o patronato e com as dificuldades da vida.<sup>199</sup>

Além disso, trabalhos como o de Helio Costa demonstram que a história do movimento operário no período pós-1945 está repleto de movimentos como greves passeatas, piquetes, entre outras manifestações. Na perspectiva deste autor, parece não ter faltado mobilização por parte dos trabalhadores durante o período.<sup>200</sup>

Neste ponto reside uma das questões centrais para a compreensão da trajetória do que foi chamado na década de 1980 por seus concorrentes de “velho” sindicalismo: como compreender o apoio dos trabalhadores a um sindicato que – sob influência do PCB – lhes pedia para “apertar os cintos” e para evitar confrontos com novos aliados que eram velhos opressores?

Para explicar como as “velhas” lideranças conseguiram manter sua posição diante dos trabalhadores, tanto os “novos” sindicalistas, quanto os intelectuais recorreram à teoria do

---

<sup>198</sup> Sobre este assunto ver: COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo. Scritta, 1995; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. 2005; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005; NEGRO, AntonioLuigi; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (organizadores) *O Brasil Republicano. Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008; SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. “Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Revista Tempo*. n. 7. Março de 1999. Trata-se de algumas das obras que discutem essa leitura de que o sindicalismo, no período que vai de 1930 a 1964, teria sido pouco combativo.

<sup>199</sup> Uma interpretação muito importante nesse sentido foi feita por Jorge Ferreira. Sobre esse assunto ver FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-45)*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997. Ver também Idem. (organizador) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

<sup>200</sup> COSTA, Helio. Op. Cit. p. 10.

populismo que se sustentava na ideia de que os líderes políticos carismáticos manipulavam as emoções dos trabalhadores.<sup>201</sup>

Maria Celina D'Araujo considera que o sindicato único, o imposto sindical e a Justiça do Trabalho foram capazes de sobreviver aos impactos da democratização de 1945, ao regime civil-militar (1964-85) e foram mantidos na Constituição promulgada em 1988. O que prova sua ampla base social.<sup>202</sup>

É importante procurar compreender melhor a trajetória do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade sindical surgida em meio ao conturbado governo de João Goulart que apresentara um contexto político-social de ampla mobilização política das classes sociais tanto populares quanto médias e empresariais, somado ao crescimento do movimento sindical operário e camponês, o que teria causado um inédito acirramento dos antagonismos classistas no Brasil.

Um autor cujas ideias contribuem para o melhor entendimento desta questão, ou seja, a trajetória do sindicalismo ligado à aliança PTB-PCB, é Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, quando as pessoas constituem um grupo de interesses comuns, geralmente delegam poder de representação a uma delas.

Assim, quando uma pessoa é investida de poder para representar determinado grupo, ela acaba transcendendo os seus mandatários. Quando o representa, pode ocorrer o que Bourdieu chama de relação recíproca: o grupo faz o representante e o representante faz o grupo. O primeiro passa a se reconhecer na figura do representante e, dessa forma, o porta-voz (ou representante) passa a se considerar e a ser considerado como a causa da existência do grupo. Ocorre uma inversão: a princípio, o porta-voz só existe porque existe o grupo, a partir de um dado momento só existe um grupo porque existe um porta-voz. Essa inversão também se dá com a autoridade: o representante deveria expressar as vontades do grupo, mas sua posição faz com que ele imponha sua vontade, transformando-a na vontade do grupo. A contradição desse tipo de relação reside justamente aí.

É preciso observar também que nem sempre o representante impõe suas ideias sobre o grupo de forma calculista, às vezes ele acredita que a sua ideia seja o real interesse do grupo. O representante deveria se anular dentro do grupo para melhor representar os interesses deste,

---

<sup>201</sup> Pode-se dizer que se trata de uma questão importante para os intelectuais que buscaram compreender as causas do triunfo do autoritarismo no Brasil. Mas não deixava de ser uma questão relevante também para a CUT, na medida em que ela se via criando um sindicalismo capaz de mobilizações de altíssimo porte, a não eclosão de uma reação operária que pudesse interromper o curso dos acontecimentos que levaram ao Golpe de 1964 é algo que deve ser explicado.

<sup>202</sup> In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

mas também acontece do sujeito se anular e trocar sua personalidade própria por uma suposta personalidade do grupo.

Para Pierre Bourdieu, o carisma pode acabar inserindo os indivíduos em determinadas relações de poder e dominação, as quais eles não reconhecem como tais. O carisma do dominador, nesse caso, faz com que o dominado lhe faça favores e se submeta a abusos da relação de poder sem sequer perceber que o fazem.

Nesse tipo de relação ocorrem trocas com bens que têm valores simbólicos, o que significa que estes podem ter diferentes significados para as pessoas. Porém, de acordo com Bourdieu, as referências das pessoas que se inserem em uma relação de poder e dominação têm que ser as mesmas.

Por exemplo, no caso da escolha de um sujeito como porta-voz de um determinado grupo, tal escolha geralmente é feita com base no carisma do candidato a esse cargo. Ao se assumir como representante de um grupo, o sujeito acredita ser algo mais, acredita ser especial, mas isso só ocorre porque os integrantes do grupo também o veem dessa forma, eles mesmos acabam transferindo a responsabilidade para esse representante. Ele acaba sendo investido de um poder simbólico, pois suas ações nunca são vistas como algo nocivo ou desinteressante pelo grupo. O grupo acredita que suas ações são do seu próprio interesse.

Para Bourdieu, esse tipo de dominação só é bem-sucedido, porque o representante não é um usurpador frio. Geralmente, o representante tem mesmo interesses compatíveis com os do grupo. Mas ele não pode abandonar os seus próprios; estes acabam ficando implícitos em suas ações.

## 2.6. Considerações Finais

O governo de Jânio Quadros foi, ao mesmo tempo, curto e marcante. Sua atuação à frente da presidência da República, durante apenas oito meses, desagradou a vários setores da sociedade. A mistura de austeridade econômica, interação com assuntos pouco pertinentes ao seu cargo e política externa independente fez com que até mesmo os grupos que o apoiaram em sua candidatura se somassem à oposição. Tentando domar o Congresso, anunciou sua renúncia, imediatamente aceita.

O vice-presidente João Goulart integrava uma comitiva enviada à China comunista pelo presidente que acabara de renunciar. Quem deveria assumir, por direito constitucional era ele. Mas esta tarefa não seria fácil.

A renúncia de Jânio lançou o país em uma grave crise política: de um lado, os ministros militares pressionavam o Congresso a não dar posse a Goulart; de outro, a sociedade se mobilizava sob a liderança de Leonel Brizola na Campanha da Legalidade exigindo o respeito à Constituição.

No final, venceu a capacidade de Goulart de temporizar: uma medida parlamentar que permitiria sua posse, mas reduziria seus poderes. Os setores populares que defenderam sua posse não conseguiram disfarçar seu desapontamento.

Aliás, esta não seria a única vez em que o presidente teria de lidar com a decepção das esquerdas que o apoiavam. Durante todo o seu mandato, Goulart ficou dividido entre o apoio dos movimentos sociais e as tentativas de obter uma aliança política com os grupos conservadores no Congresso que possibilitasse a aprovação constitucional das Reformas de Base.

As Reformas de Base eram um tema controverso, mas dentre todas as reformas propostas pelo presidente (Universitária, Política Tributária, Urbana) nenhuma era mais complexa do que a Reforma Agrária. Parte do Congresso defendia que a Reforma Agrária fosse feita conforme a Constituição, ou seja, com indenização aos proprietários. Mas os grupos de esquerda que apoiavam o presidente apostavam em sua capacidade de efetivar mudanças através de seu poder de mobilização e não aceitavam o pagamento de indenizações.

Neste cenário, os trabalhadores apoiavam as reformas, mas também vivenciavam um processo de mudanças no âmbito sindical.

Nos anos 1930, o Decreto 19.443 criou o Ministério do Trabalho que teria um lugar de destaque no governo Vargas e que seria o responsável por dirigir as políticas voltadas para o trabalhador.

Já em 1931, o Decreto 19.770 estipulava que os sindicatos só poderiam funcionar se fossem reconhecidos pelo poder público. Com esta medida, o Estado assumia a tarefa de acompanhar o funcionamento das entidades sindicais, mas outorgava a si mesmo o direito de lhes conferir legitimidade.

Tal situação suscitaria interpretações negativas sobre a trajetória do movimento sindical brasileiro. Era evidente que as disposições legais ditadas pelo Estado se voltavam para o controle do trabalhador. O fato das lideranças sindicais terem “aceitado” esta situação lhes rendeu muitas críticas.

A luta dos sindicalistas que atuaram no período anterior ao golpe militar foi compreendida, na década seguinte, como ineficiente por estar atrelada a lideranças equivocadas pelo pacto com o populismo.

Nessa óptica, o trabalhismo fora compreendido, por aqueles que se erigiram como os construtores de um “novo” sindicalismo, como uma tradição imposta pelo Estado e alheia à verdadeira tradição da classe operária brasileira.

Conforme essa interpretação da história do movimento operário brasileiro, o processo de construção da verdadeira identidade operária teria sido interrompido pelo governo Vargas, sobretudo no período do Estado Novo, com suas ingerências que teriam atrelado as dirigências sindicais ao Ministério do Trabalho, fazendo com que essas deixassem de defender os verdadeiros interesses da classe operária brasileira e se entregassem às negociações de cúpula.

Tal análise remete a uma leitura que se caracteriza pela negação de todos os aspectos positivos que a atuação dos sindicalistas ligados ao PTB e ao PCB possa ter tido para a história do movimento operário brasileiro.

No entanto, a primeira ação que contrariava a legislação trabalhista ligada ao Estado data dos anos 1940, quando, sob a liderança dos comunistas, ocorreu a tentativa de regulamentação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). A este movimento, somavam-se outras reivindicações como o direito de posse das diretorias eleitas sem a interferência do Ministério do Trabalho. Neste período, já era possível observar uma divisão dentre os sindicalistas.

Havia um grupo ligado ao Ministério do Trabalho, denominado ministerialista e que acabaria dominando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), anos depois.

Nos anos 1950, seriam fundados o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), reunindo sindicalistas que marcariam posição contra os ministerialistas.

A oposição entre esses grupos teria seu ápice no início do ano de 1962, quando o ministerialista Diocleciano de Holanda Cavalcante perdeu as eleições para a presidência da CNTI para Clodsmidt Riani, representante da oposição.

Riani estava ligado ao grupo que se engajaria na formação de uma entidade que organizaria as lutas de todos os trabalhadores de todas as categorias em âmbito nacional. Era o Comando Geral dos Trabalhadores fundado em setembro daquele mesmo ano.

A existência de uma entidade com essas características não era permitida pela CLT e, sendo assim, a fundação do CGT ia de encontro às disposições de controle engendradas pelo Estado nos anos 1930. Isso demonstra que a ideia de que o sindicalismo no período que vai de 1930 a 1964 se resumiria às manipulações de cúpula levadas a efeito por suas lideranças

“pelegas” não tem profundidade e reduz toda a relevância de uma trajetória política voltada para as mudanças na legislação sindical e também para as lutas pelo avanço da democracia do nosso país.

### 3 O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

Nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1962, no IV Encontro Nacional Sindical, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores. Tratava-se de uma tentativa de unificar a luta do movimento operário e sindical em âmbito nacional, com a criação de uma central que reuniria Federações e Confederações.

Aí [após a greve de paridade de 1962] se discutiu muito e se chegou a que era preciso dar forma orgânica àquilo que a vida estava provando que precisava existir na forma como era possível naquele momento. Já se tinha mudado a direção da CNTI nessa época. Já se tinha varrido o Diocleciano de Holanda Cavalcante da direção.<sup>203</sup>

É a fundação do CGT, sua estrutura, funcionamento e relacionamento com as entidades sindicais que se filiaram a ele que este capítulo pretende abordar.

Nos anos 1960, a mobilização política e sindical apontava para um projeto alternativo em relação à legislação sindical vigente naquele período: desde a época anterior, observava-se um grande esforço no sentido de promover uma centralização sindical<sup>204</sup>.

A formação de uma central geral, ou uma intersindical, envolvia a coordenação de sindicatos, federações, confederações, intersindicais horizontais nacionais e intersindicais horizontais estaduais. O desafio ficava por conta da estrutura sindical que era marcada pela ausência de órgãos de coordenação horizontal, já que a legislação trabalhista vigente só permitia formas restritas de coordenação vertical<sup>205</sup>, no caso, federações e confederações formadas por uma única categoria ou categorias ligadas a atividades relacionadas. A Consolidação das Leis do Trabalho dispõe:

Art. 511: § 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural .

Art. 512 – Somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 558 poderão ser reconhecidas como Sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta Lei.

Art. 516 – Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

Art. 517. Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas

<sup>203</sup> Entrevista de Hércules Corrêa, não identificada. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ.

<sup>204</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. p. 156.

<sup>205</sup> RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo. Difel, 1968. Citado por GARCIA, Thomas. Op. Cit. p. 157.

categorias ou profissões, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá autorizar o reconhecimento de sindicatos nacionais.

§ 1º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, outorgará e delimitará a base territorial do sindicato.<sup>206</sup>

Além disso, a CLT estabelece as normas para a criação de organismos sindicais de grau superior aos sindicatos, explicitando regras para a criação de federações e confederações, impondo limites ao seu formato e submetendo a existência das mesmas à autorização expressa do ministro do trabalho.

Art. 533 – Constituem associações sindicais de grau superior as federações e confederações organizadas nos termos desta Lei.

Art. 534 – É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação. (Redação dada pela Lei nº 3.265, de 22.9.1957)

§ 1º – Se já existir federação no grupo de atividades ou profissões em que deva ser constituída a nova entidade, a criação desta não poderá reduzir a menos de 5 (cinco) o número de Sindicatos que àquela devam continuar filiados. (Incluído pela Lei nº 3.265, de 22.9.1957)

§ 2º – As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizar a constituição de Federações interestaduais ou nacionais. (Parágrafo 1º renumerado pela Lei nº 3.265, de 22.9.1957)

§ 3º – É permitido a qualquer federação, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os Sindicatos de determinado município ou região a ela filiados; mas a união não terá direito de representação das atividades ou profissões agrupadas. (Parágrafo 2º renumerado pela Lei nº 3.265, de 22.9.1957)

Art. 535 – As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações e terão sede na Capital da República.<sup>207</sup>

As lideranças sindicais ligadas a este projeto de formação de uma central que articulasse as movimentações da classe operária em âmbito nacional estavam vinculadas ao PTB e ao PCB, o que configurou o perfil político da luta sindical no período estudado, conforme assinalado no capítulo anterior.

De um lado, o PTB passava por um processo de consolidação de seu programa partidário deixando de se aglutinar em torno das grandes personalidades políticas que o alavancaram; e de outro, o PCB anunciava uma orientação voltada para a atuação dentro das instituições democráticas<sup>208</sup>.

Muitos dirigentes sindicais, oriundos de órgãos legais, vinculados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, passaram a constituir uma vigorosa oposição ao sindicalismo de cúpula. A realização de encontros e congressos (municipais, estaduais e nacionais) se

<sup>206</sup> *Consolidação das leis do Trabalho. TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL. CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO SINDICAL. SEÇÃO I. DA ASSOCIAÇÃO EM SINDICATO.*

<<https://cltcomentada.wordpress.com/2011/08/28/titulo-v-da-organizacao-sindical/>>.

<sup>207</sup> *Idem. SEÇÃO V: DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR.*

<<https://cltcomentada.wordpress.com/2011/08/28/titulo-v-da-organizacao-sindical/>>.

<sup>208</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 162.

constituiu na principal estratégia para coordenar a mobilização e generalizar as pautas de reivindicações dessas lideranças que defendiam um novo modelo de organização dos sindicatos<sup>209</sup>.

Entre 11 e 14 de agosto de 1960, ocorreu o III Congresso Sindical Nacional, promovido pelo Ministério do Trabalho e com a adesão de quadros do PCB. O apoio do ministério pode estar relacionado a uma expectativa de João Goulart de que uma unidade sindical contribuísse para a formação de uma ampla base política.

O III Congresso foi dividido em cinco comissões, listadas pelo *Jornal Novos Rumos*:

- 1) Situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta nacional, regional e local por melhores condições de vida;
- 2) Reformas e melhoria da atual legislação social, adaptação a novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente da Previdência Social e do direito universal de greve;
- 3) Reforma do atual sistema e estrutura sindical do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista de plena autonomia e liberdade sindical, relações do movimento sindical nacional com outros países do mundo e criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país;
- 4) Situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente por sua organização sindical;
- 5) Os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical.<sup>210</sup>

A realização do III Congresso Sindical Nacional foi considerada uma vitória para o movimento, além de um acontecimento de grande importância política. Sobre o evento, o *Jornal Novos Rumos* publicou:

Os temas da liberdade e da autonomia sindicais determinaram um debate criador. Os congressistas, visando libertar os sindicatos da subordinação ao Governo e da interferência da burocracia ministerial, aprovaram um projeto de lei que instituiu a Comissão Nacional de Sindicalização, organismo paritário, eleito pelos trabalhadores e pelos patrões.<sup>211</sup>

A reivindicação acima procura dar destaque à ideia de que a luta sindical seguia uma linha de luta pela autonomia e pela liberdade em relação aos órgãos do governo. Esta era a tônica no movimento operário que se articulava pela formação de uma central geral de trabalhadores, um órgão que unificaria a luta operária.

Segundo Sérgio Costa, o III Congresso Sindical Nacional se caracterizou pela definição de três correntes dentro do movimento sindical brasileiro, que seriam: a dos “pelegos oficiais”, que foram nomeados nos anos 1930 e 1940 em um período de implantação da estrutura sindical regulada pelo Estado; outra majoritária de oposição aos primeiros,

<sup>209</sup> Idem. p. 166.

<sup>210</sup> *Jornal Novos Rumos*, 1960. p. 2.

<sup>211</sup> Idem. 19/08/1960. Citado em TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. A questão social no Brasil vol. 1. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1981.

formada por nacionalistas e comunistas que, ao contrário das memórias construídas sobre a história do sindicalismo, disputaram a liderança do movimento sindical com estes quadros vistos como pouco representativos; e, por fim, mais uma denominada “grupo renovador”, defensor da tese de que o movimento sindical deveria ser apolítico e ligado às lutas de base<sup>212</sup>.

Ainda durante este Congresso, foi discutida e aprovada por unanimidade a criação da Comissão Executiva do IV Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores, que seria composta pelos presidentes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não Confederados e de 11 suplentes de cada estado, eleitos pelas organizações sindicais. Além disso, este plenário se reuniria a cada seis meses com a finalidade de zelar pelo cumprimento das resoluções do III Congresso Sindical, convocar a III Conferência Sindical Nacional para novembro de 1961 e o IV Congresso para agosto de 1962.<sup>213</sup>

Os trabalhadores que participaram do Congresso definiram, ainda, um posicionamento sobre a articulação do movimento sindical brasileiro e o movimento operário internacional. Exigiu-se a revogação do artigo 565 da CLT<sup>214</sup> bem como o direito de ter relações com o movimento operário de todos os países junto do direito de escolher sua filiação às entidades sindicais internacionais.<sup>215</sup>

No III Congresso Nacional Sindical, os trabalhadores anunciaram sua defesa das liberdades democráticas expressas na Constituição de 1946, não admitindo retrocesso de nenhuma natureza neste quesito, exigiam o direito de greve e a revogação da Lei 9.070, a unidade do povo na luta contra os interesses internacionais, defesa de uma política nacionalista e independente de defesa dos interesses nacionais, a liberdade para se manter relações com organizações internacionais, cuja decisão deveria ser um direito exclusivo das entidades sindicais e não do governo e, por fim, manifestava-se contra a estrutura econômica e social vigente, defendendo a Reforma Agrária e a extensão dos direitos da CLT aos trabalhadores do campo.<sup>216</sup>

<sup>212</sup> COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Editora do Grêmio Politécnico. São Paulo, 1981. p. 27. Acho relevante citar esta questão, sobretudo no que concerne a existência de um terceiro grupo dito apolítico, pois na minha dissertação de mestrado me debrucei sobre uma construção de memória produzida pela CUT, em que no seu processo de construção de identidade social os cutistas faziam críticas pesadas ao que chamavam de “exagerado protagonismo político das lideranças sindicais”, ou seja, havia uma defesa de uma luta amparada nas bases e que fosse “genuinamente” sindical e não ligada a questões políticas.

<sup>213</sup> *Jornal Novos Rumos*, 1960. p.2.

<sup>214</sup> O artigo 565 da CLT dispõe: As entidades sindicais filiadas à Comissão Nacional de Sindicalização não poderão fazer parte, nem se representar em organizações de caráter internacional. (Redação dada pelo Decreto-lei n. 8.740, de 19.1.1946, com vigência suspensa pelo Decreto-lei n. 8.987-A, de 1946). In: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10694397/artigo-565-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>.

<sup>215</sup> A questão da luta pela filiação internacional será aprofundada no capítulo 5, desta tese. *Jornal Novos Rumos*. 19/08/1960. Citado em TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. Op. Cit. p. 103.

<sup>216</sup> *Jornal Novos Rumos*. 1960. p. 2.

Em depoimento, o líder sindical dos ferroviários da Leopoldina, Batistinha<sup>217</sup>, declara:

Nós pegamos Carlos Lacerda como governador e a sua polícia. Houve vários paus. Nós registramos vários incidentes com a PM. Era no tempo do Decreto-lei 9.070<sup>218</sup>, que proibia greves nos setores essenciais e sempre dava processo nessas greves.<sup>219</sup>

Na batalha pela centralização da luta dos trabalhadores, podemos destacar a atuação do Pacto de Unidade e Ação, o PUA. Com sede na Guanabara, o PUA se tornou bastante relevante para as greves, nos anos 1960, pelo seu poder de paralisação e pela sua capacidade de pressionar já que integrava categorias ligadas ao transporte urbano.<sup>220</sup>

(...) Eu fui para o CGT, mas nunca me considerei um deles. Sempre fui um homem do PUA e isso criava complicações. O CGT me tolerava, e eu já incomodava naquela ocasião. Já com o Martinelli não era assim. Com aquele jeito não consegui se enturmar, mas eu não. Me sentia nele, no PUA.<sup>221</sup>

Outra organização forte no estado da Guanabara era o Conselho Permanente das Organizações Sindicais, o CPOS. Em 1961, esta entidade mobilizou uma greve expressiva em defesa da ordem constitucional durante a Campanha da Legalidade. As categorias que se engajaram nesta greve foram a dos ferroviários da Leopoldina e depois a dos bancários<sup>222</sup>.

Em depoimento, o sindicalista e líder do sindicato dos bancários, Pereirinha<sup>223</sup>, cita o CPOS como o embrião do CGT no estado da Guanabara. Segundo ele, as lideranças desta entidade estavam engajadas no projeto de centralização do movimento operário e estiveram

<sup>217</sup> Demisthóclides Batista, o Batistinha, como carinhosamente seus contemporâneos o chamaram, foi uma das figuras centrais da mobilização sindical que marcou os anos 1960. Sindicalista e comunista, ele foi uma liderança sindical de grande destaque entre os ferroviários e, atuando no Rio de Janeiro, ele se sentia mais um membro do Pacto de Unidade e Ação do que do CGT. Vale ressaltar que nesse estado existia a Comissão Permanente das Organizações Sindicais, que passou a ser o órgão representativo do CGT no Rio de Janeiro, mas o próprio fato de este organismo ter um nome próprio que não utilizava a sigla CGT demonstra que se tratava de uma organização que presumia ter certa autonomia, ou talvez até mesmo uma identidade própria, apesar da afinidade de projeto sindical com o, mais tarde organizado, Comando Geral dos Trabalhadores.

<sup>218</sup> O Decreto 9.070, de 15 de março de 1946, dispõe sobre a suspensão ou abono coletivo do trabalho, salientando que os dissídios entre trabalhadores e patrões devem ser submetidos à conciliação prévia e que as decisões de interrupção do trabalho devem seguir algumas normas impondo restrições a este tipo de ação, sobretudo para os setores essenciais. O decreto em seu segundo artigo, parágrafo 3 enumera as profissões consideradas essenciais: “São consideradas fundamentais, para os fins desta lei, as atividades profissionais desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida das populações; nos matadouros; na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários; nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional”.

<sup>219</sup> BATISTINHA. O combate dos trilhos. In: PESSANHA, Eliana G. da Fonte; GOMES, Sandra Lucia Rebel (coordenadoras). *Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Amorj*.

<sup>220</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 177.

<sup>221</sup> BATISTINHA. *O combate dos trilhos*. Op. Cit. p. 42.

<sup>222</sup> Idem. p. 178.

<sup>223</sup> Antonio Pereira da Silva Filho, o Pereirinha, como ficou conhecido, foi presidente do sindicato dos bancários. O sindicalista, funcionário do Banco do Brasil, foi demitido da empresa e exilado após o golpe militar de 1964.

também envolvidas com a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores.<sup>224</sup> Sobre a CPOS, Hércules Corrêa declarou, em depoimento:

A Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara, que se organizou com cerca de 118 entidades sindicais e que o primeiro dirigente dela [sic] foi o Campista. A direção era ele, eu, Morena, o Pereirinha dos Bancários e uma série de outros companheiros.<sup>225</sup>

Durante a crise da legalidade, o ministro do trabalho, Segadas Viana, considerou a greve como fruto de agitação comunista e decretou a ilegalidade dos movimentos. Diante desses fatos e também da instituição do parlamentarismo, o CPOS lançou um manifesto atribuindo a não instalação de uma ditadura à corajosa resistência dos movimentos sociais, da maioria democrática das Forças Armadas e à brava juventude estudantil.<sup>226</sup>

Os primeiros passos na criação do Comando Geral dos Trabalhadores foram dados nas manifestações operárias ligadas ao cenário político do início dos anos 1960. Em 14 de julho de 1962, a CNTI realizou uma reunião com lideranças sindicais para discutir a rejeição da indicação de San Thiago Dantas como ministro pela Câmara dos Deputados<sup>227</sup>. Foi nesta reunião que se formou o Comando Geral de Greve, o CGG. A reunião contou com a participação de centrais e confederações que atuavam de maneira contundente graças a seu potencial organizativo.<sup>228</sup>

Lucilia Delgado ressalta que, desde 1961, as principais manifestações sindicais não foram lideradas pelos presidentes das Confederações Nacionais, pois estes ou se omitiam ou se opunham às mesmas.<sup>229</sup> A maioria desses dirigentes continuou em seus cargos até 1964, no entanto, a verdadeira liderança do movimento neste período não foi exercida por eles. Observando o movimento operário neste período, vemos que seus principais líderes estavam desvinculados das confederações e da estrutura oficial e ligados às intersindicais estaduais e nacionais. As únicas exceções a esta regra seriam a CNTI, após a eleição de Clodsmidt Riani, e a CONTEC.

---

<sup>224</sup> PEREIRINHA. Disponível no acervo Imprensa Sindical do Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, AMORJ.

<sup>225</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Não identificada. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ.

<sup>226</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 178/179.

<sup>227</sup> No caso, trata-se da situação criada quando João Goulart indicou San Thiago Dantas como 1º ministro e esta indicação foi vetada pelo Congresso Nacional. Como o nome de Dantas era bem visto pelo movimento operário, a reação dos sindicalistas foi inevitável.

<sup>228</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 183.

<sup>229</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Editora Vozes. Petrópolis, 1986. p. 54.

Hélio da Costa também fala das disjunções entre as lideranças e as bases em movimentos iniciados pelos trabalhadores neste período, ressaltando que, desde o início do período democrático, os trabalhadores, através da imprensa operária, denunciavam ações de lideranças sindicais respaldadas pelo Ministério do Trabalho com suas manobras contra a classe, além da ausência de eleições, que não permitia a derrubada dos ministerialistas<sup>230</sup>.

Dentro do III Congresso Sindical Nacional ocorreram sérias divergências entre “nacionalistas” e “pelegos” até que os últimos decidiram abandonar o encontro. Ângelo Parmigiani, dirigente da CNTC, Ari Campista e Diocleciano de Holanda Cavalcante, presidentes da CNTI, abandonaram o Congresso e enviaram um telegrama ao então presidente da república, Juscelino Kubitschek, anunciando o fim do evento:

A Confederações Nacionais de Trabalhadores nas Indústrias, Federações Nacionais Estaduais, Interestaduais e a totalidade das entidades sindicais anticomunistas comunicam a V. Excia. que decidiram encerrar III Congresso Sindical de Trabalhadores face às manobras do Partido Comunista.<sup>231</sup>

O abandono do Congresso por parte dos “líderes pelegos”, no entanto, não fez com que este se encerrasse. Os trabalhos continuaram com a participação dos sindicalistas pertencentes à corrente nacionalista, embora a única das quatro Confederações presentes a não abandonar o evento tenha sido a CONTEC.<sup>232</sup>

No período compreendido entre 1945 e 1964, o clima de liberdade permitiu que os trabalhadores procurassem suas entidades de classe para que estas os representassem na luta por seus direitos. Segundo Paulo Fontes, o processo de redemocratização ocorrido, em 1945, influenciou numa sensível mudança na conjuntura sindical: a derrota do nazifascismo na Europa e os ventos da democracia permitiram que os trabalhadores se colocassem na linha de frente das lutas sociais. As reivindicações trabalhistas ganharam novo tom após o fim do Estado Novo e uma onda de greves tomou o país nos anos 1945 e 1946. Muitas lideranças e organizações sindicais nos locais de trabalho se proliferaram e, além disso, o PCB, que voltava à legalidade no mesmo período, adquiria projeção entre os trabalhadores urbanos<sup>233</sup>.

<sup>230</sup> COSTA, Helioda. *Em busca da memória*. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. Scritta. São Paulo, 1995. p. 90.

<sup>231</sup> Citado em: COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 30.

<sup>232</sup> COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 30.

<sup>233</sup> FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. ANNABLUME Editora. São Paulo, 1997. p. 104. Analisando o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, o autor considera razoável supor que, durante o Estado Novo, ativistas comunistas procuravam desenvolver um trabalho de organização das lutas operárias, ainda que clandestinamente na área de São Miguel, em São Paulo.

A atuação do PCB, no sentido de gerar uma política de “união nacional”, que propunha que os trabalhadores “apertassem o cinto”, nas palavras de Prestes<sup>234</sup>, acabou entrando em choque com a realidade de ascensão das reivindicações e manifestações operárias.

Por conta disso, os agentes do Ministério do Trabalho passaram a viver uma situação difícil, tornando-se cada vez mais complicada a manutenção das posições que a ditadura varguista lhes concedeu. A maioria teria migrado para o PTB e buscou, a todo custo, manter suas posições nas diretorias dos sindicatos<sup>235</sup>.

Em manifesto à nação, o CGG reafirma a autenticidade da sua posição em relação ao movimento operário e também ao cenário político nacional, exigindo um gabinete democrático e nacionalista, um programa de governo aprovado pelos trabalhadores e pelo povo, além de defender as liberdades sindical e democrática.<sup>236</sup>

### 3.1. O IV Encontro Nacional Sindical e a formação do CGT

O IV Encontro Nacional Sindical ocorreu em São Paulo, no Cine São José, e contou com a participação de cerca de 4.000 delegados de todo país e de todas as categorias profissionais.<sup>237</sup> Sua ocorrência chegou a ser relatada pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS) que considerou:

As entidades de maior projeção, ou melhor, aquelas que o número de associados não chegam à categoria de 100 elementos, unidas, como se acham, através da COMISSÃO PERMANENTE DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS – C.P.O.S. – comparecem aos aludidos conclaves tendo como representantes os membros permanentes na aludida Organização, como aconteceu recentemente no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores que se realizou no Estado de São Paulo nos dias 17, 18 e 19 do mês de agosto último.<sup>238</sup>

Este Encontro decidiu:

Pela criação de um Comando Geral de Trabalhadores, composto de dois representantes de cada federação não confederada ou de cada Confederação, e, no

<sup>234</sup> “Se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural em virtude da crise econômica e depois de tantos anos de reação, foi e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta coluna, serviríamos inconscientemente a estes e cometeríamos o maior crime contra o povo”. PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Vitória. Rio de Janeiro, 1947. P. 81. Citado em FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos*. Op. Cit. p. 107.

<sup>235</sup> COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 30.

<sup>236</sup> TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. A questão Social no Brasil vol. 1. Op. Cit. p. 158.

<sup>237</sup> Esses dados ao do Manifesto a Nação elaborado no IV Encontro Nacional Sindical. Citado por TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. A questão Social no Brasil vol. 1. Op. Cit. p. 171-3.

<sup>238</sup> Relatório da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

caso de qualquer Confederação recusar-se a participar do novo organismo, caberia a seus filiados, federações ou sindicatos indicar o representante do setor profissional.<sup>239</sup>

Compareceram ao Encontro, 574 entidades sindicais e 2.566 delegados credenciados de todos os Estados. De Minas Gerais, foram 54 sindicatos com 107 delegados, 5 Federações com 9 delegados e 2 Associações Profissionais com 2 delegados; Do estado do Rio, foram 47 sindicatos com 107 delegados, 6 Associações Profissionais com 11 delegados, 1 Delegacia da CNTI com delegado, 2 Conselhos Sindicais com 2 delegados, 3 Federações com 6 delegados, 2 Associações de Lavradores com 9 delegados e 2 outras entidades com 2 delegados; Da Guanabara, foram 38 sindicatos com 122 delegados, 3 Federações com 5 delegados e 1 outra entidade com 1 delegado; Do estado de São Paulo, foram 96 sindicatos com 1.578 delegados, 8 federações com 23 delegados, 4 Associações Profissionais com 15 delegados, 2 Associações de Lavradores com 2 delegados e 4 outras entidades com 20 delegados. Isso para citar os estados mais representativos.<sup>240</sup>

Os delegados presentes pertenciam a diversas categorias profissionais, mas o setor predominante foi o dos Metalúrgicos, Mecânicos e Materiais Elétricos, cuja delegação representava mais de 17% dos presentes. Os demais setores estavam assim representados: Têxteis 11,85%, Construção e Mobiliária 11,7%, Estiva 8,7%, Alimentação 8,1%, Transportes 7,4%, Serviços 7,2%, Vestuário 5,9%, Químico e Farmacêutico 5,6%, Bancos 4,5%, Gráficas 2,5%, Comércio 1,1%, dentre outros.<sup>241</sup>

A Divisão de Polícia Política e Social do estado da Guanabara elaborou uma ficha com os representantes do CGT, na qual contavam os nomes de Oswaldo Pacheco (presidente), Rubens Pinheiro Teixeira (secretário) e uma lista de membros dentre os quais podemos destacar Dante Pellacani, Raphael Martinelli e Hércules Corrêa. Na mesma ficha, uma observação aponta para algumas entidades participantes do CGT como a Federação Nacional dos Estivadores (FNE), União dos Portuários do Brasil (UPE), Federação Nacional dos Portuários (FNP), Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários (FNF), dentre outras já citadas acima.<sup>242</sup>

<sup>239</sup> Jornal Última Hora. Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1962. Referência encontrada em DELGADO, Lucilia. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p. 55.

<sup>240</sup> *Revista de Estudos Sócio-Econômicos* – órgão oficial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), n. 9, julho-agosto de 1962, p. 35. Citado em COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p.43.

<sup>241</sup> Idem, *Ibidem*. p.44.

<sup>242</sup> Relatório da Polícia Política e Social, DPS. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

As discussões ocorridas neste Encontro podem ser sintetizadas por dois documentos: o “Programa de 18 pontos” e o “Manifesto a nação”<sup>243</sup>. No programa de 18 pontos do IV Encontro Nacional Sindical, defende-se a luta contra a carestia, reforma agrária radical com o reconhecimento dos sindicatos rurais, reforma bancária, reforma eleitoral com a extensão do direito de voto aos analfabetos, reforma universitária, aprovação da lei que assegura o direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, aprovação da lei que instituiu o 13º salário, dentre outras.<sup>244</sup>

Já no “Manifesto a Nação” exigia-se:

(...) a revisão imediata do salário mínimo atual, (...) medidas imediatas e eficientes do governo contra a insuportável alta constante do custo de vida e contra os exploradores do povo. Lutaremos pela aplicação integral de todas as conquistas das leis sociais e trabalhistas e da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como das resoluções que tomamos no nosso IV Encontro Sindical Nacional. (...) Para alcançar esses objetivos que são de todo o povo, conclamamos a preparação de uma greve geral para ser deflagrada quando o determine o comando geral dos trabalhadores, sem prejuízo de continuarmos lutando pelas nossas reivindicações.<sup>245</sup>

As questões abordadas no IV Encontro evidenciam o perfil do sindicalismo da época que se preocupava tanto com questões estruturais e burocráticas ligadas ao cotidiano do trabalhador, quanto com as questões ligadas ao cenário político da época.

Segundo Delgado, o sucesso do IV Encontro está intrinsecamente ligado ao sucesso da greve de julho de 1962 e da campanha pela conquista do 13º salário. De acordo com esta autora, as duas campanhas tiveram como resultado o fortalecimento das lideranças sindicais que compunham a aliança que permitiu a formação do CGT. Esta aliança incluiria Clodsmidt Riani, o então presidente da CNTI; Benedito Cerqueira, primeiro secretário da CNTI; Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores; Hércules Corrêa, delegado da Federação Nacional dos Têxteis no conselho de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e integrante do Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) do estado da Guanabara; e Roberto Morena, dirigente do Pacto de Unidade e Ação.<sup>246</sup>

É fato que o movimento sindical na época exercia uma enorme pressão política. Quando o 1º ministro Brochado da Rocha encaminhou a proposta de antecipação do plebiscito pelo retorno do presidencialismo para outubro de 1962, e a mesma foi recusada pelo

<sup>243</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 192.

<sup>244</sup> Idem. p. 192/193.

<sup>245</sup> Citado por TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. A questão Social no Brasil vol. 1. Op. Cit. p. 171-3.

<sup>246</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p. 56.

Congresso, o movimento operário demonstrou sua contrariedade deflagrando uma greve geral. Este fato fortaleceu o CGT, tanto no campo político quanto no campo sindical, demonstrando sua capacidade de mobilizar os trabalhadores e organizações sindicais de todo o país.<sup>247</sup>

Em setembro de 1962, João Pinheiro Neto foi nomeado ministro do trabalho com a missão de soltar os sindicalistas presos. Ele era alinhado a João Goulart e convocou uma comitiva do CGT, na qual estavam presentes Dante Pellacani e Hércules Corrêa. As prioridades do novo ministro eram a revisão do salário mínimo e o sindicalismo rural<sup>248</sup>.

Enquanto houver essa política monetarista e houver liberdade sindical, liberdade de reivindicação, não tem jeito. Enquanto o Roberto Campos for embaixador em Washington e o Professor Bulhões for presidente da SUMOC, vai haver greve todo dia. Pode-se reivindicar, pode-se fazer greve, custo de vida não pára de subir, então a greve é diária.<sup>249</sup>

Analisando posteriormente esta situação, João Pinheiro Neto menciona que dizia aos líderes do CGT para que parassem com o excesso de reivindicações, pois aquilo daria em uma ditadura. Segundo ele, o PCB seria o grande inimigo da infiltração do PTB nos sindicatos: “Não estavam juntos não: a luta do movimento sindical mais ligado ao PTB era contra os comunistas”<sup>250</sup>.

A fala de João Pinheiro Neto demonstra que já havia um discurso que associava exigência trabalhista com radicalização. De certa maneira, esta colocação evidencia uma ideia cautelosa sobre os movimentos sociais. O que se evidencia também é a sua necessidade de opor a atuação do PTB da realizada pelo PCB, como se a atuação dos comunistas dentro dos sindicatos não fosse algo saudável para o desenvolvimento da luta operária.

A destituição de João Pinheiro Neto do cargo de ministro do Trabalho ocorreu em dezembro de 1962, quando este acusou, em um programa de televisão, o embaixador norte-americano e o embaixador do Brasil de manterem o nosso país subordinado ao FMI. A declaração desagradou o presidente João Goulart que pensava em enviar uma comitiva aos EUA para negociar empréstimos. Apoiado nos sindicatos, Neto não atendeu ao pedido do

<sup>247</sup> O fato narrado levou Brochado da Rocha a renunciar de seu cargo no ministério e o Congresso, por sua vez, fixou a data do plebiscito em 6 de janeiro de 1963, cedendo às pressões do CGT que, na ocasião, convocou uma greve geral.

<sup>248</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 194.

<sup>249</sup> João Pinheiro Neto. Arquivo pessoal. Disponível no CPDOC/FGV.

<sup>250</sup> Idem.

presidente para que se exonerasse, mas foi afastado por Hermes Lima, então primeiro-ministro.<sup>251</sup>

Em janeiro de 1963, Almino Afonso<sup>252</sup> foi nomeado ministro do trabalho. Uma de suas primeiras medidas à frente do ministério foi convocar um fórum de debates para estudos e reforma da CLT, do qual participaram o CGT e o PUA.<sup>253</sup>

As relações entre o novo ministro e os representantes dos trabalhadores, no entanto, não foram invariavelmente amistosas. Nos seus primeiros dias à frente do Ministério do Trabalho, Almino Afonso enfrentou a resistência do movimento sindical. Em fevereiro de 1963, o *Jornal do Brasil* estampava em seu editorial: “Ministro do Trabalho em luta com pelegos”.

O Ministro do Trabalho, Sr. Almino Afonso, anunciou ontem uma grande campanha nacional de sindicalização, para a fixação de líderes legítimos e independentes e para ‘sepultar definitivamente a figura sinistra do pelego’. Pouco depois da declaração do Sr. Almino Afonso, as lideranças da CNTI, do CGT e do PUA decidiram negar apoio ao Ministro do Trabalho e pedir ao Presidente da República a sua imediata substituição.<sup>254</sup>

Na reportagem, o jornal apresenta considerações de ambas as partes: as lideranças do CGT, da CNTI e do PUA alegavam que o ministro vinha “hostilizando os representantes dos trabalhadores que o procuraram para tratar de interesses ligados às suas categorias profissionais”<sup>255</sup>.

De outro lado, o jornal apresenta trechos de uma entrevista com o ministro do trabalho com o seguinte título: “Almino diz que vai acabar com o peleguismo”<sup>256</sup>. Nela, o ministro anuncia pretender elevar a taxa de sindicalização em todo o território nacional e também apresenta sua intenção de ser mais atuante no campo da negociação entre patrões e empregados.

A greve – afirmou – é consequência e não causa. Se a situação econômica do país não tomar um novo plano – e há de tomá-lo, pois confio na ação do Professor San Thiago Dantas – haverá ocasiões em que os trabalhadores não terão outra alternativa

<sup>251</sup> <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao\\_pinheiro\\_netto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_pinheiro_netto)>.

<sup>252</sup> Almino Monteiro Álvares Afonso candidatou-se a deputado estadual no Amazonas pelo PSB, em 1958. Uma vez eleito, fazia reuniões em casa com simpatizantes e pequenos comícios na porta de fábricas. Ao longo de sua atuação no Ministério do Trabalho o quadro político era de muitas greves. Sua atuação era com as lideranças mais combativas, algumas do PTB e a maioria do PCB. Não era um revolucionário, mas com sua atuação à frente da pasta do trabalho acabou sendo taxado como tal. Ele participou da efetivação da lei do direito de greve e assinou a lei que criava o Estatuto do Trabalhador Rural.

<sup>253</sup> GARCIA, Thomas Coelho. *Movimento Sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Op. Cit. p. 198.

<sup>254</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1963. p. 1.

<sup>255</sup> Idem. p. 3.

<sup>256</sup> Idem, Ibdem. p.3.

senão recorrer a este recurso extremo. Não impedirei as greves por ilegais, mas não contribuirei para uma deflagração pela omissão na fase dos entendimentos.<sup>257</sup>

Demonstrando um alinhamento ideológico contrário à atuação das lideranças sindicais, o *Jornal do Brasil* considera que estas alteraram e fraudaram dados sobre o custo de vida com a intenção de obter vantagens espúrias para suas categorias nas negociações com o governo.

O diálogo entre os sindicalistas e o ministro do trabalho foi retomado graças à intervenção pessoal do presidente João Goulart com o apoio da intermediação do líder sindical Roberto Morena.

O Presidente João Goulart conseguiu ontem, depois de vários contatos telefônicos com a Guanabara, restabelecer o diálogo das cúpulas sindicais brasileiras com o Ministro Almino Afonso, titular da pasta do trabalho. Este diálogo foi interrompido quando o Ministro recusou-se a receber, em seu gabinete, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Sr. Clodsmidt Riani, os membros da Comissão Executiva do Comando Geral dos Trabalhadores, Sr. Benedito Cerqueira, e do Pacto de Unidade e Ação, Sr. Oswaldo Pacheco (...) o Comando Geral dos Trabalhadores e o Sr. Almino Afonso divulgaram comunicados “contestando formalmente a existência de um clima de desentendimento entre as lideranças sindicais e o Ministro do Trabalho”.<sup>258</sup>

Em editoriais posteriores, a tônica do *Jornal do Brasil* continua sendo a de evidenciar o conflito entre o ministro e as lideranças sindicais, sempre apelando para um posicionamento anti-peleguismo do ministro.

Mas, se existe uma razão para que se dê tamanho espaço à atuação de Almino Afonso frente ao Ministério do Trabalho, é o fato dele ter tentado acabar com os mecanismos que tornavam o CGT uma instituição ilegal. Este é, sem dúvida, o principal destaque de sua atuação frente ao Ministério do trabalho, no que concerne o CGT.

Uma vez que a verticalização não era imposta por lei ou decreto, mas se baseava em uma portaria de Alexandre Marcondes Filho, que datava dos anos 1940<sup>259</sup>, Almino Afonso revogou a portaria e, assim, o CGT deixou de ser ilegal. O interessante nesta ação é que ela tirava o CGT da ilegalidade, mas não o tornava legal já que não existia nenhuma disposição da CLT que regulamentasse sua ação. O editorial do *Jornal do Brasil* dizia: “CGT já pode ser confederação porque portaria foi revogada”.

O Ministro do Trabalho, Sr. Almino Afonso revogou ontem, Portaria do ex-Ministro Otacílio Negrão de Lima que proíbe o funcionamento de organizações intersindicais

<sup>257</sup> Idem, *Ibidem*. p.3.

<sup>258</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1963. p.3.

<sup>259</sup> GOMES, Angela de Castro. *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Série de entrevistas disponíveis no site do CPDOC/FGV.

do tipo do Comando Geral dos Trabalhadores por considerar que ela não vinha sendo cumprida na prática.<sup>260</sup>

A despeito da ação do ministro do trabalho, a legalização da entidade não era possível, pois a Portaria 125, anulada por ele, situava-se hierarquicamente abaixo do Decreto 23.046, que determinou o fechamento da CTB nos anos 1940<sup>261</sup>. A anulação da referida Portaria não poderia determinar a legalização do CGT, já que tanto a CLT quanto o Decreto 23.046 não permitiam que assim fosse.<sup>262</sup>

O CGT ainda não poderia ser confederação. Ainda teria de lutar muito para que fosse reconhecido como uma entidade legítima de organização da luta dos trabalhadores. Mas esta ação tinha o apoio do movimento operário que se organizava na luta por seus direitos, mas compreendia, antes de tudo, que esta luta estava atrelada também a um cenário mais amplo do que da mobilização sindical. Ela estava diretamente ligada ao contexto social, político e também econômico do nosso país.

### 3.2. O CGT e sua base

Muitas foram as categorias, cuja participação em movimentos grevistas conferiram grande poder de mobilização ao Comando Geral dos Trabalhadores desde a sua criação em 1962.

Uma das críticas que foi feita ao sindicalismo do período estaria ligada à ideia de que ocorreu uma burocratização do sindicato e que as lideranças assumiram uma posição de vanguarda e que não teriam construído uma ligação sólida com as bases. Questionado sobre isso, o ex-presidente da Federação dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, Sinval Bimbirra, declarou:

---

<sup>260</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1963. É importante frisar aqui que na matéria do JB a portaria ministerial que impede a formação de organismos intersindicais é atribuída ao ex-ministro Otacilio Negrão de Lima, enquanto que, em suas memórias, Almino Afonso cita esta Portaria como um feito de Alexandre Marcondes Filho.

<sup>261</sup> Decreto 23.046 de 7 de maio de 1947, suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da “Confederação dos Trabalhadores do Brasil”. CONSIDERANDO que é dever precípua do Govêrno manter associações sindicais rigorosamente dentro de suas finalidades legais e afastadas dos movimentos políticos e sociais; CONSIDERANDO que na sistemática da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, as associações profissionais que integram o quadro sindical brasileiro são, apenas os sindicatos, federações e confederações, aquêles como órgãos de primeiro grau e estas como associações sindicais de grau superior (arts. 511,512,533,535,558,570 e 577); (...) Art. 1º É declarado suspenso, pelo prazo de seis meses, nos têrmos dos art. 2º e 6º do decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, o funcionamento da “Confederação dos Trabalhadores do Brasil”, das “Uniões Sindicais”, das delegações e de quaisquer outras associações profissionais, não registradas como filiado ou delas sejam órgãos integrantes (...).

<sup>262</sup> COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 51.

(...) Eram direções, quer dizer, profundamente enraizadas em cada categoria. Em nosso caso, os tecelões, não é, o nosso negócio estava dentro da empresa mesmo, através dos vanguardeiros, não é, que eu já te falei. Eletricitários. Quer dizer, a força que o Riani tinha, tem ainda hoje porque a categoria não esqueceu, é de um combate permanente. Então, a categoria tinha nesses dirigentes, ou os bancários aqui o Ziller, o faria, Fausto Drummond, João Vieira, homens profundamente ligados ali, ao dia-dia da categoria. Então, quando falava, a categoria ouvia, não é?<sup>263</sup>

Bimbirra defende a ideia de que as lideranças sindicais que ganharam força nos anos 1960 eram fortemente ligadas às suas categorias. Pessoas que conheciam o cotidiano dos trabalhadores nas fábricas e que eram reconhecidas por estes como legítimos representantes de suas reivindicações.

Não se pode deixar de pontuar que esse discurso, como ocorre em qualquer exercício de memória, também tem a finalidade de legitimar certa identidade de grupo. Nesse caso específico, a identidade das lideranças que entraram em confronto com os dirigentes ligados ao Ministério do Trabalho e que se entendiam como uma alternativa política mais combativa a estes quadros.

Não obstante, este esforço para demarcar um espaço próprio na história do sindicalismo brasileiro, a análise feita por Bimbirra não deve ser desconsiderada, mas sim comparada ao que foi posto por Lucilia Delgado ao afirmar que, a partir de 1961, os principais movimentos paredistas não foram liderados pelos presidentes das Confederações Nacionais e que a efetiva liderança do movimento operário já não era exercida por eles, como já citado acima.

Outro autor que corrobora esta visão é Paulo Fontes que chama a atenção para a insurgência dos movimentos sociais após o fim do Estado Novo e para o reflexo que esta movimentação teve na organização do movimento sindical. Portanto, é necessário que se considere um esforço de Bimbirra em identificar as lideranças sindicais trabalhistas e comunistas com uma mobilização genuína de base, assim como esta percepção dele também encontra relações com a realidade que ele vivenciou.

Além disso, Delgado listou estas categorias profissionais bem como seu poder de paralisação: os trabalhadores em carris, metalúrgicos, sapateiros, ferroviários da Leopoldina, trabalhadores de curtume, da orla marítima, rodoviários, aeroviários e aeronautas, trabalhadores da Central do Brasil e bancários tinham capacidade de 100% de paralisação.

Trabalhadores da Light, da telefônica e têxteis paralisavam até 80% de suas atividades, enquanto gráficos, alfaiates, marceneiros, trabalhadores do setor de energia elétrica e fábrica

---

<sup>263</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

de gás atingiam índices que variavam entre 70 e 50%. Trabalhadores da construção civil atingiam altos níveis de paralisação.<sup>264</sup>

O CGT chegou a aglutinar quatro das sete confederações existentes naquele período e mais a recém-criada CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de Crédito (CONTEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).<sup>265</sup>

Sobre a organização do CGT, Hércules Corrêa afirmou que “o fato é que existia CGT em [sic], nos Estados, em Municípios e assim sucessivamente, o CGT foi criado toda uma estrutura”.<sup>266</sup>

Corrêa cita ainda a Comissão Permanente das Organizações Sindicais, a CPOS (já citada), à qual chama de CGT do Rio, que aglutinava 118 entidades sindicais e afirma que a relação do CGT nacional era mais estreita com seus representantes em cada estado. Em linhas gerais, essas entidades levavam o nome CGT e o nome do estado, como CGT-SP, por exemplo. Em alguns casos, como os do estado da Guanabara e o estado de Pernambuco, o CGT e as seções regionais se chamavam CPOS e CONCINTRA, respectivamente.

Quer dizer, então, foi uma coisa muito natural com um, com uma [sic] preparação também natural. Aqui nós fizemos um Congresso, não é? Quer dizer, era o Congresso Sindical de Minas Gerais, que se transformou automaticamente em Congresso Geral dos Trabalhadores, seção de Minas Gerais. Assim foi no Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Congressos Estaduais, é, muito, muito expressivos, não é? De tal sorte que o CGT quando nasceu naquele Congresso, ela já estava criado na prática, não é?<sup>267</sup>

No IV Congresso Sindical Nacional, foram apresentadas as seguintes resoluções sobre a estrutura do CGT:

O Comando Geral dos Trabalhadores será composto de dois representantes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais e da CPOS da Guanabara, com sede no Rio de Janeiro, tendo sua secretaria funcionando na sede da CNTI; em cada

<sup>264</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p. 190.

<sup>265</sup> COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 33. Além das quatro Confederações mencionadas e a CONTAG, existiam ainda a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

<sup>266</sup> Hércules Corrêa. Entrevista disponível no Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1979.p. 17.

<sup>267</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra ao Núcleo de História Oral da Universidade federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

Estado ou Município serão organizadas direções idênticas, tendo em conta a diversidade de sistemas em funcionamento em cada local, de Comissões, Conselhos, Pactos, etc; Os Comandos em cada Estado se ligarão e representarão no Comando Geral dos Trabalhadores, assim como os Municípios terão sua ligação com órgãos Estaduais.<sup>268</sup>

A organização das unidades municipais era feita pelas correspondentes do CGT nos estados e os membros da direção nacional compareciam às reuniões programadas por estas entidades. Segundo Hércules Corrêa, ele e Oswaldo Pacheco passavam, às vezes, um mês viajando pela costa brasileira para atender as bases das categorias profissionais dele.

Riani viajava para tudo quanto era parte do Brasil, todos nós viajávamos. Eu, por exemplo, era mais concentrado aqui, porque nessa área aqui era considerada então [sic] as questões políticas estourava sempre aqui, então eu ficava muito preso aqui, além do mais eu era deputado estadual aqui (...)<sup>269</sup>

Sobre a estrutura do CGT e sua relação os órgãos estaduais, Riani pondera:

(...) Pois é, a estrutura do CGT, depois eu vou te dar o que poderia ser, não é? Então, aqui em Minas Gerais tinha uma comissão que nós já tínhamos realizado dois, três congressos sindicais, está certo? Então, essa comissão aqui, do Congresso de Minas é que representava lá, mandava dois elementos representar na parte nacional. No Rio é CPOS o nome que era lá do sindicato da Guanabara, sabe? (...) Então eles indicaram dois elementos. Até dava muito o que falar porque indicou dois elementos comunistas, que foi o Hércules Corrêa e o Morena.<sup>270</sup>

Com relação à organização do CGT junto as suas bases, Hércules Corrêa ressalta que os sindicatos tinham uma intensa atividade nas calçadas, nas comissões das fábricas e palestras nas portas das empresas. Isso era uma norma. Ainda segundo ele, a presença dos líderes do CGT era essencial nessas manifestações. Sua atuação se dava no sentido de ouvir os problemas vividos por cada categoria em seu ambiente de trabalho, as conquistas de direitos em acordo entre sindicatos e patrões etc.

Sobre essa questão, podemos citar também o depoimento de Sinval Bimbirra:

(...) Agitação e propaganda, mas tinha o secretário, do CGT. Quer dizer, esse responsável pela agitação e propaganda, visava um entrosamento muito grande com a organização. Quer dizer, cada ato tinha que deixar resultado concreto, em termos de organização, novas adesões, adesão seja de um Sindicato, ou seja de um grupo de trabalhadores, aquela ideia de que a agitação estava propondo.<sup>271</sup>

<sup>268</sup> *Revista de Estudos Sócio-Econômicos* – (DIEESE), n.9, julho-agosto, p.51/2. Citado em COSTA, Sérgio Amad. Op. Cit. p. 45.

<sup>269</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra ao Núcleo de História Oral da Universidade federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990. p. 18.

<sup>270</sup> Entrevista de Clodsmidt Riani. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Juíz de Fora, 1991.

<sup>271</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

É importante ressaltar que estes líderes sindicais aqui citados não gozavam de licença de suas atividades laborais para se dedicarem ao trabalho no sindicato. Hércules Corrêa, assim como Clodsmidt Riani, afirma que toda a atividade de organização das lutas operárias ocorria em reuniões que aconteciam após o horário do expediente. Além disso, como muitos desses sindicalistas foram eleitos para cargos como o de deputado, sua dedicação era dividida entre o mandato e a luta sindical.

Esse é um ponto importante devido à memória que se criou acerca da atuação destes quadros que foram acusados de promover um sindicalismo pouco enraizado com suas bases e mais ligados a filiações político-partidárias do que às demandas dos trabalhadores.

### 3.3. Memórias Sindicais

Uma das principais críticas que se estabeleceu ao sindicalismo do período que está sendo analisado apoia-se na ideia de que ele fora dominado por pelegos ligados aos interesses do governo e dos patrões. A relação entre as lideranças sindicais e as bases foi taxada de inexistente ou apoiada na prática da manipulação.

Nos anos 1980, a Central Única dos Trabalhadores considerava, em seu primeiro congresso, que os sindicalistas que se mantinham fiéis ao modelo sindical vigente antes da ditadura e que “privilegiava suas alianças políticas com a burguesia liberal, transformando a classe trabalhadora em massa de manobra e de apoio ao projeto deste setor da classe dominante”.

O que ocorreu neste período foi a construção de uma memória negativa sobre a atuação das lideranças sindicais, considerando que as direções atuavam de maneira paternalista o que era lesivo aos interesses da classe trabalhadora. Isto deveria acabar para que se criasse um organismo que combatesse o peleguismo e representasse os trabalhadores de maneira efetiva.

Essa concepção se baseou na análise de um fenômeno que, certamente, existiu, mas que não dá conta de toda a atividade sindical no período que vai de 1930 a 1964. A figura do “pelego” existiu e sua atuação certamente serviu para manter os sindicatos sob o controle do Ministério do Trabalho. Mas é fato também que este feito não resume a história do movimento operário durante todo esse período.

Esta história também passa pela eleição de uma chapa formada por petebistas e comunistas que chega à presidência da CNTI tirando do poder os chamados ministerialistas. Tudo isso diz respeito à trajetória do movimento sindical que enfrentou a conjuntura política e

econômica desfavorável da época e lutou, confrontando diretamente a legislação sindical e se engajando na construção de uma central sindical.

Para Sinval Bimbirra:

Isso é um esforço para desvirtuar a finalidade do Sindicato. O Sindicato não tem que manter laboratório, não tem que manter gabinete de médico, dentário, odontológico, nada disso. Na nossa visão, o Sindicato teria que manter é cursos de formação, político, política, política de ordem sindical e política global, economia política né, basicamente. Um dirigente sindical preparado do ponto de vista político, no campo da economia, no campo da sociologia, da história, da geografia. Um dirigente, né? Um dirigente capacitado, mas não. Outro dia mesmo, eu estive com o presidente de um sindicato muito importante, de Belo Horizonte, ele me dizia: “*Agora, Bimbirra, eu vou ficar mais ou menos uma três horas assinando papel*”. É isso. É isso, por quê é isso? E porque o Sindicato, a federação, é, ficou esclerosada pelo mecanismo que o estado [sic] impôs. Nós não conseguimos romper isso ainda (...).<sup>272</sup>

Para a CUT, a estrutura sindical brasileira, no momento de sua criação, que atuava já há mais de 40 anos, ainda estava em vigor. Uma de suas características seria o “corporativismo sindical”, instrumento utilizado para dividir os trabalhadores. Tratar-se-ia de uma noção de que os conflitos entre a classe trabalhadora e o patronato poderiam ser resolvidos através de negociações de cúpula. Dessa forma, entravam em cena os representantes do “sindicato pelego” e o “governo populista”<sup>273</sup> para encontrar uma solução que, via de regra, era conciliatória e nunca atendia às verdadeiras aspirações da classe trabalhadora. Ainda de acordo com Sinval Bimbirra:

(...) como Getúlio baixou a CLT em 1943, os trabalhadores tavam [sic], quer dizer, já com um acúmulo de luta muito grande, né? Grandes greves, grandes manifestações, mas os trabalhadores estão desvalidos, estavam desorganizados, não é verdade? E o Getúlio com a visão social dele, né? Tinha sua visão social forte. Ele procurou proteger a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo procurou domar. (...) É, aquele momento, era aquilo. (...)<sup>274</sup>

Analisando este discurso, vemos que os sindicalistas que atuaram no período entre 1945 e 1964 se esforçam para evidenciar esta noção de que o Ministério do Trabalho era um organismo que se prestava a criar limites para a atuação sindical. Contradizendo o discurso posterior que acusou estes quadros de burocratas rendidos aos interesses do governo populista e manipulador, esta fala demonstra que esses homens sabiam do alcance que a legislação sindical possuía e não se conformaram com ele.

Em seu relato, Clodsmidt Riani fala de Sinval Bimbirra como “alguém que encarnava o espírito de renovação que o grupo nacionalista possuía” e conta que ele e outros dirigentes

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Esses termos fazem alusão a um vocabulário utilizado pela Central Única dos Trabalhadores, que antagonizou com a memória do sindicalismo pré-1964 nos anos 1980.

<sup>274</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

da CNTI sugeriram o enfrentamento dele com a direção do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte, concorrendo nas eleições<sup>275</sup>. Outro aspecto da fala de Bimbirra reiterado por Riani é o que se refere à atuação das bases nas mobilizações sindicais lideradas por eles. Lembrando-se das manifestações pela conquista definitiva do abono de Natal, que passou a se chamar 13º salário, Riani comentou que houve muita participação das bases.

Em trecho já citado neste capítulo, Hércules Corrêa também fala das estreitas relações entre o grupo de dirigentes que ele integrava e as bases, usando o exemplo da atuação da CPOS da Guanabara.

Documentos usados pela CUT consideram que as amarras criadas para impedir o proletariado brasileiro de se organizar de maneira independente foram criadas nos anos 1930, quando a burguesia, sob a direção de Vargas, passou a utilizar o sindicato para impor o controle estatal sobre a classe operária.

O interessante é que os sindicalistas ligados ao CGT, em seus depoimentos, consideram também este fenômeno da burocratização do sindicato no período varguista. Os membros da referida entidade consideram que sua trajetória na construção de uma central sindical começava com a derrota dos pelegos e ministerialistas que dominavam a CNTI, por exemplo.

Na interpretação desses atores, a construção do CGT também estava ligada à derrota dos elementos que burocratizavam os sindicatos e representavam um mecanismo de controle da classe trabalhadora, ou seja, eles também definem sua identidade social através de uma imagem de combatividade e de luta contra a burocratização do sindicalismo.<sup>276</sup>

No discurso de memória da CUT, não existe divisão entre o período em que os quadros do Ministério do Trabalho ganharam posição nos sindicatos e o período em que os trabalhadores organizaram uma entidade como o CGT. Para eles, o período democrático representou um período de aprofundamento deste controle estatal sob os trabalhadores, via sindicato pelego, contando ainda com a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro que teria sido criado para facilitar a manipulação de massas.

---

<sup>275</sup> Entrevista de Clodsmidt Riani. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1991.

<sup>276</sup> Bronislaw Baczko salienta que o domínio do imaginário e do simbólico é de suma importância para se alcançar ou para se manter o poder. Neste caso, estamos vendo o confronto de duas análises do passado de grupos que se prestam a estabelecer uma posição de liderança na organização da luta operária. Ambos se apresentam como atores de uma disputa política que se utilizam de representações que consolidam uma imagem própria, assim como uma imagem do outro, de modo a construir um grupo coeso. BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund ET Ali. *Antrops-Homem*. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

Outro traço do “velho” sindicalismo seria o “verticalismo” que garantia a manutenção do controle dentro da organização sindical. O verticalismo foi entendido pelos cutistas tanto como uma ingerência da CLT, quanto como um pré-requisito para a manutenção da estrutura sindical inaugurada na década de 1930. Os trabalhadores só poderiam se filiar a sindicatos reconhecidos pelo Estado e as categorias, que nem sempre eram separadas, o que facilitava o controle do mesmo sobre as organizações e, em contrapartida, garantia a sustentação dos sindicatos através da verba gerada pelo imposto sindical, impedindo uma organização mais aguerrida.

A “conciliação de classes” seria um instrumento utilizado para harmonizar os conflitos entre patrões e trabalhadores. Uma ideia que fazia clara a alusão à proximidade entre representantes dos sindicatos e os governantes do Período Democrático de 1945-1964. Uma vez que a CUT considerava que a verdadeira ação sindical deveria estar baseada na luta, as negociações, propiciadas pela abertura que a maioria dos governos do período deu aos representantes dos sindicatos, foram vistas como manobras orquestradas pelos governos com o auxílio dos dirigentes dos sindicatos – ligados ao PTB e ao PCB – para iludir os trabalhadores.

No entanto, as mobilizações pela aprovação das reformas de base e todo o contexto de crise do governo João Goulart contam outra história. Por mais que se possa considerar que existia uma boa relação entre o presidente e o CGT isso não se aplica à totalidade da classe política da época. O projeto do presidente tinha o apoio da classe trabalhadora, mas enfrentava dura resistência no Congresso Nacional que, em grande parte, não via com bons olhos a proximidade entre o presidente Goulart e o CGT.

Já a “submissão ao Estado” era vista pela CUT como garantia de intervenção por parte do mesmo nos sindicatos. Desta maneira, temos uma das disposições da CLT que permitem a intervenção direta nos sindicatos, através do Ministério do Trabalho em determinadas circunstâncias.

Quando questionado por Lucilia Delgado sobre o fato da classe trabalhadora ter sido patrocinada pelo Estado para se mobilizar no “período do populismo”, Bimbirra considera que sim. Cita as manifestações populares durante a Primeira República, chamando-as de “grandes jornadas” e pondera que a organização sindical nos anos 1930 fora obra do Estado. No entanto, em outro momento de sua fala, ele considera que as lideranças sindicais com as quais ele atuou nos anos 1960 procuravam romper com esse controle do Estado<sup>277</sup>.

---

<sup>277</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra. Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

O “velho” sindicalismo também teria utilizado do “assistencialismo” para desviar o foco da ação sindical. Os cutistas elaboraram uma pesada crítica às ações sociais desenvolvidas pelos sindicatos com a intenção de colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, como por exemplo, a prestação de assistência jurídica aos trabalhadores, dentre outras coisas. Em um trecho da entrevista de Sinval Bimbirra, citado acima, ele critica o assistencialismo sindical, o que mostra que os sindicalistas que ganharam projeção nos anos 1980 não foram os primeiros a pontuarem esta crítica.

É importante mencionar uma divergência nas análises desta questão de Sinval Bimbirra e Clodsmidt Riani. Enquanto o primeiro chega a falar dos serviços de assistência fornecidos pelos sindicatos como parte de um “esforço para desvirtuar a finalidade do sindicato”, o segundo fala da importância desses serviços e os menciona como uma conquista. Além do Serviço de Atendimento Domiciliar de Urgência, o SANDU, ele fala também do Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPES, tratando ambos como benefícios importantes fornecidos ao trabalhador.<sup>278</sup>

Outro dirigente que também faz uma leitura positiva da assistência prestada aos trabalhadores pelos sindicatos é Oswaldo Pacheco. Em entrevista ao *Jornal O Panfleto* ele alega ser preciso “ampliar a assistência técnica, médica e a aplicação da previdência social em favor dos trabalhadores do campo”. Em sua fala, ele defende essa necessidade devido às dificuldades enfrentadas pela classe operária, sempre vitimada pelo aumento expressivo do custo de vida e da inflação no período.<sup>279</sup>

A utilização do imposto sindical foi entendida pela CUT como uma forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira dos sindicatos. Uma de suas principais reivindicações era justamente a abolição desse imposto, entendido pelos “novos” sindicalistas como o principal elo entre a organização sindical e o Estado. Para romper este elo, era preciso que as organizações sindicais procurassem formas alternativas de prover sua sustentação financeira.

---

<sup>278</sup> De acordo com Riani, o SANDU era um posto de assistência médica, aparelhado para prestar os primeiros socorros em qualquer situação: “Então se era preciso internar a ambulância já levava e internava imediatamente, mas se fosse um curativo qualquer, ali mesmo já dava toda assistência a qualquer doença que fosse, que tinha sempre uma equipe 24 horas de três médicos”. Já o SAPS era “um restaurante que tinha uma comida nutritiva muito boa, porque tinha nutricionistas, e era muito barato. O trabalhador então ia lá, pegava sua bandeja; pagava-se mais barato que restaurante”. Para uma análise acadêmica sobre o SAPS ver: FOGAGNOLI, Marcela. Comida, diversão e arte: o trabalhador carioca e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPES). In: FERREIRA, Jorge (organizador) *O Rio de Janeiro nos Jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. 7 Letras. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>279</sup> *Jornal O Panfleto*. Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1964.

O “controle financeiro por parte do Estado” também existiria para impedir os trabalhadores de decidirem quais os investimentos que fariam, o que implicava em um menor investimento em suas lutas. Essa questão se relaciona diretamente com a existência do imposto sindical, visto que a utilização das verbas repassadas pelo governo aos sindicatos deveria ser comprovada pelos sindicatos e precisavam da autorização do Estado para serem aplicadas pelos mesmos.

Por fim, o “controle político” que daria ao Estado a prerrogativa de decidir sobre quem poderia ou não dirigir um sindicato. Mais uma vez, a disposição da CLT que permite a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, dando a este a prerrogativa de destituir diretorias, nomear interventores, dentre outras coisas, são duramente criticadas pelos cutistas. Trata-se de ações largamente empreendidas pelos governos militares após o Golpe de 1964<sup>280</sup>.

Na concepção cutista, a estrutura sindical, vigente desde a década de 1930, foi montada, a partir desses princípios, com centenas de normas, regulamentos e casuísmos. Um estatuto padrão foi criado para os sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Este aparato serviria para que os governos e os patrões, com a ajuda dos dirigentes sindicais pelegos e reformistas, garantissem o controle sindical e sua adequação ao seu projeto político, ideológico e financeiro<sup>281</sup>.

Frente a um passado ligado a um sindicalismo tão distanciado das demandas trabalhistas, a CUT precisava se empenhar em destruir esta estrutura e construir uma nova. Esta seria sua missão.

É interessante notar que a reivindicação de uma identidade sindical que remete a uma organização pelas bases se contrapõe à ideia de um “velho” sindicalismo que nem sempre respaldava as ações espontâneas e inusitadas de suas bases<sup>282</sup>. A supervalorização da espontaneidade das ações dos trabalhadores está intrinsecamente ligada a uma leitura

---

<sup>280</sup> Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj. Todas as características elencadas acima estão presentes nas resoluções deste congresso que, por ser o primeiro, traz um conteúdo bastante voltado para a caracterização da CUT e de sua ação sindical, bem como sua diferenciação em relação ao que se considerou como o “velho” sindicalismo.

<sup>281</sup> Idem, p. 14.

<sup>282</sup> Essa questão do equilíbrio entre os anseios das bases e a atuação das lideranças remete às antigas práticas sindicais, tão criticadas pela CUT. Alguns autores, como Hélio Costa, mostram que houve episódios em que os sindicatos geridos pelo PCB e pelo PTB chegaram atrasados à articulação das greves empreendidas pelos próprios trabalhadores através de sua ação espontânea. Em algumas ocasiões, as lideranças pegaram carona no movimento iniciado pelas bases, em outras, houve discordâncias entre os trabalhadores – dispostos à ação – e os dirigentes sindicais – dispostos a dar continuidade às negociações.

condicionada a considerar certos aspectos como sendo o legítimo comportamento de uma classe operária consciente e outros não<sup>283</sup>.

Sobre as relações entre sindicato e bases, Hércules Corrêa considera que o problema se encontra na penetração das comissões sindicais nas fábricas, isto é, no ambiente de trabalho:

O CGT tinha essa debilidade que continua sendo o grande problema do movimento sindical hoje. Agora, não é um problema fácil. É um problema que diz respeito ao avanço da democracia no país. A democracia não vai passar pela porta da empresa como muita gente tá [sic] pensando, não: com facilidade. Vai ser uma luta titânica.<sup>284</sup>

Controvérsias entre o sindicato e suas bases poderiam comprovar a tese cutista de que o sindicalismo do período pré-1964 esteve mergulhado em burocracia, sendo essencialmente corporativista? Acredita-se que estas disjunções entre lideranças e trabalhadores demonstram uma ação sindical viva e dinâmica com embates e divergências de estratégias comuns à vida política.

A questão primordial aqui é que uma identidade social não se faz sem referência a uma noção de passado comum a um grupo de indivíduos, ou seja, a uma memória coletiva. Se a memória é um elemento constitutivo da identidade social, esta, por sua vez, é essencial para a elaboração de projetos políticos.

No caso do “novo” sindicalismo, a relação de contradição entre novas e velhas práticas traz a marca da necessidade de legitimidade e da euforia trazida pelo clima de mobilização operária que também se misturava com um contexto de intensas lutas pela redemocratização do país. Naquele momento de grande mobilização operária, a combatividade e a “ação” eram quase que necessidades imperativas.

Identificar como um grupo político percebe sua realidade é de suma importância para compreendermos a formação de sua imagem e também a formação de uma cultura política. Estas percepções que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos são parte da

---

<sup>283</sup> De acordo com Costa, não é difícil encontrar exemplos de movimentos em que a dirigência sindical tentou, sem êxito, segurar ou se opor às greves no período que vai de 1930 a 1964. No entanto, como muitas vezes as greves eclodiam a despeito de suas posições, estes mesmo dirigentes eram encontrados no comando tempos depois. Em seu trabalho, este autor mostra que a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho continuava sendo fundamental para a articulação das mobilizações em torno de suas demandas e que nem sempre suas ações estavam totalmente subordinadas às ingerências do sindicato. COSTA, Hélio. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*. Op. Cit. p. 54..

<sup>284</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Não identificada. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ. Considero pertinente ressaltar que esta entrevista foi concedida pelo ex-líder do CGT nos anos 1980, durante as mobilizações operárias entendidas como o “novo” sindicalismo e que desembocaram na formação da CUT.

sua organização conceitual do mundo, tratando-se de uma componente fundamental da sua realidade social. Realidade esta, a partir da qual um grupo delimita sua identidade social<sup>285</sup>.

Essas representações ajudam na identificação das questões e problemas que devem ser priorizados para que se construa uma estratégia definida de superação das dificuldades e o empreendimento das práticas que levaram à realização de um objetivo determinado<sup>286</sup>.

O “velho sindicalismo” era visto como conciliador, colaboracionista, além de um péssimo representante dos interesses da classe trabalhadora. O “novo” sindicalismo aparecia como o substituto de uma tradição equivocada. Fruto de um processo de renovação do sindicalismo brasileiro iniciado com as greves do ABC Paulista, ele figura como o símbolo da modernização das práticas sindicais e das formas de luta.

Nesse caso, era preciso mostrar o que os “novos” sindicalistas podiam fazer pelos trabalhadores. O que eles tinham de diferente? Por que os interesses dos trabalhadores seriam mais bem-defendidos a partir do momento em que esta classe fosse representada por esse novo grupo de sindicalistas?

A memória acerca das ações dos chamados “velhos” sindicalistas serviu ao propósito de criar uma nova identidade sindical. Como assinalou Angela de Castro Gomes, uma identidade social não se faz sem referência ao passado e, se esse processo é dotado de dinâmica própria, não sendo arbitrário, é de suma importância que o historiador tente compreender as leituras de passado que as memórias coletivas fazem<sup>287</sup>.

Essa referência ao passado está na base da elaboração de um projeto político sindical que os cutistas pretendiam defender. Fazer com que um determinado grupo de indivíduos se identificasse com ele e apoiasse a sua implementação demandava a consolidação de uma imagem. É assim que entra em cena, o “novo” sindicalismo.

Havia também, na análise da história do sindicalismo, realizada na década de 1980, uma noção de que os então denominados “velhos” sindicalistas estavam mais preocupados com a militância política do que com as demandas dos trabalhadores como a reposição salarial, o aumento do custo de vida, dentre outras reivindicações diretamente ligadas ao cotidiano do trabalhador.

É fato que a atuação sindical nos anos 1960 esteve muito ligada a questões políticas, mas isso não significa que as demandas dos trabalhadores tenham sido abandonadas ou

---

<sup>285</sup> MENDES, Ricardo. Cultura Política. *NEARCO. Revista Eletrônica de Antiguidade*. Vol. 1. Ano IV. N. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2011. p. 197.

<sup>286</sup> Idem, p. 198.

<sup>287</sup> GOMES, Angela de Castro. Cultura política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (organizadoras). *Cultura Política e Leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira Editora. Rio de Janeiro, 2007.p.50.

esquecidas pelas lideranças sindicais. Grande parte das reivindicações do período era de reposição das perdas salariais, criação do benefício do 13º salário, além de cobranças ao governo sobre providências para barrar o aumento descontrolado do custo de vida.

Lucilia Delgado demonstra que, de 24 greves nos anos de 1960 a 1961, pelo menos 14 apresentavam algum tipo de reivindicação salarial. Um número expressivo de movimentos apresentados no quadro de greves desta autora contava com a participação de indivíduos que no futuro estariam ligados ao CGT. Ela dá destaque também à greve dos 700 mil que ocorreu, em 1963, em São Paulo e que estava ligada à demanda por reposição salarial.<sup>288</sup>

Além de Delgado, Sérgio Costa assinala a ocorrência de muitas greves na Baixada Santista: teriam sido 53 greves de diversas categorias, somando 367 dias de paralisação de atividades laborais, das mais diversas, nesta região.<sup>289</sup>

Segundo Fernando Teixeira da Silva, grande parte desses movimentos paredistas da Baixada Santistas era de solidariedade que fora imputada aos dirigentes do Fórum Sindical de Debates<sup>290</sup>, criado para horizontalizar os mais de 53 sindicatos existentes na região.

Mesmo observando a predominância de greves de solidariedade, ou seja, de apoio a movimentos de outras categorias, no caso da Baixada Santista, o autor identifica também greves por demandas salariais, e assinala que as greves portuárias talvez tenham vivido o período de maior projeção da sua história.<sup>291</sup>

A coisa mais importante que aconteceu, foi o acentuamento [sic] do processo de organização dos trabalhadores. Organização, e conseqüentemente a unidade. A unidade do movimento sindical, a unidade dos trabalhadores não é? Tanto assim, que esse esforço foi coroado com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores. O CGT, simbolizando toda essa vontade. Culminou esse esforço, não é? Essa vontade dos trabalhadores encontrando uma receptividade muito grande, muito favorável, no Governo João Goulart. E tornou-se, realmente, um grande amigo dos trabalhadores.  
<sup>292</sup>

A perspectiva apresentada demonstra com clareza como os sindicalistas deste período encaram suas ações. Não se tratava de se acomodar com prerrogativas burocráticas e muito menos atender aos anseios de um governo manipulador, mas sim lutar por direitos.

<sup>288</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil (1961-1964)*. Op. Cit. p. 207.

<sup>289</sup> COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Op. Cit. p. 113.

<sup>290</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. HUCITEC. São Paulo-Santos, 1995. Fernando Teixeira da Silva acrescenta ainda que apesar deste organismo ter sido criado para “corresponder às necessidades do sindicalismo de orientação nacionalista” ele não parecia diferir do sindicalismo burocratizado e voltado para promover a colaboração com o poder público.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Entrevista de Sinval Bimbirra. Núcleo de História Oral da Universidade Belo Horizonte, 1990.

O relacionamento com o presidente João Goulart pode facilitar a interpretação de que os trabalhadores tinham à sua frente lideranças ligadas ao governo. Mas fica muito claro que o apoio da classe operária ao governo Goulart era genuíno e não partia apenas das lideranças.

Eu tenho a impressão de que aquele projeto das reformas de base era um projeto político, e que aquilo foi encampado pelo movimento sindical, não só encampado, mas aquilo foi também elaborado com a presença do movimento sindical. E nós entendemos o seguinte, o movimento sindical não tem um projeto nacional. A entidade sindical, ela cuida dos problemas específicos, não é? Mas naquela oportunidade, quer dizer, extrapolou isso. O movimento sindical passou a ter um projeto político que era a realização das reformas de base. Uma marca muito forte da presença dos trabalhadores, não é?<sup>293</sup>

Interessante como Bimbirra faz uma análise sobre a organização do movimento sindical. Ao mencionar que a classe trabalhadora não tinha um projeto nacional, ele estabelece uma divisão na funcionalidade da entidade sindical e do que seria o CGT. Se o sindicato existe para resolver os problemas pontuais do trabalhador, uma central de nível nacional deveria se engajar, antes de tudo, em um projeto político e econômico que beneficiasse a classe trabalhadora, obviamente.

Essa colocação dificulta a manutenção de uma explanação que considera esses sindicalistas alienados e manipulados pelo Estado. O depoimento de Bimbirra demonstra uma plena consciência da ação empreendida por esses líderes e um motivo bem contundente para defender o engajamento da classe trabalhadora na luta pelas reformas de base.

### 3.4 Considerações Finais

Este capítulo teve a finalidade principal de contar a história da fundação do Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil que atuou no início dos anos 1960 visando à unificação das lutas sindicais no Brasil.

Em 1960, a realização do III Congresso Sindical Nacional, com o apoio do Ministério do Trabalho, já evidenciava a existência de três tendências políticas no meio sindical brasileiro.

A primeira delas formada pelos líderes sindicais nomeados pelo Ministério do Trabalho ao longo dos anos 1930 e 1940. Eram, por isso, identificados como ministerialistas ou “pelegos”.

---

<sup>293</sup> Idem.

A segunda formada pelas chamadas oposições sindicais. Tratava-se dos sindicalistas ligados ao PTB e ao PCB que passariam a disputar as direções dos sindicatos, federações e confederações com os tradicionais dirigentes ligados ao Ministério do Trabalho.

Havia ainda uma terceira tendência, denominada renovadora e que defendia uma atuação sindical neutra, ou seja, que não tivesse relações com a conjuntura política nacional.

Nos anos 1960, a ascensão das chamadas oposições sindicais ligadas à aliança petebista-comunista vinha acompanhada da afirmação de um projeto de criação de uma central sindical que reunisse sindicatos, federações e confederações, isto é, um organismo de coordenação vertical.

A democratização, no ano de 1945, pode ter contribuído para esta mudança política no meio sindical, uma vez que o contexto de liberdade democrática pode ter influenciado nesta atuação dos sindicalistas que se colocaram contra as lideranças tradicionais.

Tal projeto contrariava as disposições da CLT que estabeleciam as normas para a criação de entidades superiores aos sindicatos, indicando que estes poderiam, desde que em número de cinco e representando a maioria absoluta de um grupo de atividades idênticas, similares ou conexas, reunir-se em confederações.

Esse projeto de construção de uma central sindical demonstra que a trajetória do sindicalismo neste período não ficou submetida aos desígnios das lideranças “manipuladoras” impostas pelo Ministério do Trabalho. Os trabalhadores contrariavam as orientações das direções e disputavam com ela as posições de liderança do movimento sindical.

Os trabalhadores enfrentavam repressão por parte dos governos, como o de Carlos Lacerda, que foi citado pelo líder do sindicato dos bancários, Pereirinha, como um severo representante da repressão às manifestações do movimento operário.

Além disso, os trabalhadores desafiavam a legislação vigente empreendendo a construção de um organismo vertical de coordenação das lutas operárias. Com o apoio de entidades como o PUA e a CPOS, esta última considerada pelo seu líder Batistinha como o embrião do CGT na Guanabara, os trabalhadores se mobilizaram em torno de seus projetos políticos e sindicais.

No IV Encontro Nacional Sindical, realizado em São Paulo e com a presença de quatro mil delegados, representando categorias profissionais diversas como metalúrgicos, mecânicos, têxteis, ferroviários, dentro outras, foi decidida a criação do Comando Geral dos Trabalhadores.

O CGT passou a ser um organismo de coordenação da atuação dos trabalhadores em âmbito nacional. A relevância da sua atuação se comprova através das notícias veiculadas

pela grande mídia que sempre apontava as reuniões entre líderes do CGT e representantes do Ministério do Trabalho, além do posicionamento da entidade diante das propostas do governo.

Além disso, quando Almino Afonso esteve à frente da pasta do Trabalho, ele revogou a Portaria da década de 1940 que proibia a formação de entidades verticais de coordenação sindical. Apesar disso não ter significado a legalização do CGT, foi um passo importante nesse sentido e uma demonstração da importância que este organismo adquiriu no cenário político nacional.

Este capítulo foi produzido também com base nos relatos de militantes do CGT, como Sinval Bimbirra, Hércules Corrêa e Clodsmidt Riani. Em sua narrativa, estes líderes contam como procuraram erigir uma instituição representativa e que buscava se relacionar de maneira estreita com suas bases. Viajando pelo Brasil, esses líderes se empenharam na construção dos núcleos estaduais do CGT.

As falas dessas lideranças apresentam um panorama muito interessante sobre a memória que se tem de sua atuação. A luta pela autonomia sindical, a redução da burocratização dos sindicatos, o desafio da legislação, o ideal de um sindicalismo combativo que deveria se erguer a partir das bases, tudo isso compõe elementos destas narrativas que aparecerão na década de 1980 na fala dos representantes da CUT e que pautaram sua identidade sindical na crítica a esses “velhos” militantes.

No discurso da Central Única dos Trabalhadores, os “pelegos” eram os representantes do sindicalismo pré-1964. Na fala dos líderes do CGT, os “pelegos” eram os quadros impostos pelo Ministério do Trabalho aos sindicatos. A CUT se afirmava como a emissária de um sindicalismo combativo que se distinguia dos sindicalistas que atuaram antes da ditadura e que empreendia um processo de ruptura com a burocracia e o corporativismo.

Mas o fato é que estas duas entidades, erguidas em circunstâncias distintas, estabeleceram críticas muito semelhantes à estrutura sindical e deram o mesmo valor a um discurso de aproximação com as bases.

A explanação acima torna profícua a questão: se o sindicalismo entre as décadas de 1930 e 1960 se hegemonizou como representante dos interesses estatais, estando subjugado ao Ministério do Trabalho, o quê explicaria a violenta repressão da ditadura militar que proibiu o CGT, perseguiu e prendeu líderes sindicais? O fato é que na luta contra a burocracia e pela autonomia sindical não encontramos relação de ruptura nas atuações do CGT e da CUT, mas sim de continuidade.

#### 4 CLASSE OPERÁRIA, SINDICATO E ESTADO: HARMONIA E CONFLITO

É senso comum na historiografia que o Estado, a partir de 1930, adotou uma postura marcada pela aproximação com os trabalhadores. Segundo Angela de Castro Gomes, os ganhos materiais da classe trabalhadora foram parcos na Primeira República, mas foi nesse período que se criou uma identidade operária. Sendo assim, a legislação trabalhista criada no governo Vargas é, inegavelmente, marcada pela criação de direitos muito importantes que representavam uma conquista para a classe trabalhadora<sup>294</sup>. Contudo, esse movimento consolidado pelo governo Vargas foi realizado sem, no entanto, abrir mão do controle sobre os trabalhadores.

Aspecto que corrobora com essa perspectiva seria a criação do Ministério do Trabalho e as prerrogativas destinadas a ele pela legislação, sobretudo no tocante às possibilidades de intervenção nos sindicatos. As organizações sindicais podem ser consideradas a espinha dorsal desta questão: eles seriam o elo entre o Estado e os trabalhadores.

A própria Lei 19.770, que regulamentava o sindicato oficial, criada em 19 de março de 1931, em seu artigo 1º, definia:

Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições: a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos; b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; (...) f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos á natureza e finalidade das associações<sup>295</sup>.

Por conta disso, muitas interpretações sobre o sindicalismo, no período que vai de 1930 a 1964, que condiz com o denominado “período populista”, segundo algumas análises, ganham um tom negativo, visto que compreendem que uma atuação sindical autônoma

<sup>294</sup> É importante frisar que a legislação criada no Estado Novo refletia os discursos das lideranças operárias que atuaram na Primeira República e, sendo assim, sua criação tem um valor que vai além da questão material, tratando-se de uma conquista simbólica. Sobre isso, ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2005 e BATALHA, Claudio. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: Idem, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (organizadores). *Culturas de classe*. Editora da UNICAMP. Campinas, 2004.

<sup>295</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)>.

deveria partir de um confronto direto, bem como de uma ruptura com os padrões de organização sindical “impostos”<sup>296</sup> pelo Estado.

As estreitas relações entre organizações sindicais e João Goulart seriam elemento importante para aqueles que construíram a concepção do sindicalismo populista. A aproximação entre o movimento operário e elementos do governo só poderia ser explicada pela atuação das lideranças sindicais de cúpula, que estavam a serviço de um governo que procurava cooptar os trabalhadores<sup>297</sup>.

É fato que os governos que tiveram lugar no Brasil durante o período democrático mantiveram uma relação amistosa com o movimento operário. O próprio João Goulart, ao ser nomeado ministro do trabalho, declarava, em carta ao presidente da república:

(...) Na Consolidação das Leis do Trabalho todo trabalhador tem o seu código de direitos e deveres. Na medida em que cumprir os seus deveres, cabe-lhe exigir o respeito aos seus direitos, para a existência do perfeito equilíbrio entre o capital e o trabalho, num clima de paz social e prosperidade geral. (...) <sup>298</sup>

Em relação às entidades sindicais, o ministro declarava ainda:

Cada trabalhador sindicalizado, portanto, pode e deve transformar-se num consciente e eficiente colaborador das autoridades do Ministério do Trabalho, trazendo-lhes ao conhecimento, com coragem e espírito público, toda infração aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho. É certo que a lei proíbe a participação direta dos trabalhadores na fiscalização das leis do trabalho. Isso, porém, não significa a imposição de uma atitude passiva de alheamento à própria sorte da legislação de proteção do trabalho, na qual o mais interessado é o próprio trabalhador. Assim, não há impedimento legal à louvável e necessária cooperação dos trabalhadores com as autoridades, levando ao conhecimento destas o nome das empresas faltosas em relação às leis trabalhistas, para que se faça sentir o poder corretivo da fiscalização (...) <sup>299</sup>.

O discurso de João Goulart neste trecho é esclarecedor. Ele consegue demonstrar de forma sintética o tipo de relacionamento que o Estado procurava construir com o movimento operário.

O ministro clama pelo cumprimento da legislação, lembrando-se das limitações que ela impõe à atuação dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, deixa claro que esta lei está do

<sup>296</sup> Grifo meu. As aspas foram colocadas para indicar que esta ideia de que o Estado impõe um modelo de organização sindical pode ser relativizada, já que estudos, como os de Angela de Castro Gomes, apontam para o fato de que muitas das características da legislação sindical estão estreitamente ligadas às demandas operárias do período que antecede a década de 1930.

<sup>297</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio da e FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 56.

<sup>298</sup> Carta de João Goulart ao presidente da República Getúlio Vargas. Arquivo Pessoal de João Goulart. CPDOC-FGV. p. 1.

<sup>299</sup> Idem. p. 2.

lado deles. Que a mesma havia sido feita para protegê-los, para garantir os seus direitos e que será empregada contra aqueles que não respeitarem esses direitos.

A fala de João Goulart representa a ação do Estado tomando partido da classe operária. Ele chama os trabalhadores para atuarem junto com o Estado pela defesa de seus direitos. Para muitos, trata-se de um discurso manipulador, enganador. O Estado estava, naquele momento, procurando cooptar os trabalhadores para desviá-los da luta por seus reais interesses. Esta teria sido a marca do sindicalismo do período democrático.

No entanto, deve-se considerar que nem a classe operária fora tão passiva diante das tentativas de manipulação, nem muito menos o Estado tão generoso com a causa operária. Em 1946, durante o governo Dutra, foi instituído o Decreto-lei 9.070 que regulamentava, de forma restritiva, o direito de greve:

Considerando que o Estado, por meio de organizações públicas deve assegurar amplas e plenas garantias para uma solução pronta e eficaz dos dissídios coletivos,  
**DECRETA:**

Art. 1º Os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho.

Art. 2º A cessação coletiva do trabalho por parte de empregados somente será permitida, observadas as normas prescritas nesta lei.

§ 1º Cessação coletiva do trabalho é a deliberada pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores de uma ou de várias empresas, acarretando a paralisação de todas ou de algumas das respectivas atividades<sup>300</sup>.

Não obstante, a concepção de que o sindicalismo brasileiro no pós-1930 se rendeu ao projeto populista, não se pode negar que durante a década de 1950 ocorreu a consolidação de um projeto inerente à origem do trabalhismo que era o de fazer do sindicato uma base da militância política do PTB visando a competir com o PCB pelo posto de partido representante da causa operária e buscando absorver no interior do PTB os operários sob influência comunista<sup>301</sup>.

O projeto governista de determinar as regras da organização sindical se concretizou, mas o fato do Estado criar a legislação não significa que os trabalhadores estavam submissos a elas. Muitas foram as críticas feitas pelo movimento sindical às normas impostas a sua organização. Além do mais, o fato de Estado e lideranças sindicais concordarem em alguns pontos não chega a ser nenhum pecado.

<sup>300</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm)>.

<sup>301</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In.: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio da e FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 61.

Estudos recentes sobre História Social do trabalho apontam que os trabalhadores procuraram sim utilizar a boa relação que tinham com elementos do governo e com o Ministério do Trabalho, como instrumento de pressão em suas negociações com o patronato.

Isso não bastaria para concluir que o Ministério do Trabalho teria a devoção inabalável dos trabalhadores: quando a atuação desta instituição não cumpria o que era tomado como sua função, recebia ofícios, telegramas e cartas expressando o descontentamento, enfrentava greves, bem como outras formas de pressão<sup>302</sup>.

Em seus trabalhos, Jorge Ferreira chama atenção para o fato de que as leis trabalhistas foram criadas durante um governo ditatorial e, portanto, desprovido de legitimidade. Sendo assim, a formulação dessa legislação se estabeleceu na ideologia da outorga e na valorização do trabalhador como necessário. Nesse caso, o Estado cunhou sua autoimagem, fazendo com que os trabalhadores o identificassem como guardião de seus interesses materiais e simbólicos<sup>303</sup>.

Isso não significa dizer que a população e, principalmente, os trabalhadores passaram a interpretar sua realidade social a partir das novas ideias dominantes propagadas pelo Estado. Muitas vezes, o que ocorre é que o dominado utiliza o discurso do dominador em proveito próprio<sup>304</sup>.

Em carta encaminhada a Getúlio Vargas, por ocasião de sua posse como ministro do trabalho, João Goulart declarava:

Este Ministério tem um programa de amplas realizações, o qual não será possível sem a colaboração das classes trabalhadoras. Na certeza e que poderei contar com essa colaboração, espero levar avante uma política de realizações da paz social, firmada nos princípios de mutua dependência do capital e do trabalho<sup>305</sup>.

Em sua fala, Jango faz um apelo aos trabalhadores para que estes atuem junto com o Ministério do Trabalho e não contra ele. As realizações em prol dos trabalhadores só poderiam ser feitas na medida em que esta aliança pudesse se firmar. E na mesma carta, o ministro deixou claro a sua concepção sobre o papel das lideranças sindicais:

Pondo em relevo o papel que os líderes sindicais podem desempenhar no apoio à política trabalhista do Governo, faço um apelo ao seu indispensável auxílio, sem o qual não será possível o êxito deste empreendimento que tem como finalidade primordial o cumprimento fiel das leis do trabalho e a defesa e proteção do trabalhador brasileiro<sup>306</sup>.

---

<sup>302</sup> Idem. p. 64.

<sup>303</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-1945)*. 7 Letras. Rio de Janeiro, 2011.p. 30.

<sup>304</sup> Idem. p. 33.

<sup>305</sup> Carta de João Goulart ao presidente da república Getúlio Vargas. Op. Cit. p. 2.

<sup>306</sup> Idem. p. 3.

O estabelecimento de uma relação de proximidade entre os membros do governo e a classe operária, com apelos a sua colaboração e a sua atuação como aliada do governo na construção da paz social demonstra, ao mesmo tempo, que nem sempre os trabalhadores atuavam em consonância com o Ministério do Trabalho e que o governo contava com a atuação das lideranças sindicais para construir esta ponte de acesso aos trabalhadores.

Angela de Castro Gomes foi pioneira na problematização da interpretação que considera que o estreitamento das relações entre o Estado e os sindicatos tenha gerado uma identidade alheia à classe operária.

Em várias partes do mundo, os direitos trabalhistas foram conquistados através da luta e da organização dos trabalhadores que pressionaram o Estado para que este criasse uma legislação que atendesse as suas demandas. Ou seja, foi preciso um longo e desgastante embate entre operários e o Estado para que esse reconhecesse e estabelecesse os direitos do trabalhador.

Já no Brasil, deu-se um processo, no que concerne à organização sindical em que coube ao Estado elaborar a legislação, antes mesmo que o processo de industrialização se firmasse e se aprofundasse.

Como demonstra Angela de Castro Gomes, o próprio Ministério do Trabalho, criado por Vargas, procurava alardear a ideia de que no Brasil o trabalhador obteve por outorga do poder público, sem lutas, os benefícios que os outros povos conseguiram à custa de tantos sacrifícios. Coube ao Estado, então, o papel de “fazer progredir o povo” esclarecendo os trabalhadores e criando neles o espírito associativo que não possuíam<sup>307</sup>. Essa leitura, no entanto, não pode ser tomada como verdadeira, pois existia uma conexão entre as demandas operárias do final do século XIX e início do século XX e o discurso estatal dos anos 1930.

Na introdução de sua obra *A invenção do Trabalhismo*, a autora apresenta o trecho de um artigo do *Jornal Echo Popular*, de 1890, que descreve a síntese da visão que o operariado tinha de si mesmo: uma ética de trabalho, a figura do trabalhador como homem honesto e sofredor, a centralidade do seu papel econômico na criação das riquezas do país, a sua importância na sociedade e a naturalidade de sua cidadania<sup>308</sup>.

Esses são os elementos pautados em uma visão positiva do ato de trabalhar com as próprias mãos, que foram rearticulados pelo discurso trabalhista na década de 1930 e inseridos dentro de um contexto que se pretendia distante de atuação operária: essa visão teria

---

<sup>307</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op. Cit. p. 222.

<sup>308</sup> Idem. p. 25.

surgido no ato de criação da legislação trabalhista pelo Estado, que se colocava como o outorgante da mesma.

A dissociação entre a legislação elaborada pelo Estado e as demandas operárias das primeiras décadas do século XX pode ser explicada por uma leitura peculiar que se faz da trajetória do movimento operário no Brasil.

Sobretudo nos anos 1980, quando o “novo” sindicalismo procurava legitimar sua atuação no cenário sindical, ocorreu uma idealização das mobilizações operárias da Primeira República, tidas como mais conscientes e extremamente combativas. Esse perfil de organização foi entendido pelos “novos” sindicalistas como sendo o ideal para a conquista das demandas operárias<sup>309</sup>.

Desta forma, valoriza-se a influência das correntes anarquistas sobre o movimento operário, ao mesmo tempo em que se associavam as lideranças do PCB ao stalinismo e a uma orientação política que, sobretudo no período da Guerra Fria, empurrou o movimento operário para uma política de colaboração.

Mas é importante assinalar que os anarquistas exerceram pelo menos alguma influência em toda a América Latina. Embora muitos anarquistas duvidassem da eficácia da atuação dos sindicatos, alguns, mesmo compartilhando dessas ressalvas sobre o potencial revolucionário dessas entidades, juntaram-se a essas organizações com o argumento de que elas ofereciam um local seguro para a propaganda e de que era possível orientar suas lutas para direções revolucionárias<sup>310</sup>.

Nesse sentido, a corrente anarquista que desempenhou um papel muito relevante nos primeiros anos do século XX foi o anarco-sindicalismo. Qualquer que tenha sido sua fraqueza estratégica, essa corrente teve grande importância porque se tornou uma doutrina, ao mesmo tempo, proletária e revolucionária<sup>311</sup>.

Podemos considerar que, nos primeiros anos do século XX, os anarquistas no Brasil aceitavam o sindicato como uma forma legítima de organização, o que gerou uma aproximação entre os correligionários desta ideologia e o movimento operário. As

---

<sup>309</sup> É muito cara aos chamados “novos” sindicalistas a ideia de que no período democrático o movimento operário foi vítima da manipulação das dirigências pelegas e comprometidas com as negociações com as classes patronais e o governo. Diante de tal característica, é difícil imaginar que eram as ações espontâneas desencadeadas pelas bases que regiam a prática sindical. Em muitas ocasiões, os sindicatos não foram capazes de controlar os trabalhadores que detonaram greves a despeito da orientação mais cautelosa das dirigências. Diante de tais acontecimentos, os sindicatos ou aderiam, tardiamente, a esses movimentos, ou simplesmente não participavam das negociações, o que na maioria das vezes atrasava as negociações.

<sup>310</sup> SPALDING JR., Hobart A.; HALL, Michael. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina – 1880-1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – Da Independência até 1870*. São Paulo, EDUSP; Brasília, FENAG, 2001, vol IV

<sup>311</sup> Idem. p. 300.

características desta ideia alheia a qualquer tipo de hierarquia e, por conseguinte, a organizações partidárias é o fato que possibilita uma leitura de que neste período os operários não estavam submetidos a qualquer tipo de dominação partidária ou manipulações de dirigentes. De acordo com este olhar de memória produzida nos anos 1980, o período anterior ao Governo Vargas pode ser identificado como um longo período de legitimidade das mobilizações operárias, o que se relacionaria intrinsecamente com a influência anarquista.

Trata-se de um enquadramento de memória já que os limites da ação operária, sob influência dos anarquistas, não chega a ser considerado. O importante no contexto de criação do “novo” sindicalismo é enfatizar que em um determinado momento da história, os operários conseguiram empreender lutas legítimas, guiados exclusivamente por sua consciência e sem as manipulações de quaisquer lideranças.

A dimensão de que a Primeira República foi um período marcado pela predominância de um sindicalismo aguerrido e “manifestamente mais ideológico”, é criticada por Francisco Palomanes Martinho. O pesquisador considera que esta imagem serviu muito para desqualificar a classe trabalhadora, bem como suas lideranças sindicais, no período pós-1930<sup>312</sup>.

Trata-se de uma visão que associa o movimento operário à atuação de quadros estrangeiros, cuja prática estava impregnada de ideologias anticapitalistas, oriundas da Europa<sup>313</sup>. Segundo essa perspectiva, após 1930, a valorização do operariado brasileiro trouxe a predominância de um trabalhador oriundo do campo e, por isso, mais suscetível à manipulação ideológica empreendida pelos líderes sindicais ligados aos governos populistas<sup>314</sup>.

Essa distinção, entre o operário brasileiro e o operário estrangeiro, não chega a se sustentar, pois muitos estudos já demonstraram que o imigrante tinha uma origem também rural, o que prejudica a formulação de uma imagem de trabalhador europeu formado nas tradições de lutas operárias, relacionadas às ideologias socialista e anarquista<sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Trabalho e Identidade Nacional no Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.19, n. 12. p. 137-158.

<sup>313</sup> De acordo com Michel Hall e Hobart A. Spalding Jr. É claro que alguns imigrantes traziam de sua terra de origem alguma experiência política e muitos líderes haviam desempenhado papéis importantes nos movimentos trabalhistas de seus países, mas poucos militantes consideraram alto o nível de experiência política dos imigrantes. In: HALL, Michel; SPALDING JR., Hobart A. Op. Cit. p.292.

<sup>314</sup> Essa questão foi aprofundada no primeiro capítulo deste trabalho por conta do balanço historiográfico que apresentou essa interpretação mencionada.

<sup>315</sup> BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (organizadores) *O Brasil Republicano vol. 1. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

Cria-se, portanto, a ideia de que a legislação proposta pelo Estado, nos anos 1930 estabelecia uma ruptura com as demandas da classe operária e não uma conexão intrínseca com ela. Conexão esta que configura o principal motivo do sucesso que esta legislação alcançou diante dos trabalhadores.

Ao procurar estabelecer comparações com o processo de criação da legislação trabalhista em outros países, acaba-se por desprezar o que há de intrínseco à nossa história. A leitura marxista, ou aquela que valoriza o surgimento das correntes anticapitalistas em associação com as lutas operárias, acaba ignorando a visão que o trabalhador brasileiro tinha de si mesmo e de sua condição enquanto ator social.

Para alguns acadêmicos, a derrubada da sociedade capitalista e burguesa termina por se configurar como a única demanda legítima do movimento operário. No entanto, esta leitura não fora compartilhada pelo trabalhador brasileiro que, como agente ativo de sua história, possuía outra visão de sua condição<sup>316</sup>.

Nesse caso, a imagem que se tinha do trabalhador e do trabalho tinha maior centralidade. No Brasil, a valorização do trabalho passava pelo combate a uma cultura de estigmatização do mesmo como herança da escravidão. O trabalho era visto como algo degradante e o Estado Novo fez um esforço para construir uma cultura de valorização e exaltação do trabalho, ressaltando sua importância e a do trabalhador para o progresso da nação.

Além da legislação trabalhista, dos discursos de exaltação do trabalho e dos trabalhadores proferidos por Vargas em diversas ocasiões e das aulas sobre a legislação feitas pelo ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho no programa de rádio *A Voz do Brasil*, podemos citar a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no sentido de censurar todo tipo de produção cultural que exaltasse a malandragem e a boêmia por se tratarem de estereótipos antagônicos ao do trabalhador. Muitos compositores que outrora compuseram sambas que exaltavam a malandragem foram instados a compor sambas de exaltação do trabalho e da rotina regular e disciplinada do trabalhador. A letra do samba “O bonde de São Januário”, de Ataulfo Alves, é o exemplo mais clássico que ilustra essa questão:

---

<sup>316</sup> Para Berrington Moore Jr., não se pode estudar a história da luta dos trabalhadores, baseando-se na premissa marxista de que esta é uma classe revolucionária. Ao fazer isso, acabamos enquadrando sentimentos e comportamentos de atores sociais em categorias teóricas predeterminadas que, na verdade, não fazem sentido nas vidas desses atores. MOORE Jr., Berrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1983.

“Quem trabalha é quem tem razão/Eu digo e não tenho medo de errar/O bonde de São Januário/Leva mais um operário:/Sou eu que vou trabalhar”<sup>317</sup>.

Por conta disso, a atuação do Estado englobava várias políticas públicas, dentre as quais podemos considerar a implementação da organização sindical. A base da relação de união entre Estado e o trabalhador teria como alicerce a atuação dos sindicatos, fato que explica o surgimento de leituras negativas acerca da atuação sindical que passou a existir neste contexto. Trata-se de uma visão que não considera este modo de atuação que compactua com as ações do Estado (ou mesmo, uma atuação de conciliação e não de enfrentamento com o Estado) legítimo ou mesmo adequado aos interesses da classe operária.

A relação corporativa entre o Estado e os sindicatos se amparou na ideia de colaboração e harmonia de classes, paz social com a existência de um governo como árbitro entre o capital e o trabalho<sup>318</sup>. Baseado nesta concepção, o Estado concebia uma legislação sindical que impunha limites à organização sindical, proibindo a existência de entidades verticais que unissem várias categorias de trabalhadores, por exemplo. Podemos perceber que o Estado procurava estabelecer um mecanismo de controle seu na organização sindical.

A fundação do Comando Geral dos Trabalhadores nos 1960, assim como a tentativa do PCB de criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores nos anos 1940<sup>319</sup>, corrobora a leitura de que o sindicalismo pré-1964 não esteve totalmente subordinado ao corporativismo e que sua trajetória não fora linear como sugerem muitas interpretações acadêmicas sobre o tema.

Existem exemplos de ações sindicais que distanciam o movimento operário de uma leitura que o toma como um mero instrumento utilizado pelo Estado corporativista. O que ocorre é que essas interpretações estão intrinsecamente ligadas a leituras que, de alguma maneira, criticam o próprio governo, ou os governos, que tiveram o apoio da classe trabalhadora. Em entrevista a Lucilia Delgado, Clodsmidt Riani menciona uma discordância entre membros do sindicato e sua direção:

(...) nós representando os sindicatos naquela comissão de salários, nós divergimos do comportamento da diretoria e do comportamento dos companheiros da comissão. Então, nós chegamos ao sindicato e esclarecemos tudo aos trabalhadores (...) <sup>320</sup>.

<sup>317</sup> <[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materiais=281](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materiais=281)>.

<sup>318</sup> In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. (organizadores). *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Paz e Terra. São Paulo, 1996. p.76.

<sup>319</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. Cit. p. 37.

<sup>320</sup> Entrevista de Clodsmidt Riani. Núcleo de História Oral do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1986.

Essa fala indica também que as ações das direções sindicais não eram cegamente aceitas pelos trabalhadores que não eram passivos diante de sua atuação. Nas análises dos defensores da teoria do populismo, segundo o viés histórico-marxista, a classe operária aparece sempre passiva diante das decisões e posicionamentos políticos das lideranças sindicais. As lideranças sindicais por sua vez, funcionaram como agentes de um Estado que intencionava controlar os trabalhadores e limitar sua atuação, impedindo uma organização livre e consciente.

A perspectiva é problemática por dois motivos: primeiro, como bem demonstra o depoimento de Riani, a ideia de que existia uma relação de obediência direta entre trabalhadores e as lideranças sindicais. Em segundo lugar, seria a ideia de que as lideranças sindicais teriam estabelecido um pacto com o Ministério do Trabalho e agiam única e exclusivamente dentro das normas estabelecidas por este organismo sem nunca se chocar com o governo.

O apoio do movimento operário ao governo existia. Em 1959, os estivadores de Santos se negaram a exportar qualquer tipo de carne, pois só o fariam quando voltassem a vê-la nos açougues a preços acessíveis. Tratava-se de uma ação para colaborar com o governo na luta pela contenção do custo de vida<sup>321</sup>.

Em agosto de 1961, em meio à crise política desencadeada pela tentativa de se barrar a posse de João Goulart, ocorreram greves tratadas no plural por terem acontecido em diversas categorias, embora sem um comando unificado e com durações diferentes<sup>322</sup>. Em julho de 1962, ocorreram movimentos grevistas organizados pela CNTI com o intuito de pressionar o governo pela formação de um ministério nacionalista.

Seria possível citar outros exemplos de participação dos trabalhadores em movimentos organizados sob iniciativa de dirigentes nacionalistas, mas basta observar a sólida adesão e a ampla participação dos trabalhadores em várias greves. Os apelos de Jango pela diminuição da radicalização chegaram a ser atendidos pelo movimento sindical durante seu governo. Porém, prevalecia o “apoio com independência”, sem esbarrar em uma suposta falta de consciência e de propósito das lideranças sindicais, nem muito menos em uma manipulação das bases promovida por dirigentes engajados em um projeto populista de manipulação<sup>323</sup>.

---

<sup>321</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In::Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 65.

<sup>322</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (organizador). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. APERJ/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2003. p.137.

<sup>323</sup> Idem. p. 76.

Além disso, não se pode deixar de mencionar os encontros e desencontros entre a dinâmica do movimento operário e as orientações dos partidos.

Marco Aurélio Santana mostra que as militâncias sindicais, muitas vezes à revelia de suas direções, que atuaram no período democrático, efetivaram uma aliança que hegemonizou a parcela mais dinâmica e representativa do sindicalismo, dando início a um processo de democratização da estrutura sindical corporativa. Esse processo foi fundamental para que um grande contingente da classe operária pudesse exercer uma participação decisiva na definição dos rumos de sua atuação.<sup>324</sup>

Os trabalhadores demonstravam interesse em lutar ao lado de suas entidades, contanto que estas demonstrassem disposição em defender seus interesses. E quando as lideranças discordavam das bases, estas, por sua vez, também não se intimidaram em atropelar seus representantes. Não era difícil observar trabalhadores denunciando a hesitação de suas lideranças sindicais, apontando-as como submissas e colaboracionistas<sup>325</sup>.

No ano de 1948, o PCB lançou um manifesto em que chamava o governo Dutra de “depositário de todas as forças reacionárias a serviço do imperialismo”. No plano sindical, a orientação do partido era que os sindicalistas assumissem a defesa da liberdade e da autonomia sindicais<sup>326</sup>.

Nesse contexto, o PCB chegou a recomendar que seus militantes deixassem de atuar nos sindicatos e procurassem criar associações independentes e sem vinculação com o Estado. Tal orientação gerou o fenômeno da dupla militância: o quadro do partido atuava tanto no sindicato quanto nas organizações independentes.

Isso ocorria porque, muitas vezes, esses militantes passaram a vida engajados na construção e na democratização desses sindicatos. Helio da Costa considera, portanto, o envolvimento político e pessoal dos militantes com seus sindicatos. Abandoná-los representava a negação de sua própria história ou mesmo da sua identidade política<sup>327</sup>.

Sendo assim, o que está se procurando questionar aqui é: até que ponto a noção de que o chamado “velho” sindicalismo foi desmobilizador, pouco identificado com os interesses

---

<sup>324</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FFERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (organizadores). *As Esquerdas no Brasil vol. 2 Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

<sup>325</sup> COSTA, Hélio. *Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo. (1943-1953)*. In: Idem, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da; FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Op. Cit. p. 99 e 105

<sup>326</sup> Idem. p. 106/107.

<sup>327</sup> Idem, *Ibidem*. p. 109.

reais da classe trabalhadora, mais ligado à conciliação com os patrões e governantes pode se sustentar? Como ele pôde mobilizar tantas greves, especialmente na década de 1960?<sup>328</sup>

#### 4.1. O Governo Jango e o CGT

A história do CGT acabou se interligando com a história do governo Goulart. Tratando-se de uma enorme insatisfação para os setores conservadores, as lideranças do CGT eram recebidas no Planalto pelo presidente e reconhecidas como legítimas interlocutoras de importantes dirigentes partidários. Segundo Caio Navarro de Toledo, a imprensa considerava o CGT o “quarto poder”, alardeando a ideia de que João Goulart pretendia instaurar uma “República sindicalista” no Brasil<sup>329</sup>.

Longe de negar a grande importância do movimento sindical neste contexto, não se pode exagerar a influência do CGT no governo Jango. Durante muito tempo, o presidente procurou manter uma postura de conciliação entre interesses conservadores e progressistas. Fato é que esta entidade defendia posições radicalizadas e em muitos momentos acabou entrando em conflito com o presidente, exigindo a implementação imediata das reformas, sobretudo a reforma agrária.

No início de 1962, no auge do desgaste do sistema parlamentarista, o presidente viu crescer o apoio à antecipação do plebiscito dentro do Exército. Com essa adesão, o Congresso se viu pressionado a aprovar a antecipação da consulta popular<sup>330</sup>.

Em uma importante demonstração de apoio ao governo, o movimento sindical interrompeu a campanha salarial de 1962, canalizando as energias para a campanha do plebiscito que poderia restaurar o regime presidencialista no país.

A relação entre trabalhadores e governo muitas vezes foi de reciprocidade de apoio político. Quando Clodsmidt Riani<sup>331</sup> assumiu a presidência da CNTI após derrotar

---

<sup>328</sup> Com relação a esse questionamento, podemos citar o artigo de Thomas Jordan que contesta a ideia de que a CLT tenha impedido os sindicatos de atuarem como defensores genuínos de seus associados e se empenhavam em atrair novos quadros através de serviços assistências, mas procuraram também usar a lei para expandir a jurisdição do sindicato, promovendo uma redefinição do sindicalismo corporativo ao dar espaço para discussões educacionais e culturais, além das de cunho fabril. In: JORDAN, Thomas. Redefinindo o sindicalismo corporativo nos anos 50: o caso do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Cad. AEL*. v.11, n. 20/21, 2004.

<sup>329</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o Golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá.(organizadores) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. São Paulo. Edusc, 2004.

<sup>330</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. p. 307.

<sup>331</sup> Clodsmidt Riani era mineiro e membro atuante do movimento sindical. . Um dos fundadores e primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Energia Elétrica de Juiz de Fora, em 1954 foi indicado pelo ministro do Trabalho, João Goulart (1953-1954), para integrar a Comissão do Salário Mínimo de Minas Gerais. Em 1960, tornou-se presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em um

Diocleciano de Holanda Cavalcante<sup>332</sup>, na presidência da entidade há mais de uma década e representante da ala ministerialista, o então presidente João Goulart não negou seu apoio. O *Jornal do Brasil*, no dia 13 de dezembro de 1961, noticiava a presença do presidente na cerimônia de posse<sup>333</sup>:

O presidente João Goulart prometeu, ontem, comparecer à cerimônia de posse da nova Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, marcada para 13 de janeiro. Os eleitos na chapa chamada Renovação e Unidade encarregaram o Sr. Eduardo de Oliveira de elaborar o programa das comemorações de posse<sup>334</sup>.

A despeito das leituras que consideram uma atuação do Estado no sentido de manipular os trabalhadores através da atuação dos sindicatos e, sobretudo, apesar da chapa derrotada nas eleições da CNTI ser conhecida como a chapa dos ministerialistas, em uma clara alusão à sua proximidade com o Ministério do Trabalho, o presidente se dispôs a comparecer à cerimônia de posse da nova diretoria. Essa atitude comprova outras leituras acerca da postura mais dialógica assumida pelo governo em relação aos trabalhadores durante o período democrático, postura essa que se deve muito à atuação de João Goulart, seja como ministro, vice-presidente ou presidente.

A legislação permitia que o Ministério do Trabalho realizasse intervenções nos sindicatos, fato que não é verificado por ocasião da derrota da chapa ministerialista. Tal posicionamento gerou críticas:

“O Ministro Franco Montoro distribuiu ontem, nota à imprensa, classificando de radicalmente inverídica” a notícia de que a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria teria sido entregue, por ‘manobra preparada no

---

congresso em que foi aprovada sua proposta de formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade que deveria reunir todos os sindicatos brasileiros. In:

<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/clodesmidt\\_riani](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/clodesmidt_riani)>.

<sup>332</sup> Diocleciano de Holanda Cavalcante também era mineiro e a partir de sua experiência como empregado em uma fábrica de meias passou a se dedicar à atividade sindical, tornando-se posteriormente um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Paulistas em Indústrias de Malhas. Após a instauração do Estado Novo em 1937, passou a articular nos meios político e sindical as bases da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), finalmente constituída em julho de 1946. A partir do início do segundo governo de Getúlio Vargas, em 1951, instalou-se uma conjuntura política mais favorável à atuação das organizações sindicais. Ao mesmo tempo em que a CNTI ganhava maior liberdade de ação, Deocleciano passou a exercer uma forte influência sobre o Ministério do Trabalho. Considerado pela grande imprensa uma expressão marcante do fenômeno do “peleguismo” na política trabalhista brasileira, Deocleciano Holanda Cavalcanti permaneceu à frente da CNTI por 16 anos ininterruptos desde sua fundação. Em 1962, entretanto, desistiu de concorrer à presidência da entidade e Heraci Fagundes Wagner, seu candidato à sucessão, foi derrotado pelo opositor Clodesmidt Riani.

In: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-deocleciano-holanda>>.

<sup>333</sup> É importante salientar o fato de que Clodesmidt Riani pertencia a uma chapa considerada de oposição à ala apoiada pelo Ministério do Trabalho. Portanto, a presença do Presidente da República em sua cerimônia de posse demonstra, ao mesmo tempo, a importância que João Goulart dava ao movimento sindical, assim como sua postura de não intervenção política nas entidades sindicais. Lembrando que a intervenção do Ministério do Trabalho é uma prerrogativa prevista pela CLT.

<sup>334</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1961. p. 2.

Ministério do Trabalho’, a elementos do Partido Comunista, como afirmou o Governador Carlos Lacerda em discurso na Associação Comercial. “O Ministério do Trabalho – diz a nota – não teve qualquer interferência nas eleições da CNTI, que se processaram nos termos da Lei, pela livre manifestação do voto dos representantes das diversas Federações Sindicais”<sup>335</sup>.

A ascensão de uma diretoria que não estava diretamente ligada ao Ministério do Trabalho chamava a atenção de setores conservadores. Políticos, como Carlos Lacerda, que faziam oposição ao governo Goulart e, sobretudo, se opunham ao estilo próximo aos movimentos sociais característico do presidente, associavam a vitória da chapa encabeçada por Riani na CNTI como uma prova de que o governo compactuava com ideias comunistas.

De fato, Goulart procurou dialogar com os movimentos sociais de esquerda. Sempre fora visto como um político que lutava pelos interesses do povo. E, diante da crise com a qual teve de lidar ao assumir a presidência, não poderia deixar de lado o apoio daqueles que apoiaram a campanha da Legalidade.

Para as direitas, o ideal seria que o presidente se apartasse dos movimentos sociais, mas Goulart, mesmo na presidência, persistiu na sua postura usual de proximidade com os trabalhadores e líderes sindicais.

O Presidente João Goulart declarou aos líderes sindicais, ontem, ao recebê-los no Palácio do Planalto, que os trabalhadores podem estar tranqüilos, porque as instituições democráticas serão mantidas. – Os operários não desejam a ditadura e são também contra o golpe. Eu sozinho manteria a ordem, ao lado dos trabalhadores – acrescentou. O presidente, que manifestou seu apoio à aprovação do abono de Natal, do salário-família e das reformas de base, disse que “as classes trabalhadoras – hoje, graças a Deus, mais politizadas – poderão através de meios de expressão democráticos, construir um governo à altura das necessidades do país (...). Os trabalhadores têm o direito de ir às ruas e às praças públicas defender suas reivindicações e seus ideais”<sup>336</sup>.

Quando Tancredo Neves renunciou ao cargo de primeiro-ministro, João Goulart viu nesta situação uma oportunidade de promover o desgaste do regime parlamentarista. Indicou o nome de San Tiago Dantas para o cargo, mas logo passou a sabotar a própria indicação. Para Argelina Figueiredo, as posições moderadas de Dantas em relação às reformas de base e seu compromisso com o parlamentarismo poderiam ser um entrave a suas pretensões de retomar o presidencialismo<sup>337</sup>.

Os setores conservadores do Congresso vetaram o nome de Dantas e Goulart, acatando imediatamente o veto, indicou um conservador para a pasta: o presidente do Senado Auro Moura Andrade.

<sup>335</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1961. p. 8.

<sup>336</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1962.

<sup>337</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Op. Cit. p. 304.

A reação do movimento sindical à aprovação do nome de Auro Moura Andrade foi imediata. Um grupo de sindicalistas, dentre os quais estava Dante Pellacani, reuniu-se com dirigentes da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e do fórum Sindical de Debates com a ideia de deflagrar uma greve geral, permitindo que Jango pudesse organizar um ministério progressista. A CNTI fez a mesma coisa. Auro Moura Andrade logo renunciou.

Em manifesto ao País, vários líderes sindicais declararam que os operários não se conformam ‘com um conselho de Ministros indicados à revelia dos trabalhadores e das forças populares e progressistas’, e advertem que a greve geral continua em cogitação, a fim de que seja formado um gabinete democrático e nacionalista.<sup>338</sup>

O presidente chegou a fazer um apelo pela não decretação da greve, mas ela foi levada a cabo mesmo assim:

O governador Leonel Brizola conversou, também com o Sr. Gilberto Crockrat de Sá, assessor trabalhista do Presidente João Goulart, que já se encontrava na CNTI. O Sr. Gilberto Crockrat de Sá disse ao Governador pelo telefone: — o esquema inicial não era esse. A turma não pode controlar mais e a greve foi mesmo decretada<sup>339</sup>.

A greve durou apenas 24 horas, mas foi tempo suficiente para gerar inquietação nos opositores do presidente que não viam com bons olhos sua proximidade diante dos movimentos sociais. O então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, declarou: “Greve é esforço de minoria que quer se impor”<sup>340</sup>.

A estratégia de desgaste do parlamentarismo dera certo. No final do ano de 1962, a defesa do plebiscito ganhou força, inclusive entre os seguimentos militares. Com o apoio dos movimentos sociais, a antecipação do plebiscito foi aprovada pelo Congresso.

Diante da vitória nas urnas, o presidente continuou com seus esforços para a efetivação de uma política de diálogo e entendimento entre os partidos que até então sustentaram a República brasileira: o PSD e o PTB. Sua intenção era conseguir a aprovação das reformas através de acordos, pactos e compromissos entre as partes<sup>341</sup>.

O posicionamento do presidente seguia uma lógica de que a aprovação das Reformas de Base seria o caminho mais conveniente para um presidente que só tomara posse devido a um amplo movimento em defesa da legalidade e das instituições democráticas. No entanto, sua vitória avassaladora no plebiscito levou as esquerdas a um posicionamento divergente: o

<sup>338</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1962. p. 3.

<sup>339</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 5 de julho de 1962. p. 3.

<sup>340</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 6 de julho de 1962.p.4.

<sup>341</sup> FERREIRA,Jorge. *João Goulart. Uma Biografia*.Op. Cit. p. 323.

de que a vitória do presidente nas urnas expressava o seu grande apoio popular, o que estimulou a adoção de posicionamentos cada vez mais radicalizados<sup>342</sup>.

A criação da Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, agravou a situação. Grupos como a UNE, o CGT, a CNTI, o PUA e a CONTEC recusavam seu apoio à política de conciliação adotada por João Goulart, dificultando ainda mais a viabilização das Reformas<sup>343</sup>.

Outro ponto de inflexão entre o governo e os movimentos sociais seria o Plano Trienal. Elaborado por Celso Furtado (ministro extraordinário do Planejamento) e implementado por San Tiago Dantas (ministro da Fazenda), o plano que visava à reestruturação econômica encontrou forte resistência da classe trabalhadora.

O CGT exigia reajuste de pelo menos 70% no salário mínimo enquanto que a proposta do ministro da Fazenda, baseado na tentativa de se estabelecer a austeridade econômica, chegava ao máximo de 55%. O editorial de capa do *Jornal do Brasil*, intitulado “Inconveniência” destacava:

Os dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores resolveram redigir manifesto à Nação (e entregar uma cópia ao Presidente João Goulart), dizendo que o Plano Trienal impõe sacrifícios às massas sem, no entanto, exigir sacrifícios idênticos dos investidores estrangeiros, dos proprietários de terras, dos exportadores de café e dos poderosos grupos da indústria. (...) Esses dirigentes sindicais começam errando ao condenar, antes de mais nada, o Plano Trienal. Deviam perceber que se o Plano Trienal exige sacrifícios bem maiores seriam os sacrifícios reclamados da inflação (...)<sup>344</sup>.

Diante do impasse, Goulart procurou reduzir sua dependência em relação ao CGT para viabilizar o avanço do Plano Trienal. Para tanto, apoiou a UST (União Sindical dos Trabalhadores), liderada por sindicalistas moderados e contrários à linha de atuação do CGT. No entanto, a pressão exercida pelo CGT foi tão grande que o presidente se viu obrigado a recuar. O episódio permitiu que o sindicato organizado pela aliança comunista-trabalhista saísse fortalecido e o CGT seguia na sua crítica implacável da política de conciliação do presidente com o PSD<sup>345</sup>.

O Presidente João Goulart conseguiu, ontem, depois de vários contatos telefônicos com a Guanabara, restabelecer o diálogo das cúpulas sindicais brasileiras com o Ministro Almino Afonso, titular da Pasta do Trabalho. Esse diálogo foi interrompido quando o Ministro recusou-se a receber, em seu gabinete, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Sr. Clodsmidt Riani, e os membros da Comissão Executiva do Comando Geral dos Trabalhadores, Sr.

---

<sup>342</sup> Idem. p. 324.

<sup>343</sup> A relação entre o CGT e seu apoio ao projeto de Reforma Agrária será aprofundada no próximo capítulo.

<sup>344</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 6 de fevereiro de 1963.

<sup>345</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Op. Cit. p. 330.

Benedito Cerqueira, e o do Pacto de Unidade e Ação, Sr. Oswaldo Pacheco. Isso no mesmo dia em que declarava aos jornais que iria incentivar a sindicalização para acabar com “a figura sinistra do pelego”<sup>346</sup>.

A situação do presidente não era nada fácil. Quando procurava aprovar as Reformas através do diálogo na câmara era acusado de conciliador pelos movimentos sociais que o apoiaram durante toda a sua carreira política. Quando se aproximava desses movimentos, afastava o apoio dos grupos mais conservadores do PSD aos seus projetos de Reformas.

A falta de solução para o impasse começava a gerar reflexos negativos. A missão do FMI em visita ao Brasil presenciou campanhas pelo aumento salarial. A inflação estava na casa dos 25% e os ministros responsáveis pelo Plano Trienal eram alvo de duras críticas por parte das esquerdas. Diante deste quadro, o FMI recuou nas negociações pelo refinanciamento da dívida brasileira<sup>347</sup>.

O presidente João Goulart vivia uma situação muito complicada frente a suas bases sociais. Trabalhadores e sindicalistas castigados pela inflação exigiam ações mais enérgicas do presidente no tocante à realização das Reformas de Base<sup>348</sup>. Vendo-se sem saída, o presidente buscou uma reaproximação com estes setores. Iniciava-se, assim, um processo de radicalização política no país.

No entanto, reforçando a ideia de que a trajetória do CGT manteve sua independência em relação ao então presidente João Goulart, pode-se mencionar a oposição manifestada por esta entidade ao pedido realizado pelo presidente ao Congresso para a instauração do estado de sítio, em outubro de 1963. Segundo Hércules Corrêa:

(...) Se partiu para dizer que o Jango era um governo de conciliação com reação. Então um governo que era evidentemente aliado ao movimento sindical nosso em uma série de coisas, ele começou a ser tachado por setores do movimento sindical como um governo de conciliação com reação. (...) Isso contribuiu para enfraquecer o governo de Jango e, portanto, a força da reação. (...)<sup>349</sup>

A força do movimento sindical era considerável. O CGT, apesar de não ser uma entidade oficial, tinha grande relevância no cenário político. Nas eleições para a direção da CNTI, o grupo ligado à fundação do CGT tinha como certa sua reeleição, como noticiava o *Jornal do Brasil*<sup>350</sup>. A chapa de oposição tinha o apoio do assessor sindical da Presidência da República, o Sr. Crockatt de Sá. Dias depois de noticiar o quadro favorável à aliança trabalhista-comunista nas eleições da CNTI, o *Jornal do Brasil* anunciou sua reeleição.

<sup>346</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1963. p.3.

<sup>347</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma Biografia*. Op. Cit. p. 331.

<sup>348</sup> Idem.p. 341.

<sup>349</sup> Entrevista de Hércules Corrêa. Núcleo de História Oral da UFMG, 1986.

<sup>350</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 1º de Janeiro de 1964. p. 10.

Diante do aprofundamento da crise política, o CGT passou a assumir posições cada vez mais radicalizadas, o que pode explicar o seu desmantelamento após o golpe de 1964.

O melhor caminho para acabar com a inflação é realizar as reformas de estrutura reclamadas por todo o nosso povo, a começar pela reforma agrária, pelo monopólio de câmbio e pela liquidação dos privilégios desfrutados pelas empresas estrangeiras.<sup>351</sup>

O presidente, mesmo ao se reaproximar dos movimentos sociais, pendia para uma postura mais moderada de atuação no sentido de obter a aprovação das reformas. Para tanto, tentava dialogar com os grupos que davam apoio ao seu governo, tentando atraí-los para a adesão de seus projetos econômicos e políticos. O governador do estado de Pernambuco, Miguel Arrais, chegou a atuar nesse sentido, entregando cópia do programa de San Tiago Dantas aos dirigentes do CGT.

Segundo a orientação do Presidente da República nesse sentido, o CGT deverá oferecer suas possíveis restrições e sua colaboração no aperfeiçoamento do programa, num encontro com a data ainda a ser marcada entre o Sr. San Tiago Dantas, o Presidente da República e as lideranças sindicais<sup>352</sup>.

O posicionamento do CGT em relação ao governo Goulart era bastante peculiar. Ao mesmo tempo em que apoiava o presidente e seu programa de Reformas de Base, a entidade discordava de suas posições politicamente moderadas. Com relação ao projeto de reformas de San Tiago Dantas, o *Jornal do Brasil* anunciava que a entidade apoiaria o plano, mas ressaltava que ainda tinha muito a acrescentar ao projeto<sup>353</sup>. A radicalização dos grupos de esquerda aumentava<sup>354</sup>.

O Deputado Leonel Brizola afirmou, ontem, no Sindicato dos Operários Navais de Niterói, que o Presidente João Goulart perdeu duas oportunidades de ter o Poder nas mãos, sendo a principal a da época da renúncia do Sr. Jânio Quadros, “quando ele deveria ter instalado do Governo no Rio Grande do Sul, dissolvido o Congresso e convocado uma Constituinte”<sup>355</sup>.

A essa altura, o posicionamento do presidente era o de proximidade cada vez maior com os movimentos sociais que se radicalizavam. Continuava a receber e a dialogar com

<sup>351</sup> Panfleto, o jornal do homem da rua. Op. Cit.. p. 6.

<sup>352</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1964. p.4. Nesta edição também foi noticiada a visita realizada pelo governador Miguel Arrais a João Mangabeira, ocasião em que também teria se encontrado com Lis Carlos Prestes.

<sup>353</sup> *Jornal do Brasil*. 22 de janeiro de 1964. p. 3.

<sup>354</sup> Análises recentes sobre essa conjuntura demonstram que a radicalização política ocorreu de ponta a ponta, ou seja, tanto a esquerda quanto a direita entraram em um clima de radicalização e de inflexibilidade, ainda que as esquerdas tenham sido movidas pela convicção de que lograriam êxito devido a vitórias consecutivas diante das tentativas de golpe em 1954, 1955 e 1961.

<sup>355</sup> *Jornal do Brasil*. 1º de fevereiro de 1964. p.3.

lideranças sindicais sem, no entanto, abandonar as tentativas de conciliação com os grupos ligados ao centro pessedista.

(...) o Presidente João Goulart passou a concentrar-se nas últimas horas no objetivo de recuperar o equilíbrio que ele receia haver perdido entre as classes conservadoras e alguns setores da área popular, a partir da expedição da Instrução 263. Como primeiro passo, o Sr. João Goulart restabeleceu o diálogo com o CGT, o PUA e a Frente de Mobilização Popular e passou a estudar fórmulas para ampliar o esquema de San Tiago Dantas (...)<sup>356</sup>.

Na tentativa de somar esforços para a obtenção da aprovação das Reformas pelas vias legais, o presidente com o apoio do deputado San Tiago Dantas buscava atrair a esquerda radical para as ações de conciliação.

O Deputado San Tiago Dantas afirmou ontem ao Jornal do Brasil, após seu encontro com os dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, que não perdeu a esperança de ver o Deputado Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular integrados no esquema da Frente Única.<sup>357</sup>

A intensificação do movimento grevista no período do governo João Goulart, a destacada participação do movimento operário – sob a liderança do CGT – no cenário político brasileiro e a ideia de que o presidente era um aliado daqueles que pretendiam levar o país na direção da instalação de uma república sindicalista são elementos que estão diretamente relacionados com a articulação do golpe efetivada pelos setores de direita.

A despeito desta leitura, pode-se afirmar que João Goulart não era comunista. Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira demonstraram que a carreira política de João Goulart se pautou em uma tradição de negociação com os movimentos sociais, sobretudo o movimento operário. Esses autores, analisando o período em que Jango foi Ministro do Trabalho, durante a Presidência de Vargas, ressaltam a abertura que foi dada a negociações entre as demandas operárias e os empresários.

Em depoimentos trabalhados por Ferreira e Gomes, muitos são depoentes que reforçam o fato das portas do ministro estarem sempre abertas aos trabalhistas e sindicalistas e afirmam também que o Jango sempre alegava não ser comunista e que “não contassem com ele para fazer socialismo”. Esta é uma questão importante, pois a postura de Jango em relação ao movimento sindical foi o principal argumento daqueles que o acusavam de ser comunista.<sup>358</sup>

<sup>356</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1964. Capa.

<sup>357</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1964. Capa.

<sup>358</sup> In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

A exposição acima não constitui uma tentativa de negar a influência que o movimento sindical exercia no governo Goulart, especialmente através da atuação de lideranças expressivas nas organizações operárias como é o caso de Clodsmidt Riani. Em depoimento a Lucilia de Almeida Neves Delgado, o ex-presidente do CGT conta como os operários tinham espaço para apresentar suas aspirações políticas, chegando até mesmo a vetar indicações de ministros.

(...) Falei: não, nós só falamos com o doutor João Goulart. O problema se não tiver solução, a greve estoura. Por enquanto, nós estamos segurando por um fio. Resultado: consegui. O Jango mandou que a gente fosse lá. (...) então conversei com o Jango direitinho a solução. E o [Berta], que era o presidente da Varig, ele tinha problema com o movimento sindical, sabe? Então, como é que ele ia ser ministro da Viação e Obras Públicas? Não tinha condições. Então, tinha que vetar mesmo, tem que brigar.<sup>359</sup>

Segundo Lucilia Delgado, as grandes mobilizações estariam mais ligadas à ação de lideranças sindicais expressivas. Faltaria ao CGT uma política de base consistente capaz de sustentar o movimento na ausência de suas lideranças. Este teria sido, segundo esta autora, a principal causa do esfacelamento da entidade após o golpe civil-militar de abril de 1964.

O sucesso do golpe de 1964 se tornou um importante ponto de referência para os que estudam a história do movimento operário brasileiro. Acredita-se que o ocorrido naquele ano foi fruto do colapso do populismo. Uma vez que os mecanismos de controle social criados por esse tipo de governo deixaram de ser eficazes, coube a execução de uma intervenção mais dura.

Contudo, neste trabalho, abordaremos esta questão de outra forma. Entendendo que a queda de João Goulart em 1964 está ligada ao impasse que o acirramento das posições políticas levou o país. E uma vez instalada a ditadura, saía de cena um governo que dialogava com o movimento operário e entrava em cena um regime que colocaria uma violenta repressão desses atores em prática.

#### 4.2. A ditadura e o movimento operário

A atuação das organizações operárias em torno da defesa das Reformas de Base foi de grande importância. Os setores que articularam o Golpe de 1964 sabiam disso e trataram de tomar as devidas providências para impossibilitar a criação de qualquer foco de resistência dentro do movimento.

---

<sup>359</sup> Cf. Depoimento de ClodsmidtRiani, prestado a Lucilia de Almeida Neves Delgado, em 11 de janeiro de 1991. Disponível no site do Núcleo de História Oral da UFMG.

A legislação trabalhista inaugurada durante a Era Vargas, representada pela CLT, deixava a cargo do Ministério do Trabalho a decisão de intervir nos sindicatos, vetando candidaturas, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores<sup>360</sup>.

A permanência, durante o período democrático, de governos que se baseavam em discursos de cooperação com a classe trabalhadora, como foi demonstrado, garantiu a não intervenção direta do governo nos sindicatos. No caso específico do governo Jango, foi praticada uma política de negociação com os líderes sindicais, até então, inédita em nossa história política<sup>361</sup>. Foi justamente essa postura do presidente que dava grande espaço para a atuação da classe operária, representada pelas lideranças sindicais, uma das disposições mais combatidas pelos grupos que engendraram o Golpe Civil-Militar de 1964, colaborando para a associação de sua imagem ora com o populismo varguista (ameaça de construção de uma república sindicalista) ora com um governo fraco que possibilitaria, através desta prática, a ascensão do comunismo<sup>362</sup>.

Após o Golpe, no entanto, as disposições da CLT que davam amplos poderes de intervenção ao governo, através da atuação do Ministério do Trabalho, foram utilizadas para imprimir uma dura política de repressão ao movimento operário<sup>363</sup>, que tanta importância teve na fase anterior ao Golpe e que atuava em sentido contrário aos interesses dos grupos de direita que tomaram o poder em 1964. Foram 433 entidades sindicais que sofreram intervenção direta do governo militar, sendo 383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações<sup>364</sup>.

---

<sup>360</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo no Brasil após 1930*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003. p. 48.

<sup>361</sup> Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira em seu artigo “Jango, o movimento sindical e as esquerdas” demonstra que a carreira política de João Goulart se pautou em uma tradição de negociação com os movimentos sociais, sobretudo o movimento operário. Neste artigo, Ferreira foca no período em que Jango foi Ministro do Trabalho, durante a Presidência de Vargas e na abertura que foi dada a negociações entre as demandas operárias e os empresários. Nos depoimentos que se apresentam no final do artigo, muitos são aqueles que ressaltam o fato de as portas do ministro estarem sempre abertas aos trabalhistas e sindicalistas. Eles afirmam vigorosamente que o ex-presidente sempre alegava não ser comunista e que “não contassem com ele para fazer socialismo”. Este é um ponto importante, pois a postura de Jango em relação ao movimento sindical foi o principal argumento daqueles que o acusavam de ser comunista. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

<sup>362</sup> Em artigo, Ricardo Mendes mostra que os anticomunistas não desencadearam uma feroz campanha de oposição a Jango por acreditarem que ele era um comunista, mas sim por entenderem que seu governo estava cercado de um profundo reformismo, representado pelo PTB o que poderia viabilizar a tomada de poder por parte dos comunistas. In: MENDES, Ricardo. *As direitas e o anticomunismo do Brasil (1961-1965)*. *Revista Locus*. Juiz de Fora. EDUFJF, 2003. p. 5.

<sup>363</sup> Segundo dados apresentados por Marcelo Badaró Mattos, em *O Sindicalismo no Brasil após 1930*, a cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares, os famosos IPM's, contra os dirigentes sindicais cassados, também faziam parte da estratégia de repressão. MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 50.

<sup>364</sup> Alguns autores como Marcelo Ridenti, Ricardo Antunes, acreditam que a dura repressão dirigida ao movimento operário era uma condição necessária para que o novo regime pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil. Ver: ANTUNES, Ricardo; RIDENTI,

Em edições dos dias subsequentes ao Golpe, o *Jornal do Brasil* noticiava a “normalização” da situação nas grandes cidades:

Os diversos setores de trabalho que haviam sido paralisados durante os últimos acontecimentos políticos, devido a greve geral decretada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, voltaram ontem na Guanabara à normalidade (...). Enquanto isso as sedes das entidades sindicais do Estado permanecem protegidas por soldados da Polícia Militar e de Vigilância em cumprimento às ordens do Secretário de Segurança Pública Coronel Gustavo Borges. O paradeiro de líderes sindicais do CGT é ignorado até pelos seus familiares.<sup>365</sup>

Essa perspectiva de normalidade pode estar relacionada ao fato de que o *Jornal do Brasil* assumiu posição favorável ao governo militar. Além disso, em muitas ocasiões, este periódico recriminou a atuação dos trabalhadores, assim como o papel de liderança do CGT na condução das lutas pelos avanços políticos e sociais. Ficava explícito o ponto de vista de que a aproximação entre o presidente Goulart e os trabalhadores trazia instabilidade ao cenário político do país.

A ditadura trataria de executar uma política de intervenção que visava a deixar o movimento operário acéfalo, apartado de suas lideranças e sem uma diretriz clara de atuação, especialmente, de resistência<sup>366</sup>. Na documentação do Fundo DPS, da Divisão de Polícia Política e Social, encontra-se cópia do *habeas corpus* impetrado por Evaristo de Moraes, solicitando a soltura dos principais líderes do CGT, dentre eles: Raphael Martinelli, Hércules Corrêa e Dante Pellacani.

De acordo com Reis, as forças conservadoras entenderam que se fazia necessário aproveitar o momento para engendrar a destruição da tradição trabalhista – marcada pelas lutas sociais e pelas relações entre lideranças sindicais, líderes governistas e Ministério do Trabalho. Para tanto, todos os meios seriam válidos, inclusive o da desmoralização e desqualificação desta tradição. Dessa forma, segundo o autor, o trabalhismo foi rebatizado, passando a ser chamado populismo<sup>367</sup>.

A partir de 1964, a cassação de lideranças populistas e a revogação dos preceitos e práticas populistas passaram a fazer parte das preocupações e ações dos governos militares<sup>368</sup>.

Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*. v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez., 2007.

<sup>365</sup> *Jornal do Brasil*. 3 de abril de 1964. p. 3.

<sup>366</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs) O Brasil republicano vol. 4. *O Tempo da Ditadura – Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 260.

<sup>367</sup> REIES, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 346. Neste sentido, tanto a direita quanto a esquerda atribuíam a responsabilidade do Golpe ao populismo.

<sup>368</sup> Idem, p. 347.

Circulava ontem nos corredores da Polícia Central, que o deputado Hércules Corrêa, Presidente do CGT, esteve refugiado, anteontem no próprio recinto da Assembléia Legislativa, protegido pelo Deputado José Gomes Talarico. A polícia está realizando diligências para a captura do parlamentar comunista<sup>369</sup>.

O movimento operário brasileiro sofreu um duro golpe com as ações da ditadura, que se utilizou da legislação trabalhista para criar uma série de mecanismos que pudessem esfriar os ânimos do movimento sindical. Em meio às medidas tomadas pelo governo está a proibição das greves, o controle dos índices de reajuste salarial, o fim da estabilidade após dez anos de serviço, dentre outras<sup>370</sup>.

Os reflexos dessas ações políticas para a classe trabalhadora foram bastante negativos. Com o movimento operário desarticulado após ser objeto de forte represália, o governo militar colocou em prática seu plano de controle dos índices de inflação baseado no arrocho salarial. Estima-se que, ao final da década de 1970, o salário mínimo representava apenas 60% do que era no início da década de 1960.

Não foram poucos os especialistas em economia que, em 1964, defendiam o aumento da distribuição de renda, para que se observasse um modelo de crescimento econômico autossustentado que garantisse aos trabalhadores o aumento do seu poder aquisitivo, possibilitando que consumissem aquilo que produziam. Esse modelo de gestão econômica ficou conhecido na década de 1960 como Reformas de Base<sup>371</sup>.

Os liberais, no entanto, acreditavam que uma maior intervenção do Estado na economia não era apenas equivocada como também representaria o excesso de poder exercido pelo mesmo. A raiz do problema para esses teóricos estaria no que chamavam de populismo econômico, que não seria eficaz no tocante a criar o clima apropriado para o avanço dos investimentos privados no Brasil<sup>372</sup>.

Para os especialistas do complexo IPES/IBAD, o peso crescente da máquina do Estado se fazia sentir na inflação, o que ocasionava o desvio de recursos da produção para a especulação. Ao jogarem a culpa da inflação na iniciativa privada, afirmavam que os membros do complexo, nacionalistas e governo pretendiam desviar a atenção do verdadeiro problema: a corrida desenvolvimentista, empreendida pelos governos anteriores, que teriam

---

<sup>369</sup> *Jornal do Brasil*. 3 de abril de 1964. p. 5.

<sup>370</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 52.

<sup>371</sup> PRADO, Luis Carlos Delorme; SÁ ERP, Fábio de. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucília. Op. Cit. p.212.

<sup>372</sup> Idem.

financiado esse processo com recursos oriundos da agricultura e provocado a falência do setor agrícola brasileiro<sup>373</sup>.

Essa explanação se faz necessária, pois há indícios de que as duas propostas acabaram coexistindo ao longo dos governos militares. Mendes demonstra que a relação entre desenvolvimentismo e bem-estar, assim como planejamento e bem-estar, estavam presentes no pensamento de algumas correntes militares de direita. Para os militares, planejamento estatal e industrialização eram considerados como partes importantes na estratégia para superar os antagonismos de classe e a “aplicação coordenada dos recursos de uma nação”. Não obstante, os governos militares demandavam a subordinação total do movimento sindical ao Estado<sup>374</sup>.

Mas qual seria o papel destinado à classe operária nesse processo? A equipe econômica que integrava o governo Castelo Branco tinha a missão de controlar a inflação a qualquer custo. A tarefa de reverter o quadro inflacionário que tendia a um contínuo aumento seria penosa e, em agosto de 1964, foi divulgada a estratégia governista para o controle inflacionário e a estabilização econômica: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O objetivo do plano era, simultaneamente, acelerar o crescimento e conter a inflação.

Além das outras medidas tomadas para combater o aumento da inflação<sup>375</sup>, o PAEG também previa um mecanismo de reajustes salariais que não gerasse “pressões inflacionárias”<sup>376</sup>. Para Prado e Sá Erp, tal mecanismo implicou em uma despolitização das negociações salariais e dependia também de uma maior flexibilização do sistema de contratação e demissão da mão-de-obra, o que gerou a substituição da estabilidade e do sistema de indenizações vigentes na época pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Para concretizar tais reformas, a intervenção nos sindicatos se fazia primordial para evitar a eclosão de greves e o aumento de uma oposição sistemática às ações do regime civil-militar.

Podemos observar, desse modo, que o movimento operário foi cercado por todos os lados: repressão e intervenções somadas a uma conjuntura de recessão econômica, da qual a inflação era o principal vilão além da política econômica do governo que traria grandes

<sup>373</sup> MENDES, Ricardo Antônio de Souza. Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2003. p. 2.

<sup>374</sup> Idem, p.7.

<sup>375</sup> Refiro-me a medidas que visavam a diminuir o déficit público, controlar as dívidas do Estado e também racionalizar as políticas de créditos, uma vez que o PAEG não se constituía como um plano baseado meramente no arrocho salarial. PRADO, Luis Carlos Delorme; SÁ ERP, Fábio de. Op. Cit. p. 214.

<sup>376</sup> PRADO, Luis Carlos Delorme; SÁ ERP, Fábio de. Op. Cit. p. 215.

prejuízos à classe, deixariam os trabalhadores em uma situação delicada. Isso sem esquecer a perda da estabilidade empregatícia, que trouxe um clima de grande apreensão para os trabalhadores. Ainda em abril de 1964, o *Jornal do Brasil* noticiava que o “Govêrno não reconhece a existência de entidades espúrias”.

O Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Sussekind, assegurou ontem, em reunião com presidentes de federações de trabalhadores vinculados ao grupo indústria, que o Govêrno considera ilegais (...) a fundação ou existência de “agrupamentos de entidades de trabalhadores espúrias”. Depois de citar e enumerar alguns desses agrupamentos que se formaram no País, tais como o CGT e o PUA, o Ministro Arnaldo Sussekind esclareceu que o propósito do Govêrno (...) é eliminar essas associações (...)<sup>377</sup>.

Os representantes do Governo Civil-Militar, ao contrário daqueles que derrubaram, não estavam dispostos a negociar com os trabalhadores os termos de uma ação que não os esmagassem<sup>378</sup>. Não só os trabalhadores que perderam seus empregos foram colocados em xeque. Os que conseguiram manter seus postos de trabalho passaram a conviver com o medo da espionagem e da presença dos “dedos-duros” e agentes do Dops que agiam no interior das fábricas denunciando os trabalhadores ligados ao sindicato e aos movimentos de contestação<sup>379</sup>.

O sindicalismo foi vítima de um golpe certeiro. Os sindicalistas cassados, perseguidos ou foragidos, mal tinham condições de defenderem a si mesmos. Muitas foram as denúncias lançadas sobre eles: corrupção, subversão, dentre outras. A ditadura tratou de destituir as lideranças sindicais não apenas politicamente, mas também moralmente<sup>380</sup>. Segundo Santana, o Golpe de 1964 iniciou, para as lideranças do PTB e do PCB, uma nova trajetória de prisões, banimento, exclusão, fugas e também a sujeição à violência policial<sup>381</sup>.

Em sua primeira visita a uma fábrica, em uma celebração do 1º de maio, o general Castelo Branco anunciava que a participação do trabalhador no crescimento da economia era

<sup>377</sup> *Jornal do Brasil*. 10 de abril de 1964. p. 5.

<sup>378</sup> O trabalho de Maria Celina D’Araujo, Celso Castro e Gláucio Soares deixa claro que houve uma convivência, em todos os momentos do Regime Civil-Militar, entre correntes moderadas e radicais (constantemente apresentadas como sorbonistas ou castelistas e linha dura, respectivamente) no interior do Exército. Estes autores afirmam que a ascensão ao poder de um grupo ou outro pode ser descrita como a “substituição de predominância de ‘duros’ por outro de ‘moderados’ e vice-versa”. Está claro, portanto, que, entre os anos 1968 e 1973, houve um claro recrudescimento do regime – até porque se trata de um período de predominância dos “duros” – o que se refletiu, principalmente, em uma dura repressão ao movimento operário. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Volta aos Quartéis. Memória militar sobre a Abertura*. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995. p. 24.

<sup>379</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Depois daquele limo: os termos do divórcio entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: FREIXO, Adriano de; MUEÑTAL FILHO, Oswaldo de Freitas; VENTAPANE, Jaqueline (organizadores). *Tempo negro, temperatura sufocante. Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro. Editora da PUC - Rio. Contraponto, 2008. p. 165.

<sup>380</sup> Idem, p. 166.

<sup>381</sup> In: SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. “Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Revista Tempo*. n. 7. Março de 1999.

central, pois sem ela nada seria possível<sup>382</sup>. Quanto aos baixos salários e ao aumento no índice de desemprego, ele alegava que conforme os trabalhadores colaborassem com a produção receberiam, em contrapartida, a “austeridade patronal”, que compartilhariam desde que se empenhassem com esmero em seus afazeres, os benefícios. O reflexo, óbvio, seria o aumento do salário.

O governo também acabou por tirar do Ministério do Trabalho o poder de legislar sobre os reajustes salariais e contribuía para que as empresas mantivessem o arrocho.

A despeito da ofensiva do governo, alguns movimentos no final da década de 1960 demonstravam a insatisfação dos trabalhadores com as medidas. Greves ocorreram, apesar da proibição, protestando contra as intervenções e reivindicando o fim do arrocho salarial<sup>383</sup>.

Especialmente no ano de 1968, que conheceu uma reascensão dos movimentos sociais, o movimento operário demonstrou sua insatisfação com sua situação diante do governo militar. Ano em que o Ato Institucional nº 5 foi baixado, foi o momento em que o movimento operário mostrou o porquê também deveria ser uma preocupação para os detentores do poder. Foi nesse ano que se pôde ver que os sindicatos demonstraram não apenas a sua capacidade de sobreviver à repressão empreendida pelo regime, mas também sua capacidade de se recompor.

A partir de 1968, observa-se a eleição de muitas direções sindicais desfavoráveis ao governo Costa e Silva, além da incidência de greves como a dos metalúrgicos de Contagem, que pararam a produção em abril daquele ano, seguidos pelos operários da indústria automobilística do ABC Paulista. Na comemoração do 1º de maio, as oposições sindicais expulsaram o governador de São Paulo da época, Abreu Sodré, do palanque. Em julho, ocorreu uma nova greve dos metalúrgicos de Contagem<sup>384</sup>.

O presidente chegou a declarar à *Revista Veja* que “nenhuma minoria sindical iria tirar proveito das vicissitudes de alguns trabalhadores com a inflação”<sup>385</sup>. A repressão governamental se abateu de forma truculenta sobre os sindicatos, que observaram mais de 100 cassações após a divulgação do AI-5. O ministro do Trabalho da época alegou que nenhum dirigente sindical que fosse incapaz de manter a disciplina e o enquadramento com a ordem social vigente seria mantido no cargo.

---

<sup>382</sup> Quem cita o fato é Antonio Luigi Negro, que fala da vista de Castelo Branco ao parque industrial da Usiminas em Ipatinga. In: NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 167.

<sup>383</sup> Podemos citar a greve que ocorreu em Contagem, em abril de 1968, e outras duas ocorridas em Osasco, uma em 1967 e outra em 1968. Além de uma série de outros pequenos movimentos restritos aos mais diversos ambientes fabris. MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 60.

<sup>384</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 177.

<sup>385</sup> Idem, p. 177.

Os movimentos sociais cresceram e tiveram grande importância no cenário político no início dos anos 1960. Sobretudo o movimento operário viveu um período de protagonismo durante o governo Goulart. A criação do CGT foi o auge dessa fase. Diante de um governo interessado em dialogar com os trabalhadores, as entidades sindicais procuraram estabelecer uma atuação sindical mais autônoma em relação às disposições da CLT.

A ditadura militar, no entanto, alterou a linha de atuação em relação ao movimento sindical. As negociações com os trabalhadores deram lugar a uma dura e violenta repressão que acabou por dismantelar o CGT, além de outros grupos ligados às manifestações de esquerda e também ao governo Goulart.

#### 4.3 Considerações Finais

Este capítulo se voltou para a análise das relações entre os sindicatos e o estado Brasileiro. A legislação trabalhista brasileira começou a ser implantada pelo Estado Vargas ainda nos anos 1930. Com a finalidade de intermediar as relações entre trabalhadores e patrões, o governo Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que atuaria, ao mesmo tempo, regulamentando a criação dos sindicatos e exercendo certo controle sobre eles.

Muitas interpretações sobre a atuação sindical neste período entendem que a aproximação dos sindicatos com o Estado teria interferido de maneira negativa na formação de um movimento operário autônomo. Além disso, considera-se também que proximidade tão grande com alguns governos, ao longo do período democrático, em especial com o governo João Goulart, devia-se à atuação de lideranças sindicais “cupulistas”.

No entanto, é possível abordar esta questão através de outro ângulo. Quando Goulart era Ministro do Trabalho, durante a presidência de Getúlio Vargas, deixava claro em alguns de seus discursos a sua noção de que a legislação impunha limites à atuação dos sindicatos, mas reforçava que esta mesma legislação estava ao lado dos trabalhadores e os conclamava a uma política de colaboração.

O fato é que a legislação fora mesmo criada para propiciar o controle do Estado sobre o movimento sindical e a não utilização dos mecanismos de intervenção dependiam da perspectiva do governo. Durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, foi criada a Lei 9.070 que restringia o direito de greve ao submeter os dissídios coletivos à conciliação prévia ou às decisões da Justiça do Trabalho.

Não obstante, ao longo do período democrático, os trabalhadores construíram boas relações com os governos que se seguiram. Vargas era o promotor da legislação trabalhista, Juscelino Kubitschek fora eleito presidente tendo João Goulart que construíra sua carreira com base em uma boa relação com os trabalhadores, como vice-presidente e Jânio Quadros foi presidente por apenas oito meses.

O Estado tinha um projeto de transformação dos sindicatos em espaço de militância do PTB, buscando se afirmar na disputa pela influência política neste meio com o PCB. Para tanto, utilizou o discurso da outorga, defendendo que a legislação trabalhista era fruto de sua ação.

Isto não significa dizer que os trabalhadores compartilhavam desta mesma leitura. O movimento sindical buscava, na maior parte do tempo, uma boa relação com o Estado, mas esta boa relação não pode ser confundida com obediência cega. Como pontuou Jorge Ferreira, uma coisa é o discurso proferido pelo Estado e outra é a percepção que os trabalhadores têm desta fala.

Dessa forma, é importante aprofundar as relações estabelecidas entre o CGT e o governo João Goulart no qual a entidade se formou. Segundo suas lideranças, o CGT estabelecia com Jango uma relação de apoio com independência.

A abertura dada pelo presidente aos representantes do CGT era do conhecimento da sociedade da época. Caio Navarro de Toledo chega a se referir à entidade como o quarto poder e não eram raras as críticas expressas pela mídia acerca do espaço que o presidente reservava a esses líderes.

De um lado, não se pode exagerar a importância que Goulart dava ao CGT, visto que ele procurou, durante um bom tempo, conciliação com setores mais conservadores do Congresso, a fim de aprovar a lei da Reforma Agrária. De outro, não se pode deixar de lado o fato de que em muitos momentos a atuação do CGT – assim como de outros movimentos sociais –, com suas greves e posicionamentos, afastou Goulart desse propósito.

Mesmo com a postura de conciliação do governo Jango com os sindicalistas – o que se comprova pelo fato de que nenhuma diretoria de sindicato eleita sofreu qualquer intervenção do Ministério do Trabalho, mesmo quando o resultado do pleito dava vitória aos grupos que não tinham o apoio do governo – não implica na ausência de legitimidade e de representatividade do CGT.

A ditadura foi rápida, violenta e muito eficaz na tarefa de “degolar” o movimento operário, empreendendo dura repressão aos líderes do CGT e decretando a sua ilegalidade. Isso porque reconhecia sua capacidade de mobilização.

## 5 O CGT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ESQUERDA

A prática sindical e partidária nos anos 1960 se amparava em uma complexa rede de interrelações e de elementos estruturais e conjunturais, fazendo com que as lutas sindicais se efetivassem sob uma tripla perspectiva.

Primeiro, por dentro do aparelho do Estado, o que explica a submissão aos “vícios naturais” das práticas clientelistas. Em segundo lugar, também por dentro do aparelho do Estado, mas de alguma maneira utilizando seu aparato administrativo como um instrumento na luta por maior autonomia e reformas sociais. E, em terceiro lugar, por fora do aparelho do Estado, buscando nas organizações da sociedade civil, vinculadas ao Estado em maior ou menor grau, o impulso para a luta que traçaria o perfil de busca de autonomia e de grande defensor da pauta reformista, que foram características marcantes do movimento sindical dessa época<sup>386</sup>.

Interessa nesse capítulo a análise das lutas sindicais que se realizavam para além do aparelho de Estado, portanto, dentro da terceira perspectiva de atuações apresentadas acima, por Marco Aurélio Santana. Será feita uma análise das relações entre o Comando Geral dos Trabalhadores e os movimentos sociais que ganharam força na década de 1960. É fato que a posse de João Goulart na Presidência da República foi um impulso para a ação de movimentos que defendiam o estado de direito e também que apoiavam a implementação das reformas que poderiam fazer o país avançar em uma série de questões.

Segundo Jorge Ferreira, ao assumir a presidência, em 1961, João Goulart teve de responder a pauta histórica das esquerdas e que fora defendida por ele mesmo desde a década anterior. Tratavam-se das Reformas de Base<sup>387</sup>.

As esquerdas marxistas, trabalhistas, socialistas e cristãs, os estudantes, subalternos das forças armadas, outras organizações de trabalhadores urbanos que integraram o CGT, as ligas camponesas e outras organizações de trabalhadores rurais defenderam a bandeira das Reformas de Base na década de 1960.

Todas essas organizações se constituíram como elementos de pressão sobre a classe política brasileira da época na tentativa de impulsionar mudanças importantes para a classe trabalhadora da cidade e do campo.

<sup>386</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (organizadores) *As esquerdas no Brasil. Vol. 2. Nacionalismo e reformismo radical*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>387</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: Idem e REIA, Daniel Aarão. (organizadores) *As Esquerdas no Brasil 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. p.545.

Antes de procurar colocar em prática as Reformas de Base, o governo Goulart procurou estabilizar a economia e, com esta finalidade, criou o cargo de ministro extraordinário do planejamento atribuído a Celso Furtado. Com a expectativa de solucionar os graves problemas econômicos pelos quais passava o Brasil, com destaque para o descontrole inflacionário, Goulart procurou implementar o Plano Trienal.

O referido plano contemplava mudanças no aparelho administrativo, nos sistemas bancário e fiscal e na estrutura agrária, considerando que a já existente era o principal obstáculo para o desenvolvimento do país. No entanto, o plano também se baseava na restrição salarial, limites de crédito e preços, assim como cortes nas despesas governamentais. Todas essas questões afetavam de alguma maneira uma diversidade de grupos sociais<sup>388</sup>.

O sucesso em colocar em prática o Plano Trienal esbarrava no apoio que tanto o setor empresarial quanto os grupos populares dariam ao presidente. Uma vez que o Comando Geral dos Trabalhadores ocupava um lugar dominante no movimento sindical, isso significava a aprovação desta entidade.

A menção ao Plano Trienal deriva do fato de que existia uma relação simbiótica entre o CGT e o governo Goulart. João Goulart buscava contribuir para o fortalecimento do CGT no âmbito do movimento sindical, a fim de conquistar e manter o apoio da classe trabalhadora. Por outro lado, o CGT dependia do patrocínio financeiro (via imposto sindical) e da disposição do governo em não utilizar os instrumentos de controle e coerção sobre os sindicatos contidos na legislação, que era uma prerrogativa sua<sup>389</sup>.

O CGT fazia uma análise otimista da conjuntura e entendia que o momento era propício à intensificação das reivindicações. Portanto, não apoiou o Plano Trienal e reforçou suas relações com outros grupos que também apoiavam as Reformas de Base, julgando-as como a única opção viável para a classe trabalhadora e entendendo que o presidente deveria abandonar uma política, que esta entidade definia como conciliadora.

O *Jornal Novos Rumos* enumerou os pontos principais do manifesto do CGT contra o Plano Trienal: “1 – Govêrno responsável pela carestia; 2 – Ministério não inspira confiança; 3 – Plano Trienal é contra o povo.”<sup>390</sup> E, além disso, destacou:

Os dirigentes dos trabalhadores brasileiros conclamam a luta pelas Reformas de Base – É hora de fazer uma reforma agrária profunda – Aplicar rigorosamente a lei

<sup>388</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993. p. 92.

<sup>389</sup> GRIECO, Júlio Cézsar. *L'Union Fait La Faiblesse: Le Commandement Général de Travailleurs et la Politique Bresiliene – 1962-1964*. These de Doctorat de Troisième Cycle em Sociologie. École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1979. Citado em: FIGUEIREDO, Argelina Chibub. Op. Cit. p. 96.

<sup>390</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14 de fevereiro de 1963. p. 1.

de remessa de lucros – Reduzir as subvenções para os latifundiários do café – Impostos diretos contra os grupos privilegiados – Política externa independente – Respeito ao mandato popular com posse dos eleitos – Trabalhadores não admitirão qualquer retrocesso e se preparam para a greve geral<sup>391</sup>.

Reforçando sua posição contrária ao Plano Trienal, o CGT buscou alianças com outros grupos nacionalistas, pró-reformas, buscando estabelecer uma base ampla de apoio a essa pauta. Isso explica sua adesão à Frente de Mobilização Popular, a FMP, com o objetivo de pressionar o governo pelas reformas. Nesse sentido:

Unidos e organizados nas lutas diárias por nossas reivindicações imediatas – reajustamentos salariais e outras – devemos intensificar os preparativos para permitir a deflagração da greve geral, quando for necessário, sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, reclamando e exigindo a execução dessas aspirações de toda a Nação Brasileira. Unamo-nos a todas as demais forças patrióticas na luta pelas reformas de estrutura e por um Governo Nacionalista e Democrático<sup>392</sup>.

A atuação das esquerdas neste período não foi exatamente homogênea. O PCB, por exemplo, o grande partido marxista de esquerda, havia abandonado a linha sectária e ultrasquerdista que adotara, até aquele momento, passando a reconhecer a questão democrática e a probabilidade de passagem pacífica para o socialismo, além de defender um governo que unificasse operários, camponeses e a burguesia nacional num grande plano reformista.<sup>393</sup>

Seguindo no sentido oposto, a União Nacional dos Estudantes, a UNE, conheceu um período de grande radicalização, sendo as expressões “união operário-estudantil-camponesa” e “revolução” muito frequentes em seus textos. Com presença hegemônica da Juventude Universitária Católica (JUC), a UNE atraía os estudantes mais politizados.

No campo, a maior liderança do movimento, Francisco Julião, passava a interpretar a realidade rural através do processo revolucionário cubano. As lutas se acirravam, sobretudo no Nordeste, e surgiam as Ligas Camponesas.<sup>394</sup>

Segundo Denise Rollemberg, as Ligas Camponesas se expandiram por vários estados do Brasil no início dos anos 1960. Sua existência representava um epicentro de tensões, principalmente por se tratar de uma organização que “pretendia mexer na estrutura fundiária

---

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Idem, *Ibidem*, p. 7.

<sup>393</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Idem e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (organizadores) *O Brasil Republicano. Vol. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 352.

<sup>394</sup> Idem. p. 353.

de um país de tradição colonial, escravista, com um legado baseado no latifúndio”.<sup>395</sup> E o Nordeste era a região que melhor representava este cenário.

O surgimento das Ligas Camponesas coincidiu com os governos Jânio Quadros e João Goulart, que foram marcados pela reação da direita ao crescimento e acirramento dos movimentos sociais de um lado, e o posicionamento do PCB de outro. Nesse sentido, os desafios das Ligas não se limitariam ao enfrentamento com o latifúndio e logo se inseririam no quadro mais amplo de embates travados pelas esquerdas da época, que consideravam não ser possível realizar reformas estruturais profundas com um Congresso majoritariamente conservador.<sup>396</sup>

A situação no campo era de extrema importância, visto que a intensa mobilização nesta área e a questão da Reforma Agrária eram o centro do debate político da época. Essa mobilização em torno da aprovação da Reforma Agrária atingia os proprietários rurais que detinham uma força considerável em um país em que cerca de 50% da população vivia no campo, mesmo após um intenso êxodo para as cidades.<sup>397</sup>

De fato, a realidade do trabalhador do campo era um caso a se considerar. Mesmo após várias tentativas de ampliação da legislação trabalhista ao campo, com a extensão da seguridade social em caso de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária, o avanço das propostas de distribuição de terras com o Decreto 7.916 – que abria caminho para a sindicalização rural – o trabalhador do campo estava longe de ter seus direitos garantidos pela legislação vigente.<sup>398</sup>

Estabelecer-se-ia uma aliança entre o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e as organizações de esquerda revolucionárias que, com o apoio dos sargentos, iniciavam uma campanha pela aprovação do programa reformista e nacionalista.

Na esteira desses acontecimentos despontava a liderança de Leonel de Moura Brizola e as ações dos nacional-revolucionários, como se definiam seus seguidores. Seu nome passou

---

<sup>395</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Mauad. Rio de Janeiro, 2001. p. 14.

<sup>396</sup> Idem. p. 15.

<sup>397</sup> GRYNSPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (organizadores) *O Brasil Republicano. Vol.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. p. 319.

<sup>398</sup> Marcus Dezemone demonstra que a CLT chegou a ser uma importante solução jurídica para os conflitos entre donos de terras e trabalhadores rurais, tendo um impacto maior do que se imagina no campo. Mas, evidentemente, fazia-se necessária uma legislação própria para o trabalhador rural. DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura políticacamponesa. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (organizadores). *História Social do Campesinato*. Tomo II: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

a ser relacionado ao que mais da esquerda havia no trabalhismo brasileiro e sua atuação se dava no sentido de unificar esse segmento em torno de sua liderança.

É nesse contexto, no final de 1963, que surgiria a Frente de Mobilização Popular (FMP), reunindo as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base: CGT, CNTI, PUA, UNE e CONTEC. O esforço era no sentido de ajudar João Goulart a reaver seus poderes presidenciais e permitir, através de seu apoio, que ele pudesse colocar o projeto esquerdista em prática.<sup>399</sup>

Diante deste cenário de mobilização das esquerdas, as classes dominantes só viram anarquia e subversão comunista. Assim, interpretaram a legítima reivindicação de operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, por uma expansão da democracia política e a realização de reformas substanciais no capitalismo brasileiro.<sup>400</sup>

Ocorria, naquele momento, um amplo debate ideológico que se dava entre os órgãos governamentais e os partidos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas, jornais etc. Nesse sentido, o Golpe que ocorreu em 1964, procurava estancar a democracia que se expressava na demanda pela ampliação da cidadania para trabalhadores e para o povo. Tratava-se de um cenário político inédito na história do Brasil.<sup>401</sup>

O Golpe de 1964 foi um movimento reativo e insuflado pelo medo, principalmente das camadas médias e altas da sociedade: insegurança em relação à economia, apreensão ocasionada pelas ondas grevistas que paralisavam os serviços públicos e o temor de que a organização das classes baixas e dos movimentos sociais pudesse significar a proximidade de uma revolução social.<sup>402</sup>

Seguir-se-á uma análise das relações políticas entre o CGT e outras organizações de esquerda que defendiam a ampliação de direitos e lutavam por elas nas ruas, contribuindo para o clima de insegurança que permeava o imaginário das classes alta e média brasileiras.

### 5.1. “Nacionalistas” VS “pelegos”: a luta pela liberdade de filiação internacional

Antes mesmo da fundação do CGT, a comissão que organizou o III Congresso Sindical Nacional, ocorrido entre 11 e 14 de agosto de 1960 – promovido pelo Ministério do

<sup>399</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. Op. Cit. p. 355.

<sup>400</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (organizadores) *O golpe a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. EDUSC. São Paulo, 2004. p. 68.

<sup>401</sup> Idem. p. 72.

<sup>402</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: Idem, REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Op. Cit. p. 179.

Trabalho e com a adesão de quadros do PCB<sup>403</sup> – inseriu entre os pontos de discussão do conclave:

(...) a reforma do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 159 da Constituição<sup>404</sup>, conquista da plena autonomia e liberdade sindical; relações do movimento operário e sindical nacional com outros países do mundo e a criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país.<sup>405</sup>

As organizações sindicais brasileiras eram filiadas apenas à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e à sua regional latino-americana, a Organização Internacional de Trabalhadores (ORIT) de orientação norte-americana.<sup>406</sup>

Os então chamados “pelegos oficiais”, como eram denominados os dirigentes ligados ao Ministério do Trabalho que ainda controlavam a CNTI, uma vez que não conseguiram impedir a realização do Congresso, participaram dele se posicionando contra a livre filiação dos sindicatos a órgãos internacionais, permanecendo da maneira que estavam filiados somente a CISOL e a ORIT.

De outro lado, os “nacionalistas”, defendiam não só a criação de uma central sindical, mas também a filiação das entidades sindicais brasileiras à Federação Sindical Mundial (FSM) e ao seu órgão regional a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), ambas de orientação comunista.<sup>407</sup>

Vale destacar que os nacionalistas disputaram a direção da CNTI com os “pelegos” e derrotaram Diocleciano Cavalcante, através de uma aliança entre quadros ligados ao PCB e ao PTB.

Conhecido militante do PCB e futuro dirigente do CGT, Hércules Corrêa considerava:

O movimento sindical atual continua marcado pelo clima de guerra fria [sic]. A maior internacionalização da economia capitalista e a nova divisão internacional do trabalho, embora criando outra realidade, não consegue amainar a guerra fria [sic] nas relações sindicais internacionais. O sindicalismo norte-americano praticado no exterior é cada vez mais ostensivamente anticomunista e defensor do capital

<sup>403</sup> Conforme consta no capítulo 4 deste trabalho, o apoio do ministério pode estar relacionado a uma expectativa de João Goulart de que uma unidade sindical contribuísse para a formação de uma ampla base política.

<sup>404</sup> Este artigo estabelecia a livre associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo Poder Público. In: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

<sup>405</sup> Antônio Chamorro – “O III Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores”, *Revista Brasiliense*, n. 31, 1960, págs. 82-83. Citado por COSTA, Sergio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Editora do Grêmio Politécnico. São Paulo, 1981. p. 28.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> Idem, *Ibidem*. p. 28/9.

americano. A ação da CIOSL e da AFL-CIO<sup>408</sup> é bastante evidente. Aplicam milhões de dólares na implementação dessa orientação.<sup>409</sup>

As divergências entre os dois grupos supracitados não se restringiam à escolha dos órgãos internacionais escolhidos para se vincularem. Na verdade, tratava-se de um embate político que opunha visões divergentes de concepção da organização operária.

No desenrolar do Congresso, os “pelegos” abandonaram o evento alegando que tudo aquilo não passava de uma “manobra do Partido Comunista” e, juntamente com os sindicatos que se declaravam anticomunistas, decidiram encerrar sua participação no III Congresso Sindical Nacional. Essa disputa sindical foi um ponto importante na formação do CGT, órgão comandado pelo grupo que fazia oposição veemente às direções sindicais ligadas ao Ministério do Trabalho.

As críticas dos denominados “nacionalistas”, que faziam oposição às direções sindicais consideradas pelegas e ministerialistas, em relação à atuação da CIOSL, eram volumosas. No *Jornal Novos Rumos*, vemos muitas notas contra os posicionamentos desta entidade em relação aos mais variados assuntos:

(...) A proposta que a direção da CIOSL engavetou, baseava-se no desejo de todos os trabalhadores de acabar com a corrida armamentista, e sugeria, em frente do alívio da atual situação internacional, a celebração de um encontro em princípios do corrente ano entre representantes de ambas as organizações [CIOSL e Federação Mundial Sindical] com a finalidade de elaborar um programa econômico e social comum, ligado ao projeto de desarmamento geral e controlado, recentemente apresentado na ONU (...) <sup>410</sup>.

Segundo os representantes da oposição sindical brasileira, a CIOSL adotava uma postura pró-EUA e que não condizia com o posicionamento da maioria do movimento operário pelo mundo e, sobretudo, na América Latina:

(...) O Comitê Executivo da CIOSL, não deu resposta a sugestão da FSM que propunha ainda, que os documentos do Congresso da CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) e da XX Reunião do Comitê Executivo da FSM (Federação Sindical Mundial), servissem de base para a elaboração de um programa de ação comum. (...) Ao salientar que a CIOSL, como demonstram as decisões de seu recente congresso, deseja que a questão do desarmamento dependa apenas das iniciativas governamentais, fazendo pouco caso da ação dos sindicatos e dos trabalhadores, a FSM, na carta assinada por Louis Saillantl, sugere que em 1960 as organizações sindicais de todos os países se manifestem conjuntamente. (...) <sup>411</sup>.

<sup>408</sup> A sigla AFL-CIO refere-se à Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais, a maior central operária dos EUA e do Canadá. In: <<https://aflcio.org/issues>>.

<sup>409</sup> Coleção Hércules Corrêa. *Escritos*, sem data, p. 10. Caixa 01. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ.

<sup>410</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro a 3 de março de 1960.

<sup>411</sup> Idem.

Os embates entre sindicalistas e os posicionamentos da CIOSL não param por aí. Por ocasião das comemorações do 1º de maio, no ano de 1960, Jover Telles<sup>412</sup> escreveu artigo no *Jornal Novos Rumos*, que denunciava a postura antidemocrática da CIOSL e da sua filial latino-americana, a ORIT, e criticava a postura dos dirigentes sindicais que apoiavam estas entidades.

Em seu artigo, Jover Telles expõe que os dirigentes da CNTI e da CNTC encaminharam documento dissonante das resoluções apoiadas pela categoria no II Encontro Sindical Nacional, às organizações internacionais, o que em nada contribuiria para a unidade do movimento em âmbito nacional e muito menos internacional.

Como é claro, os principais dirigentes das Confederações citadas, ao invés de se colocarem a frente das lutas pela conquista do Programa aprovado pela II Conferência Sindical Nacional e de cumprirem, assim, a função de mandatários que são do movimento operário, ao invés de, democraticamente, submeterem-se às decisões coletivas dos trabalhadores, que em qualquer ocasião e lugar deveriam defender, preferiram se reunir-se com os senhores Hildenbroek e Sanches Madariaga das direções da CIOSL e da ORIT, respectivamente, para aceitarem um documento elaborado em outras terras com o escopo de dificultar o processo de unidade internacional do proletariado (...).<sup>413</sup>

Como fica claro no trecho do artigo acima, a questão da filiação a organismos sindicais internacionais estava no centro de uma disputa política entre grupos com perspectivas políticas distintas dentro das principais confederações do país. A insistência das direções em manter a filiação com esses organismos internacionais foram entendidas como uma ameaça ao projeto de unidade sindical defendida pelos grupos de oposição sindical. Sobre isso, Roberto Morena escreveu no *Jornal Novos Rumos*:

As lutas dos trabalhadores brasileiros e de seu movimento sindical têm sido orientadas no caminho justo da unidade de ação e organização de todas as suas forças. Dessa maneira, o movimento sindical deve e terá de se livrar da tutela e ligação múltipla que o prende aos órgãos estatais que mantêm uma posição apêndice desses órgãos.<sup>414</sup>

Ainda neste artigo, Roberto Morena faz críticas à CLT que ele classifica como “inadequada”, “retrógrada” e “superada”. Fica claro, no trecho acima, que a questão da exigência de autonomia no que concerne à organização e à filiação dos trabalhadores era o cerne deste debate sobre a filiação internacional. Para Hércules Corrêa, “em termos de

<sup>412</sup> Jover Telles foi operário das minas de carvão de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, desde os onze anos de idade; militante comunista desde cedo, deputado à Assembleia Legislativa no curto período de legalidade do PCB e ativo participante do movimento sindical. Publicou uma coletânea de seus artigos no *Jornal Novos Rumos*.

<sup>413</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 13 a 19 de maio de 1960.

<sup>414</sup> Idem. 26 de fevereiro a 3 de março de 1960.

relacionamento, continua de costas para a América Latina. As filiações existentes são com a ORIT e a CIOSL nos termos do artigo 565 da CLT”<sup>415</sup>.

Ainda no âmbito das manifestações de protesto ao posicionamento da CIOSL e da ORIT nas comemorações do 1º de Maio de 1960, o *Jornal do Brasil* publicou matéria alegando que os trabalhadores acusavam o governo de impedir sua autonomia.

Num documento de 32 linhas, que marca uma tomada de posição inédita do movimento sindical brasileiro, as três Confederações nacionais de trabalhadores acusaram ontem o governo de impedir a autonomia e liberdade sindicais e exigiram a imediata e total revisão das leis a respeito do reconhecimento do direito de greve e a eliminação gradativa do imposto sindical. (...) A mudança de orientação das Confederações foi indicada no Congresso Internacional da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, em Bruxelas (...) as Confederações foram apontadas como responsáveis pela ausência de autonomia e liberdade sindical. Depois disso, a discussão do assunto prosseguiu em outros níveis até virem ao Brasil altos dirigentes da CIOSL.<sup>416</sup>

A matéria do *Jornal do Brasil* contradiz o que foi exposto por Roberto Morena em seu artigo no *Jornal Novos Rumos*. O editorial cria a sensação de que os líderes da CNTI atuaram de forma a representar os trabalhadores no evento da CIOSL. O *JB* menciona ainda que “o Sr. Sanches Madariaga, Secretário-Geral da ORIT para a América Latina, disse que a nova posição das Confederações reflete ‘as aspirações de todos os trabalhadores’”.<sup>417</sup>

A questão da filiação internacional é apenas um exemplo das disputas entre as direções que se mantiveram à frente da CNTI durante muitos anos e o grupo que passava a atuar em finais dos anos 1950 e 1960 para tirá-los da direção, o que veio a ocorrer em 1962. Esse mesmo grupo acabou atuando na direção do CGT. Integrante dele, Hércules Corrêa criticava as direções sindicais “pelegas”:

(...) a falta de democracia sindical conduz, juntamente com a legislação antioperária [sic] e a violência das autoridades, a uma burocratização ainda maior dos sindicatos. Dirigentes sindicais, uns equivocadamente, outros conscientemente, não levam os trabalhadores a participarem na elaboração de suas reivindicações e as resolvem por si mesmos – sem consultar a opinião dos operários e sem levá-las em conta – impõe contribuições obrigatórias descontadas dos salários pelos patrões etc.<sup>418</sup>

Percebe-se aqui uma crítica mais profunda à atuação das direções que estavam à frente da CNTI.

<sup>415</sup> Coleção Hércules Corrêa. *Escritos*, sem data, p. 11. Caixa 01. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ.

<sup>416</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1960. Número da página ilegível.

<sup>417</sup> *Idem*.

<sup>418</sup> Coleção Hércules Corrêa. *Escritos*, sem data, p. 12. Caixa 01. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ.

## 5.2. O CGT e os movimentos sociais urbanos

Nas cidades, havia uma série de entidades que acabaram por se engajar na luta pelas reformas, compartilhando a cena política com os trabalhadores organizados no Comando Geral dos Trabalhadores.

Uma destas entidades foi a União Nacional dos Estudantes. Com um projeto político que visava ao aumento dos direitos e à melhoria das condições de vida da população em geral, a UNE foi identificada, nos anos 1960, como uma organização de esquerda.

Na esteira dos acontecimentos políticos, esta entidade se posicionava a favor das Reformas de Base e de um governo nacionalista, defendendo ainda a aliança operário-estudantil. Em reportagem, o *Jornal do Brasil* anunciava: “Trabalhadores e estudantes farão passeata exigindo um Gabinete progressista”.

Portuários, estivadores e estudantes promoverão, hoje, uma passeata pelo centro da Cidade, até as escadarias do Palácio Tiradentes, onde farão às 18 horas, um comício de protesto contra o aumento do custo de vida e para exigir um gabinete progressista. Os estudantes continuarão a exigir a reforma universitária. (...) Os líderes sindicais comunicaram a polícia que realizarão a passeata “com ou sem permissão”, e pediram proteção ao 1º Exército porque “não confiam no Governo estadual”<sup>419</sup>.

A atuação do movimento operário em relação à formação do ministério no ano de 1962 foi assinalada no capítulo 4 deste trabalho, com intensa atuação da CNTI já comandada por lideranças engajadas na formação do Comando Geral dos Trabalhadores. O trecho acima revela que a UNE apoiava a demanda dos trabalhadores por um governo mais voltado para os seus interesses, mas, além disso, também revela o posicionamento político desta entidade.

A luta da UNE por uma sociedade mais democrática se refletia também na pauta estudantil. A principal reivindicação dos estudantes era a reforma universitária. Neste mesmo ano de 1962, uma greve estudantil nas escolas de Ensino Médio e nas Universidades ganhou as manchetes dos jornais. No *Jornal do Brasil* lia-se: “Greve estudantil é para tirar Universidade da estagnação”.

(...) Exigindo a Reforma Universitária e, principalmente, a participação dos alunos nas Congregações, Conselhos Universitários e Conselhos Departamentais de Faculdades, na base de um terço, estudantes querem co-responsabilidade na direção das Escolas Superiores para resolver os problemas da Universidade Brasileira que eles consideram “parada no tempo, estagnada, fossilizada em contraste com uma realidade sócio-econômica em rápido processo de transformação”<sup>420</sup>.

<sup>419</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1962. 1º Caderno, p. 3.

<sup>420</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de Junho de 1962. p. 4.

Esta greve, iniciada no primeiro dia do mês de junho, se radicalizou e quando já durava quase um mês os estudantes ocuparam o Ministério da Educação:

Mais de 200 estudantes, liderados pelos diretores da UNE e da UME, invadiram ontem o Ministério da Educação e acamparam no Gabinete do Ministro. Afirmam que só se retirarão depois que o Governo Federal tiver tomado uma providência a respeito da greve universitária pela participação dos acadêmicos na ordem de um terço, nos conselhos universitários.<sup>421</sup>

A importância do destaque da Reforma Universitária está no fato dela compor a lista das chamadas Reformas de Base. Trata-se, neste caso, de um importante elemento de conexão entre a mobilização operária, representada, em maior instância, pelo CGT, e estudantil, organizada pela UNE.

Dito isso, cabe frisar que a radicalização do movimento estudantil era mais uma questão a ser enfrentada pelo presidente João Goulart que já lidava com um governo instável e sem uma base sólida de apoio parlamentar.

Os estudantes eram, certamente, parte do problema enxergado pela classe política que, em boa parte, estava ligada aos interesses das elites privilegiadas do país. A postura de Goulart diante dos movimentos sociais era o principal entrave em suas tentativas de formar uma base de apoio político no Congresso.

Mesmo assim, a abordagem do presidente diante do movimento estudantil não fugiu ao seu posicionamento habitual de não apelar para a violência e, sobretudo, de não reprimir os movimentos sociais. O *Jornal do Brasil* anunciava, dias depois da ocupação do Ministério da Educação: “Exército sem violência tira estudantes do MEC”.

Por determinação do Presidente João Goulart, três pelotões do Exército comandados pelo Coronel César Neves, evacuaram ontem, sem violência, o Ministério da Educação, ocupado há dois dias por centenas de estudantes que reivindicam participação de um terço nos conselhos universitários. (...) Ao anoitecer, em ambiente calmo em todas as suas dependências, a UNE distribuiu nota a imprensa dizendo que “afinal o Governo saiu da inércia para definir sua posição contra os estudantes”.<sup>422</sup>

O contexto era conturbado. O presidente era a favor das reformas, mas quando se aproximava demais dos movimentos sociais prejudicava suas negociações no Congresso para costurar as alianças de que precisava para poder governar.

A mídia, assim como os opositores de Goulart, não poupavam esforços no sentido de desqualificar os movimentos progressistas que defendiam mudanças profundas no quadro socioeconômico brasileiro. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o então governador da

<sup>421</sup> Idem, 26 de Junho de 1962. Capa.

<sup>422</sup> Idem, 28 de Junho de 1962. p.3.

Guanabara, Carlos Lacerda, falava sobre como a atuação dos movimentos sociais prejudicava o turismo:

(...) Turismo é um excelente subproduto. Mas só haverá turismo na Guanabara quando houver água no Estado. E precisa haver também ambiente. Como podemos querer que o turista venha deixar seus dólares no Rio se não lhes criamos ambiente? Em nossos jornais, as manchetes anunciam todos os dias: “Guerra dos estudantes na UNE”, “Guerra do Feijão” etc. (...).<sup>423</sup>

A demonização das entidades progressistas fazia parte da desestruturação política do governo João Goulart, o que impossibilitava as reformas e, por sua vez, aumentava a insatisfação destes setores que as reivindicavam. Neste cenário de insegurança, quem saía ganhando eram as direitas.

O ANO LETIVO, nas escolas e faculdades se nos afigura definitivamente perdido. Em termos de aproveitamento e rendimento escolar. Não sabemos, mesmo, como o Ministério da Educação irá conciliar as constantes interrupções de aulas e atividades didáticas como aquele preceito que determina “que o período letivo tenha a duração mínima de cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames”. (...) O meio estudantil de há muito tempo se encontra destorcido. Pouco a pouco os matriculados em escolas superiores deixaram de ser estudantes para se transformarem em classe, sindicalizada na UNE, visando a influir de maneira arbitrária e intempestiva na vida política e econômica do Brasil (...).<sup>424</sup>

A matéria acima foi publicada no *Jornal do Brasil* após o então Ministro da Educação, Roberto Lira, declarar à imprensa que era favorável à reivindicação dos estudantes de obter um terço de participação nas decisões dos Conselhos Universitários e Departamentais, colocando-se contra a cátedra universitária vitalícia.

Outra questão política que contou com a adesão do movimento estudantil foi a do plebiscito que gerou intensa mobilização do movimento operário. Sobre esta questão, o *Jornal Novos Rumos* publicou nota:

(...). Açuladas pela embaixada norte-americana e estimuladas pelas vacilações dos conciliadores, as forças de reação e do entreguismo impedem, por todas as formas, as soluções que interessam ao povo. Negam o plebiscito. Recusam-se a atender as justas reivindicações do Comando Geral dos Trabalhadores. (...) A poderosa união dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos militares patriotas e de todos os brasileiros que desejam o progresso e a libertação da Pátria é o instrumento decisivo capaz de impor a constituição de um novo governo que represente realmente todas as forças nacionalistas e democráticas e empreenda as transformações que a Nação exige.<sup>425</sup>

Somando-se aos trabalhadores, representados pelo CGT, os estudantes tiveram papel essencial no quadro de crise política que se construiu ao longo dos anos em que João Goulart

<sup>423</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1962. p. 3.

<sup>424</sup> *Idem*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1962. p.2.

<sup>425</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 14 de setembro de 1962. p. 1.

foi presidente do Brasil. A postura da UNE era de defesa das reformas imediatas, como demonstra a reportagem do *Jornal do Brasil* divulgando nota da UNE com seu posicionamento sobre o plebiscito:

O estudante é livre para dizer, neste momento, que seu compromisso não é com as cúpulas nem com as falsas elites, mas com o povo; que seu compromisso se expressa na luta pela reforma universitária, pela emancipação deste País espoliado, pelas reformas imediatas, sem traições ou recuos. (...) Não admitimos conciliações com os oportunistas, os que desejam servir-se do povo e não servi-lo, os que propõem soluções paliativas advindas de cúpulas para evitar a ascensão das massas populares ao nível de decisão dos problemas nacionais<sup>426</sup>.

Esta nota expressa, claramente, uma crítica bastante dura à postura conciliadora de Goulart que tentava ainda uma aliança com os políticos do PSD e procurava viabilizar as reformas com o apoio da maioria do Congresso Nacional. Conforme o disposto na nota da UNE, as reformas deveriam ser imediatas, contar com o apoio do povo e não com as alianças com setores conservadores. Tratava-se da postura radical que muitas organizações de esquerda adotariam naquele momento.

Outra entidade que apoiava as reformas sugeridas por João Goulart e que, juntamente do CGT, exerceu pressão sobre o Congresso Nacional foi o Pacto de Unidade e Ação, o PUA. Formado, segundo Batistinha, por ferroviários, marítimos, portuários, estivadores, arrumadores, aeronautas e aeroviários, o PUA conviveu com o CGT no início dos anos 1960.

O Pacto de Unidade e Ação estava associado aos comunistas com forte atuação no sindicato dos ferroviários e foi visto como o principal dirigente dos movimentos grevistas de caráter político pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS)<sup>427</sup> que afirmava, ainda, sobre esta organização:

A organização conhecida pela sigla PUA, ou seja, o PACTO DE UNIDADE E AÇÃO que, atualmente, vem dirigindo no seio dos trabalhadores deste Estado, todos os movimentos grevistas de caráter político, tem a sua fonte de origem no Partido Comunista do Brasil, pela necessidade que sempre teve êste [sic] Partido de unir, em um só bloco, os trabalhadores da classe de Transporte<sup>428</sup>.

O relatório da DPS considera, ainda, sobre o PUA:

<sup>426</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1962. p. 3.

<sup>427</sup> A criação da Divisão de Polícia Política e Social está associada ao contexto do fim do Estado, quando ocorreu uma especialização da polícia política. Dentre as atribuições do DPS estavam “a repressão aos crimes contra a segurança política, definidos como os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado e aos crimes contra a segurança social, como os relativos a direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, da família e do trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para os indivíduos e reciprocamente”. MATTOS, Marcelo Badaró. (coordenador) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. APERJ/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>428</sup> Relatório da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

É, portanto, o PUA, uma entidade ilegal, porquanto não foi criada por Lei, não tem regimento nem Estatuto nem domicílio firmado, reunindo-se não só na sede do Sindicato dos ferroviários e da Federação de mesma espécie (...) A PUA [sic] torna-se ainda, ainda, ilegal, porque está funcionando como uma Confederação Mista o que não lhe é permitido pela legislação trabalhista (...).<sup>429</sup>

Em depoimento, Batistinha chega a considerar o PUA como o embrião do CGT e também uma espécie de braço armado desta entidade. “As brigas eram com a gente. Os têxteis não tinham condições, não paravam. Os metalúrgicos tinham muitas dificuldades. Isoladamente, a força mesmo era a gente”(no caso, os ferroviários).<sup>430</sup>

A atuação dos ferroviários, ligados ao PUA, era bastante incisiva, fato que podemos observar ao checar os documentos ligados aos órgãos de repressão policial que chegam a caracterizar Batistinha como:

(...) ferroviário (...) elemento agitador da classe ferroviária, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em empresas Ferroviárias (...) é elemento de confiança dos comunistas da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, onde trabalha e exerce atividades subversivas (...).<sup>431</sup>

Em meados de 1962, o PUA apoiava a defesa do Comando Geral da Greve de um governo democrático e de um ministério nacionalista. Boa parte dos manifestos realizados pelo CGG eram assinados por representantes da CNTI, do PUA e da CPOS. Certamente, o entrosamento destas entidades aumentou gradualmente na fase de construção do Comando Geral dos Trabalhadores, do qual estas entidades fariam parte, sem jamais terem deixado de ser organizações independentes. Referindo-se à greve pela paridade dos vencimentos dos servidores civis da União com os vencimentos dos Servidores Militares, o relatório DPS afirmava:

Nesta oportunidade, para dirigir o mencionado movimento houve a necessidade da criação de um Comando, o qual recebeu o nome de COMANDO GERAL DE GREVE e era constituído de elementos que, na sua maioria, integrava os supramencionados órgãos do PCB e que funcionam no meio dos referidos trabalhadores<sup>432</sup>.

O CGT integrava grupos políticos ligados à luta dos trabalhadores com propósitos semelhantes: nacionalismo e ampliação de direitos para a classe trabalhadora. “CGT e PUA juntam-se aos Barnabés para derrotar 40% do FMI”, dizia a manchete do *Jornal Novos Rumos*, no início de 1963.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> BATISTINHA. *O combate dos trilhos*. PESSANHA, Eliana G. da Fonte; GOMES, Sandra Lucia Rebel (coordenadoras). Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Amorj.

<sup>431</sup> Citado em: MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 90.

<sup>432</sup> Relatório da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

(...) Na Guanabara reuniu-se ontem, quarta-feira, o comando do poderoso Pacto de Unidade e Ação, quando foram acertadas providencias finais para a participação dos portuários, estivadores e ferroviários numa campanha de âmbito nacional. (...) “A participação do Pacto de Unidade e Ação não será apenas de apoio ou solidariedade moral. Vamos partir para medidas concretas e derrubar a intransigência governamental, que é ditada pelo Fundo Monetário Internacional”.<sup>433</sup>

A reportagem se refere à rejeição de proposta de reajuste salarial por servidores federais, o que teve o apoio da CGT e também do PUA. A matéria endossa a posição do líder sindical Batistinha quando se referiu às categorias de trabalhadores que integravam o PUA.

Em outra ocasião, o *Jornal Novos Rumos* noticiou:

O problema gerado pela demissão do comandante Melo Bastos, da VARIG, foi o principal ponto da reunião realizada pelas lideranças das categorias que integram o Pacto de Unidade e Ação. Embora o PUA seja constituído por estivadores, portuários e ferroviários, desse encontro participam também aeronautas e aeroviários, ampliando-se assim, em função da defesa do mandato sindical, aquela frente única dos trabalhadores. (...) De norte a sul do País estão mobilizados os sindicatos, as federações e os CPOS regionais, todos atentos a palavra de ordem que a qualquer momento poderão ser transmitidas pelo CGT e pelo PUA.<sup>434</sup>

O PUA esteve presente em um número incontável de manifestações lideradas pelo CGT: além das greves, manifestos publicados e apoio dado a movimentos de diversas categorias. Em 1963, dificilmente se encontra uma referência ao PUA que não esteja relacionada ao CGT. O *Jornal Novos Rumos* é o periódico que mais dá destaque às manifestações dos trabalhadores.

Na inauguração da sede do Sindicato dos Ferroviários da Santos a Jundiaí, em 1963, a diretoria do sindicato anuncia que “orgulha-se de estar ligada ao Pacto de Unidade e Ação (PUA)” e completa dizendo que “o CGT é a entidade máxima dos trabalhadores brasileiros”.<sup>435</sup>

Ainda com destaque para a atuação da categoria dos ferroviários, quando a greve dos ferroviários de Sorocaba eclodiu, em 1963, o PUA emitiu um comunicado conclamando a adesão de todas as categorias ligadas a ele em âmbito nacional, e afirmava: “Esta nossa decisão será levada ao conhecimento do CGT que reunir-se-á nos dias 28 e 29 do corrente, com representações de delegados dos COMANDOS ESTADUAIS”<sup>436</sup>.

Sobre estes movimentos, o *Jornal Novos Rumos* noticiava: “PUA vai à greve se Ademar não atender ferroviários da Sorocaba”.

<sup>433</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 26 a 30 de abril de 1963. p. 2.

<sup>434</sup> Idem. 14 a 20 de junho de 1963. p. 2.

<sup>435</sup> Idem. Ibidem. 27 de setembro a 3 de outubro de 1963. p. 6.

<sup>436</sup> Comunicado do Pacto de Unidade e Ação. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

O Pacto de Unidade e Ação, em sua reunião de hoje para (...) a GREVE GERAL dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocaba, no Estado de São Paulo, tomou conhecimento da intransigência do Sr. governador de São Paulo e do seu secretário de Transportes não possibilitando qualquer entendimento para pôr término a greve dos 22 mil ferroviários daquela importante ferrovia. (...) <sup>437</sup>.

Outra categoria cuja ação esteve ligada ao PUA e ao CGT foi a dos bancários da Guanabara, cuja greve de outubro de 1963 foi considerada ilegal pelo Tribunal do Trabalho, o que foi considerado um ato de leviandade, segundo Oswaldo Pacheco que, falando aos bancários, considerou que "naquele momento todos os setores de trabalho se fundiam para construir uma força de ação comum – a classe operária (...)." <sup>438</sup> Oswaldo Pacheco, nesta ocasião, falava em nome do PUA e do CGT.

Muito engajado com greves e manifestações operárias, o PUA já existia antes do Comando Geral dos Trabalhadores ser criado, mas, sendo o CGT um órgão que se prestava a unificar a organização sindical, cabia a ele agrupar todas as entidades engajadas na defesa de suas pautas de reivindicações políticas e econômicas.

Todas essas forças de esquerda se reuniram na Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel de Moura Brizola.

O prestígio de Brizola cresceu de forma bastante significativa durante o governo João Goulart diante dos movimentos nacionalistas, populares e de esquerda. Sua atuação seguiu no sentido de pressionar o presidente a promover as reformas prometidas, através da unificação da esquerda. Sob sua liderança, formou-se a Frente de Mobilização Popular, que abrigava as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base. A atuação de Brizola não se afastava dos anseios da esquerda que também desejava a realização imediata das Reformas de Base. Brizola acreditava que sua implementação poderia ser levada a cabo apenas com o apoio político dos movimentos sociais, desconhecendo o apoio de outras vertentes partidárias, como as de centro. <sup>439</sup>

Para Jorge Ferreira, a FMP teria sido o que havia de mais à esquerda no trabalhismo brasileiro, tendo conseguido unir grupos esquerdistas de interesses e ideias distintas. Essa ideia é interessante, pois rompe com o conceito de que o trabalhismo é uma anomalia da política brasileira, tirando sua legitimidade enquanto parte da esquerda e da história das lutas dos trabalhadores.

<sup>437</sup> *Jornal Novos Rumos*. 29 de novembro a 5 de dezembro de 1963. p. 5.

<sup>438</sup> *Idem*. 4 a 10 de outubro de 1963. p.2.

<sup>439</sup> FERREIRA, Jorge. *Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*. Op. Cit. p. 557.

A rapidez com que os grupos políticos radicalizavam suas posições foi acompanhada pelo líder Brizola. Dentro da FMP estavam várias vertentes da esquerda, líderes sindicais, estudantes, camponeses e subalternos das forças armadas, comprovando que a esquerda brasileira da época reconhecia Brizola como uma liderança política.

Desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar pessedistas esquerdas adotaram como estratégia a pressão popular sobre o governo, promovendo a mobilização dos trabalhadores nas ruas. O crescente processo de radicalização de setores políticos situados à esquerda decorria da certeza de sua superioridade sobre seus adversários – as direitas –, sem descartar a possibilidade de confronto com elas.

Ao mesmo tempo, os grupos políticos empresariais e militares de direita se organizavam contra o governo. Com o respaldo da histeria anticomunista, esses grupos convenciam setores significativos da sociedade de que os trabalhadores e Goulart queriam transformar o Brasil em um país comunista.

Durante o processo, um grupo político do PTB e de outros partidos formou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, que denominaram esquerda positiva e que se contrapunham à esquerda negativa – a FMP de Brizola. Esse grupo defendia que as Reformas de Base deveriam ser feitas sem desprezar as regras da Constituição, visando, dessa maneira, isolar a esquerda radical e a direita golpista, atraindo o apoio do centro e da esquerda moderada<sup>440</sup>.

O CGT era uma das instituições que integravam a FMP. Mobilizações em torno de uma série de questões ao longo do governo João Goulart contaram com o apoio dessas organizações. Na edição de 7 de setembro de 1962, o *Jornal Novos Rumos* anunciava o “Comício da Independência” que contava com a participação de Leonel Brizola, Oswaldo Pacheco – representando o CGT – líderes sindicais e líderes estudantis. Na pauta sobre o comício, o periódico enumera: “Contra a espoliação imperialista; pela reforma agrária radical; por um govêrno nacionalista e democrático; pelas reformas de base; contra a carestia; pela revisão do salário mínimo; pelo plebiscito a 7 de outubro”

Em depoimento, ex-líderes do CGT como Hércules Corrêa chegaram a admitir que o acirramento das reivindicações oriundas dos movimentos sociais “complicava” o quadro político visto que, na medida em que as greves se avolumavam e o bom relacionamento do governo Goulart com os trabalhadores se destacava, pior ficava a situação política dele e mais longe ficava também a possibilidade de se costurar alianças que viabilizassem as reformas.

---

<sup>440</sup> Idem.

O desgaste da atitude conciliadora de Goulart era evidente, quando a esquerda radical começou a atacar o Congresso Nacional e sua credibilidade. Para Brizola – sempre em consonância com as ideias das esquerdas – o povo e o governo, através da mobilização, conseguiram a posse de Jango e a vitória no plebiscito contra o parlamentarismo e, sendo assim, era claro que governo e povo, unidos, conseguiriam realizar as reformas necessárias à transformação das estruturas sociais. Porém, o governo que começara com apoio popular gerava insatisfação devido a uma política que foi considerada por diversos setores como de “acomodação”.

### 5.3. O CGT e o Congresso Pró-Cuba

Para analisar a participação do Comando Geral dos Trabalhadores em uma organização de solidariedade ao povo cubano, bem como nos preparativos de um Congresso Pró-Cuba, é preciso apresentar uma contextualização no panorama internacional, com o qual esta questão dialogava.

Em 1959, o movimento liderado por Fidel castro triunfou em Cuba. Em 2 de janeiro de 1959, Fidel fez seu primeiro discurso anunciando a vitória da Revolução. A memória cubana pré-revolucionária que prevaleceu nos primeiros anos da Revolução foi de estagnação econômica, corrupção, incompetência burocrática, violência e uma sociedade em colapso, mas Cuba não era um país pobre com um povo oprimido que lutava contra o atraso. Independente do estado econômico de Cuba nos anos 1950, a repressão dos anos Batista era uma realidade que provocava desejo de vingança. A luta contra o ditador era tanto pela vontade de se livrar de um opressor quanto pela esperança de uma sociedade melhor. Foi exatamente por isso que Castro recebeu um apoio tão amplo da sociedade cubana dividida.<sup>441</sup>

A Revolução causou um impacto que atingiu todo o mundo com uma imagem de juventude ousada e combativa. Ela não foi bem-vinda nos altos escalões de Eisenhower, mas a nomeação de Urrutia (um liberal) tranquilizou momentaneamente os americanos. Mas, apesar das cordialidades de ambos os lados, havia uma desconfiança considerável entre o governo dos EUA e os revolucionários cubanos.

Semanas depois da Lei de Reforma Agrária, os EUA enviaram uma nota oficial de protesto, alegando que a reforma teria um efeito adverso na economia de Cuba e desestimularia o investimento privado na agricultura. Além disso, consideravam a

---

<sup>441</sup> GOTT, Richard. A Revolução de Castro toma forma. In: Idem. *Cuba – uma nova História*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006.

indenização dada pelo governo inadequada. O detalhe é que o governo cubano tinha por base os montantes que os proprietários davam em suas declarações de renda. Os valores eram convenientemente baixos. O importante é salientar que a Reforma Agrária era um ponto crítico de divergência entre EUA e Cuba.<sup>442</sup>

Com relação à União Soviética, pode ser considerado que esta foi pega de surpresa pela Revolução Cubana, uma vez que esta potência já entendera que a América era área de influência norte-americana. Os soviéticos ignoravam completamente as questões latino-americanas e estavam despreparados para apoiar um aliado do Caribe. O ataque de Fidel ao quartel de Montada passou despercebido pelo mais alto escalão de Moscou. Depois de feita a Revolução, os cubanos estavam mais propensos a fazer aberturas aos soviéticos do que o inverso. Eles precisavam vender o açúcar. As relações entre a ilha e a superpotência começaram no plano econômico. Os russos concordaram em comprar um milhão de toneladas de açúcar nos cinco anos seguintes.

Diante de tal movimento e, sobretudo, devido ao flerte promissor dos revolucionários com a URSS, os EUA entenderam que não poderiam deixar de agir. Já estava decidido que Castro deveria sair e, a partir daquele momento, resolveram tirá-lo à força.

A invasão foi um dos principais erros estratégicos dos EUA no século XX. Além de reforçarem o controle de Castro sobre a ilha, garantindo a segurança de sua revolução, eles empurraram o novo governo para os braços da URSS. Sem mencionar o fato de que o mundo ignorava o vasto apoio do povo cubano a Castro e passou a ter ciência do mesmo. Depois da tentativa de invasão estadunidense, a revolução descambou de vez para o alinhamento com a URSS.

Uma revolução de cunho socialista em pleno Caribe nos anos 1960: trata-se de um episódio que não poderia deixar de impactar as esquerdas no Brasil. Um episódio marcante na história das relações entre o CGT e as mobilizações de esquerda é a realização de um Congresso para apoiar o povo cubano no seu processo revolucionário.

A Convocação do Congresso é uma decorrência natural da crise provocada pelos sucessivos atentados do imperialismo norte-americano contra o direito de auto-determinação do povo cubano e ante a ameaça de que a destruição desse direito ameaça igualmente o Brasil e os demais povos da América Latina. A convocatória do Congresso está assinada por dezenas de entidades de classe, por entidades cívicas patrióticas, grades personalidades do Parlamento Nacional, líderes estudantis, sindicais e camponeses, pelo Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, representando essas entidades, todas as camadas do povo brasileiro (...)<sup>443</sup>.

---

<sup>442</sup> Idem.

<sup>443</sup> Criação da Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano. *Jornal O Semanário*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1962. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

Outro fato que repercutiu foi a tentativa de invasão promovida por exilados cubanos contrários ao governo de Fidel Castro na Baía dos Porcos, com o apoio do governo norte-americano em abril de 1961. O *Jornal O Ferrovário* publicou nota repudiando a ação:

A Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano, a UNE e a UBES, diante das graves e ameaçadoras declarações do presidente Kennedy acerca da malograda invasão mercenária à terra cubana, manifestam a sua mais que justificada indignação e sua renovada repulsa aos propósitos dos Estados Unidos, agora abertamente confessados, de invadirem Cuba<sup>444</sup>.

O manifesto criticava a postura dos Estados Unidos em relação aos países da América Latina como um todo e acrescentava que muitos países do continente sofriam, de alguma maneira, com a “política agressiva e intervencionista de Washington”. Além disso, o manifesto denunciava o desrespeito ao direito à autodeterminação e soberania dos povos e observava, ainda, que a atitude do governo norte-americano prejudicava os esforços internacionais indispensáveis à manutenção da paz<sup>445</sup>.

(...) Na defesa da soberania ofendida das nações latino-americanas e na defesa da paz universal gravemente ameaçada pela insólita atitude do governo norte-americano, encarecemos a urgente necessidade de que o povo brasileiro demonstre com vigor por todos os meios e formas, o seu jubilo pela vitória do povo cubano e um veemente protesto contra a planejada intervenção norte-americana na gloriosa terra de Fidel Castro.<sup>446</sup>

Em dezembro de 1962, a Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano preparava o Congresso de Solidariedade ao Povo Cubano:

(...) 1º) o Congresso [pró-Cuba] foi transferido para os dias 28, 29 e 30 de março de 1963; 2º) recebemos, até esta data, as seguintes adesões: Bertrand Russel; John D. Bernal; Lazaro Cárdenas; Nicolas Bazanov; Olga Poblete e Ives Chorliere, do Conselho Mundial da Paz; Senado Salomón Corbalán; Vicente Lombardo Toledano; (...) Manoel Badilha ( Sec. Geral da Conf. Gen. Dos Trabajadores Costaricenses); G. Montado e demais membros do Comitê Mexicano pela Paz; Gel. Herberto Jara e Genaro Carnera Checa (Sec. Da Frente de Libertacion Nacional do Peru) (...) Movimento Paraguaio de Defesa da Revolução Cubana etc.<sup>447</sup>

O documento citado acima apresentava também o temário do Congresso que ocorreria no início de 1963. Entre os temas listados para serem debatidos no referido Congresso estavam: “I) A autodeterminação e não intervenção; II) Solidariedade ao povo cubano; III)

<sup>444</sup> *Jornal O Ferrovário*. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1961. Recorte disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>445</sup> *Idem*.

<sup>446</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>447</sup> Resolução de criação da Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano. *Jornal O Semanário*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1962. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

Soberania e emancipação nacional; IV) A paz e a política de dominação mundial do imperialismo”.<sup>448</sup>

O documento em questão trata ainda sobre pontos importantes para a realização do Congresso, tais como alimentação, alojamento e ajudas de custo para os participantes. O Congresso contaria com o apoio das mais amplas camadas da população brasileira: “poderão participar do Congresso personalidades representantes de organizações sindicais, estudantis, culturais, camponesas, feministas, juvenis, humanitárias, políticas etc., desde que defendam os princípios enunciados do Temário”.<sup>449</sup>

A realização do Congresso, que aconteceu no estado da Guanabara, enfrentou a dura oposição do governador Carlos Lacerda que chegou a ordenar que a Polícia Militar entrasse em ação utilizando bombas de gás lacrimogêneo e outros materiais próprios para dispersar, nas palavras do próprio Lacerda, “quem quer que seja ousasse reunir-se no conclave”.<sup>450</sup>

O Congresso deveria ter se realizado na sede do Sindicato dos Ferroviários, mas, em vista da repressão, foi transferido para a sede do Sindicato dos Operários Navais, sem o patrocínio no governador Badger Silveira, porém com sua autorização.

Enquanto choques da PM cercavam a ABI, na sede do Sindicato dos Ferroviários, na avenida [sic] Presidente Vargas, numerosos líderes sindicais se reuniram num movimento de adesão ao Congresso Pró-Cuba. (...) Iniciada a sessão, a maioria dos oradores criticou a atitude do governador Carlos Lacerda, que foi classificado como “fascista”, “arbitrário”, “antidemocrático” e “prepotente”. Um mandado de segurança foi impetrado pelo general Gonzaga Leite contra o ato do chefe do Executivo carioca que proibiu a realização do Movimento Pró-Cuba. Não surtiu efeito a medida. Até mesmo a Comissão Coordenadora do Movimento de Solidariedade foi impedida de se reunir na sede da ABI.<sup>451</sup>

A despeito das ações arbitrárias do governador Carlos Lacerda, a reunião foi presidida pelo general Luiz Gonzaga de Oliveira Leite e contou com a presença de líderes sindicais como Demisthóclides Batista (Sindicato dos Ferroviários), Álvaro da Costa Ventura (Sindicato dos Operários Navais), Guillermo Martinez (representante dos Trabalhadores da Califórnia – EUA), além do representante dos trabalhadores de petróleo do Recôncavo Baiano e dos delegados da Venezuela, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, México e Espanha.

Era esperada ainda a chegada de novos delegados internacionais: a esposa do primeiro ministro da Guiana Inglesa, Sra. Jannete Jagair, a deputada Isabel Bummel, o ex-ministro da

---

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>450</sup> *Jornal O Comércio*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1963. Fragmento disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>451</sup> Idem.

Bélgica, o Sr. Alon Aguiar, representante do general Cardie do México, 60 delegados do Peru, 80 do Uruguai, 50 do México, 60 da Argentina, 120 do Chile e 30 da Guatemala.

Percebe-se que este evento teve impacto considerável na política brasileira, exaltando os ânimos e acirrando rivalidades entre esquerdas – cujas parcelas significativas apoiavam o Congresso – e as direitas que se colocaram contra a realização do mesmo, inclusive com a UND divulgando moção de apoio às ações repressivas do governador da Guanabara Carlos Lacerda.

#### 5.4. O CGT e os movimentos sociais rurais

No período analisado por este trabalho, não foram apenas os trabalhadores das cidades que lutaram pela sua autonomia sindical, articulados pelo CGT. Também os trabalhadores do campo se levantaram para garantir direitos básicos que eles ainda nem tinham garantidos. Já em 1962, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) declarava seu apoio ao CGT:

Estabelecendo a posição dos camponeses e assalariados agrícolas de todo o País diante da crise política, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) divulgou ontem um manifesto, assinado por seu presidente. (...) Iniciando o chamado “esforço concentrado” da Câmara Federal volta-se a agravar a crise política que vem desenvolvendo [sic] no País. (...) Neste grave momento a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em nome de seus representados, reitera a sua solidariedade e apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores, à CNTI e a todas as organizações sindicais (...).<sup>452</sup>

A Consolidação das Leis Trabalhistas garantiu apenas o salário mínimo aos trabalhadores do campo, direito de aviso-prévio em caso de demissão, férias remuneradas e obrigatoriedade das normas gerais dos contratos de trabalho. A Constituição de 1946 assegurou ainda a “estabilidade” a esses trabalhadores. No entanto, na prática, esses dispositivos legais não foram cumpridos até o final da década de 1950, devido a uma enorme resistência dos proprietários de terras.<sup>453</sup>

De fato, havia um descompasso entra a legislação social aplicada aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Mesmo após a criação da CLT, a maior parte dos

<sup>452</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 14 a 20 de setembro de 1962. Sem página. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>453</sup> COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Op. Cit. p. 53.

trabalhadores do país — estima-se que 9 entre 12 milhões — passou a ser assistida por uma legislação trabalhista inconclusa.<sup>454</sup>

O Decreto-lei sobre sindicalização não atingiu o trabalhador rural, assim como a lei sobre a duração do trabalho. Lenharo considera que a CLT aprofundou a diferença entre trabalhador rural e urbano, uma vez que a legislação trabalhista contemplava apenas os empregados em funções técnicas especializadas nas usinas industriais, deixando de fora os trabalhadores agrícolas.<sup>455</sup>

Na concepção de Dezemone, o que justificaria o fato dos direitos trabalhistas não se estenderem ao campo — ao contrário dos avanços observados nos centros urbanos — são os interesses da classe latifundiária: a manutenção das relações tradicionais no campo deu condições políticas para a implementação de direitos sociais nas cidades. Isso teria viabilizado o projeto interventor e promotor da industrialização, do governo Vargas que, basicamente, ignorou os camponeses.<sup>456</sup>

Na realidade do trabalho no campo, observa-se a ausência de circulação de dinheiro, devido tanto a pagamentos com vales quanto a prática conhecida como cambão.<sup>457</sup> Herdada do período colonial, referia-se ao trabalho não remunerado do morador das terras do engenho na produção do proprietário. Nesse caso, o trabalhador deixava sua lavoura de subsistência abandonada para trabalhar sem nenhum retorno financeiro.<sup>458</sup>

Não vamos deixar de fora dessa avaliação da situação no campo o fato de que a estrutura fundiária brasileira apresentava — e ainda apresenta — uma absurda concentração de terras. Poucos proprietários rurais exploravam o trabalho de muitos camponeses sujeitos à ausência de direitos e garantias no trabalho, aspectos decorrentes da própria concentração fundiária.

Esta situação colaborou para que os trabalhadores rurais iniciassem sua mobilização pela solução do problema agrário no Brasil e também para garantir direitos. Esse processo, segundo Sérgio Costa, teve origem no Nordeste e pouco a pouco foi se expandindo para todo o país. Surgiam, assim, em meados da década de 1950, as Ligas Camponesas.<sup>459</sup> Sob a

<sup>454</sup> DEZEMONE, Marcus. *A Era Vargas e o mundo rural brasileiro; Memória, Direitos e Cultura Política Camponesa*. Op. Cit. p. 2.

<sup>455</sup> LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Editora da Unicamp. Campinas, 1986. Citado em: DEZEMONE, Marcus. *A Era Vargas e o mundo rural brasileiro; Memória, Direitos e Cultura Política Camponesa*. Op. Cit. p. 2.

<sup>456</sup> Idem. p. 3.

<sup>457</sup> COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Op. Cit. p. 55.

<sup>458</sup> DEZEMONE, Marcus. *A Era Vargas e o mundo rural brasileiro; Memória, Direitos e Cultura Política Camponesa*. Op. Cit. p. 7.

<sup>459</sup> COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Op. Cit. p. 56.

liderança de Francisco Julião, elas se expandiram e se tornaram a principal organização que tratava da defesa dos trabalhadores rurais.

No início de 1963, uma Assembleia da ULTAB declarou a importância de “desenvolver a solidariedade entre operários e camponeses”. Seu manifesto foi assinado pelas seguintes entidades: Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, Federação dos Lavradores de Goiás, Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo, Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, dentre outras.<sup>460</sup>

Esta ascensão das demandas do trabalhador do campo repercutiu e, em 1963, foi promulgada a Lei 4.214 que criava o Estatuto do Trabalhador Rural<sup>461</sup>. Neste mesmo ano, o governo reconheceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, que logo após a sua criação se filiou ao CGT.

Com a presença do presidente da SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto, e do Ministro do Trabalho, Sr. Amauri Silva, além de dirigentes sindicais da Guanabara, foi empossada, dia 20, sexta-feira, às 20 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, a primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A CONTAG congrega 29 federações e centenas de sindicatos e associações de trabalhadores rurais e já nasceu unida: a diretoria eleita constava de chapa única, sufragada pela unanimidade dos representantes das federações. Dezenove estados estão representados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.<sup>462</sup>

Os trabalhadores rurais manifestaram seu apoio ao CGT mais de uma vez. Em setembro de 1963, Lindolfo Silva, presidente da ULTAB, declarava sua indignação aos ataques proferidos por Peri Beviláqua – então comandante do II Exército, sediado em São Paulo – ao Comando Geral dos Trabalhadores<sup>463</sup>. Nesse mesmo ano, dirigentes do CGT entregaram ao deputado Clovis Mota, então presidente da Câmara, um memorial onde pediam a Reforma Agrária:

(...) Vs. Excias. Já devem sentir que, em várias regiões a massa camponesa vai tomando em suas mãos a terra abandonada ou aquela que se tornou improdutiva por seu exclusivo esforço. A Reforma Agrária é um imperativo que não admite mais delongas. Luta-se em todo o Brasil, pela distribuição da terra, pela ajuda financeira e

<sup>460</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14 de fevereiro de 1963. Sem página. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

<sup>461</sup> O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL trata-se da denominação dada à Lei 4.214, promulgada em 2 de março de 1963 e publicada no *Diário Oficial* no dia 18 do mesmo mês. O estatuto significou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>>.

<sup>462</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963 a 2 de janeiro de 1964. Capa.

<sup>463</sup> Recorte de jornal não identificado. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

técnica aos que nela trabalham e pela venda de seus produtos sem intermediários. (...) O Congresso Nacional tem, nesse instante, uma enorme responsabilidade perante os trabalhadores e o povo brasileiro. A demora em aprovar a Reforma Agrária dará motivo a um movimento popular que, pelo seu ímpeto e amplitude, tornará uma realidade esta reivindicação de todo o povo. (...) <sup>464</sup>

Ainda em 1963, o CGT liderou uma caravana de trabalhadores que foram até Brasília para entregar um manifesto ao presidente, demonstrando todo o seu apoio à agenda de aprovação da Reforma Agrária. No *Jornal Novos Rumos*, a notícia da criação da Confederação de trabalhadores rurais foi entusiasmada:

(...) A criação da CONTAG revela, inicialmente, que a organização das massas camponesas deu um verdadeiro salto nos últimos anos. Em 19 estados, existem e atuam já hoje 263 sindicatos de trabalhadores agrícolas, oficialmente reconhecidos, enquanto cerca de 300 aguardam a expedição das cartas sindicais. Quase 500 sindicatos, portanto, espalhados ao longo do País. <sup>465</sup>

A criação da CONTAG garantiu uma participação mais incisiva do trabalhador rural na reivindicação dos seus direitos, mas também impulsionou as manifestações que exigiam uma Reforma Agrária no Brasil.

Nesse sentido, o surgimento de uma Confederação formada por sindicatos de trabalhadores rurais dava ainda mais visibilidade às manifestações operárias projetando os trabalhadores e o próprio CGT, que buscava se relacionar com outros grupos de esquerda, a um lugar de destaque no cenário político nacional.

(...) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura deverá ser um instrumento poderoso de luta dos camponeses, ao lado dos operários e das camadas progressistas do Brasil pela Reforma Agrária e por sua emancipação como classe oprimida e explorada, emancipação que é a de todo o povo brasileiro: os interesses dos camponeses são os mesmo dos demais trabalhadores e de todos os patriotas empenhados em conquistar a independência econômica e política do país. <sup>466</sup>

Percebe-se neste discurso, proferido pelo presidente empossado da CONTAG, o senhor Lindolfo Silva, que se estabelecia ali uma aliança entre representantes dos trabalhadores urbanos e rurais em torno da luta pela terra.

Não se pode deixar de mencionar que a questão da aprovação da Reforma Agrária foi o maior impasse entre o presidente Goulart e o Congresso Nacional brasileiro naquela época: as tentativas de se chegar a um acordo para a aprovação deste projeto falharam e o posicionamento das esquerdas em relação ao tema agravou a crise política em curso naquele momento.

<sup>464</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de abril de 1963. Citado em: COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. Op. Cit. p. 69.

<sup>465</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963 a 2 de janeiro de 1964. p. 1. 2º caderno.

<sup>466</sup> Idem.

A criação de uma confederação formada por sindicatos de trabalhadores rurais que se somava a outros grupos de esquerda que pressionavam o governo e o Congresso exigindo reformas e, sobretudo, exigindo que se acelerasse o processo de aprovação da Reforma Agrária desestabilizou o governo Goulart. Tanto a postura de negociação do presidente quanto as medidas paliativas adotadas em relação a este assunto não seriam mais toleradas.

O Superintendente da SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto, informou ontem ao *Jornal do Brasil* que o Presidente da República está no propósito de analisar o decreto de desapropriações de áreas às margens dos eixos rodoviários, ferroviários e cursos de água, durante a concentração popular de 6 de março próximo, quando se reunirão defronte da Central do Brasil cerca de 100 mil pessoas. (...) O Sr. Lindolfo Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, deverá ir à Governador Valadares na próxima quarta-feira, a fim de levar aos trabalhadores rurais todo o apoio da Contag e inteirar-se da situação naquele Município.<sup>467</sup>

A Reforma Agrária seguiria sendo o centro da crise política e institucional que tomava o país. Ao longo dos primeiros meses de 1964, notícias sobre a CONTAG e outros grupos de esquerda iam ganhando espaço nos editoriais dos jornais e suas ações, cada vez mais, eram encaradas como uma ameaça às instituições.

No *Jornal do Brasil* do dia 21 de março de 1964, considerações de Brizola de que a crise política chegaria aos quartéis, notícias sobre comício de mulheres cariocas em defesa das instituições e a oficialização de uma aliança entre Carlos Lacerda e Ademar de Barros eram assuntos que dividiam a mesma página. Ainda nesta mesma página, o *Jornal do Brasil* informava que:

Os Srs. Roberto Morena, Hércules Corrêa e um representante da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) apresentaram projeto sugerindo a constituição de uma comissão a qual ficaria afeita a responsabilidade de coordenar o desenvolvimento da Frente Popular. O documento, segundo alguns participantes da reunião de ontem, admite a presença de “todos os grupamentos de vanguarda dos mais diversos partidos políticos destacando-se a Bossa Nova da UDN e do grupo de agressivos do PSD.”<sup>468</sup>

Apesar de informar que a Frente Popular poderia contar com a participação de pessoas ligadas aos partidos que apresentavam uma enorme resistência à aprovação das Reformas de Base, fica evidente que o olhar sobre a formação da Frente Popular não era bom.

Apenas 10 dias depois, no dia 31 de março de 1964, o mesmo *Jornal do Brasil* noticiava que o CGT preparava uma greve geral e denunciava os governadores Carlos

<sup>467</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1964. p. 4.

<sup>468</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1964. p. 4.

Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto como articuladores de um golpe para derrubar o presidente João Goulart. O golpe civil-militar já estava acontecendo.<sup>469</sup>

Falar dos movimentos rurais neste período é de suma importância para que se entenda a dinâmica do golpe civil-militar de 1964. A Reforma Agrária foi o principal ponto de inflexão relacionado às tentativas de implementação das Reformas de Base. A radicalização das demandas vinda dos movimentos sociais contribuía para o recrudescimento dos setores conservadores do Congresso Nacional e alimentava o impasse.

A crise política atingiu seu auge no ano de 1964, após o Comício da Central, quando o presidente João Goulart claramente desistiu do caminho da negociação e sinalizou sua aliança com os movimentos sociais progressistas. Sobre isso, o CGT lançou nota ao público dizendo:

O Comando Geral dos Trabalhadores, reunidos nacionalmente, com representantes de vinte Estados, após a grande demonstração popular do dia 13 de março, onde foi manifestada a solene vontade do povo brasileiro de ver realizadas as Reformas de Base, CONSIDERANDO que o Presidente da República acaba de enviar sua mensagem ao Congresso Nacional, propondo emendas constitucionais que permitirão as reformas de estrutura reclamadas pelo povo brasileiro (...)<sup>470</sup>.

O trecho evidencia a análise que o CGT fez do discurso do presidente no Comício da Central e deixa claro que apoiava sua postura de enfrentamento com o Congresso Nacional. Naquela ocasião, Goulart teria adotado a atitude pela qual as esquerdas ansiavam havia bastante tempo.

A crise econômica agravou o quadro político e a esquerda apostou suas fichas na política do confronto. A direita não pensava diferente. Com medo da radicalização, o PSD pendia cada vez mais para o lado da UDN. Mesmo assim, Jango continuava tentando conciliar num momento em que essa palavra era entendida como sinônimo de acovardar e trair. Diante da impossibilidade de conciliação o presidente começou a se aproximar do movimento sindical e de partidos como o PCB e o PTB.

Jorge Ferreira nos coloca que a situação dos grupos antagônicos às vésperas do golpe gerou uma ironia. Durante a campanha da legalidade, a esquerda defendeu a constituição contra as aspirações da esquerda golpista. Porém, antes do golpe era a esquerda que ameaçava as instituições democráticas – uma vez que atacava o Congresso Nacional – e a direita passou a ser a defensora da ordem legal.

---

<sup>469</sup> Idem. 31 de março de 1964. Capa.

<sup>470</sup> Comando Geral dos Trabalhadores. Nota ao público. 16 de março de 1964. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

## 5.5 Considerações Finais

Neste capítulo, analisei as relações entre as lutas sindicais e a conjuntura política, demonstrando como estas podem ocorrer também fora do aparelho de Estado e em conjunto com outros movimentos sociais.

O CGT, juntamente com outras entidades, engajou-se no apoio à pauta progressista do governo de João Goulart que passava por muitas dificuldades, tanto políticas quanto econômicas.

Diante das dificuldades econômicas, o governo Jango apresentou o Plano Trienal, que logo esbarrou na negativa do CGT. A entidade se recusou a aceitar o plano que impunha restrições aos trabalhadores e buscou apoio de outros grupos que marcavam posição a favor de mudanças profundas e de efeitos duradouros, sintetizadas nas Reformas de Base.

No início dos anos 1960, antes mesmo da fundação do CGT, no seio da CNTI, o grupo denominado nacionalista criticava a obrigatoriedade de filiação a entidades sindicais internacionais, como a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e a Organização Internacional de Trabalhadores (ORIT), entendendo que ambas eram de orientação norte-americana e em nada contribuíam para o avanço das lutas operárias latino-americanas.

Em contrapartida, os nacionalistas defendiam a filiação a entidades de orientação comunista, como a Federação Sindical Mundial (FSM) e a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL).

Denúncias de que os dirigentes “pelegos” da CNTI e da CNTC divulgavam documentos que destoavam das resoluções aprovadas pelas suas categorias acirravam ainda mais esta disputa que se relacionava, na verdade, com o embate entre os dirigentes ministerialistas e o grupo nacionalista que chegaria à direção da CNTI e que articularia na formação do CGT.

No meio urbano havia uma série de organizações que apoiavam o projeto das Reformas de Base. Dentre elas estava a União Nacional dos Estudantes, a UNE. Defendendo que as mudanças necessárias ao país só poderiam ocorrer com mobilização popular ampla, os estudantes buscavam a aliança com os operários.

A pauta de lutas da UNE girava em torno da aprovação da Reforma Universitária, mas em muitos momentos os estudantes apoiaram o CGT formação, como quando a entidade se mobilizou em torno da exigência de um ministério progressista, por exemplo.

A ascensão das manifestações estudantis era mais um elemento que aprofundava a crise política do governo Goulart, que se via pressionado pelo fortalecimento dos movimentos sociais, fato que contribuía para o afastamento de alguns setores do Congresso de suas investidas conciliadoras.

Além disso, nas zonas urbanas, o CGT também se relacionou com o Pacto de Unidade e Ação, o PUA. Muito ligado à militância comunista, o PUA foi descrito por um de seus integrantes, o Batistinha, como embrião e braço armado do CGT.

Reunindo ferroviários, marítimos, portuários, estivadores, arrumadores, aeronautas e aeroviários, o PUA esteve presente na maioria dos movimentos grevistas, mobilizações e protestos ligados às reivindicações do CGT.

A Divisão de Polícia Política e Social considerou o PUA como um componente de agitação comunista e ligado à maioria das greves dos trabalhadores e Batistinha, a principal liderança do sindicato dos ferroviários da Guanabara, como elemento agitador.

O CGT integrava a Frente de Mobilização Popular, a FMP. Liderada por Leonel Brizola, esta organização é considerada, por Jorge Ferreira, o que havia de mais à esquerda no trabalhismo brasileiro da época.

Reunindo a ala mais radical do PTB, o CGT, o PUA, a UNE, dentre outras entidades, a FMP representou, em sua atuação, a radicalização dos posicionamentos da esquerda brasileira que pressionavam pela aprovação das reformas com base na força das manifestações populares.

Essa postura contribuiu para o desgaste das tentativas de negociação do presidente João Goulart no Congresso e também para o aprofundamento das contradições políticas entre as esquerdas e as direitas, o que culminou no Golpe de 1964.

Outro ponto abordado foi a participação do CGT na preparação no Congresso Pró-Cuba que ocorreu em 1963. Tratava-se de um evento planejado pela então formada Comissão de Solidariedade ao Povo Cubano.

Evidentemente, a vitoriosa revolução liderada por Fidel Castro em Cuba teve um grande impacto na política latino-americana, principalmente sobre os grupos de esquerda que sonhavam com mudanças sociais profundas.

No entanto, o alinhamento da ilha com a União Soviética levou os Estados Unidos a tentarem uma invasão a Cuba. A atitude da superpotência americana foi extremamente criticada pelos setores da esquerda latino-americana.

No Brasil, essa crítica contou com a adesão do CGT que, ao participar do Congresso Pró-Cuba, expressava sua defesa do nacionalismo, do direito de autodeterminação dos povos

e, ainda, marcava posição contra os EUA e seu histórico de intervenções, tanto militares, quanto políticas e econômicas em países latino-americanos e sempre colocando seus interesses acima do bem-estar do povo.

Por fim, não se poderia deixar de fora as lutas dos trabalhadores do meio rural. Abandonados pela legislação trabalhista dos anos 1930, que passou longe de lhes assegurar proteção e direitos básicos dados aos trabalhadores urbanos, os trabalhadores do campo ganharam destaque no cenário político a partir dos anos 1950, quando foram criadas as Ligas Camponesas.

O CGT apoiou a luta dos trabalhadores do campo em torno da garantia de seus direitos. Dentre as reivindicações estavam o direito à sindicalização e, principalmente a Reforma Agrária – o ponto mais polêmico das Reformas de Base.

Criada em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG passou a integrar o CGT, que chegou a liderar uma caravana que foi a Brasília entregar um manifesto ao presidente Goulart, demonstrando seu apoio à pauta dos movimentos sociais rurais.

## CONCLUSÃO

No final de cada um dos capítulos deste trabalho existe uma seção intitulada “Considerações Finais” que tem o objetivo de dar destaque às questões mais relevantes observadas nos mesmos. Considero oportuno apresentar ainda um panorama geral, retomando resumidamente os pontos observados ao longo desta tese.

Os anos 1960 foram marcados pela ascensão dos movimentos sociais no Brasil que, durante o período democrático, tiveram grande importância para o cenário político nacional. Principalmente após a renúncia de Jânio Quadros e a articulação de um golpe para impedir a posse de João Goulart, a enorme mobilização desses movimentos em torno da defesa da legalidade e do combate às intenções golpistas dos grupos de direita sinalizou o início de uma crise política que se arrastou por todo o governo João Goulart.

Foi justamente o sucesso dos movimentos sociais de esquerda em conter o golpe, que se arquitetava em 1961, que fez com que o curto governo Goulart fosse tão conturbado. Cheios de confiança em seu poder de mobilização, os grupos de esquerda acharam ser possível forçar uma série de mudanças ousadas na sociedade, na economia e na política brasileiras.

No centro do embate entre grupos de direita e esquerda, que endureciam suas posições e acirravam o conflito político, estava a proposta das Reformas de Base. Jango acreditava que apenas uma mudança profunda nas estruturas socioeconômicas do país poderia debelar a terrível crise, econômica, e também política, que assolava a sociedade brasileira.

O principal ponto de inflexão na proposta das Reformas de Base estava a Reforma Agrária. Para consolidá-la, o presidente deveria negociar com os setores mais conservadores do Congresso e também com o PSD que, apesar de ligado a Getúlio Vargas, representava a classe latifundiária.

De um lado, o Congresso contava com uma reforma modesta. De outro, os movimentos sociais pressionavam por uma reforma ampla, uma vez que trabalhadores rurais jamais usufruíram da legislação trabalhista em vigor no Brasil desde os anos 1930, parecia pertinente defender uma mudança profunda nas estruturas de trabalho no campo.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores urbanos, organizados em seus sindicatos e confederações, lutavam pela ampliação da legislação, exigiam a transformação do abono natalino em décimo terceiro salário regulamentado por lei e faziam campanha pela reposição de perdas salariais, os trabalhadores do campo permaneciam sem a proteção da legislação trabalhista vigente.

O Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963, foi uma conquista, mas estava longe de dar conta das demandas dos trabalhadores rurais que, organizados nas Ligas Camponesas, defendiam a Reforma Agrária como sendo a mais importante de todas as propostas por João Goulart.

Neste ponto, chegamos ao protagonista deste trabalho e um dos principais atores do cenário político dos anos 1960: o trabalhador. Além das exigências voltadas para os avanços da legislação trabalhista, o movimento operário se engajou também na luta pelo avanço da democracia e pela construção de uma sociedade social e economicamente mais justa.

Os trabalhadores foram receptivos à legislação trabalhista, criada pelo Estado nos anos 1930, o que não significa dizer que ignoravam seus mecanismos de controle sobre os sindicatos e sobre o trabalhador. Dialogaram com ela. Nos anos 1960, organizaram-se para fazê-la avançar. Colocaram-se contra algumas de suas disposições.

A formação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores foi de encontro à determinação da CLT de que as entidades intersindicais deveriam reunir profissionais de ramos de atividades similares e correlacionadas. Uma organização como o CGT, que reuniria categorias diversas, não poderia existir.

Levando em consideração o fato de que existem muitas análises acadêmicas que se prestam a depreciar a atuação do movimento sindical, foi apresentado um balanço historiográfico em que se procurou apresentar tanto as concepções negativas sobre o movimento operário latino-americano – em especial, o brasileiro – quanto às perspectivas que mudaram o foco de interpretação da história do movimento operário.

A análise do contexto de criação do CGT, ligado às disputas entre a ala mais combativa do sindicalismo – formada pela aliança petebista-comunista – e os ministerialistas e sua inserção ainda na conjuntura de crise dos anos 1960, demonstra como a atuação desta entidade pode ser entendida como um dos elementos centrais na luta pela implementação de uma política progressista e de base popular.

O CGT foi um organismo que ousou desafiar a legislação para fazer progredir a organização da classe trabalhadora e, além disso, se engajou na discussão pelos avanços no campo social.

As opiniões sobre sua atuação não foram unânimes. No meio sindical as lideranças que se voltaram para a construção do CGT encararam quadros ligados ao Ministério do Trabalho e que conquistaram suas posições devido aos mecanismos de controle ditados pelas leis trabalhistas, já mencionadas.

Além disso, a grande mídia não apoiava a relação entre o governo e o CGT. Acusava, de um lado, o presidente Goulart de dar muito espaço para seus líderes e, de outro, o próprio CGT por sua atuação em diversas greves – que paralisaram setores importantes de atividades –, acusando esta entidade de promover a desestabilização política e econômica, contribuindo não para um avanço, mas para o aprofundamento das dificuldades do país.

Também os setores mais conservadores da sociedade condenavam a ascensão dos movimentos sociais. Considerando que a atuação dos trabalhadores, bem como de outros setores das esquerdas, representava uma parte do plano de dominação comunista no país, esses setores também não viam com bons olhos a proximidade entre o presidente e os trabalhadores.

A relação simbiótica entre o CGT e o governo de João Goulart também pode ser considerada de grande relevância para a construção deste trabalho, visto que o sindicalismo pós-1930 é duramente criticado, justamente, por sua proximidade com o aparato estatal.

E de qual governo do período democrático o sindicalismo esteve mais próximo do que o de João Goulart? A tumultuada posse de Jango foi fruto da ampla e poderosa mobilização popular e todo o seu governo influenciado pelas ações dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que não podia se afastar dos atores que lhe apoiaram durante toda a sua carreira política, o presidente se via pressionado pela radicalização de suas posições, vendo que, na medida em que esta crescia, diminuía suas chances de obter a aprovação das Reformas de Base no Congresso.

Esta relação de grande proximidade entre lideranças sindicais e o governo Goulart foi interpretada como a prova de que os trabalhadores foram reféns das artimanhas manipuladoras de um Estado que, através da atuação do Ministério do Trabalho, impunha limites à atuação dos sindicatos, como é o caso da leitura de memória feita pela CUT, nos anos 1980.

No entanto, quando nos voltamos para os depoimentos daqueles que atuaram nos anos 1960, vemos uma percepção diferente sobre essa história. Os que foram chamados de “velhos” sindicalistas dão um testemunho de luta, de disputa dentro dos sindicatos e confederações, de embate com os líderes sindicais que se estabeleceram nesta posição por indicação do Ministério do Trabalho. Ou seja, enfrentaram a estrutura sindical e se juntaram à parcela da população brasileira que buscava conquistar grandes mudanças para o país.

Toda identidade social se constrói através da relação muito específica que um grupo estabelece com sua realidade. Mas essa relação tem suas bases construídas em sua história.

Não deixa de ser interessante notar que os sindicalistas da CUT queriam mudar a face do sindicalismo brasileiro e, efetivamente, intencionavam trazer algo novo para a classe operária no tocante à organização de suas lutas. Exatamente como aqueles que taxaram de “velhos” sindicalistas. Tantos os “novos” quanto os “velhos” realmente buscaram melhorar as condições de vida dos trabalhadores, empenharam-se neste propósito e muitos foram os que compartilharam seus projetos, ideias e métodos.

O “novo” e o “velho” sindicalismo partiram de leituras distintas sobre a trajetória do movimento operário, mas seus objetivos não eram divergentes. Ambos enfrentaram conjunturas políticas adversas; ambos travaram uma árdua batalha pela melhoria nas condições de vida do trabalhador brasileiro e, portanto, suas trajetórias são bem parecidas.

O Comando Geral dos Trabalhadores, juntamente com outros movimentos sociais, encarou o conservadorismo da classe política brasileira nos anos 1960. Apoiou as reformas de João Goulart e apostou na mobilização popular como forma de vencer esse obstáculo. Foi freado pelo golpe civil-militar e pela ditadura que se instalou a seguir, que cassou, prendeu e calou, durante muitos anos, o movimento operário.

A Central Única dos Trabalhadores foi erguida nos anos finais desta ditadura que chegava ao seu fim. As greves do ABC Paulista deram novo ânimo ao movimento operário, mas a década de 1990 chegou trazendo uma série de novas questões ligadas ao cotidiano dos trabalhadores, com as quais os ditos novos sindicalistas teriam de dialogar.

Foi naquele momento, marcado por uma inflação que levava ao esmagamento do poder aquisitivo da classe, pelo avanço do neoliberalismo e pelo desemprego crescente, que a CUT procedeu a uma reavaliação de sua atuação e acabou estabelecendo outra relação com a história do movimento operário brasileiro.

Thompson chamou atenção para o fato de que muitas análises feitas sobre a classe trabalhadora se baseiam em um viés econômico. Esta perspectiva, segundo ele, decorre de uma sociedade culturalmente burguesa e que dá ênfase a este campo. Sem contestar a importância da análise econômica, Thompson acredita que se basear exclusivamente neste aspecto leva a uma leitura reducionista da questão.

Um fator muito importante para ele é a economia simbólica e moral. O comportamento do trabalhador, seus protestos e greves têm relação com questões materiais, mas tais questões, somente, não dão conta de explicar sua ação. Além de uma demanda econômica, o trabalhador também luta por reconhecimento e por aquilo que acredita ser justo.

Essa análise se faz muito importante na atual conjuntura em que vive nosso país. Herdeiros de uma sociedade escravista, não conseguimos romper totalmente com o estigma

que o trabalho representa para a nossa sociedade. Eventos recentemente noticiados pela mídia<sup>471</sup> mostram a visão que a classe média tem sobre as funções laborais das classes populares.

Escrever uma tese de doutorado que conta parte da história do trabalho e dos trabalhadores do Brasil em um período como este em que estamos vivendo tem um significado bem mais profundo do que a busca e análise de dados e fontes sobre o objeto estudado.

A recente aprovação da Reforma Trabalhista pelo Congresso Nacional e o avanço das negociações pela aprovação de uma Reforma da Previdência fazem refletir sobre importância da narrativa da trajetória do movimento operário brasileiro em um período em que os trabalhadores exerceram sua cidadania de forma plena e, como atores de um regime democrático, trataram de se mobilizar por avanços políticos e também pela ampliação dos direitos, não só como trabalhadores, mas também como cidadãos.

A análise que procura apresentar a legislação trabalhista como obra de um governo paternalista termina por servir ao discurso daqueles que querem taxá-la de ultrapassada e equivocada. Parece mais aprazível deixar que retirem algo que lhe foi dado como um presente do que aquilo que foi conquistado.

Daí a importância de se revisitar essa história de intensa mobilização política, com os trabalhadores do campo e das cidades assumindo o protagonismo da luta por uma mudança profunda nas estruturas do país.

Os ataques desferidos sobre o trabalhador são muitos e podemos citar como exemplo mais dramático a recente portaria do Ministério do Trabalho que revisa os conceitos de trabalho escravo, atendendo aos anseios da classe latifundiária e abrindo precedentes para que condições de trabalho degradantes sejam normalizadas.

O estado de proteção ao trabalhador vem sendo fortemente atacado, tanto na esfera privada quanto no setor público, onde os servidores são colocados como vilões responsáveis pelo esvaziamento dos cofres públicos.

Parece que o resgate da história do trabalhador, bem como a história de suas lutas e conquistas, faz-se extremamente necessário em um momento em que vivemos tantos retrocessos e o futuro e suas possibilidades ficam nebulosos para aqueles que travam uma batalha diária e muito digna por sua sobrevivência.

---

<sup>471</sup> Refiro-me à festa à fantasia com o tema “Se nada der certo” promovida por algumas escolas voltadas para a preparação para o ENEM, em que os alunos compareceram trajados como rodoviários, balconistas, garis etc.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (organizadoras). *Cultura Política e Leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira Editora, 2007.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In: Idem e SORJ, Bernardo (orgs.) *Sociedade Política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.
- \_\_\_\_\_. “O sindicato no Brasil: novos problemas – velhas estruturas”. In: *Debate e Crítica* nº 6. São Paulo. Hucitec, 1975.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo Sindicalismo*. São Paulo. Brasil Urgente, 1991.
- \_\_\_\_\_; e RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*. Vol. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez 2007.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: Idem (organizadora) *Do Corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo. Biotempo, 2002.
- .BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund ET Ali. *Antrops-Homem*. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo Goulart – as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.
- BASTOS, Paulo de Mello. *A caixa-preta do golpe de 64. A república sindicalista que não houve*. Sem Local. Família Bastos Editora, 2006.
- BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre. N. 13. V. 23/24, p. 87-104, jan-dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco. São Paulo. Contexto, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o Trabalhismo. Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo. CEDEC – Brasiliense, 1989.
- BETHEL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. (organizadores) *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BILHÃO, Isabel. Aspectos da trajetória historiográfica percorrida pela discussão sobre a construção da identidade operária brasileira. *53º Congresso Internacional de Americanistas*. Centro Histórico da Cidade do México. México, 19 a 24 de Julho de 2009.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil-Chile, 1945-1950). *Varia História*. Belo Horizonte, Vol. 30. N. 52. P. 51-66. Jan/abr 2014.

BOITO JR, Armando. (org) *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo de estado no Brasil*. São Paulo. Unicamp, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1975.

CARONE, Edgar. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo. Difel, 1980.

COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo. Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_; FORTES, Alexandre; FONTES, Paulo; NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

COSTA, Sérgio Amad. *O G.G.T. e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.

D' ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. Partidos Trabalhistas nos Brasil: reflexões atuais. In: *Estudos Históricos*. (6) Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas 1996.

\_\_\_\_\_ e GOMES, Angela de Castro. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo. Ática, 1989.

\_\_\_\_\_; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (organizadores). *O Brasil Republicano. Vol. 2*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_; e FERREIRA, Jorge. (organizadores). *O Brasil Republicano. Vol. 3*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_; e FERREIRA, Jorge. (organizadores). *O Brasil Republicano. Vol. 4*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil – 1961-1964*. Petrópolis. Editora Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo. Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Partido-sindicato-Estado: integração e ruptura na crise do populismo*. Trabalho apresentado na reunião anual da ANPOCS, 1990.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas. Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

DELGADO, Mauricio J. Godinho. *Política Trabalhista e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte. FAFIC, UFMG, 1980. Dissertação de Mestrado.

DEZEMONE, Marcus. “A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa”. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (organizadores). *História Social do Campesinato. Tomo II: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História*. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas. Definições, usos e genealogias. *Varia História*, nº 28. Dezembro de 2002.

FABIAN, Johannes. Memórias da memória: uma história antropológica. In: REIS, Daniel Aarão, MATTOS, Hebe, OLIVEIRA, João Pacheco de, Luis Edmundo de Souza, MORAES e RIDENTI, Marcelo. *Tradições & Modernidades*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2010.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 47. São Paulo: Anpuh, jan-jun. 2004.

\_\_\_\_\_; e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Vol. 2*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_; e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Vol. 3*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, e GOMES, Ângela de Castro. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. *João Goulart. Uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. (organizador) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói/Rio de Janeiro. Eduff/Mauad, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-45)*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.
- FICO, Carlos. Versões controversas sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2003.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo. Paz e Terra, 1993.
- FOGAGNOLI, Marcela. Comida, diversão e arte: o trabalhador carioca e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPES). In: FERREIRA, Jorge (organizador) *O Rio de Janeiro nos Jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2014.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Campinas. Annablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos – SP, 1997.
- FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*. Porto Alegre. Vol. 17, n. 31. p. 173-195. Jul, 2010.
- \_\_\_\_\_. “O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano”. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora. Vol. 13, n. 2. p. 61-86. 2007.
- FREDERICO, Celso. *As Esquerdas e o Movimento Operário (1964-1984) Vol. 1*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1991.
- GARCIA, Tomás Coelho. *Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2016.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada. Série de entrevistas disponíveis no site do CPDOC/FGV.
- \_\_\_\_\_; e FERREIRA Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo. Ática, 1987.
- GOTT, Richard. A Revolução de Castro toma forma. In: Idem. *Cuba – uma nova História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo e Jornalismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

GRIECO, Júlio Cézar. *L'Union Fait La Faiblesse: Le Commendment Général de Travailleurs et la Politique Bresiliene – 1962-1964*. These de Doctorat de Troisième Cycle em Sociologie. École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Édition électronique développée pour La Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi.

HALL, Michael e SPALDING JR., Hobart. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina – 1880-1930. In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina – Da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP; Brasília, FENAG, 2001. Vol. IV.

HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de Clodsmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecedem o golpe civil-militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p.147. Orientador: Inácio José Godinho Delgado.

HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.

JORDAN, Thomas. Redefinindo o sindicalismo corporativo nos anos 1950: o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*. 2004, vol. 11, n- 20/21, p. 129-167.

JÚNIOR, Theotônio. O Movimento Operário no Brasil. *Revista Brasiliense* (39), São Paulo, jan-fev.

LEITE, Márcia de Paula. *Trabalhadores, Sindicatos e Partidos. A greve de 1957*. Águas de São Paulo, ANPOCS, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo. Editora Unicamp, 2003.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas. Editora da Unicamp, 1986.

LOBO, Valéria. Quem tem ofício tem benefício: legislação protetiva na ótica sindical sob a República Trabalhista. *Lucus. Revista de História*. 2009, vol. 15, n.1, p. 31-56.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HURCHINSON, Bertram. *Mobilidade e Trabalho*. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Estudos Pedagógicos, 1960.

MACKINNON, Maria Moreira e PETRONE, Mario Alberto. Populismo e Neopopulismo em America Latina. *El problema de la burocracia*. Buenos Aires. Eudeba, 1998.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo. Brasiliense, 1979.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional*. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado na Tulane University, New Orleans/Louisiana em março de 2008.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Identidade Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 19, nº 1-2, p. 137-158, jan/dez 2006. p. 140.

MATTOS, Marcelo Badaró. (organizador) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro. APERJ/FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo no Brasil após 1930*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003.

MENDES, Ricardo A. S. As Direitas e o anticomunismo no Brasil (1961-1965). *Revista Lócus*. Juiz de Fora. EDUFJF, 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura Política. NEARCO. *Revista Eletrônica de Antiguidade*. Vol. 1. Ano IV. N. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2011.

\_\_\_\_\_. Direitas, desenvolvimentismo e o Movimento de 1964. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Memória, História e Novas Identidades. In: *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, Ano V, nº 5, dez/2009.

MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil (seus fundamentos sociológicos)*. São Paulo. Alfa-Omega, 1978.

MOORE JR., Berrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

MOREL, Regina e PESSANHA, Elina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1991.

\_\_\_\_\_. Gestão paternalista, empresa estatal e lutas por direitos: um estudo de caso. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 1992.

\_\_\_\_\_ e MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e “Novo” sindicalismo e o uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: *Revista Dados*, vol. 37, nº 1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1993.

NEGRO, Antonio Luigi. A Via Willyana. Industrialização e trabalhadores do setor automobilístico. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. 1999, vol. 4, n.7, p. 1-21.

\_\_\_\_\_. Depois daquele limo: os termos do divórcio entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: FREIXO, Adriano, MUMENTAL FILHO, Oswaldo de Freitas e VENTAPANE, Jaqueline (organizadores). *Tempo negro, temperatura sufocante. Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro. Editora da PUC-Rio. Contraponto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ford Willys anos 60. O sistema auto de dominação e os metalúrgicos do ABC*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo. Biotempo, 2004.

\_\_\_\_\_ e SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (organizadores) *O Brasil Republicano. Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Seleções Cebrap 1. Brasiliense, 1975.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder e TELLES Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos a imaginário acadêmico. In: *Revista Brasileira de História*, n. 6. São Paulo, ANPUH, 1983.

PAULA, Hilda Resende e CAMPOS, Nilo de Araujo. (organizadores). *Clodsmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora. Edições Funalfa/Editora da UFJF, 2005.

PEOZZI, Patrizia. *O Ato Livre: Considerações a respeito da Política Operária*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982.

PESSANHA, Eliana G. da Fonte e GOMES, Sandra Lucia Rebel (coordenadoras). BATISTINHA. *O combate dos trilhos*. Publicação Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Amorj.

POCOK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo. EDUSP, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Mareita de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2006.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e Sindicato: posições em debate na Sociologia Hoje. *Dados*, Vol.43, N.4, Rio de Janeiro, IUPERJ. 2000.

RAMOS, Igor Guedes. As representações de classe operária na produção acadêmica brasileira. Um balanço das décadas 1960 e 1970. *Antíteses*. Vol. 2. N. 3, jan/jun 2009. p. 421-449.

REIS, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru. EDUSC, 2004.

ROBIN, Régine. *Le Roman mémoriel: de l'histoire a l'écriture Du hos-lieu*. Cap. II Montreal: Lê Preamble, 1989. Traduzido por Rachel Soihet, Márcia Soares e Suely Gomes Costa.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política. A trajetória da CUT*. São Paulo. Scritta Editora, 1997.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo. Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”. In: BOITO JR, Armando. (org) *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo. DIFEL, 1966.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 10, cap. X. São Paulo. Difel, 1981.

\_\_\_\_\_. RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sindicato no Brasil. In: Idem. (organizador). *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1968.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000. p. 186-225.

\_\_\_\_\_. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 41. ANPOCS, 1999.

\_\_\_\_\_. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicalistas no Brasil*. São Paulo. Biotempo/Unirio, 2001.

\_\_\_\_\_. *Partido e militância sindical – A atuação comunista no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_, e NASCIMENTO, Regina Malta. “Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Revista Tempo*. N. 7. Março de 1999.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. “*Trabalhadores cearenses uni-vos!*”: o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFC, 2009, p.138. Orientador: Frederico de castro Neves.

SARLO, Beatriz. *TiempoPasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*. Una discusión. Buenos Aires. SigloVientiuno Editores, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa – Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*. São Paulo/Santos.HUCITEC/Pref. Municipal de Santos, 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo. Edições Símbolo, 1980.

TELLES, Jover. *O movimento Sindical no Brasil*. A questão Social no Brasil vol. 1. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. 1*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa. Vol. 2*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa. Vol.3*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução RosauraEichemberg. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24. N. 47. São Paulo, 2004.

TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo*. São Paulo. Símbolo, 1978.

VIANNA, L. Wernwck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo. Cerifa, 1983.

\_\_\_\_\_. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resumo de algumas tendências”. São Paulo. Cortez, *Revista de Ciências Sociais*, bib nº 1, 1986.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e Sindicato no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo, CEDEC nº 1, 1973.

\_\_\_\_\_. *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil*. Cadernos Sebrap n 4. São Paulo Abejun, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Os sindicatos na política (Brasil 1955/1964). *Ensaio de Opinião*, n. 2-5, São Paulo, 1978, PP.18-27.

\_\_\_\_\_. *Sindicatos e Política*. São Paulo. USP, 1975. Tese de Livre Docência.

**FONTES PRIMÁRIAS**

Cartas de Alexandre Marcondes Filho – CPDOC/FGV

Cartas de João Goulart – CPDOC/FGV

Consolidação das Leis do Trabalho

Discursos de Hércules Corrêa – AMORJ

Fundo DPS (Departamento de Polícia Política e Social) – APERJ

Entrevista de Clodsmidt Riani – NHO/UFMG

Entrevista de Hércules Corrêa – NHO/UFMG

Entrevista de Simval Bimbirra – NHO/UFMG

Jornal do Brasil (1960-1964) – Biblioteca Nacional

Jornal Novos Rumos (1960-1964) – Biblioteca Nacional

Jornal O Globo (1962) – Biblioteca Nacional